

AUTOR BEST-SELLER DO THE NEW YORK TIMES

A ARTE DA INTELIGÊNCIA

OS BASTIDORES E SEGREDOS
DA CIA E DO FBI

HENRY A. CRUMPTON

"HENRY A. CRUMPTON REMODELOU O CONCEITO DE GUERRA MODERNA"
Washington Times

novo século®

Henry A. Crumpton

A arte da inteligência

Os bastidores e segredos da CIA e do FBI



SÃO PAULO 2013

THE ART OF INTELLIGENCE
Copyright © 2012, Henry A. Crumpton
All rights reserved

Copyright © 2013 Novo Século

COORDENAÇÃO EDITORIAL Filipe Nassar Larêdo

TRADUÇÃO Henrique Guerra

PREPARAÇÃO Richard Sanches

DIAGRAMAÇÃO Project Nine

CAPA Gabriel Calou

REVISÃO Equipe Novo Século

TEXTO DE ACORDO COM AS NORMAS DO NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO DA
LÍNGUA PORTUGUESA (DECRETO LEGISLATIVO Nº 54, DE 1995)

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Crumpton, Henry A.

A arte da inteligência : os bastidores e segredos da CIA e do FBI / Henry
A. Crumpton. -- 1. ed. -- Barueri, SP : Novo Século Editora, 2013.

Título original: The art of intelligence :
lessons from a life in the CIA's Clandestine Service.

1. Espionagem Americana 2. Estados Unidos. Agência Central de
Inteligência - História 3. Serviço de Inteligência - Estados Unidos -
História 4. Serviço secreto 5. Serviço Secreto - Estados Unidos -
História I. Título.

13-05392

CDD-327.1273

Índices para catálogo sistemático:

1. Estados Unidos : Agência Central de
Inteligência : História 327.1273

Edição Digital: 2013

Todos os direitos reservados à:
Novo Século Editora Ltda.
Alameda Araguaia, 2190, 11º andar – Barueri – SP

E-ISBN: 978-85-428-0078-4



Introdução

No verão de 2002 embarquei numa nova missão. Após duas décadas no Serviço Clandestino da CIA, tendo inclusive passado os últimos dez meses liderando a campanha da CIA no Afeganistão, havia chegado a hora de mudar.

Essa missão representou uma grande transformação para mim. Não havia helicópteros *MI-17*, veículos aéreos não tripulados do tipo *Predator*, fuzis de assalto M-4, pistolas Glock modelo 19, coletes à prova de bala com placas de cerâmica, inoculações, detectores de mentira, disfarces, operações encobertas e mesmo habilidades básicas de espionagem. Não havia vigilância a evitar, agentes para comandar nem terroristas para anular. Mas a missão realmente exigia que eu entrasse numa cultura estranha, reajustasse minha postura e assumisse uma identidade diferente.

Voltei à universidade na condição de estudante.

A CIA me concedeu um interlúdio acadêmico na Escola de Estudos Internacionais Avançados (SAIS) Johns Hopkins. Essa nova missão, embora mais tranquila do que outras experiências recentes, era ainda empolgante. Um ano acadêmico inteiro de deleite intelectual. Devorei um banquete de cursos e livros sobre pensamento político, estratégia militar, China, história, política internacional, terrorismo e filosofia. Saboreei tudo isso ao máximo.

Examinando o catálogo de cursos do primeiro semestre de 2003, me deparei com algo inesperado: uma disciplina sobre inteligência. O título sugestivo “A arte e o ofício da inteligência” motivou-me a pesquisar o currículo da professora, a dra. Jennifer Sims. Ela tinha uma experiência impressionante, tanto na academia quanto no governo. E uma reputação de erudita igualmente sólida.

Espião veterano, ainda na folha de pagamento da CIA, eu me senti na obrigação de fazer o curso. Também imaginei que as aulas seriam divertidas e fáceis.

E foi muito divertido. Exploramos como George Washington, um dos grandes

mestres da espionagem dos EUA, coordenou, com soberba habilidade tática, seus agentes e, em seguida, aplicou as informações para obter brilhante valor estratégico. Estudamos os avanços das aptidões de inteligência na Guerra Civil Americana. Ficamos sabendo que o presidente Lincoln passava muitos de seus dias na sala de telégrafo da Casa Branca, transformando-a, na prática, em seu centro de comando e inteligência. Verificamos de que modo o advento de maravilhas técnicas como dispositivos de telecomunicação sem fio, aviões, radares e satélites, entre outras, transformaram os serviços de inteligência ao longo do século XX.

Observamos de que modo, ao contrário de Washington e Lincoln, a maioria dos líderes responsáveis pelas políticas de segurança e missões de guerra não foi capaz de compreender nem de valorizar a inteligência. Quando também não eram capazes de acompanhar as mudanças geopolíticas, isso se devia, em parte, às lacunas entre coleta de inteligência, análise de inteligência e execução das políticas. Refletimos sobre como elementos do governo e da sociedade percebem e tratam os profissionais de inteligência, com comentários que oscilam entre o profundo desprezo e a fantasia caricatural. Ao longo da história dos EUA, os profissionais de inteligência e suas agências foram alvos de expectativas desinformadas e, às vezes, insensatas, baixas e altas, sobre suas atividades. Em termos de nação, a nossa ignorância coletiva sobre a inteligência prejudicou não só nossas aptidões nesta área, mas, em última análise, os formuladores das diretrizes políticas e os cidadãos.

Apesar de agradáveis, as aulas não foram fáceis. A dra. Sims exigiu bem mais estudo e raciocínio do que eu previa. Foi quase constrangedor me dar conta do quanto eu não sabia e do quanto aprendi — mesmo com meus muitos anos de experiência em espionagem, ações encobertas e missões bélicas pulverizadas pelos vários continentes. Embora decepcionado com a minha própria ignorância, fascinei-me com a experiência de aprendizagem.

Ganhei uma perspectiva mais ampla, muito além da atividade de inteligência, durante esse interlúdio acadêmico. Em vinte anos, aquela era a primeira vez que não estive focado nas tarefas operacionais imediatas da inteligência. Com a

oportunidade de estudar e refletir, entendi melhor que o mundo se transformava rapidamente, em especial no que tange à natureza do conflito, do risco, da competição e da cooperação. Mas havia um denominador comum: o valor da inteligência aumentava.

Nossa campanha no Afeganistão em 2001-2 ofereceu muitos exemplos disso. As tendências de transformação geopolítica de nossa época, muitas vezes alimentadas por progressos exponenciais na tecnologia, indicam que a inteligência exercerá um papel ainda mais relevante num mundo cada vez mais interdependente e complexo. Porém, coletivamente, em comparação às necessidades de nosso país, há uma grande defasagem no quanto a entendemos e reconhecemos, o que tem sido uma constante na história dos EUA.

Após os EUA e seus aliados terem vencido a Guerra Fria, com o colapso da Cortina de Ferro em novembro de 1989, muitos líderes responsáveis e respeitados, como o falecido senador Patrick Moynihan, expressaram suas dúvidas sobre a necessidade de uma inteligência robusta. Alguns questionaram a necessidade de um Serviço Clandestino. Nos anos 1990, o Congresso beneficiou-se dos “dividendos da paz” e reduziu ao máximo o orçamento da inteligência. Como membro do setor operacional, eu senti na pele os efeitos dessa década de colapso orçamentário. Testemunhei operações serem engavetadas e redes de agentes se enfraquecerem. A CIA fechava bases mundo afora. Parecia que nossos líderes esperavam que o risco geopolítico definhasse.

Alguns líderes da CIA se questionavam publicamente sobre suas nebulosas missões. Outros, confusos e desgostosos, pediam demissão. De modo extraordinário, alguns veteranos da CIA chegaram inclusive a abraçar o conceito de um novo mundo sem inimigos reais. Um diretor da divisão de Serviço Clandestino, Milton Bearden, declarou que a Rússia não mais representava qualquer ameaça significativa de espionagem. Esse ponto de vista ganhou força até que foi exposta uma série de infiltrações russas, tais como a de Aldrich Ames, na CIA, e a de Robert Hanssen, no FBI. Esses traidores provocaram grandes prejuízos à segurança nacional dos EUA. Também forneceram informações aos contatos russos, levando ao assassinato de quase uma dúzia de

corajosos agentes russos que trabalhavam para a CIA.

Embora os EUA tenham muito mais a ganhar com um relacionamento cooperativo com a Rússia e com a China, a espionagem permanece um fato indiscutível. Essas grandes nações são parceiras americanas na diplomacia, na ciência, no comércio e em muitos outros setores. Mas são também adversárias na espionagem. Provavelmente, tanto a Rússia quanto a China têm um número maior de agentes de inteligência clandestinos no território norte-americano hoje em dia, na segunda década do século XXI, do que no auge da Guerra Fria.

Durante a próspera calmaria que sucedeu à Guerra Fria, porém, os EUA desfrutaram, enquanto nação, de uma trégua ilusória num mundo imaginário, sem graves ameaças e inimigos mortais. Especialistas políticos vangloriavam-se eloquentemente da incomparável supremacia norte-americana e da universal, irreversível e desimpedida marcha do pensamento liberal e dos princípios do livre mercado. A vida era boa.

Então, a Al Qaeda (AQ) atacou nosso torrão natal. O fatídico 11 de setembro de 2001. Osama Bin Laden (OBL) e seus 19 terroristas assassinaram 2.977 pessoas. As vítimas eram principalmente nascidas nos EUA, mas incluíam cidadãos de muitos outros países. Cristãos, judeus, muçulmanos, hindus e outros pereceram naquele dia. As torres gêmeas do World Trade Center de Nova York foram destruídas, deixando restos humanos retalhados em meio a imensos montes de entulho. Algumas vítimas preferiram saltar para a morte, de mãos dadas, em vez de serem queimadas e esmagadas na queda dos prédios. Perto da capital Washington, o Pentágono, quartel-general da maior potência militar do planeta, jazia ferido, com um vão profundo, negro e fumegante em seu flanco. Militares de ambos os sexos, mortos e feridos, se espalhavam em seus corredores.

Os heroicos passageiros do voo 93, na única resposta eficaz ao inimigo naquele dia sombrio, reagiram contra os sequestradores. O avião, fora de controle, explodiu ao cair na área rural de Shanksville, na Pensilvânia. Esse grupo de cidadãos, equipe espontânea e auto-organizada de agentes não estatais, coletou informações por meio de seus celulares e, depois de analisar a situação e

o risco, planejou e executou uma ousada contraofensiva. Havia 33 passageiros e 7 tripulantes na aeronave. Todos morreram, salvando, quase certamente, centenas de pessoas, inclusive talvez nossos líderes políticos em Washington, D.C.

Os Estados Unidos e o mundo, chocados e ultrajados, se esforçaram para compreender o significado do ataque. Quem era aquele inimigo? Quais suas motivações? O que os EUA tinham feito para proteger seus cidadãos? O que poderia ser feito em resposta?

Aquele dia horrível instaurou uma renovada sensação de vulnerabilidade. Os cidadãos se perguntavam se suas comunidades seriam atacadas. A violação de nossa terra natal provocou um debate sobre guerra e segurança, com a inteligência na vanguarda. Mais tarde, o Congresso criaria a Comissão do 11/9, com ênfase no papel da inteligência. As conclusões da comissão e o sentimento dos líderes políticos foram claros. O 11/9 fora um colossal fracasso de inteligência. Não um fracasso político — explorar isso não era objetivo da comissão.

A comissão e os formuladores das diretrizes políticas, muitos dos quais tinham aprovado os cortes nos orçamentos de inteligência, foram unânimes: a inteligência era a culpada. Agora, ela era importante. E os EUA precisariam lhe reservar mais recursos.

Na década seguinte ao 11/9, os orçamentos e as burocracias da inteligência estadunidense explodiram numa orgia de crescimento, replicação e confusão. O orçamento anual da inteligência dos EUA inflou de poucos bilhões de dólares para 75 bilhões em 2011. Da noite para o dia, os líderes políticos da nação tornaram-se especialistas em inteligência. Criaram comissões mais importantes, gastaram mais dólares dos impostos, estabeleceram mais normas e regulamentos e fundaram organizações mais centradas em Washington, como o Gabinete do Diretor da Inteligência Nacional (ODNI¹), o Centro Nacional de Antiterrorismo (NCTC²) e o Ministério da Segurança Nacional (DHS³).

Nesse meio-tempo, administrações republicanas e democratas, juntamente

com o Congresso, de modo seletivo, abusaram da CIA para obter benefícios políticos e, ao mesmo tempo, exigiram dela mais do que nunca. Alguns membros da equipe do presidente George W. Bush tentaram minar a integridade e até mesmo a segurança da agente secreta da CIA Valerie Plame, cujo marido, o embaixador Joe Wilson, criticara publicamente o governo Bush. Por vantagens políticas ou por qualquer outro motivo, como pôde a Casa Branca pôr em risco os sacrossantos sigilo e vida de uma agente da CIA? Como puderam ameaçar a rede de agentes de Valerie, estrangeiros que também arriscaram suas vidas em operações de espionagem a favor dos EUA? O funcionário sênior da Casa Branca, Scooter Libby, foi condenado à prisão por não cooperar plenamente com a investigação federal do vazamento.

Paralelamente a essa terrível ruptura de confiança, o presidente Bush e sua equipe abraçaram a CIA por sua inteligência e por seus serviços — em especial quando convinha às expectativas políticas. O diretor da CIA, George Tenet, desenvolveu um relacionamento íntimo, talvez até demais, com a Casa Branca. Nas minhas reuniões com o presidente em 2001-2, fosse em Camp David ou na Casa Branca, na Sala de Situação ou no Salão Oval, o presidente Bush sempre indagava sobre as operações. Incentivava a mim e aos meus agentes que trabalhavam no Afeganistão e fornecia orientações claras, além de grande apoio moral. Como teria sido permitir, ou talvez aceitar, um ataque político a um agente secreto da CIA?

Quando o presidente Obama assumiu o governo, em janeiro de 2009, o seu Ministério da Justiça ameaçou prender autoridades da CIA — por terem executado ordens legítimas sob a administração anterior. Teria sido uma tentativa de criminalizar lícitas políticas prévias como forma de punir a CIA? Ou apenas estariam as autoridades da inteligência sendo perseguidas para que os políticos obtivessem vantagens?

Por mais de dois anos, os promotores da Procuradoria-Geral perseguiram Jose Rodriguez, Diretor Adjunto de Operações da CIA, líder honrado e corajoso, para simplesmente arquivarem o caso depois de não terem encontrado quaisquer evidências de transgressões e os holofotes políticos terem diminuído.

Apesar da objeção do então diretor da CIA, Hayden, endossada por todos os ex-diretores vivos da CIA, o presidente Obama divulgou os detalhes das técnicas de interrogação avançada aprovadas e controladas pela administração anterior. A administração Obama procurou agradar elementos do Partido Democrata, às custas da CIA e de seus agentes.

Nesse ínterim, os advogados de defesa dos detidos da AQ em Guantánamo forneceram a seus clientes (os terroristas) fotos e nomes dos agentes da CIA. O Ministério da Justiça da administração Obama nada fez.

Não consigo entender como líderes responsáveis seguiram essa linha de ação, considerando a crescente confiança em agentes e recursos de inteligência para realizar a guerra contra a AQ.

Cada vez mais, o presidente Obama recorreu à CIA. Em poucos meses, desencadeou mais ataques de VANTs (veículos aéreos não tripulados) modelo *Predator* do que o presidente Bush fizera ao longo de toda a sua gestão. Obama encarregou a CIA de descobrir o paradeiro de mais terroristas e matá-los; chamava e parabenizava agentes individuais que completavam as missões com sucesso. Ele passou a confiar nas avaliações da CIA, e sua confiança foi recompensada. A CIA encontrou OBL, o que deu ao presidente Obama a oportunidade de ganhar extraordinária credibilidade política como comandante em chefe. Corajosamente, ele ordenou que a CIA e os SEALs⁴ da Marinha dos EUA lançassem a operação que matou OBL em seu esconderijo paquistanês, em 1^o de maio de 2011.

Na década seguinte ao 11/9, os aliados europeus aderiram à rixa política anti-inteligência, indiciando agentes da CIA e, ao mesmo tempo, ignorando a cumplicidade de seus próprios agentes em malfadadas operações conjuntas. A Itália serve como exemplo expoente. A CIA ficou se perguntando sobre a confiabilidade de parceiros de inteligência estrangeiros e de seus condutores políticos. Por sua vez, os serviços de inteligência e de segurança estrangeiros avaliaram em quem podiam confiar na comunidade de inteligência dos EUA. Discutiram entre si qual agência estadunidense tinha qual responsabilidade.

Quem poderia culpá-los por fazer isso? Afinal, eram muitos os vazamentos na imprensa e muito confusa a proliferação de agentes seniores de inteligência, com várias agências e departamentos num desconcertante conjunto de cargos e autoridades sobrepostas. Por exemplo, o novo ODNI, com carta branca para coordenar as agências de inteligência dos EUA, arrebanhou um corpo de agentes protocolares para se dedicar a visitar agentes de relações exteriores. Os quadros do ODNI inchariam para mais de 3 mil funcionários e empreiteiros, a maioria deles em busca de uma missão.

No front doméstico, o sentimento público variava amplamente. Havia admiração pelos agentes da CIA, em particular devido ao papel fundamental contra a AQ, que se tornara interesse público. O primeiro estadunidense morto em combate após o 11/9 foi o agente da CIA, o paramilitar Johnny Mike Spann. A imprensa deu uma cobertura ampla, respeitosa e justificada ao episódio envolvendo esse herói nacional. A perda foi especialmente sensível para nós da CIA, pois Mike era o tipo de agente que admiramos: altruísta e corajoso.

No entanto, apenas alguns anos após o 11/09, os EUA e alguns de seus líderes já começavam a se mostrar ambivalentes quanto ao papel da inteligência. Em certos ambientes, cresciam a suspeita e a antipatia em relação à inteligência, em especial no que se referia a técnicas de interrogação e operações encobertas letais. Também existia preocupação justificada concernente à inteligência em nossa pátria, relativa tanto à sua escassez quanto ao seu desafio às liberdades civis.

A mídia popular e o negócio do entretenimento promoveram e distorceram todos os aspectos do espectro da inteligência, pintando desde retratos de super-heróis até imagens repugnantes dos agentes e de suas missões.

Mais especificamente, os líderes políticos e advogados se esforçaram para determinar se estávamos mesmo em guerra contra a Al Qaeda e, caso positivo, como deveríamos tratar o inimigo. Seriam criminosos destinados aos tribunais civis ou combatentes inimigos enviados ao abissal mundo de Guantánamo? Por que aprovar ataques conduzidos pela CIA por meio de veículos aéreos não tripulados com o objetivo de matar determinado líder inimigo, possivelmente

incluindo sua infortunada família, e ao mesmo tempo desaprovar e tomar medidas jurídicas contra um agente da CIA que compele um prisioneiro inimigo a abster-se de sono durante o interrogatório?

E por que a CIA está na vanguarda desse conflito? Isso não envolve apenas coleta de informações, mas ações encobertas em escala grandiosa e global. Por que tantas ações ocultas? Por que não outras ferramentas diplomáticas?

Participei de parte desse conflito operacional e político, em especial no Afeganistão, antes e depois do 11/9, tanto em campo quanto na capital Washington. Com frequência, assisti de camarote, com um misto de assombro e asco, às voltas e reviravoltas das missões de inteligência e da política externa dos EUA, na ânsia de proteger nossa nação, mas por vezes piorando a situação. Por exemplo, a descarada invasão do Iraque, seguida de uma ocupação ineficaz, minou a simpatia global pelos EUA após o ataque de 11/9, bem como a admiração e a boa vontade após nosso sucesso inicial no Afeganistão.

Na raiz de tudo isso, ao que parecia, estava o parco entendimento dos políticos, das autoridades nomeadas e dos líderes, no governo e na sociedade em geral, sobre inteligência. Fiquei me perguntando o quanto era ignorância honesta e o quanto era cinismo e manipulação por parte de políticos, jornalistas, apresentadores e aproveitadores. Se a inteligência exerce um papel tão preeminente em nossa segurança nacional e está destinada a assumir importância ainda maior, e se os cidadãos precisam entender essa arte enigmática, qual a melhor maneira de conseguirmos isso?

Aqui reside o paradoxo. Em razão do profundo viés funcional e cultural com relação ao sigilo entre espiões, em especial no Serviço Clandestino da CIA, os líderes da inteligência costumam rejeitar a necessidade de alcançar ou educar o público. Os líderes políticos geralmente reforçam essa atitude, indesejosos de que opiniões especializadas divergentes de suas próprias caiam em domínio público. De fato, os políticos querem proteger a inteligência para seu próprio desfrute, até contra outros de sua mesma classe. Esse sigilo necessário, principalmente de fontes e métodos, muitas vezes impede uma compreensão pública mais profunda sobre as atividades de inteligência.

A dra. Sims e eu debatemos esse paradoxo durante e após o curso, bem como discutimos a ética da inteligência. Eu a apresentei ao meu bom amigo Burton Gerber, mestre de espionagem da CIA, atualmente aposentado. Católico fervoroso, ele compareceu a uma das aulas da dra. Sims e palestrou sobre a ética da espionagem. Isso motivou um debate importante.

A dra. Sims e eu concordamos que o estudo sobre a inteligência estava imaturo. Precisávamos de mais pontos de referência, mais recursos, foco mais detalhado e discussões mais dinâmicas, respeitadas e bem informadas. Eu a incentivei a organizar e editar um volume sobre inteligência, algo que ela vinha estudando. E ela convenceu Burton a ser o coeditor. Contribuí com dois capítulos para o livro. Redigi “Intelligence and War: Afghanistan 2001-02” [Inteligência e guerra: Afeganistão, 2001-02] e “Homeland Intelligence and Security” [Inteligência e segurança da pátria], publicados na obra *Transforming US Intelligence* [*Transformando a inteligência dos Estados Unidos*], em 2005.

O livro se tornou um best-seller da Georgetown University Press, útil àqueles interessados no estudo acadêmico da inteligência, público importante, mas relativamente pequeno. Fiquei orgulhoso de minha modesta contribuição.

Após meu interlúdio acadêmico, voltei ao Serviço Clandestino, em 2003, e atuei durante dois anos como chefe da divisão de Recursos Nacionais (NR⁵), um dos setores mais fulcrais da CIA. A divisão de NR tem escritórios espalhados por todo o país. Junto aos mecanismos de aplicação da lei, aos cidadãos e às instituições públicas e privadas dos EUA, a NR trabalha com vistas ao avanço da missão do Serviço Clandestino.

Adquiri uma nova perspectiva sobre meu país e a extensão da boa vontade para com a CIA. Também me dei conta, em primeira mão, do quanto o setor privado é crucial à nossa segurança nacional. Como chefe da NR, acompanhei o advento de tecnologias estadunidenses e a crescente globalização de lucros e perdas. Fiquei impressionado com o acesso e a compreensão de executivos e especialistas do setor privado trabalhando em todos os cantos do mundo. A interdependência das esferas pública e privada na inteligência me deixou

estupefato, assim como sua riqueza e o potencial que não aproveitamos.

Nossas limitações pareciam repousar, em parte, na falta de estudos e diálogos, responsáveis e públicos, sobre inteligência, em especial sobre seu papel na mutante natureza do risco. Na realidade, existiam vozes, mas em geral de militares motivados politicamente ou amargos veteranos do ramo de espionagem que encaravam um novo mundo que não se adaptava a seus pontos de vista ideológicos ou a suas expectativas de carreira.

Como agente do Serviço Clandestino, eu sabia que não era minha responsabilidade. Eu estava proibido de me posicionar publicamente. Além do mais, eu já quase extrapolara os limites das normas culturais da CIA ao escrever dois capítulos de um livro acadêmico.

Em 2005, circunstâncias me levaram a uma função pública que não estava nos meus planos. A ministra das Relações Exteriores, Condoleezza Rice, me convocou para atuar como Coordenador de Antiterrorismo no cargo de embaixador extraordinário. Era uma indicação presidencial e precisava da confirmação pelo Senado. Aceitei a oferta e me dei conta de que a minha vida de espião tinha acabado.

Saltei do mundo fechado e secreto do Serviço Clandestino para o palco da diplomacia pública global, na condição de representante das políticas antiterroristas do presidente e da ministra. Comecei uma vida nova: antes, espião, agora, diplomata; antes, operações clandestinas, agora, entrevistas para canais de TV internacionais; antes, mescla de codinomes, agora, título honorável. Essencialmente, converti-me de coletor em consumidor de inteligência, de agente operacional em consultor, elaborador e executor de políticas. Quando o presidente Bush me viu pela primeira vez no Ministério das Relações Exteriores, perguntou à ministra Rice:

— O degolador na diplomacia? Isso está funcionando?

Eu havia trabalhado com antiterrorismo em muitas agências e departamentos diferentes e compreendia o processo interagências. Por isso, a transição da esfera operacional para a política não foi difícil. Meus inúmeros anos atuando em operações antiterroristas globais e os muitos relacionamentos em diversos países

também ajudaram. Durante os dezoito meses em que trabalhei para a ministra Rice, dediquei a maior parte do tempo a viagens ao exterior e à cooperação com nossos embaixadores, comandantes militares e parceiros estrangeiros.

Nessa transição, posso ter dado passos em falso, mas esforcei-me para aprender e melhorar. Porém, havia uma lacuna importante em minha experiência e compreensão. Subestimei amplamente a extensão e a relevância da parte pública desta missão. Conduzi mais de cem entrevistas e outros eventos de imprensa mundo afora. O público, estrangeiro e doméstico, parecia ansioso para que alguém parasse e discutisse as políticas antiterrorismo e o papel de apoio da inteligência. No mínimo, queriam ouvir uma autoridade sênior dos EUA.

Durante essa missão, surpreendi-me com a importância da educação e da discussão responsável e pública. Trabalhei com diligência para representar meu país nesses fóruns abertos, apresentando-me em audiências públicas em cidades como Bogotá, Berlim e Beirute.

Após me aposentar do serviço governamental dos EUA em 2007, entrei no setor privado, com o objetivo de pagar a faculdade dos filhos. Também queria maior flexibilidade para desfrutar a companhia de minha família e de meus amigos. Percebi isso ao me dar conta de que eu passava mais tempo pensando no inimigo do que em qualquer outra coisa. Após 26 anos de serviço governamental, a aposentadoria foi a escolha certa.

No fundo, porém, sempre vou me lembrar com carinho de meu trabalho como agente operacional da CIA. Meu serviço foi mais do que uma carreira. Na realidade, foi uma grande missão, um modo de vida. Mas com essa honra, com esse privilégio de servir e com o amor pela pátria, vem a responsabilidade. Considerando minhas experiências ímpares no antiterrorismo, na academia, na divisão de recursos nacionais, na diplomacia pública e, agora, no setor privado, senti um envolvente dever de transmitir meus conhecimentos, em especial levando em conta as mudanças monumentais no conflito geopolítico e as exigências associadas à missão da inteligência e aos profissionais da inteligência.

O paradoxo permanece. De que maneira um ex-agente da CIA mantém o

código cultural do profissional discreto e, ao mesmo tempo, procura informar o público, evoluir a compreensão e, assim, apoiar a missão da inteligência? Em parte, talvez, ao escrever um livro que busca alcançar o equilíbrio certo entre a discrição honrada de um espião aposentado e a responsabilidade pública de um cidadão ativo.

Ao me aposentar, não tencionava escrever um livro, mas os agentes literários Andrew Wylie e Scott Moyers foram persuasivos, além de outras pessoas. Scott leu sobre mim pela primeira vez na mídia impressa. Depois andou pesquisando. Isso incluiu uma ligação para um amigo em comum, Bill Harlow, que testemunhou a meu favor. Harlow servira admiravelmente na CIA como responsável por Assuntos Públicos na gestão do diretor George Tenet. Scott e Andrew me convidaram para ir ao gabinete deles em Nova York, onde me convenceram de que eu podia e devia compartilhar mais do meu conhecimento.

Confiando em minhas lembranças desgastadas e em discussões atuais com alguns dos outros participantes, escrevi relatos pessoais para transmitir uma compreensão das questões mais profundas relacionadas com inteligência, guerra e política. As narrativas, com base na minha participação direta ou de agentes sob meu comando na época, também são importantes por tratarem de pessoas. Claro, a inteligência tem a ver, antes de tudo, com pessoas: quem atua em espionagem e ações encobertas; quem analisa a inteligência; e quem utiliza a inteligência. A inteligência também tem a ver com alvos de recrutamento, agentes estrangeiros e aqueles que se beneficiam e sofrem as consequências das operações de inteligência e das políticas, boas ou más, dependentes de informações obtidas pela inteligência.

A primeira seção do livro aborda os fundamentos do ramo. A coleta de informações, ou coleta de inteligência, em que atuei durante 24 anos, recebe mais atenção principalmente por ser o assunto que mais domino. As ações encobertas, o aspecto mais controverso da inteligência, recebem um tratamento extra. A ação desta linha mais importante de minha carreira, a Campanha do Afeganistão em 2001/02, serve como exemplo principal. Existem vários motivos. Em primeiro lugar, exerci um cargo de liderança e posso escrever sobre

tais operações com propriedade. Em segundo lugar, esse conflito serve como um excelente estudo de caso sobre a integração da inteligência com ações encobertas, guerra e política. Essa campanha é uma janela para o futuro, mescla complexa de intervenientes não estatais: inimigos, aliados e algo no entremeio. Em terceiro lugar, por conta de Bob Woodward e outros, há um volume sem precedentes de informações com fontes abertas que me permite discutir tópicos que, caso contrário, ultrapassariam os limites. Quarto, as personagens realizaram papéis dramáticos e fortes. Quinto, o sul da Ásia permanecerá uma área crucial para a segurança nacional por muitos e muitos anos, e precisamos aprender a partir de nossos acertos e erros.

Este texto também realça um novo mundo de riscos e o papel da coleta de inteligência e ações encobertas nesse ambiente. Isso inclui uma exploração de princípios estratégicos e a dinâmica complexa entre inteligência e política. O livro analisa os vínculos entre conflito, inteligência, governo e sociedade.

Espero esclarecer um pouco a arte da inteligência, relacionando algumas lições aprendidas ao longo de minha carreira, reforçadas por experiências e pontos de vista de outros. Esta obra é minha tentativa de descrever o valor dessa arte, de como a inteligência pode proteger as instituições liberais e evoluir nossa sociedade cada vez mais interligada, interdependente e global. Também enaltece o valor dos agentes de inteligência para a nossa nação.

O título do livro é um tributo ao falecido diretor da CIA, Allen Dulles, que em 1961 escreveu *The Craft of Intelligence* [*O ofício da inteligência*], e ao estrategista chinês do século V a.C. Sun Tzu, com sua *A arte da guerra*. Na primeira frase de seu livro, Dulles cita Sun Tzu. Tenho também uma dívida de gratidão com muitos outros que me orientaram.

Afinal de contas, a inteligência não chega a ser uma atividade nova.

Sun Tzu enfatizou que a arte da guerra é necessária para o Estado. Acrescentou que “toda guerra se baseia no logro” e que “se você conhece o inimigo e a si mesmo, não precisa temer o resultado de uma centena de batalhas”. Ele se referia ao valor da inteligência.

O que era verdade na China antiga continua sendo verdade hoje em dia. Cada

vez mais, guerra e inteligência são vitais não apenas para o Estado, como também para atores não estatais e cidadãos — pois estamos entrando numa nova era de conflito com suas próprias e singulares características e necessidades.

Em razão dessa marcante mudança, o mundo da inteligência está em intenso movimento. Impulsionada em muitas direções por novas forças de conflito e cooperação, distorcida por interesses políticos dinâmicos, nossa comunidade de inteligência se esforça para funcionar com eficácia. Essa síndrome é particularmente vívida nos Estados Unidos, onde a sociedade tem expectativas diversas e visões ambivalentes sobre o papel da inteligência. Quando é o assunto, muitos fatores se misturam desordenadamente em nossa psique nacional: respeito, romantismo, conhecimento, ignorância, suspeita, medo e aversão. Ou, como a consultora de segurança nacional Condoleezza Rice declarou numa audiência no Congresso: “Temos alergia a inteligência”. Para a nossa nação, é um grande esforço entender e apoiar agências de inteligência e seus profissionais.

À medida que a natureza da guerra continua a mudar, o papel da inteligência crescerá. Enquanto nação, e não apenas um Estado, os EUA precisam compreendê-la melhor, bem como suas capacidades e seus limites. Uma inteligência melhor pode proteger e fazer avançar os interesses dos Estados Unidos e de nossos aliados, além de promover a democracia liberal mundo afora. É por isso que servi a meu país e por isso que ainda honro meu juramento à Constituição. É por isso, também, que escrevo este livro.

Espero transmitir a você um pouco do que aprendi.

1

Sonhos

Se você pode imaginar, também pode realizar.

Se pode sonhar, também pode se tornar.

William Arthur Ward

Quando menino, eu sonhava em me tornar espião. De alguma forma, lá pelos dez ou onze anos, encontrei o endereço de uma agência da CIA e enviei uma carta escrita à mão, provavelmente numa folha pautada de caderno, explicando meu desejo de servir. Duas semanas depois, a CIA respondeu. Cheguei da escola, entrei em casa e encontrei o envelope lacrado me esperando na escrivaninha do quarto. Minha mãe o colocara ali. Cuidadosamente, retirei de dentro dele a carta de uma só lauda. Era datilografada, em papel timbrado oficial da CIA, com o logotipo da cabeça de águia sobre a rosa dos ventos. A caridosa pessoa que me respondeu agradeceu pelo interesse e me incentivou a tentar de novo quando tivesse mais idade.

Lembro-me de segurar a carta na mão e pensar: “Que legal! Uma pessoa da CIA se deu o trabalho de responder. A CIA existe mesmo. Talvez um dia eles me aceitem!”.

Passados mais de quarenta anos, já não tenho mais a carta, mas acalento essa recordação e muitas outras após meus anos no Serviço Clandestino da CIA. Foi mais do que um simples emprego ou uma carreira. Foi a realização de um desejo convicto. Adorei cada dia na CIA, até mesmo os mais difíceis e pesados. Servir à agência me deu a oportunidade de contribuir de formas que superaram minhas expectativas românticas da infância.

No fim de novembro de 2001, quando as forças afegãs e estadunidenses expulsaram o Talibã e a Al Qaeda do Afeganistão, o general Tommy Franks e eu concluíamos outra boa reunião. Com ele, todas as reuniões eram boas. Num instante de privacidade, caminhando, durante a noite fria, na pista de concreto do aeroporto das forças armadas dos EUA, o general Franks repousou sua grande mão em meu ombro e, entusiasmado, exclamou com a voz texana, rouca pelo cigarro:

— Hank! Sei o que você está fazendo. Está vivenciando um sonho!

— General... o senhor entendeu bem — respondi.

Fiquei me perguntando se ele tinha consciência do quão bem compreendia. Será que ele também tivera o mesmo tipo de pensamentos românticos quando pequeno? Devia ter tido, calculei, ou pelo menos algo parecido. De modo intuitivo, ele compreendia os meus sonhos mais remotos. Após essa sucinta troca de ideias, passei a ver o general Franks com outros olhos. Ele era muito mais do que tutano, cartilagem e um toque de irreverência. Naquela madrugada, no calvário de 2001, refleti sobre meus serviços na CIA.

A sensação de aventura, de espírito de equipe e de dever a ser cumprido ultrapassava tudo que eu imaginara décadas antes. Mas os desafios também eram mais difíceis. Eu nunca tinha sonhado com a tristeza, o amargor e a raiva de uma catástrofe como a de 11/9, nem com a perda de colaboradores, agentes estrangeiros e da CIA, sob meu comando. Estávamos no meio de uma guerra, e eu era o responsável pela campanha da agência no Afeganistão.

Havíamos enviado as primeiras equipes àquele país poucos dias após o 11/9. Tínhamos quase cem agentes espalhados em todos os cantos do país, trabalhando com a milícia tribal afegã, coletando informações e atuando em subversão, sabotagem e combate. Alguns de nossos homens, junto com as Forças Especiais do Exército dos EUA, iam à batalha a cavalo. Outros operavam VANTs tipo *Predator* cortando os céus. Estávamos nos vingando de um terrível ataque à nossa pátria. Estávamos protegendo nossa nação. O presidente dos Estados Unidos muitas vezes procurava nossa orientação. Matávamos milhares de inimigos.

Servir à pátria numa época de grande necessidade e combater um inimigo perverso: era com isso que eu sonhara, era isso que eu desejara tão desesperadamente por tanto tempo.

O conflito armado, em outras guerras, em outros séculos, fora objeto de minha paixão infantil. Minha mãe, que era professora, costumava me levar à biblioteca do condado de Warren, no estado da Geórgia. No piso térreo de um decadente prédio de três andares feito de alvenaria, que outrora abrigara a escola do condado, uma anuviada solidão envolvia a pequena biblioteca. As altas prateleiras, abarrotadas de livros desgastados, bloqueavam quase toda a luz que se infiltrava pelas lúgubres janelas. Uma mescla de poeira e mofo se aderira aos livros, alguns há anos sem serem abertos. Era um silencioso santuário de conhecimento ainda por se descobrir. Eu adorava o lugar.

Biografias de heróis nacionais preenchiam uma estreita prateleira. George Washington, Nathaniel Greene e Francis Marion (vulgo “Raposa do pântano”)¹ eram alguns de meus prediletos. Suas batalhas, muitas vezes não convencionais, contra o Império Britânico exigiram conhecimento e compreensão especiais, mescladas com capital humano de qualidade superior, principalmente lideranças. Ali aprendi que, sem operações secretas de inteligência, todos esses líderes-guerreiros dos EUA teriam fracassado.

Sob todos os aspectos, George Washington foi um excepcional mestre da espionagem que depositou grande ênfase no ofício da inteligência e no valor de seu produto. Empregou todos os recursos da inteligência: coleta de informações, análise, contrainteligência, negação, logro e propaganda. Descobri que até mesmo o culto e corpulento Benjamin Franklin fora um exímio estrategista de inteligência, coordenando redes de agentes na Europa.

Francis Marion atizou minha imaginação talvez mais do que qualquer outro. Fiquei maravilhado com seus furtivos, rápidos, precisos e ousados ataques de guerrilha contra os britânicos através das planícies da Carolina do Sul. Ele não apenas entendia o inimigo: conhecia o ambiente, o terreno físico e o humano. Foi um dos primeiros campeões de guerras irregulares dos EUA. Até hoje,

sempre que passo com meu carro sobre a ponte que cruza o Rio Pee Dee, na Carolina do Sul, penso nas audaciosas operações da “Raposa do pântano”.

Tendo sido uma criança bagunceira fascinada pelas façanhas bélicas, recriei, nos campos e bosques atrás de nossa casa, as batalhas das guerras de nossa pátria. Cavei trincheiras e casamatas. Tomei de assalto árvores e arbustos. Persegui o rastro de adversários imaginários. Corria em meio ao mato, gritando com os inimigos, alvejando-os e estilhaçando-os a golpes de espada. Nossos poucos vizinhos deviam achar que eu era maluco.

E eu lia. *Tarzan*, de Edgar Rice Burroughs, e *Conan*, de Robert Howard, faiscavam minha imaginação e inspiravam minhas brincadeiras. Eu apreciava a arte gráfica de Frank Franzetta, que salpicava as capas de obras de fantasia com heróis musculosos e carrancudos, muitas vezes ao lado de mulheres seminuas de proporções avantajadas.

Na escola fundamental, não tive gosto por matemática e ciências, mas adorava estudos sociais, geografia e história. Lembro-me como se fosse hoje quando a professora da sexta série, a srta. Langdon, relatou as conquistas dos assírios na Mesopotâmia. Eu jamais poderia imaginar, é claro, que em 2006 eu estaria atravessando esse mesmíssimo campo de batalha, novamente transformado em zona de guerra, mas agora com o nome de Iraque, a bordo de um helicóptero *CH-47*, acompanhado pelas Forças Especiais dos EUA, no papel de embaixador e coordenador de antiterrorismo estadunidense.

À medida que fui crescendo, mergulhei na leitura de obras sobre a prática da inteligência e das guerras modernas. Recordo-me de *The Thin Red Line*², romance de James Jones sobre a batalha de Guadalcanal. Páginas embebidas de emoções humanas, cruéis e heroicas. Também li o épico de fuga da Segunda Guerra Mundial, *We Die Alone*, do norueguês David Howarth, componente de um grupo de ação estratégica que resistiu a sofrimentos inimagináveis. Fiquei admirado com sua determinação para sobreviver, até mesmo amputando os dedos dos pés gangrenados pelo frio para prevenir que a infecção piorasse e o levasse à morte.

Li obras sobre o Gabinete de Serviços Estratégicos (OSS), o precursor, na Segunda Guerra Mundial, da CIA e das Forças Especiais dos EUA. Li sobre a incursão dos “Saqueadores de Merrill” na Birmânia. E talvez a leitura mais importante de todas: *The Craft of Intelligence*, de Allen Dulles. Ainda tenho o livro, a primeira edição em brochura da Signet, publicada em 1965. Hoje as páginas estão amassadas e amareladas pelo tempo.

Assisti a Sean Connery na pele de James Bond no filme *007 contra a chantagem atômica* (*Thunderball*, 1965). Sentei-me no meio da sala, de modo a ter visão central da tela, no pequeno e malcuidado cinema Knox, em Warrenton, na Geórgia. O personagem de Bond, impregnado de individualismo quase patológico, mas imbuído do espírito altruísta de servir ao governo, moldou novos sonhos. O desdém pela autoridade e a completa devoção às missões, junto com a criatividade descolada, ofereciam um novo prisma para meus conceitos emergentes sobre serviço governamental. Mas pouco me importei com a sofisticação social de Bond. Afinal de contas, ele era britânico. Talvez eu vislumbrasse que, com minhas raízes fincadas nos confins da Geórgia, eu jamais conseguiria adquirir tamanho charme cosmopolita. Ou talvez eu não combinasse com bebidas caras e roupas chiques. Mas o restante eu queria com todas as minhas forças e estava determinado a alcançá-lo.

Todas as noites, meus pais e eu assistíamos à cobertura da Guerra do Vietnã. Conversávamos sobre os garotos locais que combatiam lá. Alguns não voltaram. Quantos jovens das fazendas e florestas do condado de Warren, Geórgia, não voltaram das guerras de nossa nação! Monumentos na praça da cidade homenageavam o serviço e o sacrifício desses heróis. No bloco de granito defronte ao tribunal do condado estão inscritos os nomes dos 154 veteranos da Guerra da Independência dos EUA enterrados no condado. Número notável para um condado tão pequeno.

Pesquisador, cartógrafo, silvicultor e mateiro, meu pai muitas vezes me levava com ele para trabalhar ou caçar. Às vezes nos deparávamos com cemitérios abandonados e túmulos afundados. A mata da Geórgia avançara sobre tantas propriedades familiares, algumas delas com cemitério próprio. Muitas sepulturas

ainda tinham lápides, umas quebradas, outras cobertas de musgo, e outras ainda tão apagadas que mal se conseguia ler nomes e datas. As sepulturas há tanto tempo esquecidas, algumas de soldados, me assombraram e me inspiraram. No silêncio da floresta, ao redor desses sítios sagrados, rodopiava o orgulho melancólico de missões não divulgadas e honras secretas.

Nossa família tem tradição no serviço nacional. Durante uns dois anos, meu pai foi oficial não comissionado no 101^o Batalhão Paraquedista. Todos os seus quatro irmãos mais velhos combateram na Segunda Guerra Mundial. Todos os seus tataravós paternos lutaram no Exército dos Estados Confederados na Batalha de Peachtree Creek, perto de Atlanta. Meu ancestral direto, William Crumpton, alistou-se em 1863, aos 43 anos de idade. Na folha de inspeção militar constam cabelo e pele escuros e altura de 1,78 m. Aparentemente, ele não sabia ler nem escrever; no lugar da assinatura, desenhou um “X”.

Meu avô foi um dos primeiros da linhagem a se formar no ensino médio. Concluiu a etapa por meio de um curso a distância, aos 38 anos. Meu pai e um dos irmãos dele foram os primeiros dois Crumpton de nossa família a receber diploma universitário.

Meus pais enfatizavam a importância da educação. Aluna brilhante, minha mãe concluiu a faculdade aos dezenove anos. Imediatamente começou a lecionar na escola fundamental, apoiando meu pai, que frequentava a Faculdade de Silvicultura da Universidade de Geórgia. Eles me forneceram todas as oportunidades para me desenvolver intelectualmente.

Eu adorava aprender e estudava com ardor. Frequentei uma pequena escola pública sem aulas avançadas nem programas de honra, mas com professores bons e dedicados. Destaquei-me na sala de aula e pulei a sétima série. Na oitava, escrevi minha primeira monografia. O tema foi a Guerra dos Seis Dias, atordoante vitória israelense contra os vizinhos árabes em 1967. Uma disputa concisa, vencida antes do início do combate, devido à intensa preparação e à extraordinária coleta de informações.

Na adolescência, a testosterona ultrapassou os sonhos de infância, e eu me

afastei da ideia de servir à nação e me concentrei em aventuras mais prementes e duvidosas. Saí de casa aos dezesseis anos, com cem dólares no bolso e a mochila verde-oliva de meu pai. Ele me deu a grana, e minha mãe, um beijo com os olhos rasos d'água. Eu os amava imensamente, e ainda amo. Mas aquela era a hora de partir. Havia um mundo além da sala de aula, além dos bosques de coníferas da Geórgia.

Viajei para o oeste e encontrei um trabalho no Alabama, numa equipe de levantamentos e pesquisas. Semanas depois troquei de emprego: entrei numa fábrica de tapetes, onde empacotava e carregava grandes carretéis de linha. Fazia o turno da noite, por isso podia estudar durante o dia. No ano seguinte, após trabalhar 40 horas por semana na fábrica e frequentar assiduamente as aulas, deixei o Alabama com um pequeno pé-de-meia e um diploma de ensino médio.

Continuei rumando a oeste. Minha primeira viagem ao exterior, aos dezessete anos, foi para Juarez, no México. Estava em El Paso, no Texas, e atravessei a ponte sobre o Rio Grande. Mais tarde, eu voltaria ao México com frequência.

Atraído pelo programa Great Books (que estuda clássicos da literatura mundial), passei a cursar a Faculdade St. John's, em Santa Fé. Mas logo oportunidades extracurriculares me atraíram para a Universidade do Novo México, em Albuquerque, e me transferi para lá. Em quatro anos, estudei apaixonadamente: ciências políticas, história, antropologia e geografia. Também persegui colegas do sexo feminino, esquiei em Taos, pratiquei artes marciais e joguei rúgbi nos campos ressequidos de sol espalhados pelo sudoeste.

Depois de me formar, vagueei pelo mundo, avaliando que, se eu estava tão interessado em geografia global e política internacional, então eu devia adquirir uma perspectiva melhor e mais íntima. Perambulei e trabalhei onde pude, visitando Nova Zelândia, Austrália, Indonésia, Cingapura (onde todos os homens de cabelo comprido têm de voltar ao fim da fila da alfândega e imigração), Malásia, Tailândia, União Soviética, Noruega, Dinamarca, Alemanha, Holanda e Reino Unido. Pela graça de Deus, eu me esquivei dos executores da lei por minhas violações de imigração, contrabando, câmbio no mercado negro, ameaças violentas à ordem pública e outros delitos. Foi um ano memorável no

exterior, uma introdução instrutiva e improvisada ao risco e à recompensa globais.

Aos 22 anos, retornei aos EUA e novamente me candidatei à CIA. E novamente obtive uma carta de rejeição. Polida e formal, a resposta enumerava minhas várias limitações. A CIA me aconselhou a fazer um mestrado, obter mais experiência internacional e aprender uma língua estrangeira — algo mais útil que o espanhol rudimentar das ruas ou australiano coloquial.

Garanti um empréstimo estudantil, transferi-me para a região de Washington, D.C., encontrei um emprego em regime não integral e me matriculei no mestrado da Universidade Americana. Após dois meses, insatisfeito com o estudo e mais convicto do que nunca a me tornar espião, eu consegui o endereço de um gabinete de recrutamento local da CIA, em Rosslyn, na Virgínia.

Entrei nas dependências do prédio sem prévio anúncio e me sentei na sala de espera. Uma recepcionista abriu a porta e veio me saudar. Expliquei que gostaria de entrar no Serviço Clandestino da CIA. Ela pediu que eu esperasse ali e desapareceu. Não havia mais ninguém lá. Imaginei se estava sendo observado ou filmado. Uma sensação sinistra.

Um simpático afro-americano, com seus cerca de trinta anos de idade, surgiu para me cumprimentar. Usou um prenome inócuo enquanto trocávamos um aperto de mãos. Descreveu-se como agente operacional da CIA recém-chegado de uma missão no exterior. Após me fazer umas poucas perguntas ainda na recepção, ao que parece com o objetivo de testar minhas intenções, ele me concedeu a cortesia de fazer uma entrevista. Transferimo-nos para uma pequena sala. Perspicaz, descontraído e envolvente, ele me entrevistou por quase uma hora. Apresentei currículo, histórico escolar e informações de contato. Perguntou duas vezes se a média de minhas notas era, de fato, tão alta. Assegurei que sim. Indagou-me sobre minhas experiências além-mar. Contei a ele a verdade, tim-tim por tim-tim. Perguntou se eu transgredira alguma lei nacional. Admiti ter passado por situações desagradáveis com guardas-florestais quando menino, sofrendo duas repreensões severas.

Preso ao cinto de segurança de um Puma GTO com 4 mil cilindradas, eu tinha

participado de pegas nas ruas, mas nunca tinha sido flagrado pela polícia. Houve outras violações de trânsito. Eu também já tinha disparado armas de fogo no perímetro urbano. E me envolvido em muitas lutas corporais. Houve dois incidentes em que corri nu em público, mas, novamente, jamais fui detido, tampouco indiciado por nada. E era só. Perguntou se eu já tinha experimentado drogas. Nunca, respondi, acrescentando que sequer consumia bebidas alcoólicas. Ele provavelmente imaginou que eu fizera todas as minhas tristes peripécias... sóbrio!

Perguntou por que eu queria entrar na CIA. Respondi que amava meu país e queria servi-lo, e aquela era a melhor maneira para contribuir. Contei-lhe que tinha escrito para a agência quando era menino. Eu queria ser um agente de operações da CIA. Era o sonho da minha vida.

Ele foi educado, mas não me ofereceu incentivo nem acompanhamento. Saí dali pensando que a entrevista tinha sido melhor que outra carta de rejeição. Pelo menos eu conversara com um verdadeiro agente da CIA. Mantive minhas esperanças em xeque. Aquilo provavelmente levaria anos. Eu terminaria meus estudos de pós-graduação, aprenderia uma língua estrangeira, viajaria mais e faria nova tentativa. Talvez eu fosse ao México aprender espanhol. Talvez eu voltasse ao sudeste da Ásia. Talvez eu me alistasse no Exército, embora a ideia de uniformes e rotina repetitiva não me agradasse. O ponto de corte para candidatos a agente operacional da CIA era 35 anos, portanto eu tinha muito tempo, já que essa idade parecia tão distante. Parecia tão velha.

Naquela noite, a CIA me ligou. Queriam que eu voltasse na semana seguinte. Tinham a intenção de me entrevistar novamente.

— Caramba — murmurei ao desligar o telefone.

Pulei pela sala, esmurrei o ar, contive um grito. Após anos de sonhos e preparativos, eu tinha uma chance.

Depois de passar por um exame no detector de mentiras e um período de entrevistas e testes que se estendeu por nove meses, entrei no Serviço Clandestino da CIA na função de agente operacional como trainee (CT). Eu tinha 23 anos na época.

2

Treinamento

(...) A experiência e a habilidade com relação a fatos particulares são também consideradas uma espécie de coragem; por essa razão Sócrates identificava a coragem com o conhecimento.
Aristóteles, *Ética*.

Na minha turma de trainees da CIA, eu era o mais novo, o que tinha menos estudo e menos experiência. Eu não tinha feito serviço militar, não falava outra língua, não tinha mestrado, nem habilidade técnica ou pedigree profissional.

Comecei a fazer trabalhos manuais sérios aos treze anos. Isso incluía abrir, com foice, uma picada para pesquisadores na mata fechada, escavar valas ao longo de estradas de asfalto escaldante e transportar madeira em canteiros de obra. Tentei jogar (e fracassei) na liga profissional de rúgbi australiana. Tinha me envolvido em lutas corporais em quatro continentes, com ossos quebrados e dentes perdidos, meus e de outros. Mas não tinha ferimentos que me debilitassem nem tampouco ficha criminal. Aparentemente, a CIA imaginava que isso valia alguma coisa.

Eu sabia ler mapas, orientar-me na selva, sobreviver em terras estrangeiras, manusear armas de fogo e trabalhar implacavelmente. E o mais importante: trazia a habilidade e o desejo de aprender, de administrar altos riscos e de servir a meu país em locais incertos e longínquos.

Minha turma de estagiários da CIA abrangia mais de trinta cidadãos estadunidenses que havia pouco tinham sido estudantes, soldados, homens de negócio, policiais, advogados e burocratas. Após muitos meses de testes, entrevistas e investigações sobre nossas experiências pessoais, nós tínhamos

ultrapassado o limiar. Éramos CTs no Serviço Clandestino da CIA, a unidade de espionagem dos Estados Unidos da América. Trabalhávamos para o Diretor da Inteligência Central, que trabalhava para o presidente.

Fiquei me perguntando qual seria o nosso desempenho durante os próximos dezoito meses de treinamento. Quem seria certificado para missões clandestinas no estrangeiro? Eu estava confiante, impulsionado pela minha determinação para superar esses estagiários mais velhos, mais experientes e mais preparados. Essa confiança foi reforçada pela minha coragem de explorar minha própria ignorância e aprender com isso. A sensação de aventura me atizou. Muita coisa passava pela minha cabeça, mas nunca pensei que fracassaria. Também nunca imaginei que meus colegas estagiários personificariam extremos tão opostos de patriotismo heroico e traição criminosa.

Um foi Edward Lee Howard, que desertou para a União Soviética e expôs agentes estrangeiros leais à CIA — russos que foram capturados, fatigados, amarrados e depois executados com um tiro na nuca. Howard também forneceu aos contatos soviéticos os nomes e a avaliação de seus colegas de turma, inclusive eu. Anos depois, isso ficou claro quando li um documento confidencial fornecido pela KGB a um serviço de segurança estrangeiro — serviço no qual a CIA tinha penetrado. Nossa fonte, sem disfarçar a alegria, entregou-me o documento soviético tarde da noite durante um breve encontro num beco deserto. O memorando, que li mais tarde naquela noite, após trocar de veículos e ir para casa, identificava-me como agente da CIA. A KGB avisava o serviço de inteligência estrangeiro de que eu era perigoso e devia ser vigiado. Não fiquei surpreso, apenas um pouco alarmado ao ver meu nome num memorando da KGB. Após refletir um instante, fiquei lisonjeado.

Outro colega de turma foi Steve Kappes. Robusto jogador de futebol americano universitário, ele estudara patologia forense e depois servira durante cinco anos como fuzileiro naval. Calvo e de óculos, Steve exercitou, desde o primeiro dia, uma liderança disciplinada. Ele comandaria operações de campo da CIA em situações de guerra. Ajudaria a convencer Kadafi a abandonar o programa de armas nucleares da Líbia. Acabaria, enfim, chegando ao ápice do

Serviço Clandestino, afastando-se por uma questão de princípios e retornando mais tarde como Diretor Adjunto da CIA. Steve continua sendo um de meus amigos e confidentes.

Logo após começarmos, recebemos o *feedback* da mesma equipe de especialistas em saúde física e mental que nos escrutinou durante o processo de avaliação/contratação pela Agência. Steve e eu compartilhamos as descobertas dos psiquiatras sobre nós. Steve demonstrava o perfil psicológico perfeito para gestão de processos: moderadamente extrovertido, aguçadamente analítico, com um senso equilibrado de risco. Também valorizava e respeitava a cadeia de comando.

Eu não me adequava ao perfil. Na planilha dos psiquiatras, eu caía na categoria dos quase introvertidos, profundamente intuitivos e semirrebeldes. Cultivava antipatia pela autoridade, mas valorizava a lealdade a quem eu servia. Eu era uma combinação esquisita. Eles me garantiram, porém, que eu me enquadrava nos limites de aceitabilidade por eles definidos de modo altamente científico. De acordo com eles, minhas notas indicavam modestas perspectivas profissionais.

Sempre fiquei curioso por saber qual seria o perfil de Edward Lee Howard.

Nossa orientação inicial foi conduzida em sala de aula, num enfadonho e discreto prédio comercial nos subúrbios de Virgínia. Os instrutores também eram desinteressantes. Não consigo me lembrar de nenhum deles. Lembro, sim, dos inúmeros formulários que completamos e das tabelas organizacionais que decoramos. Também me recordo de uma palestra com apresentação de slides que ilustravam sistemas estrangeiros de armamento comparados com equivalentes dos EUA. As descrições eram extraordinariamente semelhantes, pois espiões de outros países tinham roubado nossos planos.

O palestrante listou vários exemplos de espionagem estrangeira contra os EUA e, ainda mais preocupante, a perda inexplicável de nossos segredos para potências externas. Isso desencadeou um tema interminável e crucial ao longo do treinamento e de minha carreira: a necessidade de acessar, compartimentar e validar as informações de inteligência e suas fontes. Essas aulas introdutórias

sobre segurança e contrainteligência lançaram os alicerces de minha formação em espionagem.

Cada CT podia se oferecer para trabalhar em missões temporárias, com duração de várias semanas a vários meses, nas diversas divisões geográficas e funcionais no âmbito do Serviço Clandestino, também conhecido como o Diretório de Operações. Isso servia como uma rápida introdução prática aos departamentos em que por fim cada um de nós seria alocado. Eu viajara pelo sudeste da Ásia e adorara o lugar, por isso solicitei uma missão para essa divisão.

Na condição de estagiários, calouros e inexperientes, sabendo quase nada sobre o tópico em questão, atuamos como “soldados rasos” nos gabinetes. Foi uma grande oportunidade, porém, para vislumbrar as operações da vida real com tutoria de espões verdadeiros que trabalhavam nos quartéis-generais, após períodos operacionais em campo.

Na primeira semana de minha missão temporária no gabinete do sudeste da Ásia, senti o primeiro gostinho de operações de vida ou morte. Um agente bondoso, embora de trato difícil, que lutara no Vietnã deixou uma pilha de arquivos na minha mesa e me disse para lê-los e lhe fornecer uma avaliação. Ele queria saber como se livrar de contas caução em nome de agentes estrangeiros com quem perdêramos contato.

Os arquivos revelavam relatos heroicos e cruéis. Um dos mais perturbadores trazia transcrições de transmissões de rádio de um agente estrangeiro amaldiçoando seu contato na CIA, num local distante e seguro, enquanto o agente e sua equipe de reconhecimento eram alcançados pelo inimigo. O agente morto não tinha familiares conhecidos, pelo menos nenhum que estivesse vivo. Recomendei que a conta caução fosse fechada e o saldo devolvido ao Tesouro dos EUA.

Também me lembro da primeira experiência com vazamento durante essa mesma missão temporária. No começo de 1981, fiquei horrorizado com as manchetes do *Washington Post* que revelavam como uma equipe de reconhecimento da CIA estava no Laos à procura de compatriotas capturados

durante a Guerra do Vietnã. O relato era verdadeiro, pois eu tinha ajudado a organizar parte da logística no quartel-general. A equipe, eu sabia, continuava no Laos, ainda longe da fronteira tailandesa e da segurança. Como um vazamento desse tipo pôde acontecer? E por que um jornal dos EUA publicaria uma matéria dessas?

Minha próxima missão temporária foi na Divisão Africana. Eu não sabia quase nada sobre o continente, mas me interessei pela divisão por conta de sua liderança e de seus agentes de campo. Era um grupo bem heterogêneo, mas composto em sua maioria por pessoas felizes, irreverentes e desinibidas. Alguns no Serviço Clandestino enxergavam a Divisão Africana como o lar dos agentes menos ortodoxos e mais iconoclastas. Para outros, a divisão era fim de mundo que recebia desajustados inaptos a funcionar em ambientes mais sofisticados.

Meu chefe era um homenzarrão envolto numa aura ainda maior de carisma. Foi um dos primeiros agentes paramilitares da CIA a serem destacados para trabalhar no Laos com o povo hmong, no começo dos anos 1960. Mais tarde, ele serviu como chefe de posto avançado em países africanos francófonos. Ele exigia excelência, especialmente em comunicações. Esperava iniciativa, até mesmo criatividade. Também não hesitava em depositar responsabilidades em jovens estagiários como eu.

Sentado em sua salinha, que parecia ainda menor com sua presença física ocupando tanto espaço, ele me instruiu sobre como lidar com uma equipe de aliados estrangeiros que estava para chegar, com o objetivo de serem treinados em habilidades básicas de espionagem, sob a orientação de nossos agentes. Era um novo relacionamento de inteligência, e essa era a primeira visita deles. O presidente do país chegaria logo após o treinamento ser concluído. Para a divisão, era um assunto importante.

Indaguei:

— Quem é o encarregado desta visita? Qual agente vai controlar tudo?

Meu chefe de divisão respondeu, lacônico:

— Você.

Fiquei ali sentado, certo de que ele devia ter perdido a lucidez. Eu sequer

havia sido treinado, e não sabia nada sobre a África, nem sobre esse tal país, e muito menos sobre esse serviço aliado. Eu entrara na CIA há poucos meses. E apenas começara a trabalhar na divisão dele.

Meu chefe de divisão me observava, esperando que eu dissesse algo. Talvez ele quisesse que eu recuasse ou protestasse. Minha mente retrocedeu a um incidente na liga mirim de beisebol, quando eu tinha uns sete ou oito anos. Meu treinador, Mike Hodges, me orientou a sair do campo externo e ir para a primeira base. Fiquei incrédulo e demonstrei isso. Mike respondeu com um olhar de impaciência e raiva, beirando a fúria, pois não confiei na decisão dele nem em mim. Engoli em seco meu medo e assumi a primeira base, posição em que atuei no restante da temporada. Uma lição que jamais esqueci.

— A-hã, senhor. Sem problemas. Obrigado — respondi com o máximo de confiança que consegui demonstrar.

Deixei a barba crescer e adotei meu primeiro codinome operacional: “Franco”. Examinei a casa segura e conheci as pessoas responsáveis por mantê-la. Fui apresentado aos instrutores e organizei o cronograma. Em seguida, conheci os estagiários do país aliado e os escoltei por todos os lugares.

De algum modo, ao longo das quatro semanas seguintes, eu me virei. Não posso avaliar a eficácia do treinamento, nem seu impacto operacional ou político. Eu não tinha pontos de referência. Só servi de cicerone ignorante, ainda que solícito.

Recordo que houve apenas uma surpresa. Durante um intervalo no treinamento, no fim da tarde, um dos alunos visitantes pediu para falar comigo a sós. Passamos a um pequeno cômodo na casa segura, isolado dos outros.

O estudante, fazendo uma careta, apontou a região pubiana e sussurrou:

— Meu pênis está doendo.

— Como é que é? — indaguei.

— Meu pênis — repetiu.

— Qual o problema?

— Não sei — choramingou. — Não quer dar uma olhada?

— Melhor não. Só inspeciono meu próprio pênis. Vou chamar um médico —

respondi educadamente.

Na manhã seguinte, o médico da CIA examinou o aluno. Poucos minutos depois, o médico saiu da sala e me passou um vidrinho de comprimidos.

— Apliquei uma injeção nele. Faça-o tomar estes comprimidos que receitei — ordenou o médico.

— Tá feia a coisa?

— Talvez o pior caso de gonorreia que já vi na vida — disse ele, dando um tapinha em meu ombro e rumando apressado para o carro.

Logo meu paciente do país aliado veio falar comigo.

Eu nunca imaginara que essa tarefa faria parte do meu dever. Não consegui me lembrar de sessões de instrução, livros nem filmes de James Bond sobre isso.

Com o frasco de comprimidos bem na frente de seu nariz, expliquei ao aliado estrangeiro, em linguagem clara e com todas as letras:

— Precisa tomar estas pílulas todos os dias — chacoalhei o vidrinho. — Caso contrário, seu pênis vai cair.

— Sim, sim. Obrigado. Obrigado — gaguejou ele, agarrando o frasco.

Durante minha missão na Divisão Africana, arqueei com mais responsabilidades do que eu tinha imaginado, com desafios imensos e oportunidades de todos os tipos. Foi bem mais do que ciceronear um aliado contaminado por gonorreia nas imediações de Washington: envolveu o acesso a uma ampla gama de alvos operacionais no continente. Agentes da Divisão Africana englobavam soviéticos, chineses, cubanos e até mesmo norte-coreanos, junto com agentes africanos, insurgentes e um sortimento de outros ativos necessários para a coleta de informações e ações encobertas. Era imensa, em especial se comparada a algumas outras divisões geográficas com bases grandes e ambientes mais restritos. Agentes trabalhando atrás da Cortina de Ferro, por exemplo, realizavam um trabalho corajoso e relevante, mas dependiam mais de estrutura e disciplina do que de caos e criatividade.

Os agentes da Divisão Africana, em geral, prosperavam em ambientes fluidos, desestruturados e tumultuados. O continente atraía agentes com iniciativa e adeptos de atitudes não convencionais. A divisão era repleta de personagens

marcantes, como o atarracado e musculoso William “Bwana” Moseby, que, com seu bigode de guidão, personificava os valores da Divisão. Ousados e inusitados, na aparência e nos atos, esses sujeitos adoravam a missão, adoravam o risco. Eu queria estar com eles, aprender com eles.

Após minha missão temporária na Divisão Africana, fui transferido com minha turma para o campo de treinamento, para meses de intensivo aprendizado de habilidades e segredos da espionagem.

Os instrutores do campo de treinamento, à exceção de uns dois bêbados inveterados, oscilavam entre bons e excelentes. Incluíam agentes gabaritados, como Gary Schroen, especialista em sul da Ásia que comandaria a primeira equipe Jawbreaker no Afeganistão após o 11/9. Alguns tinham servido no cargo de chefes de base. Outros eram soberbos em operações em áreas sob o controle inimigo, em que habilidades minuciosas mantinham vivos os agentes e as autoridades operacionais, embora nem sempre.

Esses instrutores tinham trabalhado na União Soviética, na Europa Oriental e em países comunistas da Ásia. Lá, serviços hostis desempenhavam abrangentes e sofisticadas operações de contrainteligência para frustrar os esforços da CIA. Outros instrutores, muitos deles veteranos do Vietnã, eram especialistas paramilitares com experiência mais recente na África e na América Latina. Alguns combinavam talentos de espionagem com habilidades técnicas. Outros eram linguistas versados. Pouquíssimos, pouquíssimos mesmo, eram recrutadores consistentes em busca de agentes estrangeiros produtivos. Isso valia para todo o espectro do serviço. Recrutadores eram raros e altamente conceituados.

No decorrer de muitos meses, esses instrutores nos ensinaram as pinceladas mais básicas e amplas da espionagem. Palestraram sobre os diversos aspectos das habilidades essenciais. Isso incluía mensagens codificadas, *dead-drops*,¹ vigilância e contravigilância. Treinamos a pé e em carros. Viajamos a várias áreas metropolitanas, de modo a manobrar em áreas densamente habitadas ou em subúrbios afastados.

Aprendi que a coleta de inteligência compreende muitas etapas: imagens aéreas, interceptações de sinais atmosféricos, penetrações de áudio, grampos telefônicos, entradas sub-reptícias e até mesmo fontes abertas.

Mas o coração da inteligência é a espionagem humana. Em seu elemento mais primordial, espiar tem a ver com entender e influenciar o escopo do comportamento, desde o perverso até o exaltado, e manobrar através deste labirinto emocional em busca de informações valiosas que não são disponibilizadas de outra forma. A espionagem também é a base da ação encoberta, que não é coleta, mas sim outra ferramenta diplomática, suplementar à política externa.

Na espionagem atuei de modo irregular, talvez por isso os psiquiatras da CIA estivessem parcialmente certos. Minhas habilidades técnicas eram horríveis. Meu conhecimento científico era elementar. Minha proficiência em língua estrangeira era nula, e eu jamais conseguiria me passar por um cidadão de outra nacionalidade. Percebendo minhas limitações na integração linguística e intercultural, e minhas inclinações pessoais, nunca aspirei nem me esforcei para me tornar um agente poliglota. Em vez disso, levei comigo a cultura prática e elementar do meio rural da Geórgia pelo mundo todo. Não havia opção real, então apliquei ao meu trabalho os princípios de lealdade incutidos em minha criação. Fiz alguns ajustes, como moderar meu pesado sotaque, de modo que autoridades europeias, insurgentes africanos, guerrilheiros asiáticos e diplomatas latino-americanos conseguissem entender o meu inglês.

Era menos inclinado à disciplina meticulosa de operações em áreas sob o controle inimigo, embora eu tivesse viajado e trabalhado com codinome comercial em certos ambientes restritos. Minha memória era boa, não excepcional — à exceção da cartografia. Conseguia ler, recordar e seguir mapas com facilidade. Minha redação era adequada e me esforcei para melhorar, começando no campo de treinamento, onde um instrutor exasperado me explicou a diferença entre voz ativa e passiva. Tudo indica que dormi nessa aula de inglês.

As comunicações, especialmente o mundo crucial, embora mundano, de redigir relatórios, são fundamentais para a espionagem. Ao longo de minha

carreira, redigi milhares de relatórios, mensagens operacionais e correspondências diplomáticas.

No campo de treinamento, os instrutores colocavam interminável ênfase na necessidade de produzir inteligência de qualidade para a clientela, não importa qual fosse o ramo do governo. Claro, o cliente supremo era o presidente, mas havia muitos outros, como embaixadores, comandantes militares, legisladores, autoridades policiais, diplomatas e analistas. Todos precisavam da inteligência para lhes auxiliar na tomada de decisões e no planejamento operacional.

O agente operacional recolhia e transmitia essas informações por meio de um relatório formal e estruturado. Havia o título, a data em que a informação fora obtida, o crédito da fonte, que procurava caracterizar o acesso do agente às informações, e o histórico da confiabilidade dessa fonte, fosse homem ou mulher. Apenas um reduzido pessoal da CIA, encarregado de administrar ou executar a operação, sabia a identidade da fonte. A clientela dos relatórios de inteligência não precisava saber desse detalhe, mas precisava, sim, entender a qualidade da fonte e das informações. Esse era o propósito do crédito da fonte. Protegia a identidade dela, mas fornecia ao cliente um ponto de referência, uma ideia de qualidade e contexto.

Os instrutores também nos ensinavam a rascunhar uma mensagem operacional transmitida via cabo, num canal estreito e paralelo, para acompanhar o relatório formal de inteligência. Essa mensagem via cabo explicava os aspectos operacionais. Dessa forma, o agente operacional conseguia fornecer os detalhes da aquisição, ou seja, como e por que a fonte obteve as informações. Apenas um punhado de pessoas da CIA envolvidas no caso receberia essa mensagem.

Muitas questões operacionais, de acordo com os instrutores, deviam ser respondidas nessa mensagem. A fonte obteve as informações no curso de seus deveres normais? Caso negativo, quais as circunstâncias? De que modo o agente pode justificar aos outros esse acesso? E, afinal, quais foram ou serão as consequências das ações do agente? O agente tinha confiança em suas fontes? Por quê? O agente tinha acesso contínuo a esse tipo de informação? Que outros objetivos a fonte podia ter para fornecer essas informações, além de

corresponder à necessidade e à orientação do agente operacional? Será que o agente ou quem sabe as subfontes procuraram influenciar e não apenas informar? Caso positivo, por quê?

Os instrutores do campo de treinamento nos testavam repetidamente, por meio de uma série de exercícios, para distinguir inteligência com base em fatos de inferências, especulações e opiniões. Eles nos faziam separar inteligência de informações operacionais. Num desses episódios de treinamento, três instrutores encarnaram diferentes papéis e me forneceram três versões distintas da mesma informação. Minha missão era lembrar todas as informações e escrever um único relatório de inteligência combinando as três fontes, filtrando os fatos do restante. E, é claro, também rascunhei uma mensagem operacional via cabo para acompanhar. Em seguida, meus instrutores dissecaram meu trabalho e não deixaram pedra sobre pedra do que fora, na minha percepção, uma obra-prima da inteligência.

Esse tipo de instrução, espécie de “exercício com fogo real” nos campos intelectual, social e psicológico, servia de rotina diária. Era um acampamento de treinamento estranho, intenso, interpessoal e literário. Divertido e, às vezes, estimulante.

As lições de espionagem mais fascinantes, para mim, envolviam a afluente e inexata arte do recrutamento. Um instrutor, veterano curtido pelo tempo, de etnia indeterminada, estimava que menos de 20% dos responsáveis recrutavam 80% dos melhores agentes. De acordo com ele, não havia modo concreto para saber quais agentes seriam os melhores recrutadores até serem destacados para missões no exterior. Explicou que excelentes recrutadores vinham em todos os formatos e tamanhos e exibiam um leque de personalidades.

Ele não se importava muito com os prognósticos de desempenho feitos pelo psiquiatra. Defendia que cada estudante devia treinar com afinco, aprender bons hábitos e sair à caça de futuros agentes talentosos — e sempre continuar aprendendo. Defendia que todos os recrutadores de elite constantemente aprimoravam seu ofício. Sempre experimentavam novas estratégias e sempre as ajustavam, pois todos os alvos e todos os ambientes eram distintos.

Os instrutores realçavam os ingredientes de uma operação de recrutamento: MICE. Ou seja: Moeda, Ideologia, Concessão e Ego. Pensei noutro, Retaliação, talvez uma extensão do ego, mas sem dúvida forte o suficiente para garantir uma designação própria. Mais tarde em minha carreira, no universo do antiterrorismo e da guerra, eu aprenderia e aplicaria a Coerção, desde a mais intrincadamente sutil até a mais maciçamente cinética.

Em todos os recrutamentos, um agente operacional explora e investiga uma combinação de fatores motivacionais. Cada agente operacional tem seu próprio conjunto de qualidades. Alguns borrifam cores vibrantes numa tela grandiosa. Outros esmiúçam rascunhos, camadas de detalhes sobre detalhes. Outros ainda constroem relacionamentos com prováveis agentes com base em pura intuição, sem saber do que eles são capazes. Enquanto outros tramam e planejam com base em amplos estudos psicológicos, tentando colorir com números.

O agente operacional bem-sucedido precisa se dar conta de que ele não é a parte mais importante de uma operação de recrutamento. O ponto central de qualquer operação de recrutamento é o alvo. O agente operacional não deve permitir que seus próprios objetivos imediatos bloqueiem as ambições do alvo. O agente operacional tem de entender que o provável agente também tem sua própria percepção, embora talvez precise de ajuda para expressar suas necessidades. O objetivo final é desvelar e compreender o ponto de vista do alvo e lhe dar condições para desempenhar serviços de inteligência.

É aí que a missão se torna ainda mais difícil, pois a tela geopolítica está sempre mudando e, às vezes, rompendo linhas imperceptíveis e defeituosas. Tanto o agente operacional quanto o novo agente selecionado constantemente analisam um ao outro, suas respectivas capacidades e intenções. O agente operacional sabe que o recrutamento e a inteligência produzida jamais serão perfeitos. Apenas deseja que alguém reconheça e valorize as imagens instantâneas. Também deseja que ele e o recruta sobrevivam, progridam e expandam suas contribuições para seus líderes operacionais e políticos.

Minha ânsia para aprender sobre inteligência e dar andamento à missão era insaciável. No campo de treinamento, meu desempenho foi sofrível no começo,

mediocre pela metade do curso e respeitável no exercício final. Os instrutores certificaram a maioria de nossa turma, inclusive eu, para servir no exterior.

A Divisão Africana aceitou meu pedido para “assentar base” ali. Meu primeiro trabalho como agente operacional certificado foi o mesmo de antes, quando eu era um estagiário na missão temporária: trabalho de escritório. Eu até podia ter concluído a formação no campo de treinamento, mas sem experiência em campo, eu não era nada além de um burocrata. Entretanto, trabalhei animadamente enquanto esperava o curso paramilitar e a consequente escalção para missão em terras estrangeiras.

Um belo dia, durante esse tempo de espera, um sujeito alto estacou defronte a minha mesa, girou os calcanhares e perguntou à queima-roupa:

— Quem é você? O que está fazendo?

— Sou o escrivão — respondi, imaginando quem poderia ser aquele atrevido. Não era muito mais velho do que eu. Tinha de ser um agente operacional de campo, calculei comigo, considerando sua confiança inabalável.

Como se lesse minha mente, ele acrescentou:

— Sou o chefe-adjunto desta base. Você trabalha em minha base. Tem alguma ideia do que está fazendo?

— Sim, gerencio vestígios de suas pistas operacionais e respondo a outras questões que vocês jogam no meu caminho. Acabo de terminar o treinamento. Estou esperando minha missão.

Ele me fitou, em seguida suspirou, quase à beira da exasperação. Puxou uma cadeira e pegou uma folha de papel. Com o auxílio de diagramas que ia desenhando, ele me explicou meticulosamente o funcionamento da base. Enumerou os melhores agentes e forneceu muitos detalhes sobre os segredos do ofício. Descreveu a idiossincrática rede de agentes e os desafios enfrentados pela agência. Resumiu os relacionamentos da base com o serviço aliado local. Explanou como a base atendia a uma ampla gama de clientes formuladores das políticas dos EUA. Tirou minhas dúvidas com clareza e paciência. Apreendi mais com ele em 45 minutos do que lendo ao longo de vários dias.

Após sua aula não solicitada, ainda que útil, ele concluiu:

— Seu trabalho aqui no quartel-general é importante. Confiamos em você.

— Sim, senhor. Obrigado — respondi.

E, tão subitamente quanto havia aparecido, ele partiu. Foi seco, direto e franco, quase um tanto teatral. Mas também se mostrou um sujeito decente. Não precisava deixar suas tarefas rotineiras só para ensinar e incentivar um novato inexperiente. Mas é isso que os bons líderes fazem. Talvez um dia, cisme com meus botões, surgisse a oportunidade de trabalhar para ele.

Foi meu primeiro encontro com Cofer Black. Nossos caminhos continuaram a se cruzar na África. Ao longo das próximas duas décadas nós dois subiríamos na hierarquia. Ele comandaria o Centro de Antiterrorismo (CTC) e eu atuaria como seu auxiliar. Ele seria meu mentor e amigo para sempre.

Poucas semanas depois, outro chefe da Divisão Africana deu as caras no meu diminuto cubículo. Baixinho e quase rechonchudo, comunicava-se com frases sucintas e rápidas. Explicou que era o chefe de base (COS) de uma pequena, porém importante, base, com um bem fundado programa de ações encobertas. Explicou que a base precisava de mais fontes, em especial entre os muitos países que eram alvos terciários na região. Soviéticos, chineses, líbios, cubanos e outros esperavam para serem recrutados, frisou ele com grande entusiasmo.

— Li seu histórico. É jovem e solteiro. Teve bom desempenho no campo de treinamento, em especial em cenários de recrutamento — acrescentou ele.

— Sim, senhor. Gostei da atividade.

— Bem, acho que pode gostar ainda mais do campo. Quero que vá trabalhar em nossa base. O trabalho de fachada será substancial, na maior parte do dia. Mas seus encontros como agente serão noturnos. Preciso de uma resposta agora.

— Pode apostar. Conte comigo. Obrigado. Quando precisa de mim?

— Mês que vem.

— Bem, senhor, é quando estava programando fazer o curso paramilitar. E, como não tenho experiência militar, eu acho que seria útil.

— Não vai precisar. Não há guerras para você travar. Nosso negócio é só espionagem.

Eu queria fazer o curso paramilitar, mas queria ainda mais ir a campo. E, é

claro, eu não tinha ideia de que em 2001 eu comandaria a guerra da CIA no Afeganistão, a maior ação paramilitar encoberta desde o Vietnã.

— No mês que vem estarei lá. Obrigado, senhor.

Então deixei de fazer o curso paramilitar. Fui o primeiro da minha turma de estagiários a ir a campo.

No campo de treinamento e no quartel-general, aprendi não apenas noções básicas de espionagem. Também adquiri melhor perspectiva sobre meus pontos fortes e fracos na condição de agente operacional novato. Algumas partes da espionagem, em especial relacionadas às ciências e aos idiomas mais difíceis, escapavam da minha compreensão. Minhas habilidades de espionagem em campo, coleta de inteligência e redação eram adequadas e viriam a melhorar.

Mas, de todos os aspectos do ramo da espionagem, eu me destacava na área mais conceituada: o recrutamento de agentes estrangeiros. Aos 25 anos, aterrissei na África. De imediato, comecei a localizar, avaliar, desenvolver, assediar e recrutar espões para os EUA. Aquela era a missão da minha vida — e eu sabia disso.

Por mais de uma década eu serviria na África, onde conheceria minha esposa e criaríamos nossos filhos. Eu nunca imaginara estabelecer uma família naquele continente. Certamente nunca pensara que teria tanta alegria familiar num lugar como aquele, nem em tanto amor familiar pelos africanos. Essas foram bênçãos inesperadas, pois eu viera originalmente com um só objetivo: a espionagem.

Recrutamento

Não gosto daquele homem. Preciso conhecê-lo melhor.

Abraham Lincoln

Ela esbravejou:

— Você vai matar meu marido! Vai matar todos nós!

O marido dela permaneceu calado no banco traseiro do pequeno sedã. Sentada no banco do passageiro, ela virou o corpo para me encarar. Com uma das mãos, agarrou-se ao assento. Com a outra, apoiou-se no painel. Sua voz incessante, falando um inglês com forte sotaque, abafava o ruído do motor do carro barato e sujo. Eu dirigia pelas ruas úmidas e esburacadas pensando em como responder essa diatribe chorosa e ao mesmo tempo evitar as barricadas controladas por soldados adolescentes bêbados naquela fétida e suarenta noite africana.

No começo daquela semana eu havia recrutado o marido dela para ser espião da CIA. Como eu, ele era um estrangeiro morando e trabalhando naquela pobre e violenta nação em formato de lasca. Sem acatar meu conselho, ele contara à esposa, inteligente, durona e admirável. Amava o marido e os filhos. Embora abominasse o governo do país, obviamente não achava que o marido devia ser minha fonte, meu agente. Ela não poria a família em risco. E não entendia como eu poderia mitigar o perigo, nem queria escutar. Simplesmente não queria participar daquilo.

Insisti. Tentei explicar o quanto a ajuda deles era necessária. Resumi as estratégias básicas que empregaríamos para garantir sua segurança. Procurei recrutá-la. Por quase uma hora dirigi, no meio da noite, argumentando, assediando e bajulando. Em vão. O trato estava desfeito.

Após largá-los perto do carro deles, iniciei outra ronda de detecção de vigilância e comecei a redigir a mensagem em minha cabeça, a mensagem que enviaria ao quartel-general no dia seguinte. Eu já havia comunicado o

recrutamento. O quartel-general respondera com entusiasmo e elogios. Eu recrutara boas fontes, mas aquela era a melhor, ou teria sido.

Na manhã seguinte, escrevi a mensagem me retratando quanto ao recrutamento. Que constrangimento profissional! E o que era ainda pior: que perda de fonte com excelente potencial.

Poucos meses depois, preparei-me para ser transferido de posto, para outra missão em outro país. Quis falar com meu contato, minha promissora fonte perdida, para me despedir. Não tínhamos mais nos falado desde a alteração conjugal.

Apesar de termos nos encontrado poucas vezes na etapa de avaliação/desenvolvimento do processo de recrutamento, havíamos estabelecido um relacionamento íntimo. Ele falara com paixão sobre o amor pela família e pela nação. Falara com o mesmo entusiasmo sobre o temor e o ódio que sentia pelo governo. A frustração o atormentava todos os dias. Não sabia direito o que fazer, mas me confidenciara que precisava fazer alguma coisa. Não podia continuar com aquela humilhação. Não podia aquiescer nem consentir com os pecados do regime ao qual servia.

Eu lhe disse que o governo dos EUA precisava desesperadamente de pessoas para entender o seu governo, para modelar políticas que um dia ajudariam a libertar o povo local. A deserção, expliquei, não alcançaria esse objetivo. Os EUA precisavam de colaboradores fortes, dedicados e infiltrados no governo. Se, ao longo dos anos, ele comprovasse ser uma fonte valiosa e confiável, talvez fosse possível radicar-se nos EUA. Ele nunca tocou em assuntos monetários, e eu também não. Isso, calculei, viria depois.

Ele teria sido uma excelente fonte, eu tinha certeza. Era esperto, focado e corajoso. Ele queria ser espião pelo motivo certo: contribuir para o seu país, seu povo, sua família, e para corrigir os delitos de um governo brutal e ditatorial. Como aconteceu com muitas das fontes que eu havia recrutado e viria a recrutar, eu me solidarizava com sua situação precária. Acima de tudo, eu o respeitava. Eu lhe devia minha gratidão, por sua confiança, e precisava lhe dizer isso. Precisava me despedir dele.

No alvorecer do dia, com o galo cantando ao longe e nenhum som ou sinal de veículos na via residencial, fui caminhando até a casa dele. Eu nunca tinha ido lá. Havíamos nos encontrado em locais discretos. À exceção de nossos dois primeiros encontros, todas as nossas reuniões haviam sido previamente combinadas. Nada de ligações telefônicas. Não vi sinal de visitantes. Manhã quente e escaldante. A visita era arriscada, mas um risco sensato. Caminhei silenciosamente pela estradinha não pavimentada e cheia de sulcos, mais preocupado com o ataque súbito de algum cachorro bravo e doente do que com qualquer vigilância hostil.

O casal me recebeu na porta. Ele ficou contente. Ela, não; mas ficou aliviada quando expliquei que ia abandonar o país e só queria dar adeus. Restringi o encontro a poucos minutos. Educadamente, ele me acompanhou escada abaixo, até o precário passadiço de concreto que levava à trilha de sua modesta residência. Ela ficou na varanda, de braços cruzados e com os olhos cravados em mim, a uns quinze metros de nós.

Apertei a mão dele. Ele prolongou o aperto. Não largava a minha mão. Apertava cada vez mais forte. De costas para a esposa, sussurrou:

— Preciso fazer isso.

Sorri e murmurei:

— Amanhã, às dezoito e trinta.

E forneci um local que ele conhecia. Em seguida, acenei com a cabeça para a esposa dele, ainda a postos na varanda, e afastei-me do bairro por uma rota diferente.

Eu o apanhei na tardinha seguinte no local combinado. Andamos de carro por meia hora, enquanto eu conferia se não éramos seguidos e analisava sua disposição mental.

— Tem certeza de que deseja fazer isso? — indaguei.

— Claro. Eu preciso. Não posso viver assim, apoiando o governo enquanto eles tratam o povo com violência. Odeio fazer isso sem contar à minha esposa, mas um dia ela vai entender.

— Sabe que estou indo embora e este será nosso último encontro. Preciso

apresentá-lo a outro agente. Temos de ir até lá agora.

— Quem é ele? É um bom sujeito? — quis saber o novo agente.

— Pode apostar. É veterano da guerra do Vietnã. Já fez muitas viagens. É meu chefe e um grande amigo. Está ansioso para conhecê-lo e trabalhar com você.

Todo agente de recrutamento sabe que a passagem de um ativo para outro agente é um ato operacional crucial. O agente, especialmente um novato, tem de aceitar que o relacionamento dele é com a CIA e não apenas com um agente individual. A passagem também serve como ferramenta eficaz de análise, porque outro agente traz outra perspectiva ao caso.

Aproximamo-nos do local seguro, situado numa pequena e suja viela de mão única que conduzia a uma cabaninha isolada com vista para a água. Meu colega esperava do lado de fora, a uma distância discreta. Propositalmente, ficou numa posição fácil de ser vista por nossa nova fonte enquanto eu estacionava o carro.

Alto e ponderado, com atitudes tranquilas, meu colega lentamente se aproximou do veículo enquanto desembarcávamos. Eu os apresentei e imediatamente recuei.

Trocaram um aperto de mãos e avaliaram um ao outro. Sorriram, assentiram com a cabeça e entabularam um debate cada vez mais intenso.

“Não demorou muito”, pensei, ao observá-los tentarem estabelecer um relacionamento profissional e sólido. A operação e a vida de nosso ativo dependiam daquilo. Eles dois, é claro, sabiam disso.

À exceção de um par de breves interjeições, eu apenas observava. Após um intervalo decente de meia hora, eu me despedi dos dois. Eles tinham muito a tratar e eu não tinha mais nada com que contribuir.

Nunca mais vi meu amigo, o agente, de novo. Apenas vários anos mais tarde fiquei sabendo de seu destino. Ele, enfim com o apoio da mulher, trabalhou produtivamente para a CIA durante muitos anos. Forneceu informações valiosas sobre um amplo espectro de assuntos relevantes. Nunca foi exposto. Simples e silenciosamente, aposentou-se, rico e seguro. Espiões nobres como ele nos ajudaram a vencer a Guerra Fria.

Moeda

Magrinho, moreno, com cabelo espesso, negro e oleoso, que periodicamente penteava para trás com um pente sujo, o homem corria os olhos pelo bar, de minuto em minuto, como se estivesse à procura de alguém. Talvez ninguém em particular, deduzi.

Abriu um sorriso alvo e brilhante em resposta à minha apresentação.

— Como são as garotas daqui? — indagou.

— Não sei, mas não ponho minha mão no fogo — respondi.

Arqueou as sobrancelhas negras e mostrou novamente aqueles dentes brancos. Em seguida, percorreu com os olhos o bar escuro e lúgubre.

“Que malandro”, pensei comigo.

Trocamos ideias sobre o triste cenário social. Não demorou muito. Ele bebia. Eu não, mas paguei as doses de uísque, pois ele era um diplomata estrangeiro, e me perguntei se não seria um futuro agente.

Continuamos a nos encontrar socialmente, em geral em algum inferninho onde ele pudesse arranjar uma prostituta. Eu pagava os drinques dele e ouvia suas reclamações, principalmente sobre seu mísero salário de funcionário público ou a baixa qualidade das mulheres naquela cidadezinha sórdida.

Ao longo das semanas, obtive suas informações biográficas e busquei determinar seu acesso a informações encobertas, valiosas e excepcionais. Isso era fácil, pois ele falava pelos cotovelos. Também era descaradamente ganancioso e imaturamente egoísta. Queria dinheiro para preencher sua ideia de realização pessoal. Seu interesse por ideologia, ou até mesmo por relações internacionais básicas, era nulo. Ele não dava a mínima. Tampouco ligava para o que os outros pensavam dele. Assim, calculei, não havia muita base para concessões. O ego exercia um papel, mas não fundamental. Ele compreendia suas limitações e suas perspectivas. Apesar de suas motivações vis e sua vida tediosa, às vezes eu não podia evitar: simpatizava com o sujeito. Era engraçado, transparente, despretensioso e direto.

— Você é a pessoa certa? É a pessoa certa na Embaixada dos EUA? Talvez, quem sabe, não seria melhor eu falar com outra pessoa? Sim? Não?

Ele tagarelava sem parar, as mãos na cintura, o tórax fininho inclinado à frente, o queixo empinado. Postura ridícula.

— Não precisa. Sou a pessoa certa — respondi. — Só queremos ter certeza de que a coisa vai funcionar, para você e para nós.

— Vai funcionar. É só me pagar. Eu lhe forneço os segredos! É simples! — sorriu. Em seguida, deu de ombros. — Talvez você não seja a pessoa certa. Talvez não. Talvez outra pessoa.

— Quanto você quer? — indaguei.

— Mil dólares por mês — respondeu.

— Vou pedir trezentos. Semana que vem eu confirmo.

O outro fez um muxoxo com o lábio inferior. Passou pela minha cabeça que ele devia ter sido uma criança impertinente. Ele olhou ao redor no bar vazio. Estávamos num canto tranquilo. Ainda era muito cedo para ele ir atrás de um rabo de saia. Eu queria ir para casa e ler um livro sobre algum herói da vida real — capaz de me inspirar com um senso de missão bem acima das necessidades pessoais e egoístas deste alvo. Negociar com esse sujeito, apesar do valor de entretenimento e do potencial em obtenção de informações, começava a ficar cansativo.

Enfim, em resposta à minha oferta, o provável agente declarou:

— Isso não é suficiente, mas a gente se vê na semana que vem.

Enquanto eu me dirigia à saída, dois atléticos jovens libaneses entraram no bar nojento. Talvez fossem guerrilheiros do Hezbollah de Beirute, ou do Vale do Beqaa, que estivessem ali em busca de descanso e recuperação, pensei com meus botões. Adoraria recrutar um deles, cismeí comigo. Imaginei se meu prometido agente poderia se aproximar deles, considerando que eu provavelmente não conseguiria.

Na semana seguinte, após mais reclamações, ele concordou com o salário. Aceitou tarefas, demonstrou um razoável nível de disciplina e retornou a seu país para uma breve visita. Lá, ele se encontrou com um agente local da CIA,

que continuou a validar o acesso e as habilidades de nossa fonte. O veredito: o agente tinha acesso institucional limitado à inteligência, mas apresentava uma ampla gama de contatos e poderia obter um modesto nível de informações por meio de conversas com terceiros. Considerado inofensivo e bem-humorado, meus colegas de trabalho aparentemente confiavam nele.

De volta à sua missão no estrangeiro, trabalhando comigo, ele forneceu informações mínimas, tanto em volume quanto em significância. Isso não é raro para certas autoridades estrangeiras de baixo escalão trabalhando em bases menores. O potencial repousava em seu retorno ao lar, onde podia ter maior acesso a informações privilegiadas, por intermédio de documentos e contatos pessoais.

Neste caso, nunca vi resultado. Embora esse ativo em particular tenha produzido informações insignificantes após seu recrutamento, ele dispunha de suficiente intelecto para aprender o ofício, coragem para correr riscos e as habilidades interpessoais para desenvolver suas próprias redes de trabalho. Buscamos validá-lo, treiná-lo e desenvolver algum senso de missão e certa lealdade para com a CIA. Fizemos um teste com ele durante sua breve visita ao país natal.

Por fim, eu o repassei a outro agente e não tenho ideia de como foi o seu desempenho nem do quanto ele durou como agente. Tenho lá minhas dúvidas, considerando suas motivações egocêntricas. Ele podia ser comprado, eu temia, por qualquer um.

Alguns dos melhores agentes começaram a colaboração com a CIA em tensos e adversos postos avançados, onde o auxílio de fontes locais e de seus próprios governos era muitas vezes limitado. Essa ajuda abrangia desde a mais comovente até a mais repugnante. Forneci ajuda médica para a esposa doente de um alvo em desenvolvimento. Eu o recrutaria meses depois. Noutra ocasião, entreguei filmes pornográficos para um alvo de recrutamento. Por fim, num esforço de equipe, nós o recrutamos. Numa base, mantínhamos uma caixa de revistas masculinas e filmes pornô como reservas de emergência. Nunca conheci um diplomata norte-coreano que não quisesse material pornô, seja para

uso pessoal ou revenda. Dólares dos tributos norte-americanos para excitar sexualmente os norte-coreanos? Sem problemas, se o norte-coreano ajudar a CIA a entender a dimensão de sua ameaça nuclear. Dólares dos tributos dos EUA para um incorrigível e ambíguo agente que torrava o salário com prostitutas? Claro! Desde que ele pudesse fornecer segredos valiosos ou informações de avaliação sobre outros alvos em perspectiva, como terroristas do Hezbollah.

Um agente operacional, no entanto, raramente sabe a resposta a esse cálculo moral até recrutar e conduzir o agente — e mesmo assim os resultados são frequentemente incertos. Ele faz a melhor avaliação possível, continua a testar o ativo, e ele e a CIA assumem os riscos físicos, políticos e morais.

Será que valia a pena investir tempo, esforço, risco e dinheiro nesse ganancioso, lascivo e simpático patife? Às vezes, o agente de recrutamento jamais saberá.

Ideologia

Sem hora marcada nem contato prévio, o jovem guerrilheiro africano aproximou-se de um policial local na Embaixada dos EUA. O visitante identificou-se e submeteu-se a uma revista. Em seguida, entrou no prédio da Embaixada. Aproximou-se da cabine à prova de balas, de onde a sentinela da Guarda de Segurança dos Fuzileiros Navais o perscrutava. O visitante disse que precisava entregar uma importante mensagem política. Mostrou de novo sua identificação. Esperou um pouco, passou por um detector de metais e foi acompanhado até uma pequena sala de reuniões onde estávamos esperando.

O chefe adjunto da missão me convidara para acompanhá-lo, caso na reunião fosse revelada alguma informação. Eu torcia para que ele se tornasse uma nova fonte clandestina. Em minha breve carreira, eu já tinha interrogado dezenas de pessoas que chegavam sem aviso, em sua maioria fraudadores e trapaceiros. Alguns eram divertidos, outros patéticos. Poucos eram voluntários honestos, querendo compartilhar migalhas de informações em troca de dinheiro ou um visto de entrada nos EUA. Quase sempre iam embora decepcionados. Raramente um deles trazia algo que valia o perigo e o esforço de futuros encontros na clandestinidade.

Sentamos tranquilamente à mesa e escutamos o visitante não convidado entregar sua mensagem. Falava inglês fluente, mas com sotaque agudo e alegre. A cadência era repleta de ritmos inesperados e agradáveis. Sorria com frequência, e primeiro achei que isso denotava nervosismo. Mais tarde concluí que ele sorria porque era feliz. Era sua natureza.

Ele não era um voluntário, como eu desejara. Era um mensageiro. Alegou que os líderes de sua organização não eram comunistas nem inimigos dos EUA. Tinham como objetivo fornecer liberdade e justiça a seus pares tribais oprimidos. Seus líderes não queriam ser mal compreendidos. Queriam respeito. Queriam auxílio. Eu já tinha escutado tudo aquilo antes, de todos os tipos de guerrilheiros hipócritas que se autodenominavam libertários.

— Por que seus líderes aceitam armas, dinheiro e treinamento dos alemães orientais, cubanos e outros mancomunados soviéticos? — indaguei.

— Porque eles nos oferecem. E vocês, não — respondeu alegremente.

Primeiro fiquei me perguntando se ele não era um metido a espertinho, mas me dei conta de que eu forneceria a mesma resposta se estivesse no lugar dele. Se tivesse nascido nas circunstâncias dele, o que eu faria? Aceitaria armas do Pacto de Varsóvia? Será que eu teria sua coragem para lutar, sua habilidade para sobreviver num ambiente tão hostil?

Eu o encarei. Abriu um sorriso ainda maior.

Com uma cópia de sua identidade de refugiado na mão e um conhecimento básico da guerra e dos atuentes nesse drama horrível, fiz perguntas para avaliar até que ponto ele dizia a verdade. Ele sabia de detalhes, recentes e precisos, mas era cuidadoso e limitado em sua resposta genérica. Percebi que ele era uma raridade. Ele tomava cuidado para diferenciar o que era fato conhecido, provável informação e opinião. Era perspicaz, minucioso, durão, honesto e realista. Teria ele nascido para ser espião?

O chefe adjunto agradeceu e prometeu transmitir a mensagem a Washington. Se houvesse resposta, a Embaixada entraria em contato com ele.

Eu duvidava que o governo dos EUA fosse fazer muita coisa, se é que faria algo. Parecia que víamos todos os conflitos pelo prisma bipolar da Guerra Fria, o que distorcia e restringia nossas políticas. Mas e quanto às pessoas no local? Aqueles que lutavam e morriam? Quais eram suas necessidades? Esse jovem estava no meio de intensas escaramuças insurgentes, no coração da África, tragado pelo vórtice de uma titânica e global disputa ideológica entre comunismo e capitalismo. Os planos e as intenções dos soviéticos, as nações envolvidas e as dinâmicas tribais do conflito apresentavam muitas questões para os idealizadores políticos dos EUA. Havia muito por explorar sobre o conflito e sobre ele.

Perguntei onde estava hospedado.

Deu o nome de uma espelunca numa zona imunda da cidade.

Convidei-o para comer um bife na noite seguinte num bom restaurante de um

bairro seguro, mas não luxuoso. Suficientemente discreto, com clientela que misturava nativos e mochileiros. Não um lugar para autoridades do governo. Eu vestiria meu traje não diplomático de costume: jeans desbotados e camiseta.

Em resposta ao meu convite, ele ergueu as sobrancelhas, sorriu, assentiu e disse:

— Pode apostar.

Após o jantar, nunca mais nos encontramos em público. No encontro seguinte, num carro em movimento, ele forneceu mais detalhes da organização à qual pertencia. Na vez seguinte, passou mais informações. Eu lhe dei medicamentos, dinheiro e exigências. Ele só voltaria das savanas após três meses. Eu não tinha como me comunicar com ele. Não tinha ideia se ele estava morto ou vivo. Torci para que ele se importasse mais com a missão do que com bifes e dinheiro.

Ele voltou, após atravessar centenas de quilômetros do mais hostil território africano abrangendo três países diferentes e muitas áreas tribais. Ligou para o número que havia decorado.

— Posso falar com Kimau? — indagou.

— Não existe ninguém aqui com esse nome. Ligou para o número errado — disse a mulher, e desligou. A assistente de apoio operacional da base então conferiu a matriz de ligações e imediatamente me avisou.

A ligação e a solicitação por Kimau desencadearam um encontro em local pré-combinado, dois dias depois, num horário designado. Eu estava na cidade. Eu estava contente. O agente reserva do caso, um estranho ao agente, não teria de encontrá-lo.

Percorri uma rota de detecção de vigilância durante uma hora, parando várias vezes no caminho: encher o tanque, pegar uma garrafa d'água e comprar uma revista esportiva local. Todas essas rotas e paradas planejadas forneceram oportunidades para canalizar vigilância de modo natural e avistar quaisquer pessoas me seguindo — sem alertar à vigilância de que eu estava em plena operação. Continuei pela última quadra. Minha nova fonte entrou no carro. Relanceei o olhar para ele e comecei a acelerar gradativamente para fora da área.

Perdera dez quilos que lhe faziam falta. Passamos embaixo de um poste de

luz, que lançou um brilho desigual em suas feições nilóticas, e eu o mirei de novo. Os ossos das maçãs do rosto se destacavam sob a pele lustrosa, de coloração preto-púrpura. Se ele perdesse mais alguns quilos, conjecturei, viraria um esqueleto ambulante.

— Como vai?

— Ah, estou bem, obrigado. — Não havia indicação de fraqueza, tristeza nem ironia. Respirava, locomovia-se, estava ali, ansioso para debater geopolítica e o futuro de seu povo. Enquanto eu dirigia em meio à paisagem noturna africana, pensei sobre satisfação relativa. Ele estaria realmente feliz? Ou ele era o estoicismo em pessoa? O que ele havia descoberto nos últimos três meses?

Ao longo das duas semanas seguintes, eu ficaria sabendo. Com base na descrição dele, desenhei mapas detalhados dos acampamentos de sua organização de guerrilha. Informe-me sobre suas rotas de abastecimento. Também comecei a entender os relacionamentos internos e externos da organização. A Guerra Fria era o contexto, mas certamente não o cerne de suas preocupações. Ele e seus homens lutavam por motivos locais e tribais. Enchi um caderno de anotações. Redigi vários relatórios de inteligência, alguns confirmados por meio de interceptação de sinais e por imagens de satélite. Quando chegou uma foto de satélite, ajustando-a na escala, eu a comparei com um mapa dos acampamentos e das rotas de abastecimento que eu tinha rascunhado. Combinava perfeitamente.

Minha nova fonte fornecia inteligência útil e corroborada. Ele era valioso. Por ele, valia a pena correr o risco. E valia a pena investir nele.

Solicitei que um médico da CIA o examinasse. O médico, como todos que encontrei na CIA, era competente, dedicado e objetivo. Diagnóstico: disenteria, malária, desnutrição e vida muito difícil.

Eu o alimentei, forneci medicamentos, escutei e aprendi sobre um mundo desconhecido por muitos políticos e pelos responsáveis pelas diretrizes políticas de Washington.

Ele falou sobre o valor prático e simbólico do gado bovino, das mulheres, dos fuzis de assalto e de uma boa briga. No mundo dele, dinheiro era importante,

mas nem de longe o fator mais importante. Não se compra orgulho nem honra. Ele me iniciou nas normas, na cultura e na política tribais, às vezes em detalhes minuciosos.

Uma tribo, alinhada com a organização dele, lançara um ataque ao gado da tribo vizinha. O plano original era uma operação simples de roubo, mas se transformou em assassinio de mulheres e crianças. Em retaliação, a tribo ofendida lançara uma série de ataques ao longo de uma das principais rotas de abastecimento. Os apoiadores da guerrilha e adeptos do Pacto de Varsóvia estavam perplexos e zangados. Esse desvio de atenção, disseram eles, não ajudava em nada o progresso da guerra contra os interesses estadunidenses. As relações entre o grupo dele e os alemães orientais, em especial, ficaram tensas devido a esses conflitos tribais.

Tendo sido educado no Ocidente, meu agente compreendia a democracia de Jefferson e duvidava que algum dia viesse a presenciar o progresso em seu país, em toda a sua existência. Ele tinha razão. Mas ele e eu compreendíamos que nada substituíria o progresso, mesmo que pequeno e gradativo. Nada também substituíria nossa otimista colaboração.

Eu o administrei por quase três anos. Passei-o a outro agente. Dois anos mais tarde, um terceiro agente já lidava com ele. Ele serviu à CIA lealmente. Produziu centenas de relatórios. Recebeu um bom salário, mas sua verdadeira recompensa foi ajudar o seu povo. Ele almejava uma nação viável e segura para eles e acreditava que para isso era necessário um relacionamento íntimo com os Estados Unidos. Entendia o conceito das instituições liberais, mercados livres e democracia. Aspirava ajudar a implantar essas ideias e ideais naquela fração da África.

Ele nunca viu seu sonho se tornar realidade. Voltando de uma missão para a CIA, morreu ao cruzar uma fronteira desolada e poeirenta. A agência só ficou sabendo de sua morte dias depois. Em meio à outra missão, noutra parte do mundo, eu só ficaria sabendo de seu trágico fim várias semanas depois. Para o mundo, é claro, esse agente-herói é desconhecido. Dentro da CIA, um mero anônimo — a não ser para outros dois agentes de caso e eu. Essa é a natureza da

espionagem.

Hoje, se ele estivesse vivo, eu o convidaria para visitar minha casa. Eu o apresentaria para minha esposa e meus filhos criados na África. Conversaríamos sobre as maravilhas das savanas. Debateríamos política. Sentaríamos no deck embaixo das copas dos carvalhos. Eu assaria bifes suculentos e apreciaria vê-lo comer. Ele sempre comia com gosto e deleite. E foi exatamente assim que viveu a vida.

Foi mais do que um espião feliz. Foi mais do que um de meus melhores agentes. Foi meu professor. Brilhante, forte e corajoso, amava seu povo e a ele servia. Foi amigo e inspiração. Representou uma esperança para a África. Sinto falta dele.

Concessão

Pegou dinheiro emprestado do caixa da Embaixada, supostamente para comprar suprimentos. Perdeu a grana num ato isolado e tolo. Não tinha meios para reembolsar o montante roubado. Não era muito, porém mais do que dispunha. Mais do que podia conseguir. Sabia que a Embaixada ia fazer uma auditoria no caixa na semana seguinte, ou até antes. Aquele era mais do que um roubo sem importância. Era quebra de segurança, um risco a seu empregador, seu governo.

O supervisor dele não perdia uma oportunidade de se vingar, em especial se também fosse colocado em risco. E, até certo ponto, ele também seria responsável. Seu chefe e todos na Embaixada não teriam misericórdia. Ficariam se perguntando que outros crimes ele cometera. Se ele fosse culpado, suspeitariam de que fizera outras concessões. Era como um ninho de cobras, todas enroladas, prontas para dar o bote a qualquer sinal de perigo, mesmo que interno. Todos viviam com um receio silencioso e implacável. Se fosse pego em flagrante, ele enfrentaria uma investigação extenuante e cruel, seguida de sentença e muitos anos de cadeia. Isso decorria da extraordinária responsabilidade profissional do cargo que ocupava.

Atuava como agente de comunicações, também chamado de funcionário de códigos, na Embaixada. Não era um funcionário de códigos qualquer. Trabalhava para o serviço nacional de inteligência. Guardava as chaves criptográficas para o sistema de comunicações de seu serviço. Também tinha acesso aos arquivos. Sabia quase tudo sobre as redes de espionagem de seus conterrâneos naquele país.

A natureza de seu trabalho não tolerava quaisquer quebras de disciplina, quaisquer atos criminosos, não importava o quão insignificante eram. Ele tinha mulher e filhos, a quem também colocara em perigo. As crianças estavam no país natal, na casa dos pais da esposa. Na prática, serviam como reféns contra sua deserção. A menos que ele encontrasse uma solução, todos sofreriam

represálias e o estigma da falta de confiabilidade política. Que ato estúpido, por conta de um capricho estúpido, pensou.

Como quase todas as autoridades de seu país destacadas para trabalhar no exterior, ele pensara em desertar. A atração do Ocidente era óbvia. As imagens e as noções de liberdade, dinheiro, carros, filmes, palacetes e oportunidades vazavam apesar da censura. E em terras estrangeiras, até mesmo no terceiro mundo, as tentações da deserção faiscavam ainda mais brilhantes. Mas não podia. Amava sua família e não podia abandoná-la. De fato, precisava protegê-la. Era seu dever cristão.

Ele vivia num mundo de contradições. Com frequência se embebedava, apostava em jogos de azar e transava com prostitutas sempre que podia. “Esses vícios não eram tão ruins”, pensava ele. Talvez pudesse pecar mais, mas o serviço restringia seus movimentos, limitava seu tempo livre e monitorava seus atos. No entanto, ele se considerava um bom homem, bom marido e pai. Sabia que era brilhante, mas agira estupidamente. Amava seu país, mas era apolítico. Apesar disso, vivia numa sociedade definida pela política e trabalhava para um serviço definido pela política. Sua sociedade rejeitava Deus, mas ele sabia que Deus existia. Sua avó materna lhe ensinara sobre a Bíblia, a fé e a redenção. Escondia suas crenças cristãs. Orava em segredo. Agora orava por uma solução para seu dilema pessoal.

Nas manhãs de sábado, ele visitava o mercado local, com a família e outras pessoas da Embaixada. Isso ocorreria no dia seguinte. Estudou o mapa da área. Antes havia memorizado os endereços residenciais de todos os agentes da CIA na cidade. O serviço dele rastreava esses agentes inimigos por motivos de contrainteligência. Tinha memória fantástica, por isso conseguiu recordar cada endereço. Visualizou-os no mapa à sua frente. Um dos principais objetivos da CIA no país era penetrar sua Embaixada, seu serviço de inteligência. Ele sabia de seu valor potencial para a CIA.

Descobriu o que desejava: o endereço de um agente a uma caminhada de dez minutos do mercado. Percurso de ida e volta: vinte minutos. Até menos, se caminhasse rápido. Mesmo assim seria um longo tempo para se afastar do

mercado, mas não tinha outra opção.

O agente da CIA, de acordo com o que recordava do arquivo, era jovem. Era apenas sua segunda missão. Não havia avaliação do agente. Seria suficientemente maduro? Seria competente? Um informante infiltrado no Ministério das Relações Exteriores do país anfitrião lhes fornecia os dados sobre todos os funcionários oficiais dos EUA. Entre eles, seu serviço identificara os agentes da CIA. Não sabia como o serviço determinava as identidades da agência estadunidense, mas parecia que conhecia todos. Ele memorizara a fotografia do agente e outros detalhes, incluindo a marca, o modelo, a cor e a placa de seu carro.

Na manhã seguinte, bem cedinho, escreveu uma nota detalhada em inglês. O bilhete incluía um mapa simples mas exato. Demorou duas horas para redigi-lo, pois constantemente precisava consultar o dicionário. Seu inglês era rudimentar, por isso tinha de se precaver contra quaisquer erros. Até pensou em escrever o bilhete na língua nativa, mas considerou que a CIA não tinha um agente local que falasse sua língua. E temia que a agência não pudesse retransmitir o bilhete aos tradutores de outro lugar, obter uma resposta e agir a tempo. Esperara até o último momento possível para escrever, pois não queria portar provas incriminadoras por mais tempo que o necessário. Utilizou papel solúvel em água, de modo que pudesse destruí-lo em questão de segundos. Se necessário, poderia mastigá-lo. Repetidamente vinco o papel em linhas geométricas exatas. Depois o dobrou apertada e perfeitamente.

No mercado, afastou-se da esposa e dos outros e, a passos rápidos, caminhou até o endereço do agente da CIA. Menos de dez minutos se passaram. Avistou o carro estacionado na entrada da garagem, a poucos metros do meio-fio. “Graças a Deus”, pensou. Avistou apenas duas pessoas na tranquila rua residencial. Cedo ainda. Aproximou-se da porta do motorista e jogou o bilhete pela fresta entre a porta e a moldura. Cinco segundos. Estava na rua outra vez.

Descartou colocar o bilhete embaixo do limpador de para-brisa. Óbvio demais. Qualquer tentativa de bater à porta para conversar com o agente seria problemática: isso seria complicado, demorado e perigoso. O bilhete era sua

melhor opção, ainda que improvável. O carro estava ali, então pelo menos havia uma chance.

Voltou ao mercado, comprou flores para a esposa e se misturou ao lento fluxo de transeuntes.

Na noite seguinte, pediu permissão para visitar o quiosque, a apenas duas quadras da Embaixada. Precisava comprar cigarros para si e chocolate para a esposa. O responsável pela segurança aquiesceu, mas se ofereceu para acompanhá-lo.

“Droga”, pensou. Aquilo nunca funcionaria, não com um guarda-costas a seu lado. Agora não havia alternativa, e os dois rumaram ao quiosque.

Nem sinal do agente júnior da CIA. Nem sinal de qualquer americano. E agora com um segurança idiota a tiracolo, mesmo se o agente aparecesse, ele abortaria o contato. Esse plano desesperado era absurdo demais — exatamente como a sua vida.

O guarda-costas fumou, olhando a vizinhança antiga e cansada. Era gordo e não muito esperto, mas leal ao sistema cruel ao qual servia.

O funcionário de códigos pagou pelos itens. Quando se virou do balcão, uma mulher atarracada, sem graça, vestida com desleixo, roçou nele. Ele a sentiu enfiando algo em seu bolso. Ficou perplexo, mas teve a presença de espírito de ir em frente. O guarda-costas estava a apenas três metros de distância, entediado, sem perceber a presença da mulher.

A CIA respondera. Agora tinha dinheiro para repor os fundos roubados. E também sabia que encontraria no bolso mais instruções.

Nunca encontrou pessoalmente o agente júnior da CIA que recebera sua mensagem. Nunca mais reviu a mulher, uma das melhores espiãs da Agência. Nunca se encontrou com qualquer outro agente da CIA naquele país. No entanto, atuou como espião durante anos, entregando impressionantes informações e acesso sem precedentes a sistemas de comunicações em troca de pequenos valores em dinheiro e imensos depósitos numa conta secreta sob custódia. Com sua própria perspicácia, seu conhecimento e as orientações por escrito da CIA, ele usou como ninguém o recurso dos *dead-drops* e outras técnicas de

comunicação camuflada. Foi um dos mais prolíficos e valorosos agentes da CIA — e jamais foi capturado.

Ego

O sujeito magrinho e alto manuseou os documentos vagarosamente. Ele emparelhou as três cópias, com dois papéis-carbono entre elas, e as alisou com a palma da mão. Em seguida, começou a escrever. Linha após linha, desenhando letras maiúsculas, utilizando uma caneta esferográfica de plástico transparente meio rachado. A caneta e o formulário governamental exigiam toda a sua atenção. Apertou os olhos atrás dos aros pretos dos óculos. Franziu a testa, concentrado.

No teto, o ventilador balançava, circulando o ar quente e úmido pela salinha sombria. O calendário pendurado no prego mostrava um equipamento pesado de terraplanagem. As datas dos dias anteriores estavam marcadas com um X. As marcas sobre os números pareciam quase perfeitas. Fiquei me perguntando se ele não tinha usado uma régua.

Uma caixa aberta de clipes de papel, uma almofada para carimbo manchada e dois carimbos gastos estavam dispostos espaçada e organizadamente numa ponta da escrivaninha. Não havia mais nada. Nenhuma foto. Nenhum sinal de vida pessoal. Apenas um funcionário em sua mesa, trabalhando em silêncio.

Esperei e observei.

Com quieta solenidade, entregou minha cópia. Conferi os detalhes. Ele preencheria tudo corretamente. Comentei isso e lhe agradei.

Acenou com a cabeça uma vez. Entrelaçou as mãos. Ergueu um pouco a cabeça. O pescoço fino sobressaiu-se colarinho afora. A surrada camisa branca e a gravata fina pendiam-se no torso ereto e esquelético.

— Se eu tiver alguma pergunta, posso ligar para você? — indaguei.

— Sim, tenha a bondade — respondeu ele, indiferente. Não havia entusiasmo. Não havia simpatia. Mas também não era antipático. Não tinha um cartão de visita, por isso escreveu o seu número na folha de um bloquinho pautado que forneci.

Duas semanas depois, liguei para ele com um assunto burocrático como

pretexto. Concordou em nos encontrarmos para solucionar a questão.

Rapidamente pulamos para outros tópicos, inclusive geopolítica e a sua vida pessoal. Ele era um funcionário estatal sem esposa nem namorada. Não tinha diploma universitário, mas lia constantemente. Teceu perguntas sobre os EUA. Nunca visitara, mas queria conhecer Nova York e Los Angeles. Assistira na tevê a essas grandes paisagens urbanas. Seu chefe era justo, mas ocupadíssimo. Ele pessoalmente não tinha planos para a vida profissional. Gostava de seu trabalho, embora fosse muito simples, alegou.

Após vários encontros discretos, começou a fornecer informações. Primeiro não foi nada muito importante. Após ganhar confiança, ele começou a correr mais riscos, inclusive citando documentos sigilosos que lhe caíam nas mãos. Eu lhe dei dois modestos presentes, entre eles um conjunto simples e barato de caneta e lápis. Ele teria problemas para explicar qualquer objeto de valor. Finalmente lhe passei envelopes com pequenas quantias em dinheiro vivo. Logo em seguida ele retribuiu entregando documentos confidenciais. Nunca o pressionei, nunca precisei fazer isso; o relacionamento operacional simplesmente evoluiu.

Valores monetários e ideologia tinham importância. Porém, mais do que nunca, esse agente queria que alguém a ouvisse. Com apenas a educação básica e sem conexões familiares, suas chances de promoção eram quase nulas. Ele era um balconista. Um balconista muito perspicaz e subestimado. Sabia disso e queria mais. Queria contribuir com algo, com alguém. Não escondia essa necessidade. Ele a escancarou, em alto e bom som. Também admirava os EUA, mas isso parecia secundário. Acima de tudo, ele ansiava por uma missão significativa.

Cerca de um ano depois de seu recrutamento, rodando num veículo, ele me passou um dossiê numa pasta presa com elástico. Disse que os documentos eram importantes, mas não entrou em detalhes. Tínhamos pouco tempo e muito a debater. Eu queria limitar nossos encontros a menos de quinze minutos.

Após largá-lo e percorrer uma rota de detecção de vigilância, trocar de veículos, percorrer nova rota e, por fim, voltar para casa, eu li os documentos

sentado à mesa da sala.

— Minha nossa — murmurei.

Reli o dossiê.

Menos de 48 horas depois, o conteúdo literal dos documentos estava nas mãos do presidente dos Estados Unidos, que perguntou a seu informante sobre as origens do relatório. O informante respondeu que uma fonte humana clandestina, um agente estrangeiro, era o responsável. O informante não podia oferecer ao presidente mais do que aquilo, pois não sabia a identidade do agente. O presidente agradeceu ao informante e também orientou que fossem transmitidos os agradecimentos ao agente não identificado. O informante repassou a mensagem ao setor do Serviço Clandestino responsável pela operação.

No dia seguinte, o quartel-general me informou por meio de um telegrama codificado. Duas semanas mais tarde, no encontro seguinte marcado com meu agente, transmiti os agradecimentos presidenciais. Estávamos em outro encontro num carro em movimento, por isso não pude ver sua expressão, mas escutei-o indagar, titubeante:

— O presidente... o presidente leu o dossiê?

— Sim, o presidente em pessoa — eu disse.

— Está querendo me dizer que o presidente dos Estados Unidos leu os documentos?

— Sim — eu lhe garanti.

— Eu não sabia que isso podia acontecer. Ele sabe sobre mim? — indagou.

— Ele não sabe a sua identidade nem nada sobre você. Só que você trabalha para a nossa inteligência e que confiamos em você.

O carro passou por um trecho esburacado. Recomeçou a chover. Os limpadores do para-brisa afastavam a água, mas não com a rapidez suficiente. Eu não conseguia enxergar direito.

— Sim, podem confiar em mim. O presidente pode confiar em mim.

— Vamos confiar. Tenho orgulho de trabalhar com você — afirmei.

— Sim. Vamos trabalhar juntos. Isso é importante — disse o agente.

Rodamos e sacudimos em meio à chuvarada tropical, sem nada mais a dizer.

Escutamos os grossos pingos de chuva batendo no metal barato e o monótono vaivém dos limpadores, enquanto eu rumava ao local em que o agente ia descer.

Em geral, não perdíamos tempo com aperto de mãos na hora em que ele descia, mas desta vez nos cumprimentamos. Eu lhe dei um envelope com um modesto bônus.

— Obrigado — disse ele.

Eu sabia que ele estava mais grato pela missão do que pela recompensa monetária. Foi isso que ele quis dizer. Assenti com a cabeça, mas ele já havia descido do carro. Afastou-se sob a chuva torrencial, no meio da negra noite africana, atravessando o beco lamacento até chegar à outra estrada, onde esperava pegar um táxi.

MICE/RC

Cada um dos recrutamentos que fiz ou supervisionei foi diferente. Representaram toda a gama de fatores motivacionais, combinações intermináveis e dinâmicas de Moeda, Ideologia, Concessão e Ego (MICE). Anos depois, no Afeganistão, Retaliação e Coerção (RC) seriam ingredientes essenciais nas operações de recrutamento. Aprendi que nenhum espectro específico de MICE/RC jamais se repetia. Cada ato era inigualável. Operações de recrutamento nunca evoluíam exatamente conforme o planejado. Algumas eram estimativas aproximadas, outras iam por água abaixo ou causavam problemas imprevistos. Poucas revelavam força e valor extraordinários.

Minhas habilidades de recrutamento melhoraram, pois fui me adaptando por meio de constante experimentação — com abundantes fracassos no caminho. Estudei meus fracassos e reservadamente festejei meus sucessos. Trabalhei dois anos para cooptar um funcionário de códigos, pacato e disciplinado, que parecia apreciar nossos esporádicos encontros sociais. Aprendi a gostar dele e de sua esposa, que era ainda mais discreta. A relação evoluiu lenta e gradativamente, até alcançar um platô, sem nunca progredir além desse ponto. Nunca o assediei, pois sabia que ele diria “não” e provavelmente relataria a abordagem ao seu serviço de segurança. Talvez ele o tenha feito desde o começo.

Durante vários meses, lidei com um voluntário esperto e desonesto. Forneceu boas informações, temperadas com detalhes inventados, difíceis de discernir. Continuei lhe pagando pequenas quantias de dinheiro oriundo dos tributos dos EUA, almejando ganhar validação e controle. No fim das contas, solicitei ajuda. Pedi que um analista estudasse todos os relatórios e que um técnico de detector de mentiras testasse o ativo. Munido de extensos relatórios e do agudo e severo parecer do analista, o técnico conectou o ativo ao detector de mentiras e o interrogou durante duas horas.

Fiquei no mesmo hotel, no quarto adjacente. Ambiente sem graça, minúsculo, abarrotado e contaminado com o cheiro fétido de carpete sujo e mofado. Apesar

do fedor, eu sentia fome. Inquieto, fiquei imaginando como o caso havia degradingolado dessa maneira. O ativo não ia passar no teste, mas qual seria a dimensão do fracasso?

O técnico do detector de mentira e eu debatemos as descobertas: indícios de fraude. Mas continuávamos incertos quanto à dimensão. Qual era a extensão do dano? Ele teria contado a outras pessoas? Estaria sob o controle de um serviço hostil?

Pressionamos o ativo. Ele confessou. Durante horas o interrogamos, com perguntas secas e duras. No final, concluimos que tudo não passava de um esquema para obter vantagens financeiras, nada mais. Eu tinha perdido tempo precioso e vários milhares de dólares, bem como corrido riscos por nada — à exceção de aprimorar minha própria educação de espionagem.

O ativo depreciado e eu nos separamos. Ele saiu, creio eu, suficientemente repreendido e temeroso. Enviei um aviso de descrédito para o quartel-general, retransmitido a todas as bases da CIA no continente.

O fracasso podia ser aceito, se eu maximizasse o sucesso e minimizasse o *blowback*¹ empregando estratégias decentes e exercitando o tino sensato. Também tinha acumulado capital intelectual a partir de meus erros e, assim, continuado a me aprimorar.

Do amor fraternal ao ódio mortal, minhas emoções faziam parte de minhas operações de recrutamento. Aprendi que essas emoções, quando compreendidas e levadas em conta, podiam reforçar o processo analítico e a dinâmica interpessoal necessária nas operações de recrutamento. Também percebi que essas emoções refletiam minha personalidade. Comunicar quem você é e em que acredita pode ser o aspecto mais persuasivo de uma operação de recrutamento, até mesmo se o agente estiver trabalhando secretamente ou calibrando seus pontos de vista para a plateia alvo. Isso parece paradoxal, mas valores e crenças essenciais podem brilhar através da fachada operacional protetora do agente de caso. Meu desprezo por regimes comunistas repressivos, meu ódio pela Al Qaeda, meu respeito pelos povos de vários países (México, Zimbábue, Austrália,

Tailândia e Afeganistão) e meu amor pela pátria transcendiam qualquer coisa que eu pudesse dizer para um provável agente.

As emoções, é claro, podem minar e destruir relações e vidas humanas. No mundo da espionagem, isso se aguça, pois traição, ganância, ódio e vingança podem gerar comportamentos além do controle de qualquer agente operacional ou líder político. Não existe, nunca, controle absoluto. Em vez disso, existe a obrigação de rastrear o terreno humano e usar esse material a favor dos objetivos da operação de inteligência. As emoções podem unir os humanos e tornar possível a espionagem — em especial o ato de recrutamento. O desafio para o agente operacional: exercitar o autoconhecimento e a autodisciplina de modo que as emoções informem e fortaleçam um maior conhecimento intelectual, aprimorem a capacidade de avaliação e estreitem um relacionamento a fim de motivar atos de habilidade e coragem que forneçam informações valiosas.

Em *A arte da guerra*, Sun Tzu enfatizou tanto a importância de se autoconhecer quanto a de conhecer o inimigo. O mesmo fizeram os filósofos gregos.

Aprendi uma importante lição de autoconhecimento, não com um especialista em inteligência, mas com um menino africano.

Pequenos redemoinhos de vapor escapavam pelas estreitas reentrâncias do solo africano. As fendas espalhavam-se nos dois lados da íngreme, escarpada e rochosa serra pela qual eu descia no entardecer. Às vezes, eu avistava esses sopros de calor, apenas um tênue bruxuleio perturbando o ar estagnado. O sol equatorial brilhava claro e quente o dia inteiro. Agora o ar se resfriava, mas o calor ressurgia quando eu passava por essas suaves explosões que subiam das profundas fissuras da crosta terrestre. Enquanto eu descia a montanha, alternava o olhar entre a trilha à frente e o fundo bojo do antigo vulcão à direita. Saboreei a experiência, embora não tenha sido fácil de categorizá-la em minha memória. Naquele dia, fui tomado de assalto por uma mixórdia de descrições incompletas e insuficientes. Selvagens. Pré-históricas. Desoladas. Lindas. Cruéis. Elementares.

Após caminhar a maior parte do dia no adequadamente denominado Rift

Valley (Vale da Brecha), feliz e cansado, avistei meu acampamento. A distância, vi minha pequenina barraca redonda, perto de meu pequenino jipe Suzuki estacionado na beira inferior do bojo do vulcão. Senti orgulho do acampamento, arrebatado pela vista panorâmica que se estendia por quilômetros. Na véspera, eu chegara, montara a barraca, dormira profundamente e pegara a trilha ao amanhecer. Tudo parecia certo. Nenhum ser humano, animal ou força natural tinha alterado meu organizado abrigo temporário.

Desabei no chão batido perto de minha barraca. Tirei as botas e as meias ensopadas de suor, gargarejei água morna, limpei a garganta e dei uma cusparada.

A poucos passos dali, imóvel, um menino masai me encarava. Tinha talvez seus oito anos. Olhar inexpressivo. Eu não o havia escutado. Eu não o vira chegar. Simplesmente apareceu.

Fiz um sinal para ele se aproximar. Ele veio, mas não se sentou. Estava coberto de poeira e esterco bovino. Moscas zuniam ao redor das feridas abertas em suas perninhas magras. Dei a ele uma barra de chocolate Cadbury. Não agradeceu nem demonstrou qualquer gratidão ou expectativa. Rasgou o papel e o alumínio, dobrou-os e, cauteloso, provou um pequeno pedaço enquanto continuava a inspecionar meu acampamento.

Ele estava, presumi, fascinado por todas as minhas coisas. Imaginei que ele nunca tivesse visto esse tipo de barraca, engenhoso dispositivo de armações curvas de alumínio inseridas nas bainhas de um domo protetor de nylon. Espiou o interior da barraca. Mirou o interior do veículo. Eu me congratulei por trazer essas maravilhas modernas àquele garoto. Imaginei que talvez ele fosse se lembrar do encontro para sempre.

Ainda mastigando a barra de chocolate, ele se acorou perto de mim e me examinou. Eu sorri. Ele não. Terminou o chocolate e se levantou. Eu lhe ofereci um cantil de água, que ele tomou parcimoniosamente.

Súbito, concentrou o olhar em meus pés brancos e lisos, ainda enrugados após o dia inteiro imersos em suor. Os pés dele, é claro, eram munidos de múltiplas camadas de pele endurecida. Estendeu o braço e pegou uma de minhas botas,

confortável e gasta. Virou-a e desvirou-a. Então ergueu o cano até o nariz e cheirou.

As sobrancelhas do menino se contraíram, as narinas se alargaram, o rosto se contorceu e os olhos se fecharam. Pensei que ele ia vomitar. Largou a bota no chão. Em seguida me fitou com uma emoção que transcende qualquer cultura: repulsa irrestrita.

Fitou novamente as botas e depois meus olhos. Com um sorriso de desdém, virou-se e caminhou no lusco-fusco, me deixando sozinho.

Peguei a bota e a cheirei. Realmente horrível.

Pensei comigo: “Que petulância”. E eu imaginando que o moleque ficaria encantado com as modernas maravilhas técnicas do acampamento. Não se mostrou interessado. Ao contrário: foi embora indignado.

Meu paradigma entrou em parafuso. O que mais ele havia avaliado? Talvez que eu fosse um fraco, dependente de todas essas engenhocas para sobreviver por apenas duas noites na savana. Ele tinha uma tanga esfarrapada e um cajado. Talvez eu fosse socialmente retardado, tendo de passar noites solitárias na natureza agreste, sem a companhia de uma família ou esposa. Ele dormiria em sua aldeia com uma numerosa família ao redor. Talvez pensasse que eu era incrivelmente pobre, sem uma cabeça de gado, apenas um pequeno jipe. O povo masai usa um termo específico e pejorativo para descrever pessoas assim: *dorobo*. Eu era um *dorobo*, uma pessoa sem gado e, por conseguinte, sem o mínimo status. Aquele moleque cuidava de um rebanho inteiro. Talvez tivesse pensado que eu estava perdido. Ele certamente sabia onde estava. Deve ter me considerado a criatura menos limpa que já encontrara. Talvez, para ele, eu fosse todas as alternativas acima.

Sentado no chão batido, com o ar acariciando meus pés nojentos, fitei os últimos raios coloridos de luz no horizonte. Logo o frescor da noite exigiria um suéter, e estremeci por antecipação. Mirei as botas e decidi deixá-las fora da barraca até a manhã seguinte.

Descalço, andei de leve, cuidadoso, até a beira da cratera. Perscrutei o cair da noite. Perguntei-me sobre a humanidade e meu lugar nela. Eu estudara artes

liberais na faculdade. Lera muitos livros de antropologia e sociologia, em especial sobre as sociedades tradicionais. Comandara complexas operações de espionagem durante vários anos, envolvido com diversas pessoas de diversas culturas. Muitos professores e orientadores tinham contribuído com minha educação. Entretanto, talvez um de meus melhores professores tenha sido esse menino seminu.

No futuro, estivesse eu conversando com comandantes guerreiros analfabetos afegãos ou tecnocratas europeus, eu daria ouvidos a meus interlocutores nativos com mais paciência e respeito. Às vezes, eu me repreenderia por não manter a mente aberta, lembrando-me do quanto minhas perspectivas culturais podiam me tornar cego ao óbvio, como acontecera naquela linda e primordial noite no Rift Valley.

Coletores e analistas de inteligência sem intuição empática ou “perspicácia profunda” podem gerar conclusões radicalmente equivocadas, operações malfadadas e decisões políticas catastróficas. Em contraste, ao entender as normas locais no contexto de obtenção de informações, via interações humanas, e, ao trabalhar para construir objetivos políticos compartilhados com os parceiros locais, os riscos diminuem e as recompensas aumentam.

O autoconhecimento obtido por meio da autoavaliação é essencial para um agente de espionagem bem-sucedido, em especial um recrutador. Sem um ponto de referência central e sólido sobre quem você é, toda e qualquer avaliação ou opinião é distorcida. Em palestras a alunos estudando operações de inteligência, costumo utilizar uma analogia com o GPS. Logo que você aterrissa num local estrangeiro, você liga o GPS e determina suas coordenadas com exatidão. Só depois começa a mapear a área circundante para então definir seu curso. O mesmo se aplica ao agente de casos. Se ele não conhece a si mesmo, como pode conhecer os outros? Como construir um relacionamento de confiança e saber para onde conduzir o relacionamento?

O campo de treinamento não nos incute isso, só revela e aguça as capacidades existentes. A CIA testa os candidatos para ver se eles demonstram essas características dos agentes de caso, conquistadas por uma mescla de fatores

genéticos e ambientais. Como os atletas, bons espões já vêm de berço, mas são desenvolvidos e treinados. A genética fica por conta do acaso. E o treinamento, por conta da CIA. O desenvolvimento de um espião ocorre ao longo de uma vida inteira. Esse caminho não é predestinado. Em geral, o caminho do desenvolvimento é resultado do livre arbítrio. Os melhores recrutadores, antes de entrar para a CIA, enfrentaram desafios dignos, difíceis e, às vezes, perigosos, para testar e medir a si mesmos em novos ambientes e situações. Cometem erros, descobrem-se e evoluem.

Falei sobre isso com James C. Langdon, que serviu como membro do Conselho Consultivo da Inteligência Estrangeira do Presidente (PFIAB)², de 2001 a 2005. O PFIAB abrangia uma ampla gama de assuntos de interesse para o presidente. Todos os membros tinham permissões de segurança de alto nível, com trânsito fácil nos setores da comunidade. James não era um especialista em espionagem; em vez disso, era um bem-sucedido advogado de Washington e um estrategista arguto. Devido à sua posição no PFIAB, ele teve a oportunidade de estudar a comunidade da espionagem e seus agentes.

Durante seus quatro anos de serviço, James iniciou uma série de discussões não estruturadas e informais com grupos da comunidade de espionagem, para suplementar os debates mais formais do PFIAB. Na condição de ouvinte e observador abalizado, imparcial e astuto, adquiriu uma perspectiva excepcional sobre a comunidade de espionagem. Em várias ocasiões, durante nossos debates, ele salientou que o detalhe mais importante, expresso com mais frequência pelas pessoas da comunidade de espionagem, centrava-se na qualidade dos agentes. Para a pergunta “Quais as experiências ideais para o desenvolvimento de um agente de espionagem de elite?”, havia, de acordo com James, o consenso de que, fosse nas operações ou nas análises, os melhores agentes eram geralmente os que tinham acumulado uma vasta gama de experiências enriquecedoras e diversas antes de entrar no serviço governamental.

Esses homens e essas mulheres tinham desenvolvido pontos de vista mais abertos e empáticos em relação às outras pessoas. Com seu acúmulo de

experiências, conseguiam travar contato com um leque mais amplo e variado de pessoas. Também conseguiam reconhecer, questionar e, às vezes, desafiar o estado das coisas. Sua percepção sensorial cultural e geopolítica originava-se de suas próprias perspectivas pessoais, a partir do autoconhecimento. Mas James observou, para sua tristeza, que muitas pessoas na comunidade da espionagem acreditavam que, pelo menos antes do 11/9, a CIA parecia priorizar a contratação de agentes com “ficha limpa” do que aqueles com currículos inusitados e experiências radicais.

Era muito mais fácil investigar um novo agente que aderiu ao *status quo*, que migrou da casa dos pais para a faculdade e dali para o emprego, do que um aventureiro não convencional. Ou pior ainda: esses candidatos a agente da CIA tinham familiares no Paquistão ou na China — os quais, em virtude de sua condição de estrangeiros, impunham questões de segurança. James percebeu: a questão da segurança parecia sobrepor-se a todas as outras questões de qualificação. Não era de se admirar que só uma pequena porcentagem de agentes operacionais da CIA recrutava a maior parte de agentes estrangeiros de qualidade.

Esses agentes operacionais que melhor compreendem a si mesmos, suas próprias motivações, sua própria ignorância e, ao mesmo tempo, analisam as ideologias, os defeitos, a raiva, os receios, os anseios e as aspirações alheias, são os que recrutam os melhores espões. Quem consegue as melhores fontes de informações são os que sabem que não sabem. Esta é chave: se um agente de espionagem não percebe sua própria falta de conhecimento, como conseguirá preencher as lacunas? Se não observa e escuta com a mente aberta, e se não tem uma grande diversidade de experiências, como conseguirá recrutar fontes e coletar informações?

O recrutamento de fontes humanas reaviva o sistema. Sem fontes novas e verificadas, e com as velhas fontes atravancando o fluxo de informações, o coração da espionagem bate mais fraco, e o corpo da inteligência padece. A instituição espionagem até pode buscar compensações, confiando mais na tecnologia, na análise, em ferramentas de manejo ou em reorganização

interminável. Mas, sem a espionagem, todos os outros elementos da inteligência perdem, não ganham. Sem espionagem de qualidade, os praticantes da diplomacia, em especial nossos líderes, serão fracamente servidos.

Os agentes capazes de recrutar fontes humanas são os mais valorizados, pois pouquíssimos cumprem essa missão de maneira consistente. A escassez aumenta o valor. E o valor desses agentes crescerá, considerando que as complexidades do mundo geopolítico exigirão mais de todas as fontes de inteligência — mas, em especial, da espionagem.

O ciclo de recrutamento repete-se constantemente. O agente de caso deve trabalhar em todas as oportunidades para validar e aprimorar o recrutamento. Nada é estático. Além disso, o recrutamento é um meio para um fim — a coleta de informações e, às vezes, a execução de ações encobertas. A administração de agentes estrangeiros exige dedicação e talento. Alguns agentes se destacam nesse aspecto da espionagem, enquanto outros não. Certos grandes recrutadores perdem interesse após o recrutamento. Certos grandes administradores operacionais nunca conseguem puxar o gatilho do recrutamento. Os melhores são agentes que conseguem tanto recrutar quanto administrar espões e redes de espões. Os melhores dos melhores são aqueles que conseguem realizar todas essas tarefas — e ainda orientar outros para fazerem o mesmo.

Coleta de Inteligência

Na essência da espionagem está o acesso.

Allen Dulles, *The Craft of Intelligence*

Subimos vários lances de escada até o apartamento alvo. Passava da meia-noite, mas o calor era infernal. O suor ensopava nossas roupas escuras. Carregávamos nosso ferramental e equipamento em mochilas de nylon. Eu segurava uma comprida e pesada lanterna metálica. No meu bolso levava uma faca retrátil com lâmina de dez centímetros, para servir de ferramenta utilitária. A lanterna era mais arma de emergência do que fonte de luz; era mais bonito do que carregar um porrete. Eu estava mais preocupado com vira-latas, assaltantes e inteligência operacional incorreta ou incompleta sobre o local do que com o serviço de inteligência inimigo, contra o qual um porrete e uma faca seriam quase inúteis. Para iluminação, eu trazia uma lanterna de bolso, prontinha. Havia luz ambiente suficiente para galgarmos as escadas.

Meu parceiro do Gabinete de Serviços Técnicos (OTS) tinha executado dezenas de *black-bag jobs*.¹ Estava calmo, descontraído até. Essa era minha primeira operação de invasão secreta. Eu estava com medo de ser pego em flagrante, porém com mais medo ainda de fazer alguma tolice. Um bom agente de caso sabe seus pontos fortes e fracos. Eu sabia que minha inaptidão técnica era infinita.

Meu papel, porém, era lidar com qualquer intervenção ou mudança inesperada no plano. Eu conhecia o local e o ambiente. Eu era o responsável pela operação. Meu parceiro, que aterrissara na cidade poucos dias antes, resolvera todos os detalhes técnicos.

O OTS abrigava alguns dos mais corajosos agentes da CIA. Viajavam por todo o mundo. Clandestinamente, arrombavam embaixadas, gabinetes, lares,

laboratórios e esconderijos de terroristas para instalar dispositivos de escuta ambiental. Também grampeavam telefones, plantavam câmeras escondidas e fabricavam quase todos os itens de que um agente operacional precisa, desde dispositivos de camuflagem² até transmissores especializados e disfarces.

Em questão de segundos, meu parceiro abriu a fechadura da porta do apartamento e já estávamos lá dentro. Nossa fonte nos assegurou que o apartamento não estaria ocupado naquela noite, mas aguardamos com ouvidos atentos. Escutamos o tráfego lá embaixo e além, estendendo-se na noite africana e sumindo num horizonte invisível. Silêncio na sala. Cada pequeno ruído que fazíamos parecia amplificado pela quietude escura. As tênues luzes da cidade penetravam através das cortinas semiabertas. Dentro do apartamento estava mais quente ainda, pois as janelas estavam fechadas e o imóvel se situava num andar superior. O suor escorria.

Fui à frente, conferindo um canto do apartamento imerso nas trevas. O lugar cheirava a urina de gato, mas não havia felinos ali. Nossa fonte não tinha mencionado um gato, só que os ocupantes não estariam em casa. Ao que parece, tinham levado o gato junto. Ou talvez o felino estivesse escondido num armário, pronto para dar um pulo. Talvez estivesse morto embaixo do sofá. Fiquei me perguntando se minhas alergias, particularmente aguçadas em se tratando de gatos, não desencadeariam um ataque de espirros. Respirei pela boca.

O agente técnico e eu estávamos ajoelhados. Deitamo-nos de barriga no chão e nos arrastamos furtivamente, permanecendo abaixo do peitoril da janela, atuando para alcançar e manobrar quando necessário. Ainda bem que minha tarefa técnica limitava-se a segurar a lanterna de bolso e manter o jato de luz no alvo. Meu parceiro trabalhava suave e silenciosamente. Alavancava, aparava e amarrava os fios. Ficou mais um tempo se certificando de que o local de dissimulação estava seguro. Não podia haver sinais de adulteração. Concluído. Demorou dez minutos ao todo. Agora, precisávamos evacuar do apartamento e do prédio.

Checamos novamente o chão. Um grampo. Um pedacinho de tecido. Eu os

apanhei. Deixei um rastro de suor. Tiramos a barriga do chão e voltamos a engatinhar em direção à saída. Fui pingando suor no caminho.

Será que ao secar o suor não deixaria pequenas manchas perceptíveis? O técnico apontou as manchas de suor e me deu um olhar que significava: “Que diabos?!”. Até mesmo na sombra bruxuleante pude ver sua expressão. Pude senti-la.

Ainda engatinhando e ainda respirando pela boca, balancei o traseiro, aponteio à porta e me arrastei à ré, secando meu suor do chão com a bandana. Jamais imaginara uma saída tão aviltante.

Nesse meio-tempo, lá fora na rua, meu parceiro de contravigilância encontrara um policial perambulando nas proximidades do apartamento. Meu colega de empreitada, o agente com quem eu dividia a sala, entabulou uma longa conversa com o patrulheiro, reforçada com doses de um frasco de uísque convenientemente acondicionado no bolso. Os dois debateram a qualidade de bebidas alcoólicas e de mulheres. Meu colega distraiu o policial enquanto escapávamos furtivamente do condomínio de apartamentos. Só na manhã seguinte fiquei sabendo desse desastre evitado.

Tínhamos lançado a operação seis meses antes, para gravar as conversas do alvo. Ao longo desse tempo, não obtivemos um só relatório de inteligência ou quaisquer outras informações úteis. Perdemos tempo e esforços; corremos riscos à toa.

Nossa invasão, portanto, tinha apenas um propósito: recuperar o dispositivo de escuta, na última etapa antes de encerrar a operação.

O alvo tinha sido bom, muito bom, muito disciplinado. Detinha informações valiosas, mas nunca falava sobre nada de importante com nenhum de seus visitantes. Um profissional disciplinado.

Nossos agentes estrangeiros que apoiaram essa operação tinham se encarregado dos aspectos físicos do prédio e do acesso. A primeira invasão, a contravigilância, o implante técnico, a transmissão, o posto de escuta e os responsáveis pela transcrição e tradução foram competentes. E também nosso ato operacional para extrair o grampo. Por certo prisma, essa operação foi boa, à

exceção de que não gerou informações. Mas nisso, é claro, consistia o motivo inteiro da operação: adquirir inteligência de qualidade para atender nossos clientes. Não estudamos o alvo de modo suficiente para avaliar a probabilidade de ele revelar qualquer informação. Simplesmente presumimos e desejamos que ele fosse contar para a esposa ou para convidados ao apartamento.

Percepção tardia é fácil. Em retrospectiva, a lição é clara. Nunca subestime o fator humano; é a parte mais importante das operações clandestinas, mais importante do que a tecnologia. Por que não detectamos que as chances de sucesso operacional eram tão baixas? Como poderíamos ter detectado isso? De que modo poderíamos ter estudado o alvo para medir sua autodisciplina? Se, por um lado, não esperávamos obter informações valiosíssimas, por outro, conjecturávamos que ele falaria e que coletaríamos algo de valor, inclusive informações de avaliação sobre o alvo. Com isso em mãos, teríamos planejado uma abordagem para recrutá-lo. Ou teríamos conseguido indicações sobre outros alvos de recrutamento. Mas ele não deu com a língua nos dentes. Mal abriu a boca.

Havia os outros fatores humanos. Quem sabia sobre a rotina de patrulha do policial, se é que havia uma? Quem sabia que o policial ia gostar de bebidas alcoólicas? Quem sabia que o dono tinha um gato? Por acaso havíamos pensado em descobrir essas coisas? Com que eficácia verificamos o ativo que nos informou sobre a ausência do alvo em casa? Por que eu tinha levado uma bandana, sem saber que ela serviria de pano para secar o suor?

Em todas as futuras operações de áudio, eu estudaria a propensão do alvo para abrir o bico. Consultaria nossos psicólogos e ouviria suas avaliações. Era tolice correr riscos sem entender melhor as chances de sucesso. Entre muitas outras coisas, eu sempre estudaria as rotas da polícia local, perguntaria sobre animais de estimação e levaria uma bandana.

Nossos instrutores no campo de treinamento nos ensinaram disciplinas técnicas de coleta: Inteligência a partir de Sinais (SIGINT), Inteligência a partir de Imagens (IMINT) e Inteligência a partir de Medidas e Assinatura (MASINT). Mais tarde, com a explosão das informações digitais, a Inteligência por meio de

Fonte Aberta (OSINT) cresceu em importância. Essas disciplinas técnicas de coleta e a HUMINT (Inteligência por meio de Fontes Humanas) são simbióticas. Em todos os exemplos de operações de recrutamento do capítulo anterior, a inteligência obtida por coletas técnicas me auxiliou na avaliação inicial, no recrutamento, na validação e na atribuição de tarefas dos agentes.

Minhas operações de HUMINT invariavelmente se beneficiavam, em graus variados, de interceptações telefônicas e de telex, ciberpenetrações, dispositivos de áudio, *beacons* (quadros de sinalização e sincronismo), imagens de satélite, sensores e VANTs. E, até certo ponto, minhas operações técnicas quase sempre dependiam da HUMINT. Minha primeira invasão secreta não teria sido possível sem que um agente fornecesse informações essenciais. Minha fuga do local alvo teria acabado em desastre não fosse a providencial intervenção de contravigilância de meu colega. A HUMINT informa e capacita as operações técnicas e vice-versa.

A coleta de inteligência requer muito mais do que recrutar e administrar uma fonte produtiva, mas no começo de minha carreira isso era quase sempre o caminho para o sucesso da coleta, até mesmo na arena técnica. As fontes forneciam acesso, ou pelo menos proximidade, para a exploração técnica. Quando há apoio mútuo entre coletores técnicos e de fonte humana, o valor da exploração aumenta.

Os exemplos seguintes ilustram como a sinergia entre a HUMINT e a coleta técnica beneficia os clientes da CIA sedentos por informações.

Avaliações de lideranças estrangeiras

Líderes dos EUA têm um apetite insaciável por adquirir conhecimento sobre seus pares estrangeiros. Querem conhecer suas políticas e também suas personalidades. Querem compreender seu caráter. A CIA dedica tempo e esforço substanciais para atender a essas exigências.

Líderes estrangeiros desfrutam de grandes e luxuosas suítes de hotel. Isso vem junto com o cargo, com as expectativas de hierarquia e protocolo. Também preferem hotéis próximos de suas embaixadas. Isso explica a tendência de os hotéis mais caros se instalarem numa área delimitada. Os serviços de inteligência adoram a previsibilidade.

Ativo de longa data, o funcionário do hotel nos forneceu uma lista de líderes estrangeiros com chegada prevista para os próximos dias. Conferimos com o quartel-general para determinar o nível de interesse, a partir do qual calculamos o risco e o investimento. Num prato da balança colocamos o custo de tradução, análise e apoio logístico; no outro, o ganho potencial em termos de informações.

Eu jamais gostaria de repetir o fracasso de meu primeiro *black-bag job*, anos antes.

Com o alvo escolhido, orientamos nosso ativo. Ele substituiria um controle remoto comum no quarto do alvo por um especialmente modificado, projetado para capturar áudio e transmitir ao posto de escuta próximo.

Às vezes, a coleta demonstrava-se valiosa, em especial para aqueles líderes estrangeiros que recebiam visitantes para conversas políticas. Às vezes, nossos esforços resultavam em valor modesto, mas em geral descobríamos algo. Políticos adoram falar e obtínhamos percepções úteis sobre a personalidade e o caráter desses líderes estrangeiros.

Em um caso, documentamos o ponto de vista da autoridade estrangeira sobre seu equivalente dos EUA. Não era lisonjeiro, mas na minha visão, altamente preciso. Por um canal altamente restrito, mas identificado, enviamos as informações à autoridade dos EUA. Fico me perguntando qual foi sua reação ao

ler o nosso relatório.

Em outro caso, um líder estrangeiro salientou sua estratégia em relação a um país vizinho, aliado íntimo dos EUA. Encaminhamos esse relatório ao quartel-general e às bases da CIA em ambos os países, para análise e comentário. O comentário reforçou e expandiu avaliações prévias, acrescentando novos e importantes desdobramentos. Fornecemos as informações aos formuladores das diretrizes políticas estadunidenses e ao serviço aliado do país vizinho. Nosso aliado, por sua vez, nos forneceu informações adicionais sobre o país em tela. Foi um excelente exemplo de inteligência unilateral impulsionando inteligência com aliança estrangeira.

Às vezes, também, coletávamos informações pessoais muito além do que precisávamos ou queríamos. Instruí nossos tradutores para serem discretos, mas certas vezes eles não resistiam. Compartilhavam comigo detalhes excluídos do relatório final. Eu passaria a enxergar alguns líderes estrangeiros com outros olhos.

Certamente eu jamais olharia para qualquer controle remoto da mesma maneira.

Política exterior

Conseguimos penetrar espaços da Embaixada por meio de um técnico de serviços local que tinha acesso rotineiro, pelo menos aos gabinetes externos da Embaixada. Com a supervisão da CIA, ele instalou dois grampos para abranger duas áreas da Embaixada. Os dispositivos de encobrimento, porém, limitavam o tamanho das baterias e dos transmissores, de modo que o alcance da transmissão era extremamente limitado.

Havíamos planejado alugar um apartamento nas imediações para servir de posto de escuta, mas essa transação não deu certo. Procuramos exaustivamente uma alternativa, mas não conseguimos encontrar um local perto o suficiente para receber o sinal. Considerei a situação absurda. Levando em conta todos os recursos da CIA, inclusive nossa rede de agentes local, não éramos capazes de alugar ou até comprar um apartamento perto o suficiente do alvo? Já havíamos instalado os dispositivos de áudio, porque contávamos com o apartamento disponível. Mas agora a operação inteira parecia em risco. Nossa inabilidade em estabelecer um posto de escuta aniquilaria completamente o projeto — após correr o risco de penetrar a Embaixada alvo. Eu não queria enviar essa mensagem ao quartel-general explicando que um mercado imobiliário competitivo havia nos derrotado. Parecia mundano demais para aceitar.

Uma noite, montamos uma pequena repetidora no interior de uma caixa de distribuição elétrica perto da Embaixada alvo. O implante aprimorou o sinal — mas ainda era insuficiente para alcançar qualquer apartamento que pudessemos alugar.

Estudamos e reestudamos a área, com mapas e caminhadas. Nada. Eu não conseguia esconder minha frustração.

Analisando hoje, a resposta final era óbvia. Flutuava na água do cais perto da caixa de distribuição que abrigava nossa repetidora. Um barco. Inclusive conhecíamos o dono de um iate ancorado naquele cais. Solicitamos a ajuda dele. Ele concordou e logo atracou a embarcação num box mais perto da Embaixada

alvo e de nossa miniestação repetidora. Equipamos o iate dele com uma poderosa repetidora e... pronto! Agora pegávamos o sinal da Embaixada alvo até a caixa de distribuição, depois para o iate e em seguida até nossa base. Demorou várias semanas e dois pontos de retransmissão, mas tínhamos nosso áudio soando diretamente no gabinete de nossos técnicos de transcrição.

Coleta de áudio, retransmissão à base, tradução, emissão de relatório e disseminação para clientes do governo dos EUA e de nossos aliados demoravam apenas poucos dias. A logística podia ser melhorada para horas, até minutos, caso necessário.

A operação gerou inteligência excelente durante vários meses, até que, de algum modo, a empresa de energia local descobriu a repetidora na caixa de distribuição. Felizmente, não havia como rastrear o dispositivo até nós. O fato nem sequer chegou aos jornais locais. Ficamos sabendo sobre o acerto a partir de uma fonte unilateral do governo anfitrião, que avaliou tratar-se de operação nossa.

Reavaliamos a situação e enfim encontramos outro local para a repetidora e a operação prosseguiu durante anos. A inteligência, extraída de uma das embaixadas mais importantes do país alvo, oscilou de boa a extraordinária. Foi uma das melhores operações de áudio da qual participei.

Agente de comunicações

Minha mulher, Cindy, e eu tranquilamente conversávamos sobre nosso fim de semana de lazer na fila da alfândega do pequeno aeroporto. Já havíamos passado por esses procedimentos inúmeras vezes. Tédio puro. Ar quente e úmido. Pelas janelas sujas, eu enxergava, lá fora, as folhas das palmeiras balançando suavemente com a brisa oceânica. Escutava o barulho dos carros. Dentro da suja e abafada sala da alfândega, não havia brisa. Havia o cheiro amargo de suor humano. Mínimo barulho. Todo mundo falando baixinho e com respeito. Todo mundo queria passar sem transtorno, sem espalhafato, sem ter de pagar propina. Quaisquer vacilações nas respostas ou sinais de desrespeito aos fiscais alfandegários poderiam interromper o processo durante horas a fio.

Ao chegarmos à mesa, mostramos nossas surradas mochilas e nossa antiga e amassada lancheira térmica de alumínio. Não havia máquina de raios X, apenas os fiscais. Fizeram algumas perguntas. Revistaram nossas mochilas. Espiaram o interior da lancheira. Só comida. Nem cerveja tinha. Fomos liberados com um aceno.

Joguei a mochila no ombro e levei a lancheira até um táxi à espera.

No táxi, Cindy e eu pouco nos falamos. Ambos desfrutávamos o alívio de nosso sucesso. Acabávamos de contrabandear equipamentos de comunicações para espionagem. Tinha sido relativamente fácil, mas isso não diminuía a emoção. Não há nenhum outro sentimento parecido com esse.

Foi uma viagem curta até o pequeno bangalô que tínhamos reservado. Entramos, tomamos água, deixamos o equipamento em local seguro e descemos até a praia pelos degraus íngremes e periclitantes de uma escada de madeira.

A água lambeu minhas pernas. Com a água na cintura, eu enxergava os pés. Translúcido, calmo e lânguido, o oceano se estendia quilômetros adiante, envolvendo essa antiga cidadezinha. Olhamos para trás: na terra firme, as palmeiras espalhadas em meio a velhos prédios e muros de pedra. Que lugar sensacional para uma missão de espionagem.

Na tarde seguinte exploramos a cidade. Passamos horas caminhando e parando em lojas, camelôs e restaurantes com teto de palha. Apreciamos ruínas, barcos, pinturas de paisagens, tecidos, esculturas e bijuterias. Cindy tirou algumas fotos. Outros visitantes faziam o mesmo, em sua maioria, europeus, e alguns asiáticos em meio à população de raça negra e misturada.

Continuamos a perambular num trajeto previamente planejado com a ajuda de um mapa. Cada trecho e cada parada pertenciam à nossa rota de detecção de vigilância. Era mais eficaz com a companhia de alguém, pois você tinha motivo para parar e conversar, fornecendo assim mais oportunidades para identificar vigilância. Havia interação mais natural, mais encobrimento para um jovem casal vagueando por uma cidade litorânea.

Enquanto o crepúsculo nos envolvia e enquanto a oração do muezim desvanecia no ar pesado e macio, enveredamos no labirinto de ruelas da parte antiga da cidade. Ainda estávamos livres de vigilância. Dobramos a esquina e avistamos a porta a poucos metros de distância.

Bati uma vez. De imediato, um homenzinho rugoso escancarou a porta. Entramos. Ele agarrou minha mão e apertou-a com firmeza. Deu um tapinha nas minhas costas. Abraçou Cindy. Pulou de empolgação. Só havíamos nos encontrado duas vezes com ele, uma delas na Europa para um dia de interrogatórios. No entanto, nossa ligação era íntima. Nossa missão de alto risco e nossa confiança mútua nos unia. Ele era um dos mais bem-sucedidos espões da CIA. Eu era o mais recente dos vários agentes da CIA que tiveram a honra de trabalhar com ele ao longo de várias décadas.

Enfim acalmou-se, ocasião em que nos apresentou a sua esposa. Tão recatada e graciosa quanto ele era espalhafatoso e barulhento, ela nos deu as boas-vindas ao seu lar. Ele começou a contar piadas. Ela o mirou com a paciência e o amor de uma companheira dedicada. Ele nos mostrou todos os cômodos da casa, abarrotada de antiguidades e livros. Ela voltou à cozinha, de onde o aroma picante do jantar se espalhava pela casa.

Sentamos ao redor de uma mesinha e devoramos uma das melhores refeições de minha vida. Ela preparara uma mistura exótica de ervas e temperos,

infundindo a refeição com um sabor antigo e delicioso de influências orientais, árabes e africanas. O arroz, a lentilha, o frango, os legumes e o pão caseiro realçavam nossos sentidos.

Comemos e conversamos durante horas a fio. Isso era um regalo para nós todos, um regalo de alto risco. Era a primeira vez que eu me aventurava a entrar na casa de um agente. Ficamos sabendo mais um sobre o outro. A compreensão e a confiança cresceram, mas isso era o subproduto do motivo principal para a visita: a necessidade de atualizar nossas comunicações.

Após a meia-noite, desempacotei nosso equipamento de comunicações que eu carregara a tarde inteira na mochila. Ou seja: o equipamento que passou na alfândega no dia anterior, camuflado num painel especial da lancheira.

De imediato, nosso agente pegou o equipamento e começou sua inspeção. Culto, brilhante, poliglota, conhecedor de filosofia antiga e tecnologia de comunicações, ele sabia mais sobre o equipamento do que eu. Debatemos de que modo o artefato melhoraria sua habilidade para se comunicar com a CIA. Prolífico coletor e transmissor de informações por meio de relatórios de inteligência escritos, residindo numa cidade remota e longínqua, ele precisava comunicar-se diariamente. O sistema anterior parou de funcionar. Nossos técnicos queriam vir para consertá-lo, mas eu os convenci a nos fornecerem um sistema melhor, já comprovado. Eu não queria que eles ficassem para lá e para cá consertando o sistema antigo. Mais viagens significavam mais riscos. Precisávamos de algo duradouro.

O agente e eu escalamos a escada retrátil que dava acesso ao postigo do sótão. Saímos e rastejamos rente à cumeeira do telhado até a velha antena, escondida em meio a uma série de antigas linhas telefônicas. O agente conectou os fios e retornamos pelo telhado. Rapidamente relanceei o olhar sobre todas as casas e a paisagem tropical, até avistar o oceano. Só algumas casas tinham luzes brilhando assim tão tarde da noite. Duas fogueiras bruxuleavam na praia, talvez de alguém assando lagostas ou peixes frescos. Nada de trânsito. Nada de ruídos, exceto pelo vento suave soprando através das palmeiras e dos becos.

— Vamos depressa — ordenou o agente.

Em seguida, ele mirou ao redor e se deparou com a vista. Fitou-me novamente, abriu um sorriso de maluco, fez que sim com a cabeça e precipitou-se postigo adentro. Fui atrás.

Mais trinta minutos de trabalho e ele já tinha conectado tudo e transmitido sua primeira mensagem com o novo equipamento. Funcionou.

Ficamos mais uma hora, bebendo chá quente e desfrutando a companhia dos anfitriões. Conversamos sobre política, analisamos suas necessidades de coleta de informações e planejamos nosso novo encontro vários meses depois.

Abriu a porta, olhou para os dois lados, recuou e nos abraçou. Cindy e eu lentamente penetramos na noite escura e bonita.

Caminhando até nosso bangalô alugado, a três quilômetros de distância, eu disse para minha esposa:

— Você foi maravilhosa.

Ela falou:

— Não: eles é que foram maravilhosos. E o jantar também! Os sabores! Quando a gente volta?

A conexão de comunicação durou vários anos. E nosso agente também.

Ciberespaço

Hoje a relativa simplicidade de minhas primeiras operações (algumas realizadas há mais de 25 anos) parece quase pitoresca, considerando a diversidade e a complexidade impressionantes dos projetos técnicos modernos motivados pela imensa evolução nas imagens, nas comunicações e na robótica. No entanto, esses progressos monumentais na tecnologia não necessariamente facilitaram a coleta de inteligência. Ao contrário, sob certos aspectos, a coleta técnica está muito mais difícil, devido à quantidade maciça de dados, às novas habilidades necessárias, aos riscos operacionais diversos, aos desafios organizacionais, à competição burocrática, à legislação arcaica, aos políticos desinformados e às normas sociais. Apesar desses empecilhos, a coleta técnica, em especial quando combinada com operações eficazes de HUMINT, tem alcançado às vezes sucesso retumbante. Mas esses avanços tiveram consequências colossais.

Essas mudanças técnicas afetaram profundamente a Agência de Segurança Nacional (NSA). Fundada em 1947, a NSA construiu uma rede global de sistemas de coleta para captar dados transmitidos pela atmosfera. Na base da NSA, milhares de agentes brilhantes decifravam, traduziam e analisavam os textos interceptados. Escolhendo entre milhões de mensagens ao longo de décadas, a NSA produziu relatórios de quantidade e qualidade inéditas. O advento do ciberespaço, porém, desafiou as habilidades de coleta da NSA. Com mais alvos de coleta produzindo mais dados transmitidos de mais maneiras, especialmente via cabos de fibra óptica, a NSA teve de se reinventar. Nesse esforço de reinvenção, a NSA buscou SIGINT não só na atmosfera, mas também em cabos de fibra óptica e bases de dados. Num astuto jogo de palavras para expandir seu raio de ação de interceptação atmosférica dinâmica para a coleta terrestre estática, a NSA chamou esses dados alvos de “SIGINT em repouso”. Esse impulso na relevância da NSA, é claro, invadia o território HUMINT da CIA. Usando fontes humanas, a CIA estivera roubando dados de computador

desde que segredos estrangeiros foram gravados pela primeira vez num disco rígido. A CIA estivera furtando inteligência estrangeira do ciberespaço desde o seu começo. Ao longo de minha carreira, não haveria maior interseção de coleta técnica e humana do que no ciberespaço.

No fim de 1995, a CIA começou a se preocupar. Talvez ela não estivesse pronta para explorar a rapidez da expansão e do uso de tecnologia avançada nos vários domínios alvo. A CIA criou o Grupo de Projetos Especiais (SPS) para estudar esse iminente desafio. Na análise, o SPS incluiu parceiros e clientes fundamentais da comunidade de inteligência.

O estudo concluiu que a CIA não estava preparada para aproveitar as oportunidades de coleta nesse ambiente de rápida expansão *high-tech*. O SPS recomendou a criação de um novo setor para lidar com esses novos alvos. O setor, chamado de Gabinete Clandestino de Tecnologia da Informação (CITO), ficaria subordinado tanto ao Serviço Clandestino quanto ao Diretório de Ciência e Tecnologia (DS&T).

A CIA convidou o dr. James Gosler, gênio da matemática ligado ao Sandia National Laboratory, para se tornar o primeiro diretor do CITO. Ele prontamente aceitou. O dr. Gosler logo desenvolveu uma habilidade para operações clandestinas e previu um papel crucial para agentes operacionais de estirpe, como eu. De fato, ele insistia nas capacidades operacionais diferenciadoras que podiam ser formadas por meio de uma parceria eficaz entre o Serviço Clandestino e o DS&T. Gosler começou a atrair pessoal para sua nova unidade por meio do Serviço Clandestino. Ouvi falar e concluí que não era para mim. Mas fui escalado para fazer um curso introdutório, especificamente projetado para agentes operacionais com pouco ou nenhum treinamento técnico. Se a ignorância técnica era pré-requisito, eu era o mais qualificado da turma.

Não protestei quanto ao treinamento compulsório. Após refletir um pouco, cheguei à seguinte conclusão: já que sistemas digitais armazenavam segredos que valiam a pena ser roubados, alguns pontos de referência básicos seriam úteis em meus esforços de espionagem. Nunca imaginei o quanto essas ciberoperações seriam importantes para o Serviço Clandestino e para a

segurança de nossa nação. Ainda bem que Gosler e outros imaginaram.

Planejado e ministrado pelo CITO, o curso enfatizava a espionagem como a chave para a inteligência digital. Numa de nossas aulas com Gosler, ele observou que as pessoas eram os principais pontos de acesso, considerando que alguém guardava a combinação da sala de dados, os códigos criptográficos, as senhas e os manuais de firewall. Gente havia escrito o software. Gente administrava os sistemas de dados. O agente operacional devia recrutar hackers de computadores, administradores de sistemas, técnicos em fibras ópticas e até mesmo o zelador se ele pudesse dar acesso à área certa de armazenagem de dados ou cabos de fibra óptica.

Trabalhando com especialistas destacados da Comunidade de Inteligência (IC), inclusive a NSA, Gosler ajudaria a determinar e aconselhar o que valia a pena escolher como alvo. A oficina dele forneceria os técnicos para auxiliar nas operações. Sábio e entusiasmado como são os bons líderes, Gosler preconizava que seríamos os desbravadores da ciberofensiva da CIA contra uma série de alvos. À medida que os adversários cada vez mais adquiriam e usavam dados digitais, e à medida que a internet se expandia, também se expandiriam as ciberoperações da CIA. Estaríamos na vanguarda.

Gosler salientou e nos garantiu que embora isso fosse novidade para nós, ele nos apoiaria, e nós, agentes operacionais, nos concentraríamos nas operações em si. Não precisávamos de uma graduação em ciências da computação. Apenas tínhamos de entender a relação entre a inteligência estrangeira em forma digital e a natureza humana. Exploraríamos essa relação. Isso, eu entendia. Isso eu podia fazer.

O advento da espionagem no ciberespaço foi quase instantâneo. Com uma rapidez atordoante, o impacto em nossas operações foi quase revolucionário. A abrangência e as recompensas de minhas próprias operações técnicas excederam todas as minhas expectativas; a quantidade de dados brutos roubados e explorados tornou-se difícil de medir pelos padrões convencionais. Em vez de páginas, agora falávamos de um espólio de terabytes de inteligência.

Em 1999, quando entrei no Centro de Antiterrorismo, a maioria de nossas

operações técnicas baseava-se no ciberespaço. Nossas operações tradicionais e digitais tornavam-se cada vez mais simbióticas, à medida que rastreávamos, perseguíamos, capturávamos e matávamos terroristas em todo o mundo. Aprimorariíamos nossas operações antiterroristas com outras plataformas de coleta técnica, tais como os Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs) do tipo *Predator*, enquanto depositávamos crescente ênfase na fusão de mais e mais correntes da inteligência para encontrar alvos específicos, tanto no universo *ciber* quanto no real.

Alianças

*Alianças íntimas com déspotas jamais são seguras
para nações livres.*
Demóstenes

Alianças estrangeiras compõem uma faceta importante das atividades de inteligência da CIA. Alianças são construídas na forma de trocas cooperativas e empreendimentos operacionais conjuntos. Parceiros estrangeiros podem facilitar a coleta, a análise e as missões secretas da CIA. Isso inclui tudo desde simples intercâmbios de informações até coletas técnicas multianuais e multimilionárias, onde a CIA fornece financiamento e equipamento, enquanto o aliado fornece encobrimento, acesso e alcance operacional. Em certos casos, compartilha-se contrainteligência crucial sobre adversários em comum. Como também são compartilhadas tecnologias e táticas de espionagem.

Essas operações também podem consistir numa integração de agentes e especialistas de serviços estrangeiros. Por exemplo, durante anos, um serviço de inteligência do Oriente Médio forneceu agentes para auxiliar a CIA em operações de antiterrorismo. Com outros aliados existe inclusive uma cooperação mais íntima, numa vasta gama de programas de treinamento e operações, que abrangem grandes missões coordenadas de inteligência a partir de sinais.

Em 1981, os instrutores do campo de treinamento nos ensinaram pouquíssimas coisas sobre alianças internacionais. Concentramos os estudos em operações unilaterais. Analisando em retrospectiva, essa abordagem não foi de todo má, pois sem fontes unilaterais um espião torna-se apenas mais outra troca internacional de informações. A verdadeira missão de um agente é, antes de tudo, a espionagem. Isso significa recrutar e administrar espiões. Os instrutores do campo de treinamento bateram nessa tecla.

Quando indagados sobre alianças, eles responderam que na ocasião propícia receberíamos o treinamento adequado.

Também observaram que a formação de alianças tinha um propósito primordial: ganhar acesso a esses serviços estrangeiros e recrutar fontes pertencentes a seus quadros. Esses eram os melhores meios de contrainteligência. Não há modo melhor de capturar um espião do serviço inimigo do que conseguir uma penetração naquele serviço. Uma grande porcentagem de espões estrangeiros no governo dos EUA é desmascarada em decorrência de fontes da CIA infiltradas nos quadros de seus respectivos serviços estrangeiros.

Essa doutrina também permite à CIA oportunidades para se beneficiar da coleta de inteligência feita por outro serviço. Se o país X tem redes clandestinas no Extremo Oriente, e a CIA tem a fonte que administra as redes no Extremo Oriente para o país X, os relatórios fluem secretamente para a CIA. O mesmo vale para uma penetração do serviço de SIGINT do serviço estrangeiro. Tal fonte pode canalizar a coleta de SIGINT para a CIA. Essas penetrações unilaterais também permitem à CIA acesso a outras fontes potenciais de HUMINT, bem como coletas técnicas no interior do serviço alvo/anfitrião. Assim, a CIA lança mão dos recursos de fontes de inteligência estrangeiras unilaterais para obter imensa quantidade de dados indisponíveis por meio dos canais normais de alianças.

Claro: existem exceções a essa tendência unilateral. A CIA não tenta penetrar os serviços de alguns aliados fundamentais. O valor abrangente desses relacionamentos de inteligência bilateral compensa largamente o lado negativo de uma comoção causada por espionagem. A aliança política, ainda mais valiosa, também proíbe esse tipo de risco. Eu aprenderia isso em primeira mão nos anos seguintes, em especial na arena do antiterrorismo.

Na instrução do campo de treinamento, o foco principal era o recrutamento de fontes unilaterais. Para um agente júnior escalado para trabalhar atrás da Cortina de Ferro, isso significava lançar mão de *dead drops* e outros meios de comunicação impessoal, com poucas chances de administrar operações de

recrutamento. Se um agente operacional júnior recebesse missão na Europa Ocidental, em especial no território de algum forte aliado dos EUA, as chances de seus trabalhos em aliança ultrapassarem as operações unilaterais eram bem mais altas do que as de um agente de hierarquia semelhante num fim de mundo africano. Para mim, esse era um motivo primordial para evitar uma missão na Europa ou em qualquer Divisão com bases grandes e alto volume de tarefas em aliança. Eu queria atuar como agente operacional secreto unilateral o maior tempo possível.

Agentes juniores unilaterais, em oposição àqueles em missões de aliança, em geral têm um encobrimento eficaz, pois trabalham em funções de fachada durante o dia e evitam alianças estrangeiras. Obviamente, na condição de agentes juniores, dispõem de experiências limitadas e menos exposição: em outras palavras, melhor encobrimento.

Para um recrutador agressivo, porém, uma degradação do encobrimento não é rara. Só tem um jeito de o agente evitar todos os riscos de expor sua identidade secreta: não fazer nada. Por outro lado, quanto mais tempo o agente preservar seu encobrimento, maiores as oportunidades de buscar e administrar fontes unilaterais. Dosar o equilíbrio entre proteger a identidade secreta e administrar operações agressivas é um trabalho imperfeito e uma preocupação diária.

Na parte inicial de minha carreira como agente operacional unilateral, recrutei e administrei dezenas de fontes e subfontes unilaterais através de três continentes. Redigi centenas de relatórios de inteligência derivados de centenas de encontros com fontes. Realizávamos encontros meteóricos em carros em movimento, quartos de luxuosos hotéis, casas seguras, bangalôs com tetos de palha, barcos, livrarias, becos, banheiros públicos e à sombra das árvores. Durante mais de uma década de serviço de campo, evitei responsabilidades de aliança com qualquer governo estrangeiro.

Quando, finalmente, aconteceu minha apresentação às alianças estrangeiras, ela veio de forma inusitada. Não me encontrei com um representante de governo estrangeiro, mas sim com o líder de um exército rebelde.

Aliança guerrilheira

O escuro e bolorento corredor do hotel parecia interminável. Meus dois acompanhantes, um à frente e outro atrás, andavam resoluta e silenciosamente. Homens em boa forma, musculosos, que claramente tinham passado anos lutando na savana. Respeitei a sua preferência pelo silêncio. Imitei o ritmo e o movimento e fiquei calado. De pé, à porta da suíte, havia uma sentinela solitária. Entrei. Meus acompanhantes e a sentinela ficaram no corredor. No quarto, a escuridão era ainda maior, e eu forcei os olhos, piscando algumas vezes para focalizar as duas mulheres de corpo escultural, cada qual num dos lados da porta interna que conduzia ao cômodo seguinte. As duas eram lindas de morrer, de um estilo vigoroso e mordaz, e ao mesmo tempo de uma descontração quase lânguida. Podiam ser escolhidas para participar de um filme de James Bond. Nenhuma expressão facial: simplesmente pareciam fazer parte da decoração. Sem olhá-las de modo ostensivo (tarefa nada fácil) entrei no quarto contíguo. Com movimentos suaves e macios, as duas me seguiram e se posicionaram ao lado do sujeito. Uma delas repousou a mão no encosto da poltrona dele.

Sentado numa poltrona bem estofada, no meio do cômodo, ele esfregava a parte de cima da cabeça. Parou para trocar um aperto de mãos comigo. Mostrou uma cadeira para mim. Em seguida, continuou a esfregar a cabeça num movimento lento e semicircular. Aparentava cansaço, talvez de tantos anos encabeçando uma rebelião na savana. Ou talvez tivesse malária. Ou talvez suas forças tivessem sido exauridas pelas duas Bond *babies*. Talvez todas as alternativas acima.

O chefe da base (COS) me dissera que este sujeito era um dos mais espertos que conhecera, e meu COS conhecia muitos sujeitos espertos. Portanto, não importava o quão cansado este líder guerrilheiro aparentava estar, eu sabia que não devia subestimá-lo. Ao contrário! Afinal, ele sobrevivera a combates ferrenhos durante anos e agora conquistava território. As previsões da CIA apontavam para sua vitória, e precisávamos saber mais detalhes. Precisávamos

construir um relacionamento mais profundo com a organização dele.

— Obrigado por me receber — arrisquei.

— Qual é o seu nome? — indagou.

— Frank — menti.

— O.k., claro — respondeu ele, percebendo que era mentira e que isso não importava.

— Meu chefe envia seus cumprimentos — acrescentei.

— Um bom homem, seu chefe. E diz que você também é. Espero que esteja certo. Temos muita coisa a discutir.

Sem mais delongas, exploramos como o governo dos EUA analisava sua organização, seus objetivos e seu futuro. Ele fez suas ponderações. Eu fiz as minhas. O governo dos EUA tinha importância crucial no futuro do país dele, explicou-me.

Resumi seus planos para semanas e anos seguintes. Demonstrava ambição, é claro, mas de modo calculado e paciente. Mencionou a insurgência, mas também as forças regionais e seus pontos de vista sobre seus esforços. Debatesmos os libios, os soviéticos, os chineses. Ele articulou seus planos após a vitória, para a infraestrutura, a educação, a saúde, o comércio e os direitos femininos de seu país. Tocamos no assunto das teorias políticas.

Não tomei notas, mas tive de me esforçar para absorver tantas informações, que converti em relatórios de inteligência tão logo retornei à base. Fiquei me perguntando se eu seria compatível intelectualmente com ele. Fiquei me perguntando como ele seria quando estivesse descansado.

— Quero que conheça alguém para trabalhar com ela. Vou voltar às savanas logo, mas ela terá o que você precisa.

— Sim, senhor — respondi.

Chamou o nome dela e girou o pescoço para o lado da sala. Não era uma das Bond *girls*. Uma senhora mais velha, corpulenta, com óculos de fundo de garrafa, apresentou-se. Estendeu a manzorra macia e mole. Parecia uma boa pessoa, talvez a tia predileta de alguém.

Trocamos informações de contato. Forneci a ela um local onde podíamos nos

encontrar na semana seguinte. Ela estaria numa esquina urbana. Eu a pegaria de carro.

Ao longo do ano seguinte, eu me encontraria rotineiramente com ela, na maioria das vezes, encontros noturnos em carros em movimento. Ela nunca faltou a um encontro. Nunca deixou de entregar informações e de fornecer detalhes sobre o andamento da insurgência nem sobre as consequências geopolíticas da guerra travada por eles.

Conversávamos sobre o fluxo errático das finanças, a tortuosa cadeia de suprimentos, a política tribal e batalhas do passado, do presente e do futuro. Vencer a luta exigia dominar a geografia física; os rios, em especial, representavam desafios monumentais. A luta envolvia tramas complexas de subversão. A luta também tinha a ver com os líderes da insurgência e do governo trôpego. Quais eram seus planos e suas intenções? Liderança, fiquei sabendo, era um componente essencial. O que motivava essas pessoas a lutar? O que desejavam alcançar além da vitória? Eu fazia muitas perguntas. As respostas dela conduziam a novas perguntas. Parecia que eu nunca tinha tempo suficiente.

Eu cumpria o meu lado do trato, fornecendo-lhe a posição oficial do governo dos EUA em assuntos de interesse da organização dela. A seu pedido, inclusive forneci as minhas opiniões. Os EUA ainda reconheciam o governo que os rebeldes tentavam derrubar, por isso não havia, neste caso, apoio aberto nem secreto aos rebeldes. Porém, na condição de representante da CIA, eu oferecia um canal aprovado e discreto sem riscos para o Ministério das Relações Exteriores. Por fim, me dei conta: esse relacionamento de aliança de inteligência também exercia uma importante função protodiplomática. Lançávamos as bases para relações diplomáticas para quando o exército rebelde vitorioso assumisse o governo de um Estado reconhecido.

Nunca tentei recrutar minha interlocutora aliada como fonte unilateral. Nem precisei, considerando a riqueza das informações. E eu também não queria pôr em risco aquela que se tornaria uma das alianças mais bem-sucedidas da CIA no continente. Meu COS teve a clarividência de estabelecer essa nascente operação em aliança. Correu o risco de depositar em mim, um novato em alianças, a

responsabilidade. Com bons e pacientes parceiros de aliança, administrei o caso com confiança e eficácia crescentes.

Recordo com carinho da senhora sem graça e seus óculos grossos, seu jeito amigo e entonações calculadas e melífluas. Era a pessoa menos parecida com uma rebelde que eu podia imaginar. Eu não podia ter tido pessoa melhor para ser a minha primeira instrutora e parceira em operações de aliança.

Aliança com governo estrangeiro

Minha primeira apresentação a um serviço oficial de aliança com governo estrangeiro ocorreu quase por acaso, por meio da busca de um alvo unilateral.

A pessoa alvo de recrutamento, baixinha e com roupas fora de moda, tinha vinte anos mais do que eu. O dossiê da CIA sobre ela, conhecido como arquivo 201, abordava o quanto ela estudara e entendia os EUA. Em contraste, o meu conhecimento sobre o país dela era limitado. Ela era uma autoridade estrangeira relativamente sênior. Eu era um agente júnior da CIA. O foco dela era economia. Eu trabalhava mais com inteligência geopolítica, em especial contrainteligência e insurgências. Tínhamos pouca coisa em comum.

Confiando em dois serviços aliados estrangeiros, separados entre si por vários milhares de quilômetros, eu seguiria esse alvo de recrutamento em períodos intermitentes ao longo de seis anos seguintes. Nunca fui declarado ao primeiro serviço, embora devam ter suspeitado de minha afiliação. Já ao segundo serviço de aliança eu não precisava ser apresentado.

O país em que eu estava servia de local para uma grande conferência internacional, frequentada por centenas de autoridades governamentais de todas as partes do globo. Vários desses participantes da conferência eram alvos primordiais de recrutamento, mas estavam além do alcance das bases da CIA em seus países de origem, onde os serviços de segurança mantinham as autoridades dos EUA sob controle rígido, em especial autoridades com suspeita de serem agentes da CIA. Esses serviços de segurança também monitoravam o contato de suas próprias autoridades governamentais com estrangeiros. Nesses ambientes operacionais restritivos, as oportunidades de recrutamento eram raras.

Por outro lado, agora esses alvos estavam reunidos num ambiente controlado pelo serviço de inteligência local e, por sua vez, pela CIA. O serviço local, é claro, queria entender o máximo possível dessa horda de visitantes estrangeiros. A base concordou com a situação. Enviávamos relatórios sobre essas autoridades estrangeiras, pelo menos aquelas oriundas de nações adversárias, para o serviço

anfitrião. Nossos aliados locais utilizavam essas informações para seus próprios fins, inclusive instruir suas lideranças políticas. Desse modo, a CIA ajudava o serviço local a proteger os interesses de sua nação e a evoluir seus próprios relacionamentos com seus líderes políticos.

Agradecido, o serviço local fornecia à base informações táticas diárias sobre alvos selecionados, obtidas a partir de vigilância, coleta técnica e fontes na conferência. Havia um claro interesse em comum. Sabendo que queríamos assediar alguns desses alvos, o serviço local só tinha um pedido: sem situações constrangedoras. Não queriam quaisquer constrangimentos, protestos de governos estrangeiros nem manchetes de jornal. Em outras palavras, como o COS nos explicou, poderíamos fazer o que quiséssemos — mas sem pisar na bola.

A base tinha apenas um punhado de agentes operacionais. A lista de alvos era muito grande para conseguirmos abarcá-la em apenas alguns dias. Por isso, cada agente recebeu um ou dois alvos. A CIA poderia realizar nova tentativa com os demais alvos, noutra conferência, noutra ocasião.

No pequeno gabinete que eu compartilhava com dois agentes juniores, estudei o resumo do arquivo dela. Sabíamos sua posição no governo, seu histórico familiar e educacional e seu valor potencial em termos de inteligência. Trabalhando com um analista da base, que fizera uma consulta prévia ao quartel-general, compilei uma lista mental dos assuntos de óbvios interesses para ela. A família era o principal.

No dia seguinte, frequentei a conferência como participante, com um crachá na lapela. Sentei-me numa sessão do plenário, escrutinando a multidão e tentando combinar nomes, biótipos e fotos com os participantes. Não fosse isso o tédio me dominaria. A conferência parecia servir principalmente como fórum para um chavão após o outro. Abominei o marasmo da vigilância estática, piorada pelo fato de sequer avistar o alvo.

Na última manhã da conferência, encontrei-a — exatamente onde o aliado relatara. Ela folheava um livreto, sozinha, durante o *coffee break*.

Sem tempo e sem outras opções, simplesmente me aproximei, apresentei-me e

perguntei se ela teria tempo para conversar sobre o país dela. Como se fosse uma vovó inspecionando um vendedor a domicílio, ela me perscrutou por alguns segundos. Estreitou os olhos e não pude imaginar o que sua expressão significava, por isso aguardei. Talvez estivesse preocupada com o grupo dela, que incluía um agente de segurança cuja responsabilidade era evitar deserções. Eu o avistara antes.

Ela continuava a me avaliar. Comecei a me perguntar se ela ia se afastar, chamar a segurança ou gritar: “CIA, CIA!”.

— Sem problemas — respondeu ela num inglês com sotaque.

— Posso lhe oferecer uma xícara de chá? — indaguei.

Com um sorrisinho travesso, ela relanceou o olhar na direção do restaurante e caminhamos até uma mesa.

Os próximos trinta minutos serviram de interlúdio revigorante. Ela pareceu igualmente entediada com a conferência e deu boas-vindas à oportunidade de conversar sobre o seu país e sua família. Talvez tenha suspeitado de minha afiliação de inteligência, mas ela pareceu inabalável, confiante e entusiasmada com nosso educado intercâmbio de ideias políticas e pessoais. Não abordei assuntos delicados, apenas trabalhei no intuito de construir um grau de compreensão e de relacionamento profissional no curto tempo que dispúnhamos.

No fim, eu repeti meu nome, em vez de lhe oferecer um cartão de apresentação, considerando o risco que isso significaria. Ela não precisava nem queria ter em seu poder o cartão de um funcionário dos EUA ao voltar para casa. Ela, entretanto, me ofereceu um de seus cartões.

Eu só a veria novamente quatro anos depois. Àquela altura, eu estava noutra missão além-mar. Novamente, um serviço de aliança estrangeira era o cerne de tudo. Ela havia sido identificada numa lista de visitantes programada para comparecer noutra conferência internacional, numa cidade do outro lado do mundo.

O COS entrou na minha sala e ordenou:

— Faça as malas.

— Claro. Para onde?

Largou um envelope na minha mesa e antes de sair avisou:

— A comida lá é ótima.

Abri o envelope. Na mensagem via cabo, lia-se “Confidencial”. Parecia quase desespero da CIA o fato de me enviar numa viagem tão longínqua para entabular nova conversa com o mesmo alvo de quatro anos atrás. Claramente, só tínhamos poucas fontes clandestinas, se é que tínhamos, naquele país.

No dia seguinte, eu rumava velozmente ao leste a uma altitude de 10 mil metros.

Chegando ao aeroporto, o fiscal da imigração polidamente me pediu para sair da fila. Dentro de poucos segundos, um segurança à paisana me escoltou a outro corredor, onde um agente da base me cumprimentou. Não houve carimbo da imigração, nem registro da minha presença no país, nada. Eu sempre tinha ouvido falar que a CIA e o país anfitrião tinham um relacionamento íntimo.

Também entendia que, pela primeira vez, eu tinha acabado de ser oficialmente declarado agente da CIA para um governo estrangeiro. Não houve nada cerimonioso, apenas um aceno de cabeça do fiscal de imigração.

O hotel cinco estrelas, como meu COS dissera, tinha comida excelente. Nunca me hospedara com tanto luxo. Em geral, na estrada, eu me alojava em hotéis simples; só torcia por um ventilador funcionando e um mosquiteiro sem furos maiores que os normais.

Apesar do luxo inesperado, a missão parecia fadada ao fracasso. O aliado local relatou que o alvo não tinha vindo com a delegação dela. Assim, pela manhã, visitei a base para ler. À tarde, fui me exercitar na sala de musculação do hotel.

No quarto dia, ela apareceu. O aliado local a submetera a vigilância estática e móvel. Com tecnologia, veículos, treinamento e financiamento da CIA, esse serviço era o melhor possível. Rastrearam todos os movimentos dela e me colocaram em condições perfeitas para um encontro casual.

Ela levou alguns segundos para se lembrar de mim, em seguida aquiesceu e quase sorriu com malícia.

Dei uma desculpa esfarrapada para estar na cidade. Ela entendeu o que estava

acontecendo, se não havia entendido da outra vez. Ela não era idiota, mas sua curiosidade e confiança aparentemente excederam eventuais preocupações. Aceitou meu convite para tomar um chá e fomos nos sentar num café ali perto.

— Há quanto tempo está na cidade? — indagou.

— Bem, isso depende... Há quanto tempo você está? — respondi.

Ela sufocou uma risada, mas acabou tossindo.

— Só uns dois dias — respondeu ela, tomando fôlego e enxugando os olhos com um guardanapo. Pelo menos lhe ofereci um suave divertimento, pensei comigo.

Após uma breve e educada conversa sobre as respectivas famílias, a conversa tomou o rumo político. O franco intercâmbio durou os 45 minutos previstos pelo aliado, considerando o cronograma dela. Após quase uma hora, ela aceitou um nome e um telefone para me ligar quando ela voltasse a viajar para fora do seu país.

Nos dois anos seguintes, ela nunca ligou.

Na verdade, apareceu noutra país, onde novamente o serviço aliado local a identificou numa lista de visitantes. Ela planejava ficar lá por dois meses. Em vez de eu pegar um avião até lá, porém, eu lhe remeti uma carta apresentando um colega, agente operacional da base local. Ele tentaria restabelecer a avaliação e o desenvolvimento dessa agradável autoridade estrangeira sênior.

O agente e a alvo tiveram um promissor primeiro encontro, ocasião em que ele entregou minha carta. Os dois voltaram a se encontrar. E repetiram a dose.

Como normalmente acontece, nunca fiquei sabendo o resultado final da operação. Nunca vou saber. Não preciso saber.

Por seis anos a fio, três serviços aliados em três continentes nos auxiliaram a rastrear e seguir esse alvo de outra maneira unilateral. Talvez, com a ajuda deles, ela tenha enfim concordado. Suspeito que sim. Torço por isso.

Mason

Ao se virar para fechar a porta do carro, suas costas largas e seus ombros maciços esticaram o tecido do casaco do terno. Esta foi a primeira coisa que me chamou atenção ao encontrá-lo: seu torso parecia o de um zagueiro de futebol americano. Deu meia-volta para apertar minha mão, fitou-me com olhos encovados e correu o olhar pelo agradável bairro residencial. Fitou-me novamente e piscou devagar. A mão grossa agarrou a minha num delicado aperto. Assentiu e sorriu. Dentes amarelos. O cabelo à escovinha parecia aumentar a enorme cabeça com formato de projétil.

Mason seria meu principal aliado ao longo dos três anos seguintes.

Convidei-o para tomarmos um café preto quente no pátio com cobertura de palha e vista para o nosso jardim residencial. Polidamente analisamos a história de nossa aliança, uma das mais produtivas do continente. Essa cooperação se baseava em ameaças mútuas que nossas nações confrontavam do Irã, da Coreia do Norte, da Líbia e de outras nações. Grupos terroristas transnacionais emergentes também representavam perigo aos cidadãos de nossos dois países.

A CIA e o serviço local precisavam um do outro. A CIA tinha vastos recursos; esse serviço, imensas necessidades. A CIA tinha alcance global; esse serviço, conhecimento íntimo do país e da região.

O serviço local tinha uma estrutura de agentes confiáveis, muitos deles sobreviventes de uma guerrilha impiedosa. Aqueles menos perspicazes e menos adaptáveis tinham soçobrado. Os mais espertos e mais durões, os sobreviventes, hoje administravam o país e o serviço. Mason era um exemplo primordial.

Enquanto repassávamos o programa inicial, perguntei a Mason sobre sua história pessoal. Ele participara da revolta desde uma idade precoce. Fiquei sabendo disso e de outros detalhes na ficha sobre ele, mas eu desejava uma percepção melhor de sua autoestima. Ele parecia estar à vontade, até mesmo apreciando a nossa conversa, tanto quanto eu.

— E esta cicatriz no antebraço? — indaguei.

Antes ele havia tirado o casaco e arregaçado as mangas, revelando antebraços poderosos. No esquerdo, havia uma inscrição com letras no formato de cicatrizes em alto relevo.

Mirou o braço e o ergueu de leve.

— É o acrônimo de nosso exército guerrilheiro.

Eu sabia disso.

— Sim, mas como adquiriu a cicatriz?

Mason fez um beicinho com os lábios grossos. Não me encarava, aparentemente refletindo sobre o quanto devia me contar.

— Eu me desgarei de minha patrulha. Alguns membros tinham sido mortos. Outros, capturados. Fiquei sozinho. Se eu não sobrevivesse, eu queria que eles soubessem. Eu queria que soubessem quem eu era.

— Você mesmo entalhou essas iniciais? — perguntei.

— Sim.

— Para que, no caso de captura ou morte, não houvesse dúvida sobre sua afiliação?

— Sim.

O que eu podia dizer em relação a isso? Tudo o mais parecia insignificante. Mason, sentado ali com sua identidade de guerrilha entalhada na carne, agora me encarava. Sem raiva, sem constrangimento, só descontração.

— Aceita mais um chá? — ofereci.

— Sim, por favor.

Durante os três anos seguintes, em colaboração com a equipe de Mason, nossa base realizou múltiplas operações de coleta técnica e vigilância contra uma diversidade de alvos. Fornecemos equipamentos, dinheiro e treinamento, com uma parte obrigatória sobre direitos humanos. Eles forneceram acesso físico, mão de obra e encobrimento político. Em conjunto, produzimos centenas de relatórios de inteligência.

Também participamos em operações conjuntas de recrutamento de alvos estrangeiros. Às vezes, os agentes deles faziam o assédio, às vezes os nossos. Em geral, as fontes recrutadas nem sonhavam que suas informações iam tanto

para a CIA quanto para o serviço local.

Num caso, um patrocinador estatal do terrorismo tinha despachado uma delegação de autoridades seniores através da Ásia e da África. Como parte de um plano mais amplo da CIA para recrutar fontes e desarticular as atividades desse Estado inimigo, o quartel-general orientou que várias bases ganhassem acesso a um delegado específico durante sua passagem nessas várias capitais. Essa diretriz provocou uma onda de mensagens entre as bases, enquanto cada uma tentava abordar o alvo em movimento. Ele ficava apenas dois dias em cada país, de modo que a janela de oportunidades era limitada.

Só observamos cada base em sequência perder sua oportunidade. Então o alvo chegou a nossa pequena fração do mundo, com nossos aliados esperando. Eles o envolveram numa vigilância ostensiva. Demarcamos e projetamos os seus movimentos, esperando pelo local certo, a oportunidade ideal para realizar a abordagem.

George, o auxiliar de Mason, coordenava as equipes de vigilância e recomendou o local. Num golpe de mestre, ele orquestrou a separação do alvo dos outros delegados numa área pública, como quem separa uma rês do rebanho.

Ele me deu cobertura: ficou em meu flanco, a um metro e meio de distância, sem tirar os olhos de cima dos outros delegados. Assim pude me deparar com o delegado.

— Olá, sou Frank — falei com a mão estendida.

Ele recuou, se recompôs, balbuciou o nome e trocamos um aperto de mãos.

— Sou um agente do serviço de inteligência dos Estados Unidos. Queremos que você coopere conosco. É um homem decente, mas no seu governo atual, não tem futuro. Sabe disso.

— Quem é você? — tartamudeou ele.

— Sabe quem sou. Precisa de nós. Sem nós... você não tem nada. Leve esta carta. Leia e lembre-se das instruções. Depois destrua o documento. Ligue-nos na próxima vez que sair do país.

Ele pegou a carta. Eu nem acreditei.

— Entende? — indaguei.

— Não conheço você. Por favor, vá embora — enfiou a carta no bolso.

— Nós conhecemos você. Sabemos o que faz. Conhecemos seus amigos. Quer fazer parte de um regime asqueroso e assassino que você chama de governo? Você tem uma escolha. Uma escolha real conosco.

Ele se encolheu de medo e assentiu, talvez mais por recear do que por concordar. Ele estava prestes a perder o autocontrole, e o meu tempo se esgotava. Os homens de George não iam conseguir reter os outros delegados por mais tempo. Eu não conseguiria ir além.

— Ligue para nós — ordenei categórico. Em seguida, dei meia-volta.

George rapidamente uniu-se a nós enquanto saíamos da área. Ele escutara todo o encontro. A esta altura, nós já trabalhávamos juntos há dois anos; com ele, eu sempre tinha sido educado e cortês. Ele nunca tinha me visto abordar um alvo daquele jeito.

— Que diabo! Vamos dar o fora daqui — disse George.

No carro, George me observou, meneou a cabeça e caiu na risada.

— Acho que ele se borrou todo.

— Talvez.

— Será que ele vai relatar o assédio? Ou vai ligar para vocês? — indagou George.

— Sei lá. Provavelmente está muito assustado para contar a alguém e muito assustado para trabalhar conosco. Mas tem algo para meditar.

Mais tarde naquela semana, durante uma de nossas reuniões particulares, informei ao embaixador dos EUA sobre o assédio. Eu não precisava fazê-lo, considerando a reduzida probabilidade de consequências políticas, mas o caso fornecia um bom exemplo de nosso trabalho de aliança, parcela do relacionamento mais amplo com o governo dos EUA.

Durante meu tempo de serviço, apenas duas operações exigiram notificação prévia do embaixador, devido à sensibilidade em relação ao governo anfitrião ou ao grave risco de nossos agentes.

Nossa Embaixada era abençoada por ter um grande embaixador que se tornou um grande amigo. Contei a ele mais do que o necessário e talvez mais do que ele

queria, mas a orientação e o apoio fornecidos por ele foram soberbos. As operações da CIA englobam um contexto político mais amplo, embora às vezes seus agentes se esqueçam disso. O serviço de inteligência tem um propósito político e informa os responsáveis por fazer e executar as diretrizes políticas. Nossa base tinha sorte, pois nosso embaixador não só compreendia e respeitava nosso trabalho como também utilizava nosso produto. Nem sempre isso acontece.

A CIA comanda uma ampla e crescente rede de alianças estrangeiras com quase todos os países do mundo. Embora o Serviço Clandestino da agência ponha ênfase, como seria de se esperar, em fontes unilaterais, esses programas de alianças estão se tornando cada vez mais essenciais, por conta do surgimento de complexas ameaças transnacionais.

Essa expansão das alianças é motivada principalmente pelo crescimento de inimigos sofisticados em âmbito global, proporcionando perigos cada vez mais complexos. Terrorismo, a proliferação de armas de destruição em massa, narcotráfico, tráfico humano e até mesmo riscos ambientais representam desafios ímpares para os serviços de inteligência. Nenhum serviço de inteligência consegue lidar sozinho com tudo isso. Considerando sua presença global, seu poder e sua profundidade de relacionamentos, a CIA assumiu um papel de relevância e liderança. Por meio de sua habilidade de coletar, analisar e coordenar respostas com serviços múltiplos em tempo real através do cenário global, a CIA fornece um serviço valioso de integração, coordenação e, às vezes, liderança.

Mas, é claro, esses relacionamentos não envolvem apenas cooperação. Também existe competição. O exemplo mais intenso reside nos esforços dos serviços de inteligência de se interpenetrarem. A CIA não é exceção à regra. Para avaliar riscos de contrainteligência, a CIA precisa entender os planos e as intenções de outros serviços, e a melhor maneira de fazer isso é por meio de fontes unilaterais infiltradas nesses serviços.

Saber como e quando realizar um esforço dessa natureza exige, é claro, uma avaliação minuciosa do risco e da recompensa.

Nenhuma missão logo me ensinaria tanto sobre a importância da formação de alianças quanto o antiterrorismo.

Antiterrorismo

Existe uma tendência em nosso planejamento de confundir o não habitual com o improvável.

Thomas Schelling, economista de Harvard,
em referência ao ataque japonês em Pearl Harbor.

Na primavera de 1998, o quartel-general me ordenou que voltasse do exterior para atuar num painel de promoção a fim de avaliar e recomendar agentes GS-15¹ para promoção aos quadros do Serviço de Inteligência Sênior (SIS). Seria o pulo do gato para esses agentes, algo equivalente nos militares à promoção de coronel a general. Promovido aos quadros do SIS no ano anterior, eu compreendia o quanto o painel seria importante para os agentes e, ainda mais importante, para o futuro do Serviço Clandestino e a segurança de nossa nação. Os promovidos passariam a fazer parte de um seleto grupo de líderes responsável pela espionagem e pelas ações encobertas dos EUA.

O painel durou mais de um mês. Lemos inúmeras fichas. Só seis agentes seriam promovidos. Para mim, o painel foi uma escola, não só sobre os agentes, mas também sobre o próprio Serviço Clandestino. O escopo e o desempenho do Serviço me impressionaram, apesar de eu ter trabalhado numa série de operações encobertas em países da África, Europa e Ásia. O risco e a complexidade dessas operações, desde um profundo encobrimento comercial no interior dos regimes mais perigosos do mundo até a influência encoberta nos mais altos níveis de governos estrangeiros, saltavam aos olhos naquelas fichas espalhadas à nossa frente. Algumas das operações eram tão delicadas que não havia registro escrito na ficha pessoal do agente; apenas anotações para que o painel solicitasse

interrogatório oral. Os agentes sob análise tinham coletado informações e atuado em ações encobertas contra a União Soviética e seus aliados, China, narcotraficantes, contrabandistas de armas, terroristas e até mesmo alvos que não sabíamos que constavam na lista de alvos.

Nosso painel examinou as fontes recrutadas e a qualidade da inteligência obtida por esses agentes ou aqueles sob seu comando. Tentamos determinar o impacto do trabalho deles e o valor de sua liderança. Na posição GS-15, eles se envolviam em cooperações interagências e, é claro, em atritos burocráticos. O trabalho desses agentes revelava a complexa sobreposição da inteligência com operações militares, execução da lei e diplomacia. Sua habilidade de atravessar campos minados interagências era um detalhe importante de nossa análise. Outro era a habilidade necessária para trabalhar com serviços estrangeiros aliados.

Logo se tornou óbvio quais agentes estavam entre os 10% melhores. Dos restantes, 70% se encontravam no grupo intermediário, desde os muito bons até os medíocres. Os 20% piores jamais deveriam ter sido promovidos a GS-15. Metade desses, talvez, nem devesse estar na CIA. Fizemos nossas recomendações ao Diretor Adjunto de Operações (DDO) James Pavitt, que concordou com a maioria de nossas conclusões, mas abriu mão de duas indicações nossas para incluir dois de seus favoritos. Discordei de suas escolhas, mas a decisão cabia a ele.

Pavitt me convidou para visitá-lo em seu gabinete no sétimo andar, onde o diretor Tenet e outros diretores adjuntos trabalhavam. Geralmente chamávamos a cúpula da CIA apenas de “Sétimo andar”. Fiquei me perguntando se Pavitt queria debater nosso trabalho no painel de promoções ou minha próxima missão. Eu havia solicitado um prolongamento de minha atual missão de campo, mas o pedido foi recusado. Após ter passado catorze dos últimos dezesseis anos trabalhando com identidade secreta em terras estrangeiras, era hora de voltar ao QG.

Como sempre, Pavitt me recebeu com muita cordialidade. Saiu detrás da escrivaninha e se aproximou de uma mesa onde nos cumprimentamos. A sala dele tinha espaço suficiente para a mesa extra e um sofá, não mais do que isso.

Sempre usando roupas requintadas, com gravatas de cores ousadas, Pavitt parecia apreciar seu status. Aprendera a transitar nos ambientes da capital Washington. Em função anterior, atuou como chefe da Divisão de Antiproliferação, com sede no QG. Antes disso, havia sido destacado para o Conselho de Segurança Nacional. E a mais recente posição tinha sido COS de uma pequena base europeia.

Agitou os dedos com grandes anéis e manuseou a grande caneta-tinteiro enquanto me perguntava sobre o painel e minhas aspirações profissionais. Eu lhe contei que estava motivado a tentar algo diferente, ampliar meus horizontes. Contei que inclusive estava interessado a voltar à faculdade por um ou dois anos.

— Que tal uma missão no QG do FBI? Você atuaria como Adjunto na seção deles em Operações de Terrorismo Internacional, com ampla autoridade. Entraria no lugar do Jeff.

Sem saber quase nada sobre o cargo, mas conhecendo a importância da missão antiterrorista, respondi:

— Aceito. Obrigado pela oportunidade.

— Ótimo. Vamos fazer acontecer.

Saí da sala imaginando se minha decisão impulsiva havia sido boa. Conjeturei que Jeff provavelmente havia dado o seu aval para a minha escolha. Mais tarde fiquei sabendo que Jeff havia, na verdade, me indicado para ser o seu substituto. Isso serviu de estímulo extra. Também fiquei sabendo que Pavitt e outros pensavam que eu era uma boa escolha, pois, como me confidenciou um amigo, a liderança da CIA me considerava um “boia-fria”. Em outras palavras, eu ia me entender bem com os operários agentes especiais do FBI. Pois bem, acho que eles acertaram em cheio.

Havia uma onda recente de informações na CIA com relatos sobre Osama Bin Laden (OBL) e a Al Qaeda (AQ). A CIA tinha implodido várias conspirações da AQ, evitando, num dos casos, o ataque a um prédio do governo dos EUA. As ameaças e operações do inimigo, porém, continuavam a se expandir. Há apenas dois meses, em fevereiro de 1998, OBL emitiu um *fatwa*² público declarando

guerra contra o Ocidente. A tendência parecia clara. A AQ representaria uma crescente ameaça aos EUA e a nossos interesses.

Tendo participado do painel de promoções e obtido melhor compreensão de nossos esforços coletivos, eu avaliei a expansividade e a complexidade da missão de antiterrorismo. Calculei que estava destinada a crescer. Mais relevante foi a posição do diretor George Tenet, que emitiu sua própria declaração de guerra contra a AQ. A esta altura, porém, eu nem sonhava que o antiterrorismo logo dominaria nossa pauta de segurança nacional.

Voltei ao nosso posto além-mar, concluí meu período de trabalho e, no dia de nossa partida para casa, tomei conhecimento dos ataques em nossas Embaixadas em Nairóbi, Quênia, e em Dar-Es Salaam, Tanzânia. Data: 7 agosto de 1998.

Cindy, nossos filhos e eu estávamos na entrada da garagem, olhando o pátio, esperando a van que nos levaria ao aeroporto. Tínhamos passado tanto tempo nestes jardins amplos e verdejantes; os meninos e seus labradores amavam as árvores, os arbustos, as rochas e os esconderijos. O clima estava quase perfeito, como de costume. Já sabíamos que sentiríamos falta deste lugar, sentiríamos falta da África. Minha mulher e eu nos conhecêramos numa praia africana. Começamos a formar nossa família, três garotos, em três diferentes países africanos. Eles tinham aprendido a nadar, excursionar, atirar e competir nos esportes locais como rúgbi. Tinham estudado suaíli, francês e línguas tribais locais. Não queriam ir embora.

O telefone tocou e eu entrei na casa, imaginando que seria alguém com uma questão administrativa relacionada à nossa partida. Era normal acontecer pelo menos um pequeno lapso em todas as transferências.

— Alô — atendi, já preparado para me exasperar.

Era a base.

— Nossas embaixadas em Nairóbi e em Dar-Es Salaam foram atacadas. Carros-bombas. Situação crítica mesmo.

— Alguma informação sobre vítimas? Alguma ordem do QG?

Eu imaginei se não devia ficar ou rumar a uma das cidades para fornecer apoio. Eu conhecia bem as duas cidades. Tínhamos amigos, funcionários dos

EUA e estrangeiros, trabalhando nas duas embaixadas. Tentei imaginar a carnificina. Quis saber quem entre nossos amigos tinha morrido.

— Não, nada. Acabou de acontecer.

— O.k., vou com minha família até a Europa, onde trocamos de avião, e eu ligo de lá.

Voltei à entrada da garagem, onde agora a van aguardava. Contei à família. Fizeram perguntas. Quantos morreram? Amigos nossos? Haveria novos ataques? Qual o motivo dos ataques? Quem eram os responsáveis?

A caminho do aeroporto, pensei em possíveis perpetradores. O Hezbollah havia assassinado mais cidadãos dos EUA do que qualquer outro grupo terrorista. Mas a AQ atuava na África Oriental, em especial na Somália, desde o começo dos anos 1990. A CIA estivera rastreando e interrompendo conspirações da AQ mundo afora, inclusive na África. Teria a AQ reagrupado forças e executado aquilo?

De Amsterdã, liguei ao QG e recomendei que minha família continuasse rumo aos EUA e eu revertesse o rumo para Nairóbi. O QG negou minha proposta e me instruiu para manter o planejado e me preparar para minha missão junto ao FBI. O FBI destacaria equipes para comparecer às cenas dos crimes. Seria a maior investigação criminal internacional e o maior destacamento de agentes do FBI em terras estrangeiras de todos os tempos. Pouquíssimos deles já tinham pisado no Quênia ou na Tanzânia; aliás, nem na África.

Agora eu havia embarcado numa missão de antiterrorismo destinada a durar quatro anos letais.

7

FBI

No exato minuto em que o FBI começar a recomendar o que fazer com as informações coletadas, o órgão vai se tornar uma Gestapo.

J. Edgar Hoover

Coligi os horripilantes detalhes sobre os ataques a partir de relatos da imprensa e de minhas ligações telefônicas para o QG da CIA. Logo ficou claro que a AQ era responsável.

Na manhã de 7 de agosto de 1998, membros da AQ pilotando veículos carregados com explosivos tentaram romper as barreiras de segurança nas embaixadas de Dar Es-Salaam e Nairóbi. Em Nairóbi, um guarda do Quênia se recusou, sob a mira de uma arma, a abrir a barreira de metal que bloqueava a entrada para o estacionamento no subsolo — o objetivo do atentado. O heroico ato do guarda impediu um número ainda maior de vítimas. O motorista aproximou-se da guarita nos fundos do prédio e detonou a bomba. A parte traseira da estrutura foi estilhaçada, mas o prédio ficou em pé. O suicida matou mais de 200 pessoas e feriu perto de 4 mil. Entre as vítimas, alguns amigos e colegas meus.

Steve Nolan, amigo funcionário da Embaixada, foi um dos que reagiu com bravura. Apesar de também ter sido ferido, ele carregou os feridos para fora da Embaixada destruída e rapidamente ajudou a restabelecer uma presença diplomática funcional. Nolan ascenderia na hierarquia do Ministério das Relações Exteriores e acabaria nomeado embaixador. Atuaria na África, continente que ama, durante muitos anos.

Quase concomitantemente, outro suicida pilotou seu veículo até a entrada da Embaixada em Dar-Es Salaam, mas teve a passagem bloqueada por um corajoso guarda tanzaniano que controlava uma barricada. Novamente, o suicida não conseguiu invadir o prédio. A forte explosão matou 11 e feriu 85.

Uma autoridade da Embaixada que eu conhecia há muitos anos estava em sua sala, sentado na cadeira giratória de encosto alto feita de plástico rígido. A explosão arrebentou a parede de concreto em suas costas, propelindo a cadeira, com ele junto, para cima da escrivaninha. Milagrosamente, ele não se feriu; a parede e a cadeira de plástico rígido absorveram o impacto e o protegeram dos estilhaços. Ele e outros funcionários da Embaixada se reagruparam. Protegeram o material sigiloso, providenciaram socorro aos feridos, ativaram as redes de trabalho e restabeleceram comunicação plena em locais provisórios nas imediações.

De todos os mortos nos dois atentados a bomba, doze eram compatriotas dos EUA.

A CIA rapidamente deslocou equipes para coletar informações e apoiar os investigadores do FBI que logo chegariam. Geoff O'Connel, o chefe do CTC (Centro de Antiterrorismo), escolheu Gary Berntsen, agente operacional da CIA, como líder de equipe em Dar-Es Salaam, e um agente do FBI vinculado ao CTC para a mesma função em Nairóbi. Geoff compreendia a importância da liderança e escolheu dois bons líderes. Ambos ajudaram a preparar o caminho aos agentes do FBI, que chegaram em grande número.

Os atentados a bomba na África Oriental dominaram meus primeiros meses no FBI, onde assumi o cargo de chefe adjunto na Seção de Operações Internacionais Antiterrorismo (ITOS), responsável pelos esforços antiterroristas do FBI contra grupos terroristas internacionais dentro e fora do território dos EUA. Um setor à parte lidava com terroristas domésticos dos EUA, tais como a Nação Ariana e ecoextremistas.

Meu trabalho no FBI baseava-se num simples conceito para tratar de um desafio incrivelmente complexo. A CIA e o FBI intercambiavam agentes seniores para atuar como adjuntos respectivos em seus departamentos

antiterroristas, com o objetivo de aprimorar o entendimento e a cooperação entre as duas organizações e, como um todo, evoluir a missão antiterrorista no governo dos EUA. Havia outras atribuições interagências, também, nos níveis operacionais e técnicos. A piada interna nas duas instituições colocava as coisas de um modo um tanto diferente: era uma troca de reféns.

Os primeiros a servirem no intercâmbio em nível sênior, o agente da CIA Geoff O'Connel e o agente do FBI Dale Watson, foram os pioneiros do programa, três anos antes. Agora Geoff atuava como o chefe do CTC da CIA, e Dale como diretor adjunto do FBI. Os dois forneceram um forte apoio político ao programa de intercâmbio, pois entendiam o valor da fertilização cruzada. Pessoalmente se beneficiaram com promoções que refletiram de modo positivo o intercâmbio. Agentes da CIA e do FBI perceberam que missões interagências dessa natureza tinham a capacidade de impulsionar suas carreiras. E, mais importante que isso, as missões desvelavam um novo mundo de conhecimento e experiência.

No meu ponto de vista, essa constelação de líderes do FBI era excelente. O diretor Louis Freeh apoiou amplamente o programa e minha missão. Assim como seu adjunto, Tom Pickard. Anos atrás, eu havia trabalhado com ele num caso de contrainteligência. Watson, após seu período no CTC da CIA, foi o mais incentivador de todos eles. De modo rotineiro, ajudou a tirar do caminho os empecilhos burocráticos.

O novo sujeito no QG do FBI era Mike Rolince, o chefe da Seção de Operações Internacionais Antiterrorismo. Após duas décadas em missões de campo nos EUA, ele era um novato no QG do FBI. Ele era meu chefe. Eu era seu adjunto.

Mike parecia um executivo do FBI: altura média, musculoso, simpático com feições angulosas, cabelo perfeito, camisas sob medida e abotoaduras. Católico de uma família trabalhadora da parte norte do Estado de Nova York, formou-se em Matemática e entrou no Bureau. Perspicaz, com excelente memória para detalhes e habilidade para se lembrar de fatos quando bem entendia, tornou-se um mestre da oratória. Apreciava o alcance público e adorava ser um agente

especial do FBI. Mais importante ainda: ele tinha uma profunda paixão por servir à nação.

Mike me tratava como adjunto direto, não mero contato de uma aliança com a CIA. Ele e eu explorávamos em conjunto nossas missões. Cultivamos a confiança mútua e instantaneamente nos tornamos amigos. Hoje continuamos chegados, mais de uma década depois.

Eu reconhecia e honrava a confiança de Mike, seguindo suas ordens, até mesmo ignorando a burocracia da CIA, se necessário. Era a única chance de conseguir um impacto positivo. Para o FBI confiar em mim, eu tinha de trabalhar para eles.

Essa confiança e esse respeito, é claro, eram necessários para que Mike e outras pessoas no comando respeitassem meus conselhos e minhas orientações. Eram ainda mais cruciais para os mais de cem agentes e analistas do FBI sob nossas ordens. Foi um salto administrativo; eu nunca havia supervisionado mais de duas dúzias de pessoas. A missão representava um desafio intelectual e cultural ainda maior.

Uma difícil tarefa era aprender as diferenças entre mecanismos de execução da lei e de inteligência na arena do antiterrorismo, ao mesmo tempo explorando as causas em comum e oferecendo minhas perspectivas ao FBI. Mais difícil ainda era lidar com as lacunas e sobreposições nas missões e nas autoridades entre as duas organizações.

O primeiro abismo importante entre o FBI e a CIA surgiu no meu primeiro dia, no começo de setembro de 1998, quando eu me apresentei no Centro de Informações e Operações Estratégicas (SIOC) do FBI para a palestra matinal sobre o maciço destacamento de agentes do FBI para o Quênia e a Tanzânia.

O SIOC era uma salinha com sistemas telefônicos e equipamentos de áudio-vídeo rudimentares. Pessoas se acotovelavam em cadeiras dispostas em semicírculo. Oxigênio era artigo raro. Ruído elevado. O lugar reverberava com as mecânicas instruções orais, retorquidas por indagações afiadas e comentários ainda mais afiados. Os assuntos iam desde as funções das diferentes equipes até questões administrativas. Houve um debate desconexo e interminável sobre

pistas, aparentemente qualquer coisa desde um número de telefone perdido até registros de viagem dos suspeitos.

O surpreendente elenco que lotava o SIOC parecia atento às instruções. Um analista do FBI abordou o voo dos suspeitos a partir da África Oriental. Outro salientou o status das equipes do FBI. Tudo isso eu entendi. Mas, súbito, um cientista forneceu uma atualização sobre o trabalho da perícia forense nas cenas dos crimes. Outro especificou a estratégia do FBI em relação à mídia. Por fim, outro ainda falou sobre indiciamentos pendentes. Serviço de laboratório? Mídia? Indiciamentos?

Chegou ao ponto de eu nem sequer discernir o vocabulário. Na sua instrução, o agente Jim Bernazani do FBI utilizou muitas vezes um termo novo para descrever os suicidas que acionaram as bombas. Eu desconhecia a palavra e não queria passar pelo constrangimento de perguntar. Outros também estavam evidentemente confusos, até que alguém enfim gritou uma tradução. Bernazani, em seu forte sotaque de Boston, tentava dizer “mártires”. Todos nós caímos na gargalhada.

A procuradora-geral do Ministério da Justiça, Janet Reno, enviou Fran Townsend como sua representante nessas reuniões matinais. Pequenino cavalo de tração com atitude pragmática, Townsend iniciara a carreira como promotora, em Nova York. Agora, no cargo de Consultora Jurídica para a Política de Inteligência, ela era o braço direito da procuradora-geral no caso dos atentados a bomba no leste da África. Não confundir com o promotor de Nova York, Pat Fitzgerald, o responsável pelos processos dos atentados a bomba na África Oriental. O diretor do FBI enviou seu adjunto, Tom Pickard, sujeito de sangue frio e argúcia. Mas Dale Watson parecia comandar o show do SIOC, esbravejando ordens e fazendo uma série de perguntas.

Sentei-me ali como um forasteiro tribal, observando uma nova cultura, à medida que os participantes despejavam fatos, números, estimativas e outros detalhes na diminuta sala. As pessoas rabiscavam anotações e consultavam documentos administrativos; porém, na maior parte do tempo, a quantidade de relatórios de inteligência operacionais e conclusivos era mínima — e não por

escrito. Percebi que Dale, Fran, Mike e outros pareciam ter desenvolvido memórias extraordinárias para detalhes fornecidos em palestras. Essa tribo valorizava a oralidade e a história. Eu vinha de uma tribo que apreciava o relatório de inteligência escrito.

Nas semanas seguintes, eu me enfrontaria sobre essa crescente investigação internacional e ficaria ao mesmo tempo impressionado e decepcionado. A investigação após o fato foi extraordinária, em especial a maciça onda de pessoal. O FBI demonstrou grande tenacidade. Entrevistou centenas de pessoas; atrás de provas, vasculhou esconderijos da AQ, inclusive o esgoto de uma casa em Dar-Es Salaam; analisou cada fração das cenas dos crimes; e trabalhou incansavelmente para identificar e descobrir o paradeiro dos membros da AQ.

No começo de setembro, dois membros da AQ foram capturados, trasladados a Nova York e denunciados no tribunal federal. Um era do Iêmen e se chamava Mohammed Rashed Daoud Al-Owhali. O outro, Mohammed Saddiq Odeh, era palestino. Em dezembro, mais cinco foram indiciados. Eles vinham da África Oriental, do Oriente Médio, do Sul da Ásia e até de Comores, pequena nação-arquipélago do Oceano Índico.

O FBI e a CIA trabalharam bem juntos, em especial a campo. No frigar dos ovos, as informações compartilhadas resultaram em melhores provas para o FBI e melhor inteligência para a CIA. Isso se refletiu na consequente prisão ou morte de muitos dos perpetradores da conspiração. Trabalhando com o FBI e a CIA, as polícias da África do Sul, do Paquistão e do Quênia capturaram alguns dos fugitivos. Nos anos seguintes, a CIA e os aliados locais eliminaram outros no Afeganistão e em outros lugares.

Minha decepção tinha a ver com o foco singular do FBI na execução das leis, na captura e nos indiciamentos de criminosos específicos por crimes específicos. Praticamente inexistiam a coleta e a análise de inteligência com fins de prevenção. O FBI procurava justiça, não prevenção. Suas informações eram provas em potencial, que precisavam ser protegidas para os promotores utilizarem no tribunal. Os agentes, em sua maioria, não conseguiam conceber que outras pessoas fora do Ministério da Justiça tivessem legítima necessidade

de informações derivadas do FBI. Compartilhar provas em forma de inteligência era um anátema para eles.

Nem mesmo o escritório regional do FBI em Nova York compartilhava informações com o QG do FBI, pois seu incentivo para um processo bem-sucedido repousava no distrito do Ministério da Justiça do sul de Nova York. À primeira vista, para mim, isso era estranho e desconcertante, mas enfim percebi as profundas restrições no sistema de aplicação da lei quando isso envolvia a inteligência. Não havia sigilo algum. O FBI até mesmo se referia à “Muralha da China” construída para impedir a mácula de provas por compartilhá-las com a comunidade de inteligência ou qualquer pessoa fora do gabinete do promotor. O conceito todo era exasperador, mas parecia sedimentado e eu não fiz progressos para romper essa muralha. Era considerada uma barreira sacrossanta e intocável.

No lado político, fiquei igualmente decepcionado com o fracasso em abordar o óbvio ato de guerra da AQ. Em 20 de agosto de 1998, o presidente Clinton ordenou ataques de mísseis contra seis locais da AQ no Afeganistão e uma empresa farmacêutica em Cartum, no Sudão. O inimigo sofreu poucas baixas e teve sua infraestrutura um tanto danificada, mas só. Semanas transcorreram, e os EUA não fizeram nada mais para demonstrar seu poder militar. A AQ ficava mais confiante do que nunca, pois se deu conta de que nada havia a temer. E estava certa. Não houve resposta substancial dos EUA, à exceção da perseguição daqueles membros da AQ envolvidos nos atentados e de outras e limitadas operações clandestinas da CIA. A Casa Branca e o Congresso pareciam encarar o ataque a nossas embaixadas como uma questão de aplicação da lei, não de guerra.

Mike Rolince e eu conversamos sobre isso. Ele era plenamente a favor de declarar guerra, mas expressou preocupação sobre como combater nesse tipo de conflito. Ele e outros do FBI mencionaram a frustração com a falta de correspondentes e de uma ordem judicial internacional no Afeganistão. É claro, eles não tinham como entrar no país e efetuar uma prisão. Tinham mandados de prisão contra OBL, mas e daí?

Essa foi a primeira vez que me dei conta que a própria guerra estava mudando

e que o governo dos EUA estava desorganizado para entender o inimigo e despreparado para combater nesse novo ambiente. Só a aplicação da lei não era a resposta. Tampouco ações encobertas. Só a força militar convencional não funcionaria. Sanções econômicas teriam impacto mínimo. Impossível a diplomacia com a AQ.

E o que dizer sobre o papel da inteligência? Tinha de crescer. Tinha de identificar ameaças, distinguir forças inimigas e orientar o poder dos EUA. Isso incluía nossa pátria.

Em novembro de 1998, após dissipar o choque inicial de minha mudança de espião unilateral da CIA para executivo do FBI, eu fiz a um analista do FBI uma simples pergunta.

— Qual é a situação das investigações do FBI contra ações da AQ em nosso território?

— Não sei — respondeu ele.

— Quem sabe? — indaguei.

— Não sei se alguém sabe.

— Por que não?

— Porque a gente não sabe o que todos os escritórios regionais estão fazendo.

— Como descobrimos?

— Vou perguntar — respondeu após certa hesitação.

Uma semana depois, ele voltou e disse:

— Cinco, acho que temos cinco pistas nos EUA, mas não tenho certeza.

Entramos no gabinete de Mike e contamos a ele. Imediatamente se deu conta do problema e começamos um lento e infrutífero esforço ao longo de muitos meses para estimular os escritórios regionais do FBI a coletarem e compartilharem informações sobre a AQ com o quartel-general do FBI. Fracassamos por diversos motivos, mas principalmente porque o FBI é direcionado a responder aos crimes. É uma organização reativa. A AQ não havia cometido crimes nos EUA. Não havia cena do crime, vítima, provas e, portanto, investigação. E se houvesse uma investigação, não havia registro escrito, pelo menos não passível de ser compartilhado com o QG do FBI e muito menos com

a comunidade de inteligência.

Como eu descobrira no meu primeiro dia no SIOC, o FBI valorizava muito mais as comunicações orais do que as comunicações escritas. Os motivos variavam. Os agentes especiais nutriam uma relutância para escrever qualquer coisa que pudesse cair nas mãos de algum futuro advogado de defesa. Mantinham a flexibilidade investigativa e menos riscos se seus achados não fossem escritos, ou pelo menos não formalmente esboçados e inseridos num sistema de dados. Não eram recrutados, selecionados nem treinados para escrever. A cultura do agente especial enfatizava investigações e prisões em detrimento da escrita e da análise. Também havia um elemento de consciência da posição e do status: agentes não escreviam, pois funcionários e analistas o faziam. Em geral, os agentes encaravam a escrita como uma tarefa insignificante a ser preferencialmente deixada para os outros.

Por outro lado, enquanto poucos agentes operacionais da CIA evitavam redigir relatórios, a esmagadora maioria tinha de escrever copiosa e rapidamente. Fazer com que o presidente ou outros importantes responsáveis pelas diretrizes políticas se beneficiassem de relatórios por escrito e clandestinos — esse era o Santo Graal. Os agentes da CIA prezavam um conteúdo escrito claro e de alto impacto.

A segunda diferença importante entre o FBI e a CIA tinha a ver com seus respectivos sistemas de informação. O FBI não tinha um sistema de informação, pelo menos um que funcionasse. Um analista do FBI não entendia uma investigação de um escritório regional a menos que viajasse até o escritório e passasse dias ou semanas trabalhando com eles. Com relatórios mínimos, não havia outra escolha. Com relatórios mínimos, como o FBI construiria um sistema de informações eficaz? Em contraste, as bases da CIA redigiam relatórios sobre quase tudo. Afinal, sem relatórios escritos, não havia inteligência para ser avaliada por analistas e outros clientes. A CIA exigia sistemas de informação de alta velocidade com maciça administração e análise de dados.

A terceira diferença era o tamanho. O FBI era colossal comparado à CIA. O

pessoal do FBI destacado para investigar os atentados a bomba na África Oriental superava o número de todos os agentes operacionais da CIA em todo o continente africano. O número de agentes do escritório regional do FBI em Nova York era maior que o número de agentes operacionais da CIA — em todo o planeta. O FBI despachava pelo menos dois agentes para quase todas as tarefas. O conceito de parceiros no contexto operacional contrastava radicalmente com meu trabalho prévio como agente operacional isolado. Os agentes da CIA geralmente trabalhavam sozinhos — certamente em atividades como desenvolvimento, avaliação, recrutamento e manejo das fontes.

Uma quarta diferença era a importância das fontes e a atitude em relação a elas. Se, por um lado, tanto o FBI quanto a CIA valorizavam boas fontes, por outro, o FBI não as buscava ativamente além do contexto da investigação. Eles seguiam as pistas e procuravam uma testemunha cooperativa ou um “dedo-duro”, em geral compelido a cooperar ou enfrentar as consequências jurídicas. Mas muitas vezes isso era feito em termos depreciativos. Eles realmente discutiam longamente sobre os suspeitos. Essa era sua ocupação. E, às vezes, fontes e suspeitos eram as mesmas pessoas para o FBI.

Agentes da CIA, por sua vez, rotineiramente trocavam ideias e lições aprendidas sobre identificação, avaliação, desenvolvimento, recrutamento e manejo de fontes — embora de modo sutil, para que fontes específicas não fossem reveladas. As missões dos agentes operacionais e seu senso de realização, até mesmo sua própria identidade profissional, dependiam do sucesso das fontes e das informações por elas obtidas. Os agentes do FBI queriam provas e depoimentos de testemunhas que levassem a condenações e coletivas de imprensa.

Uma quinta diferença referia-se ao dinheiro. O FBI tinha severas limitações referentes à utilização do dinheiro pelos agentes e a como gastá-lo. O processo para autorizar o pagamento de um informante ou apenas viajar a algum lugar era trabalhoso e moroso. Na condição de agente da CIA, transportei rotineiramente vários milhares de dólares em dinheiro vivo por necessidade operacional, para entreter futuros alvos de recrutamento, recompensar fontes, comprar

equipamentos, alugar picapes, fretar um avião e subornar autoridades estrangeiras para que as coisas andassem. Em geral, eu precisava repor meu bem investido capital de giro todos os meses. Quando contei isso aos agentes do FBI, eles pareceram duvidar de que esse comportamento fosse permitido ou até mesmo dentro da lei. Muitas vezes tive de explicar que a CIA não violava as leis dos EUA, só as leis estrangeiras.

Sexta: o FBI cultivava a ideia de ter mais autoridade jurídica do que a CIA, por trabalhar subordinado ao Ministério da Justiça. Alguns agentes do FBI, após alguns drinques, também expressavam objeções morais às atividades secretas ou aos “truques sujos” da CIA, talvez um reflexo da opinião da sociedade dos EUA. Eu argumentava que ações encobertas, ordenadas pelo presidente e aprovadas por comitês de vigilância do Congresso, eram legais. Mas de algum modo a noção de violar leis estrangeiras não parecia ideal a alguns de meus companheiros no FBI. Numa discussão acalorada, fiz uma pergunta retórica: o meu juramento para defender a Constituição valia menos que o juramento de um agente especial do FBI?

Sétima: o FBI adorava a imprensa e trabalhava arduamente para agradar. Para o Serviço Clandestino da CIA, a mídia era tabu. Alguns agentes da CIA odiavam a imprensa. A maioria de nós vivenciara situações em que vazamentos na mídia colocavam em xeque as operações. Às vezes, nossas fontes morriam em decorrência da atividade da imprensa. Como se isso não bastasse, a mídia parecia decidida a retratar a CIA sob um prisma negativo. Agentes operacionais da CIA abominam a imprensa como o diabo foge da cruz.

Para o FBI, era muito diferente. Bom impacto na imprensa poderia ajudá-los a combater o crime e, de quebra, impulsionar seu prestígio e seus recursos. Todos os escritórios regionais do FBI trabalhavam com a mídia.

Oitava: o FBI coletava provas para seu uso próprio, a fim de processar um criminoso. A CIA principalmente coletava inteligência para outrem, seja responsável por diretrizes políticas, comandante militar, diplomata ou autoridade do sistema de aplicação das leis. O FBI, portanto, carecia de uma cultura de serviço ao cliente além do Ministério de Justiça. Sem um cliente para a

inteligência, a CIA não tinha missão.

Nona: os escritórios regionais do FBI, em especial o de Nova York, atuavam como seus próprios centros de autoridade quanto à retenção de provas e inteligência em potencial — devido ao vínculo com o promotor local. O promotor local e outros agentes políticos na cidade exercem grande influência nas investigações. A base da CIA tinha de relatar as informações ao QG da CIA, pois o incentivo residia lá e além, em especial na Casa Branca.

Décima: o FBI articulava no Congresso. Cada escritório regional do FBI dispunha de representantes dedicados a apoiar os delegados congressistas. O FBI tinha autoridade para investigar atividades ilegais de membros do Congresso. Em se tratando de Congresso, o FBI dava uma no cravo e outra na ferradura. Por outro lado, a CIA, em particular o Serviço Clandestino, tinha influência mínima no Congresso. A maioria dos agentes da CIA só envolvia o Congresso quando necessário para depoimentos. Não é de se admirar, eu deduzi, que o FBI seja tão forte politicamente e a CIA tão fraca.

Essas conclusões, tiradas no fim de 1998, foram reforçadas quando comecei a viajar aos escritórios regionais do FBI. Para me enfrontar sobre suas investigações em casos de terrorismo, eu tive de ir a campo. Com exigência mínima de relatórios e sem um sistema de informação funcional, não havia outro modo.

As investigações do FBI eram retrospectivas, vinculadas a atividades criminais passadas ou atuais nos EUA. Mesmo com esse estreito foco narrativo, porém, não havia escassez de trabalho. O Hamas arrecadava verbas por meio de instituições de caridade, dinheiro aplicado para apoiar seus ataques terroristas contra alvos israelitas. O Hezbollah fazia o mesmo. Num subúrbio de Detroit, entrei em lojas com grandes contêineres de vidro enfeitados com símbolos e fotos do Hezbollah. Os grandes jarros estavam abarrotados de doações em dinheiro vivo. O Hezbollah também administravam negócios ilícitos EUA afora, desde a venda de leite em pó infantil falsificado até o contrabando de cigarros.

Havia insuficiente coleta de informações sobre a AQ, à exceção das provas compiladas pelo escritório de Nova York para apoiar sua investigação criminal.

A maioria dos agentes especiais do FBI que encontrei em ação em nosso território sabia pouquíssimo sobre terrorismo internacional ou o contexto geopolítico global.

Nova York era diferente, em parte devido à responsabilidade do distrito do Sul pelo processo contra a AQ. Outro motivo era o Agente Especial Encarregado (SAC) John O’Neil. Brilhante egomaníaco adepto de situações com vencedores e perdedores, amante da vida extravagante, John entendia a ameaça da AQ e perseguia o inimigo com pura paixão. Eu desprezava o jogo burocrático de John — levar vantagem em tudo sem descumprir as regras. Adorava sua força bruta direcionada ao inimigo. Esse era o elemento crucial: manter John apontado ao inimigo e não a outros alvos no governo dos EUA.

A cada duas semanas, pelo menos, trocávamos farpas, em geral sobre a mesma temática. Seria cômico, se a raiva não fosse autêntica, embora passageira. Uma conversa rotineira:

— Vocês, babacas da CIA, estão escondendo provas. Eu devia prendê-los por obstrução de justiça — esbravejava John pelo telefone.

— Trabalho para o FBI, não para a CIA. Mas quer me prender? Desça aqui e experimente. Vou empurrar o distintivo e a arma em seu rabo gordo.

— Vá se f****. Sei que vocês têm fontes e informações relacionadas ao caso.

— A CIA enviou as informações que tinha. Vocês têm agentes da CIA trabalhando para vocês. Por que não compartilham um pouco do que sabem? Isso ia gerar análise de vínculo, melhores necessidades e talvez inteligência mais relevante e exata.

— Não posso fazer isso. Não posso pôr em xeque o processo. Vocês têm de me apoiar.

— Estamos lhe apoiando, seu imbecil.

— Não o suficiente.

— Para você, John, nada é suficiente.

— Exato. Agora você entendeu.

— Você é mesmo um chato.

— Sou mesmo. Venha a Nova York e eu lhe pago um bife. Mas vê se traz

algo que se aproveite.

— Só se você me der algo.

— Sim, um bife suculento.

— Tchau, John.

O FBI tinha adidos jurídicos sediados em quase todas as aprazíveis cidades europeias em que pudessem colaborar com agências de aplicação da lei com orientação ocidental. Watson e Rolince reconheceram a necessidade de expansão noutras áreas. Incentivei isso, explicando que, cada vez mais, nossas melhores informações e melhores provas vinham de nossos aliados do Oriente Médio e da África. Na esteira dos atentados de 1998, os serviços quenianos e tanzanianos demonstraram isso.

O FBI buscava maiores parcerias com os aplicadores da lei do exterior, mas também queria administrar suas próprias fontes no estrangeiro, às vezes clandestinamente, sem preocupação com os métodos. O FBI utilizava como rotina linhas telefônicas abertas. Além do mais, o FBI sustentava que se uma fonte apoiava um caso criminal em andamento, não se tratava de operação de inteligência, por isso não havia a necessidade de qualquer coordenação com seja lá quem fosse. Isso criava problemas, e passei um tempo considerável mourejando nesse terreno pesado e lamacento.

Também havia lacunas com nossos parceiros internacionais. Mike e eu descobrimos isso durante uma viagem a Israel, em 1999. Mike e eu lhes oferecemos uma atualização sobre as investigações na África Oriental e nossa avaliação sobre a ameaça crescente da AQ, inclusive na região do Levante do Mediterrâneo (Síria, Jordânia, Israel, Palestina, Líbano e Chipre). Nossos interlocutores israelitas ignoraram nossos avisos sobre a AQ. O serviço de inteligência militar israelita enfatizava ameaças do Hezbollah, suficientemente reais, como Mike e eu constatamos ao percorrer a fronteira norte com o Líbano. Shin Bet, o serviço interno de Israel, realçava o Hamas. Nenhum dos dois considerava a AQ motivo de discussão séria.

Os britânicos eram bons, mas não tão bons quanto pensavam ou agiam. Uma questão era sua incapacidade de perceber a crescente e radical ameaça em seu

próprio território. Perdi a conta das vezes em que os britânicos me instruíram sobre sua perícia em antiterrorismo, considerando todo o sucesso na Irlanda do Norte. Mike e eu, apoiados pelo escritório regional do FBI da cidade de Nova York e pelo CTC, consideramos que as intenções britânicas eram mais adquirir informações e nos instruir sobre como conduzir as operações do que compartilhar inteligência e evoluir os esforços conjuntos. Disse a Mike que os britânicos tinham um curso projetado para maximizar seu relacionamento com os EUA e utilizavam estudos de caso da Primeira Guerra Mundial e da Segunda Guerra Mundial sobre como suas operações de influência funcionavam, até mesmo na Casa Branca.

Contei a Mike que, seja como for, geralmente eu preferia lidar com africanos, árabes, latinos e asiáticos. Eles pareciam mais interessantes, mais simples e, com frequência, mais cooperativos. E a comida era melhor.

Mike e outros no Bureau me ensinaram mais do que eu imaginava. E não apenas sobre aplicação da lei, mas também sobre minha própria agência. Da perspectiva do FBI, a CIA era arrogante, às vezes desdenhosa. Em geral, os agentes da CIA não conseguiam captar o valor da prova. Um COS, ao obter de um serviço aliado material valioso para um caso, guardou o pacote num cofre durante meses. Um analista visitante o descobriu e encaminhou uma cópia ao FBI. A inteligência já havia sido relatada. A inteligência era valiosa, mas a prova era inútil, pois não existia uma rede de custódia clara e documentada. Outro COS trabalhou para minar a missão de um adido jurídico do FBI em um país do exterior, temendo competição, em vez de abraçar outro interveniente na equipe. Ainda outro COS criticou o FBI ao aliado estrangeiro, motivando minha severa intervenção. Nunca, jamais, uma agência governamental dos EUA devia falar mal uma da outra para um governo estrangeiro. Testemunhei muitos exemplos disso, inclusive serviços estrangeiros manipulando a rivalidade entre CIA e FBI para obter vantagens. Os britânicos e israelitas rotineiramente adotavam esse viés.

O FBI me ensinou muitas coisas, inclusive uma apresentação ao processo interagências. Muitas vezes representei o FBI no Grupo de Segurança

Antiterrorista (CSG) do Conselho de Segurança Nacional (NSC). Reunião de executivos da comunidade antiterrorista dos EUA, o CSG coordenava e executava as políticas definidas pelo NSC. Richard Clarke, o consultor presidencial para assuntos de antiterrorismo, dirigia o CSG. Ele entendia a ameaça e exigia maior cooperação interagências. Manipulava a todos que o deixavam e parecia engendrar ressentimentos desnecessários. Talvez imaginasse que o sistema só respondia à força bruta. Considerando a ampla ignorância da ameaça e a resistência burocrática em mudar, eu compartilhava da frustração dele.

Acima de tudo, o período trabalhando no FBI me informou sobre meu país visto pelos olhos da aplicação da lei e sobre o sistema político mais amplo. O poder duradouro da lei e o respeito granjeado por ela eram impressionantes. A comunidade da aplicação da lei, desde o FBI até a força policial local, dependia da sociedade civil. E a comunidade de inteligência também.

Mas eu me preocupava com a lacuna entre a comunidade de inteligência e a sociedade civil. Também me afetava a rigidez da estrutura de nossa segurança nacional e a resistência às mudanças. Isso era mais visível em se tratando das capacidades de inteligência em território natal. Dentro de nossas fronteiras, éramos cegos. Será que nos adaptaríamos com a rapidez suficiente? Onde seríamos atacados novamente? Poderíamos evitar uma catástrofe terrorista em solo estadunidense?

Após quase um ano no FBI, disse a Rolince que eu estava retornando ao CTC. Atuaria como o adjunto do recém-nomeado chefe do CTC, Cofer Black. Expliquei que eu seria responsável por todas as operações antiterroristas da CIA. Rolince não gostou, pois contava comigo por pelo menos um ano mais. Expliquei meu valor futuro a ele e a dimensão mais ampla do antiterrorismo. Agradei-lhe. Ele e o FBI me trataram com correção.

Durante meu tempo no FBI, a maioria dos colegas me aceitou. Muitos me ensinaram e deram ouvidos a meus conselhos persistentes, tanto críticos quanto encorajadores.

Ganhei um bonito bota-fora, com credenciais do FBI emolduradas e tudo, as

quais hoje eu mostro com orgulho. Não faltou um presente bem-humorado. Um pôster com a minha foto granulada, com a frase “Procurado pelo FBI” e a acusação específica: “Conspiração para destruir a burocracia & Assassinato de ideias e métodos ultrapassados”.

O pôster descrevia minha ocupação como “agitador”; meu cabelo, “do raspado ao desgrenhado”; e meus olhos, “alucinados”. E observações muito precisas de precaução: “Sujeito a ataques de raiva” e “Nunca, sob quaisquer circunstâncias, faça a mesma pergunta duas vezes quando a resposta já foi fornecida”.

A recompensa pela minha captura: 5 milhões de rúpias paquistanesas.

O Centro de Antiterrorismo

A necessidade é a mãe de correr riscos.

Mark Twain

Por volta do fim da década de 1990, após mais de dez anos de existência, o CTC era o epicentro das operações antiterroristas dos EUA. Isso incluía não só a coleta de informações, mas também uma boa dose de ações encobertas. No meu treinamento e no meu trabalho na África, onde os EUA e a União Soviética travaram muitas das intensas batalhas da Guerra Fria, eu obtivera certa familiaridade com ações encobertas. Mas não era um especialista em ações encobertas. Tampouco era um agente operacional de informações ou um agente paramilitar.

Nos idos do verão de 1999, eu aprendera mais sobre política antiterrorista no FBI do que na CIA. Meu conhecimento sobre inteligência, aplicação da lei e ações encobertas no antiterrorismo evoluíra, em especial de uma perspectiva interagências. Porém, as exigências no CTC seriam mais operacionais, em especial na conexão entre inteligência e ações encobertas. Na preparação para minha nova missão, intensifiquei os estudos sobre a história moderna do terrorismo, de ações encobertas e do CTC.

Ao longo da década de 1970, grupos esquerdistas palestinos, apoiados por libaneses, soviéticos e alguns países do Pacto de Varsóvia, demonstraram-se violentamente letais. Sequestraram aviões, atacaram aeroportos e mataram centenas de inocentes. Em certos casos, houve conluio com grupos europeus radicais e com o Exército Vermelho Japonês. Raptaram e mataram industriais e políticos europeus. Muitos cidadãos dos EUA também morreram nas mãos desses terroristas.

No período posterior à revolução iraniana de 1979, Teerã começou a exportar terrorismo por meio de seus membros e representantes, como o Hezbollah. Em

abril de 1983, o Hezbollah realizou um atentado a bomba na Embaixada dos EUA em Beirute, matando 60 pessoas. Esse ataque teve um custo alto à base da CIA, praticamente aniquilando a equipe. Um dos poucos sobreviventes, colega meu no campo de treinamento, havia acabado de deixar o prédio para realizar uma pequena tarefa. Lembro-me perfeitamente da recordação dele de voltar correndo para o escritório, com o objetivo de procurar corpos e salvaguardar material sigiloso.

Em outubro de 1983, o Hezbollah mandou pelos ares uma instalação militar dos EUA no Líbano, matando 241 militares, incluindo 220 fuzileiros navais.

O terrorismo internacional crescia, e os EUA precisavam de melhor inteligência e melhor reação. Em 1985, o presidente Reagan exigiu a tomada de providências e ordenou que o vice-presidente George H. W. Bush, ex-diretor da CIA, assumisse a liderança no setor.

O vice-presidente Bush criou e liderou uma comissão. Esse painel de elite logo identificou as fragilidades nas capacidades da comunidade de inteligência, inclusive uma lacuna entre compreender o inimigo e reagir à ameaça. Sobretudo, não havia uma só entidade no governo que fosse responsável pelo combate ao terrorismo. A comissão recomendou um centro para a coleta e análise de inteligência e se posicionou a favor de reações mais incisivas, inclusive com ações encobertas.

Agindo com base nessas conclusões, a CIA criou o CTC em fevereiro de 1986. O CTC serviria de núcleo de inteligência na missão antiterrorista. Para preencher as lacunas em nossa compreensão sobre a ameaça, o CTC juntou agentes e analistas sob o mesmo comando. Trabalhando em conjunto, eles identificariam, rastrearão e derrotariam o inimigo terrorista. O CTC era onde a CIA mesclava coleta e análise, e onde a CIA realizava e empregava ações encobertas. O CTC executava essas operações de ações encobertas, projetadas para complementar a política internacional dos EUA, de modo concatenado com as bases da CIA e muitas vezes com aliados estrangeiros mundo afora.

No Serviço Clandestino da CIA, as divisões geográficas ofereceram resistência à nova entidade, reagindo como qualquer burocracia ao perceber

competição potencial por recursos. Ao longo do tempo, aceitaram com relutância o CTC, ou pelo menos a perícia e as verbas crescentes. Servindo no exterior na época, interpretei o anúncio do CTC como simplesmente outro escritório do QG com outra missão. O CTC não exercia influência sobre minhas operações de campo. A Cortina de Ferro só cairia dali a três anos. Para mim, como para muitos outros agentes da CIA, os conflitos da Guerra Fria sobrepunham-se ao Exército Vermelho Japonês ou aos revolucionários iranianos.

No decurso de vários anos seguintes, porém, o terrorismo enquanto tática ganhou crescente tração entre muitos grupos políticos insatisfeitos. O CTC cresceu para fazer frente à ameaça. Desenvolveu novas metodologias de identificar e encontrar terroristas. Lançando mão de coleta multifontes, integrada num constante fluxo de coleta e análise, a linha do tempo para reação encurtava cada vez mais. O CTC desenvolveu e expandiu ações encobertas. Isso exigiu equipes de vigilância especial e especialistas em resposta a incidentes, como desarmadores de bombas, negociadores de reféns e líderes de assalto tático.

Devido à evolução da ameaça terrorista combinada com os sucessos iniciais do CTC, esse novo centro recebeu mais recursos e cresceu em tamanho e em importância. Sob o comando de líderes respeitados como Winston Wiley e Geoff O'Connel, ele recrutava um número cada vez maior de agentes. Contratava agentes de aplicação da lei, advogados, especialistas em falsa propaganda, linguistas e outros. O CTC começou a treinar serviços aliados para aprimorar suas capacidades.

As verbas investidas no antiterrorismo cresceram. Com autoridade, talento e investimentos crescentes, o CTC ganhou influência dentro da CIA e estruturou operações mais profundas com todas as divisões geográficas do Serviço Clandestino. Se um COS queria verba e apoio para uma operação, o CTC muitas vezes cumpria o propósito — desde que houvesse um alvo terrorista viável.

O CTC e as ações encobertas, porém, só abordavam parte do desafio. A inteligência e as ações encobertas jamais devem servir de substituto a políticas ou de desculpa para fracassos políticos.

O professor Roy Godson, na soberba obra *Dirty Tricks or Trump Cards*

[Truques sujos ou cartas na manga], escreveu: “A ação encoberta significa influenciar as condições e o comportamento de modo que ela não possa ser atribuída ao patrocinador”. E acrescentou: “O princípio essencial da ação encoberta é o seguinte: para ser eficaz, deve ser parte de uma política bem coordenada”. Godson descreveu a ação encoberta como a “camareira da política” e enfatizou: “Já que a ação encoberta não substitui a política, em geral é contraproducente quando utilizada por um governo que não decidiu o que fazer — um governo que age simplesmente para fazer algo enquanto se recusa a comprometer recursos de modo sustentado e coordenado. Tampouco a ação encoberta é um projétil mágico a ser utilizado sozinho quando quase tudo o mais fracassou. Deve ser coordenada e apoiada por medidas diplomáticas, militares e/ou econômicas”.

Governos praticam ações encobertas para influenciar pessoas e eventos secretamente como suplemento a políticas estrangeiras mais amplas. Nada de novo nisso. No século III a.C., o rei Filipe da Macedônia, pai de Alexandre, o Grande, afirmou: “Muitas vezes, um burrico carregado de ouro ultrapassa montanhas que nenhum exército consegue ultrapassar”.

Com meus estudos e minha experiência, entendi que a ação encoberta não deve servir como substituta para a política, nem mesmo como procuradora de longo prazo. Também não deve contrariar ou enfraquecer as políticas e sim reforçá-las. Líderes políticos, formuladores de políticas e estrategistas não devem enxergar a ação encoberta como solução para o desafio da política estrangeira, mas sim como instrumento temporário, altamente especializado e estratégico, que só funciona quando orquestrado com outros elementos de política externa.

No entanto, os EUA em particular têm uma história de adotar ações encobertas em períodos de desespero. Em certos períodos de crise, a política internacional pode estar mal forjada, enfraquecida e confusa, e os líderes políticos podem depositar uma ênfase excessiva em ações encobertas, em geral com resultados sofríveis, tais como o fiasco na Baía dos Porcos em Cuba, em 1961, ou o golpe contra o presidente Allende no Chile, em 1973. Por outro lado,

a ação encoberta da CIA na América Central nos anos 1980 minuiu as influências soviéticas e cubanas, mas o envolvimento da Casa Branca em operações ilegais enredou os agentes da CIA, trazendo problemas jurídicos e repercussão negativa na imprensa.

Os serviços de inteligência e de segurança geralmente encabeçam as ações encobertas. Nos Estados Unidos, a CIA tem essa responsabilidade. Existem vários motivos para isso. Em primeiro lugar, por definição, ações encobertas são secretas, e essas agências estão estruturadas para operações secretas. Em segundo lugar, ações encobertas bem-sucedidas exigem inteligência específica, que essas agências devem coletar. Terceiro: essas agências devem administrar agentes de influência estrangeiros e confiáveis para executar operações encobertas. A gestão desses agentes estrangeiros exige segredos do ofício empregados pelos serviços de inteligência. Quarto: as agências de inteligência e de segurança não devem ter agendas de política exterior (embora algumas tenham), pois a inteligência informa a política, mas não a faz. Um serviço de inteligência pode executar ações encobertas que se coadunem com a política, ao menos em princípio.

Na década seguinte, eu presenciaria a história ser esquecida e duras lições serem reaprendidas. O papel agressivo da CIA em ações encobertas, na vanguarda de uma frágil e fraturada política antiterrorista dos EUA, sofreria os piores impactos das batalhas políticas e jurídicas. A CIA pagaria o preço num ambiente geopolítico muitas vezes comandado por aqueles que não entendiam de inteligência ou que preferiam manipulá-la de acordo com suas agendas pré-concebidas. O presidente George W. Bush ordenaria ações encobertas legais, como a detenção de combatentes terroristas e técnicas aprimoradas de interrogação, simplesmente para que depois o presidente Barack Obama mandasse seu procurador-geral investigar os agentes da CIA por possível conduta ilegal.

Apenas começava minha escola no submundo politicamente conturbado que conectava política e ações encobertas.

Cheguei ao CTC em setembro de 1999, como um dos três adjuntos de Cofer

Black. O principal adjunto seria Ben Bonk, líder erudito, responsável por todas as análises e pela comunidade política. O outro adjunto era um agente especial do FBI que se concentrava nas alianças com os aplicadores da lei. Embora decente e bem intencionado, nunca contribuiu como Dale Watson fizera dois anos antes. Eu era o responsável por todas as operações antiterroristas globais da CIA. Cofer me instruiu para tomar ciência das operações atuais, analisá-las e fornecer impressões iniciais.

— Tem uma semana — avisou.

— Sim, senhor — respondi.

Eu repetiria essa resposta a Cofer muitas vezes nos próximos três anos.

Li a ordem do diretor Tenet sobre uma estratégia nova e mais vigorosa contra a AQ. Ele estivera pleiteando maior eficácia desde o ano anterior, após os atentados na África Oriental. Com Cofer e sua nova equipe de líderes no CTC, Tenet esperava mais pressão sobre a AQ.

Encomendei uma série de mapas, inclusive do subcontinente do Sul da Ásia, de estados-nações como Sudão, de distritos específicos do Afeganistão e de subúrbios de Beirute. Anotei as localizações do Serviço Clandestino da CIA ao redor do mundo. Em seguida, marquei as zonas seguras da AQ e seus afiliados. A correlação era praticamente nula. Parecia óbvio o que precisávamos fazer. Para coletar inteligência e alcançar o inimigo, o CTC tinha de operar nessas zonas seguras do inimigo. Marquei seis regiões geográficas essenciais carentes de investimento pelo CTC:

1. Sudeste da Ásia, em especial na confluência das fronteiras da Malásia, da Indonésia e das Filipinas.
2. Líbano e outros locais do Levante, como a Palestina.
3. Faixas de espaço sem governo através do Sahel e do Chifre da África, mas principalmente no Sudão.
4. A região da tríplice fronteira entre Paraguai, Brasil e Argentina.

5. A península saudita, especialmente o Iêmen.

6. Afeganistão, o mais importante porto seguro da AQ, e trechos do Paquistão.

Cinco dias depois, passei as informações a Cofer e Ben. Utilizei um quadro branco com marcadores coloridos. A missão era simples. O CTC, trabalhando com o resto do Serviço Clandestino, devia penetrar nas zonas seguras do inimigo para entendê-lo, discernir seus planos e suas intenções e preparar o campo de batalha das ações encobertas.

O alvo mais importante e mais imediato era o Afeganistão.

Rich, agente operacional alto e magricela, era o novo chefe da unidade do CTC responsável pela AQ, conhecida como Estação Alec. O escritório dele ficou sob o meu comando. Rich também tinha começado sua carreira na África e passado a maior parte de seu tempo em missões de alto risco. Eu o achava experiente e competente, mas convencido e distante, com um quê de arrogância. Ele me achava competente, mas impulsivo, com pouca consideração pelos outros.

Ambos entendíamos que a missão superava quaisquer impressões negativas mútuas. Ambos exigíamos mais de nós mesmos, daqueles sob nosso comando e de nossos líderes. Nos meses e anos seguintes, Rich e eu aprenderíamos a confiar um no outro. Passei a entender sua intensa e heroica paixão pela missão e pelo povo. Nosso respeito mútuo cresceu. Tornaríamos-nos companheiros de batalha.

Após minha exposição, Rich e eu conversamos sobre o Afeganistão. Ele se voluntariou para levar uma equipe até o Afeganistão para reativar nosso relacionamento de aliança com Ahmed Shah Masood, o líder da Frente Unida, também conhecida como Aliança do Norte. O rótulo de Aliança do Norte era preferido pelo governo paquistanês — que procurava retratá-los como uma organização dominada por tadjiques isolada no norte, sem alcance no resto do país. Masood, da etnia tadjique, de fato, trabalhava para estender sua rede de ação através do Afeganistão. Queria derrubar o Talibã e expulsar os líderes estrangeiros da AQ que, insidiosamente, haviam se insinuado entre eles.

Cofer, Ben e eu debatemos a viagem planejada por Rich. Ele já tinha

mobilizado sua equipe. Rich compreendia que essa primeira ação era crucial em nossa iniciativa estratégica de penetrar as zonas seguras inimigas. O Afeganistão era a zona segura mais importante, abrigando a mais importante ameaça terrorista.

Devido aos riscos da missão, tanto políticos quanto à integridade física dos agentes, Cofer exigiu a aprovação do diretor adjunto de operações e o apoio de outros componentes do Serviço Clandestino. A equipe de Rich partiria do Tadjiquistão, sob a proteção da Divisão da Eurásia Central, embora o Afeganistão pertencesse burocraticamente à Divisão do Oriente Próximo. O CTC tinha a missão e o dinheiro, mas as divisões geográficas tinham o território.

Cofer, Rich e eu fomos ao escritório do diretor adjunto de operações, Jim Pavitt, onde ele também recebeu o chefe da Divisão do Oriente Próximo, Gary Schroen, peça fundamental no suprimento de nossos aliados afegãos durante a ocupação afegã. Ele conhecia Masood e muitos dos líderes afegãos da Frente Unida. Pavitt escutou nossa exposição. Tendo Schroen como consultor especialista, Pavitt argumentou que os riscos eram muito altos, e os retornos, incertos.

— Vou ter de ficar lá no auditório e encarar o rosto dos familiares de meus agentes mortos — exclamou.

— Bem, vou estar entre os mortos, pois vou estar no comando — respondeu Rich.

Seguiu-se um instante tenso de silêncio.

Quebrei-o, enfatizando o risco que enfrentávamos se não fôssemos. Bin Laden declarara guerra contra os EUA. E a AQ atacara nossas embaixadas na África Oriental há menos de um ano. Suas intenções e capacidades crescentes pareciam claras. A menos que coletássemos mais inteligência de modo a romper e deteriorar suas redes de cooperação e zonas de segurança, seríamos atacados novamente. Esses ataques vindouros, argumentei, seriam encarados, com justificação, como novo fracasso de inteligência da CIA. Intencionalmente, configurei meu pleito em termos de risco burocrático, pois isso ressoaria nos ouvidos de Pavitt.

Pavitt indagou sobre a viabilidade de comunicações a distância com nossos aliados afegãos, o que poderia evitar o envio de um destacamento perigoso para o Afeganistão.

— Isso não basta. Temos de estar lá. Temos de demonstrar nossa parceria. Isso tem a ver com respeito. Nada vai substituir sentar-se com eles, compartilhar o pão com eles. Devemos estar no território deles, com eles — enfatizei.

Isso parecia tão fundamental, tão óbvio. Eu tinha servido na África, onde as regras básicas de sobrevivência estavam dolorosamente presentes todos os dias. Fontes orgulhosas e insurgentes cooperativos não iam querer se arriscar e ir ao limite de suas forças só para servir de informantes da CIA, sem um mínimo de cordialidade e confiança, o que exigia certo risco compartilhado. Não precisávamos apenas de dados sobre o inimigo, mas conhecimento sobre nossos aliados arraigado num entendimento empático. Percebi isso em minha primeira missão de campo.

Pavitt continuava a resistir. Schroen apontou o alto risco da missão, mas absteve-se de tecer quaisquer outros argumentos a favor ou contra o envio da equipe.

Fitando Pavitt olho no olho, Cofer proclamou simplesmente:

— O senhor está errado. Temos de ir.

Não declarou explicitamente que outro curso de ação ele podia tomar, nem frisou os riscos políticos da inação, como eu o fizera. Não havia necessidade disso, pois, na condição de chefe do CTC, Cofer tinha acesso direto ao diretor Tenet. Cofer também tinha suas redes no centro da cidade, na Casa Branca e no Congresso. Cofer também tinha uma grande reputação na arena antiterrorista. Descobriu Carlos Ramirez Sanchez, vulgo “Chacal”, no Sudão. Cofer perseguira Bin Laden Sudão afora. Sendo o novo chefe do CTC, ele dispunha de suficiente combustível no tanque e só tocou de leve no acelerador. Foi um ronco breve e estrondoso de potência. Em seguida, recuou e esperou.

Pavitt reavaliou, fez algumas questões adicionais e, mesmo relutante, cedeu.

Sáimos do escritório de Pavitt e entramos nos corredores silenciosos. Rich não conteve a exultação:

— Chefe, aquilo foi incrível. Excelente trabalho.

Cofer estacou, girou e esbravejou:

— Não esperem isso de novo. Não posso falar daquele jeito com o DDO e sair impune. Não posso.

Ele acabara de fazer isso, mas Rich e eu tivemos pertinácia suficiente para não salientar o detalhe.

Caminhamos calados até o CTC, avaliando os riscos no Afeganistão e dentro de nosso governo, de nossa própria agência.

Dez dias depois, Rich e sua equipe partiram.

Rumaram a Dushanbe, a pequena capital do Tadjiquistão. Encardido exemplo de arquitetura e fracasso político pós-soviéticos, a decadente cidade era periodicamente afligida por violência política e criminal. Gangues disputavam a dominância do tráfico e outros direitos sobre atividades criminosas. Não existia Embaixada dos EUA lá. Da perspectiva política de Washington, em setembro de 1999, o Tadjiquistão não passava de um trecho insignificante de terras montanhosas, encravado no flanco norte do Afeganistão, indigno de consideração.

Rich e seus cinco homens enfurnaram-se num casebre seguro da CIA e entraram em contato com o pessoal de Masood, que também tinha seus próprios refúgios na cidade. Condições climáticas adversas representavam desafios para o transporte via helicóptero sobre a cordilheira de Hindu Kush. Não tínhamos certeza do quanto Rich e sua equipe precisariam esperar. Mas no dia seguinte eles pegaram carona num dos helicópteros de Masood, um dilapidado *MI-17* da era soviética. Rumo ao sul, sobrevoando e contornando altos picos de até 5.500 m, fustigados por ventos violentos, atravessaram a cordilheira e chegaram ao estreito vale do alto Panjshir, no Afeganistão.

Ao aterrissarem, os afegãos rapidamente os escoltaram a uma casa de hóspedes, estrutura simples e antiga feita de pedra na encosta da montanha. Primitiva pelos padrões dos EUA, mas era a melhor residência das redondezas. Os afegãos se orgulhavam de serem bons anfitriões. Compartilhavam tudo que tinham.

Preocupados com o bem-estar dos visitantes, os afegãos não queriam nenhum membro da CIA perambulando sem escolta. Ainda estava vívida a lembrança das promessas quebradas pelos EUA, com o abandono dos EUA e de toda a comunidade internacional após a retirada soviética. Sem apoio internacional, o Afeganistão logo se viu em meio a uma implacável e cruel guerra civil. Uma guerra civil somada a uma brutal ocupação estrangeira. Sem dúvida, eles se perguntavam o que a CIA queria desta vez.

Masood saudou Rich e sua equipe cordialmente. Após os agradecimentos iniciais, Rich explicou que sua missão tinha a ver com a AQ, só com a AQ, e a Frente Unida não devia esperar qualquer ajuda para derrubar o governo do Talibã. O presidente Clinton, esclareceu Rich, concedera aprovação limitada e estreita para coletar inteligência e realizar uma operação de captura contra Bin Laden. Nada mais do que isso, enfatizou Rich.

Masood compreendeu, indicando que a conversa podia continuar. Rich abriu um mapa e perguntou sobre a AQ. Masood, que adorava mapas, passou a hora seguinte fornecendo informações detalhadas sobre o inimigo. Também explicou capacidades e intenções da Frente Unida. Podiam dominar o vale do rio Panjshir, que desemboca nas planícies de Shomali, ao norte de Cabul, e disputavam outras regiões como o Sul de Mazar-e-Sharif. Masood explicou sua rede de fontes, que se estendia até regiões do povo pashtun. Também realçou os limites de seu apoio material e sua guerra solitária.

Rich e Masood debateram sobre como as circunstâncias tinham mudado e a importância de preparar um fortalecimento da aliança entre a CIA e a Frente Unida. Cada parte precisaria posicionar-se de modo a aproveitar as oportunidades.

Como esperado, a equipe logo apresentou vários problemas de saúde. O pessoal começou a ingerir comprimidos de Cipro. Um agente corpulento e resistente sucumbiu a um problema estomacal que lhe deixou fora de combate. Tudo o que ele conseguia fazer era dormir e acordar com ânsia de vômito ou diarreia. Rich se preocupou e requisitou um médico local. O doutor chegou com sua maleta de médico, mas descalço, e atendeu o nosso agente.

Rich se deu conta de que melhorar as capacidades de nosso aliado levaria bem mais tempo do que inicialmente pensara. Nossos parceiros afegãos não tinham quase nada no sentido material. Realmente tinham um avançado conhecimento geográfico local, talentos de combate aperfeiçoados a duras penas e vidas árduas construídas com base no orgulho e na coragem.

Durante uma semana, Rich e equipe permaneceram trocando informações e explorando a melhor maneira de cooperação. Sob a liderança de Rich, a equipe habilmente reacendeu o relacionamento.

Masood indicou o engenheiro Aref, o chefe da inteligência, para atuar como responsável nessa expansão do relacionamento de aliança. Desleixado, verborrágico, ardiloso, corrupto — mas um parceiro bom e confiável.

Amrullah Saleh trabalhava para Aref. Amrullah seria o principal ponto de contato com Rich. Jovem, perspicaz, honesto e dedicado a libertar o Afeganistão. Com inglês perfeito, boas habilidades técnicas e características de um líder emergente, o papel de Amrullah rapidamente se expandiu, à medida que Masood e Aref lhe outorgavam mais autoridade. Rich e sua equipe logo estabeleceram uma conexão de comunicações codificadas com Amrullah no interior do Afeganistão, de modo a coordenar nossos esforços com Masood, Aref e outros.

Ao longo dos meses seguintes, nossa revigorada missão contra a AQ e o Talibã granjeou mais entusiasmo de Masood e seus subcomandantes. O CTC forneceu ferramentas para coleta de informações, dados contextuais, necessidades de inteligência e dinheiro. Masood e a Frente Unida começaram a nos fornecer informações crescentes, gradativamente aprimoradas, à medida que a confiança e a conectividade aumentavam.

Esse destacamento abriu caminho para mais equipes, mais cooperação, mais inteligência e ações encobertas. Nos 18 meses seguintes, enviaríamos mais quatro equipes. Nos países vizinhos, seriam realizados muitos outros encontros com nossos parceiros afegãos.

Operações globais

Rich e seus agentes do CTC trabalharam contra a AQ e grupos afiliados, não só no Afeganistão, mas mundo afora. A divisão de Rich respondia por quase metade dos recursos do CTC, tanto financeiros quanto humanos. Cofer, Ben e eu espalhávamos a outra metade de nossos recursos entre as divisões que trabalhavam contra o Hezbollah, o Hamas, as FARC, o PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão), os Tigres do Tamil e outros vinte grupos perigosos.

Houve tensões naturais entre as divisões operacionais. É claro: cada uma queria mais recursos. A unidade do Hezbollah, por exemplo, tinha um forte argumento, já que o Hezbollah, nos anos recentes, tinha matado centenas de compatriotas dos EUA, entre diplomatas, fuzileiros navais, soldados e outros. O Hezbollah, principal mandatário do regime do Irã (Estado com maior poder no mundo quando o assunto era patrocinar o terror), atuava globalmente, inclusive nos EUA. As FARC travavam uma horrível narcorrebelião na Colômbia, ameaçando a estabilidade política da região e do país. Os Tigres do Tamil tinham sido os pioneiros no uso de homens-bomba usando coletes com explosivos, bem como de ataques navais suicidas. O CTC também administrava as equipes de missão especial que partiam em delicadas missões de vigilância, respostas a incidentes e treinamentos. Isso também exigia recursos.

Grande parte de meu trabalho consistia em equilibrar essas unidades importantes e competitivas, procurando construir sinergia, se possível, entre elas.

Todo o trabalho do CTC tinha como base a coleta e a análise de inteligência. Se não conseguíssemos identificar o inimigo, revelar seus planos e suas intenções, encontrá-los e conhecer o ambiente operacional circundante, nós seríamos uma carta fora do baralho. Não haveria produto de inteligência nem serviço de ação encoberta para nossos clientes.

Quando cheguei ao CTC, menos da metade de toda a inteligência antiterrorista provinha de fontes unilaterais. Alianças estrangeiras eram responsáveis pelo

grosso de nossos relatórios antiterroristas. Algumas bases confiavam quase inteiramente em alianças estrangeiras para obter informações antiterroristas. Isso era aceitável em se tratando de nossos aliados mais íntimos, mas não de outros. Não podíamos depender de alianças estrangeiras. Para gerar mais inteligência, o CTC precisava de mais fontes unilaterais.

Mundo afora, os agentes operacionais perseguiram muitos alvos, e as fontes antiterroristas compreendiam apenas uma das categorias em suas diretrizes operacionais. Eu queria agentes de todas as divisões geográficas penetrando grupos terroristas. Para alcançar esse objetivo, o CTC precisava fornecer orientação e incentivo maiores para esses agentes. O CTC já fornecia excelentes dados sobre o alvo, mas um recrutamento ia além de apenas conhecer o alvo. Era importante o método de um agente recrutar um terrorista. Era diferente de assediar um diplomata estrangeiro, um militar, uma autoridade comercial do governo. Talvez a diferença mais importante fosse simplesmente o risco. Um diplomata estrangeiro podia relatar o assédio, resultando talvez num constrangimento diplomático. Um terrorista podia reagir de diversas maneiras, como jogar uma granada no agente — coisa que acontecera recentemente. Nosso agente escapou por um triz escadaria abaixo, enquanto a granada explodia atrás dele.

Só um punhado de pessoas no Serviço Clandestino conseguia recrutar um terrorista. Era difícil e exigia talento e coragem ímpares. Também exigia melhor orientação e treinamento para os agentes que lidavam com essa missão.

Também enfrentávamos o dilema de empregar pessoas que podiam ter assassinado pessoas ou apoiado quem o fizera. Claro, é isso que os terroristas fazem. Em nossas operações sempre existem limites morais, legais e políticos. Não recrutamos, apoiamos nem incentivamos qualquer ativo para matar pessoas inocentes — até mesmo se essa ação resultasse em progresso no acesso e na influência em um grupo terrorista. Isso era completamente errado. Mas onde traçaríamos a linha limítrofe? E quanto aos terroristas que mataram no passado, mas agora queriam cooperar? Analisaríamos cada caso separadamente. E se as vítimas fossem cidadãos dos EUA? Relataríamos o crime ao Ministério da

Justiça e buscaríamos orientação. E se uma fonte potencial fornecesse apoio material para uma operação terrorista, mas sem apertar o gatilho? Iríamos, com frequência, recrutar e administrar a fonte para obter inteligência e evitar o ataque. Mas, às vezes, fracassávamos. E se a fonte atuasse como conexão comunicativa para um assassino que planejava matar uma autoridade estrangeira? Tínhamos o dever de avisar a autoridade e o fazíamos, tentando manter nossa fonte viva e viável para o futuro. Nem sempre isso era possível. Se uma fonte antiterrorista era boa, utilizávamos seus relatórios para interromper os ataques, o que poderia solapar a utilidade futura da fonte ou sua segurança. Recrutar uma fonte antiterrorista era difícil, porém manter as boas fontes em ação era mais difícil ainda.

Em 1999, a maioria dos agentes operacionais da CIA não tinha vivenciado esses desafios. Não gostavam do risco e dos conflitos operacionais. Alguns simplesmente não tinham o incentivo nem as habilidades necessárias para lidar com esses alvos perigosos. Era nossa missão no CTC mudar isso.

A primeira etapa era ensinar os agentes operacionais a recrutar terroristas. Reunimos uma equipe de especialistas, incluindo psicólogos, analistas e recrutadores. Após a primeira sessão, eu sabia que faltava algo. Precisávamos de mais perícia e mais experiência. Pedi a um serviço aliado árabe que nos enviasse um instrutor. Alguém no Serviço Clandestino ficou melindrado, refletindo uma inapropriada arrogância sobre nossas próprias capacidades. Argumentei que treinamos serviços aliados em todo o mundo, então por que não nos beneficiar com um pouco do treinamento deles?

Nosso aliado árabe concordou cortesmente e enviou um dos mais experientes agentes antiterroristas para nos ensinar e nos ajudar a desenvolver nosso currículo. O CTC ensinou muitos agentes operacionais de todo o Serviço Clandestino que recrutar terroristas é difícil, mas possível.

Após debates com Cofer, lancei uma iniciativa para construir um forte e seleto quadro de agentes operacionais que ficariam permanentemente atribuídos ao CTC. Agentes de toda a CIA compunham os quadros do CTC, mas tinham oportunidades limitadas para missões domésticas. Para agentes recém-formados

no campo de treinamento, isso era impossível. O DDO não tinha alocado quaisquer vagas domésticas para agentes operacionais no CTC. Após meses de bajulação e argumentação, o CTC enfim garantiu uma vaga. Senti-me gratificado, pois vários dos melhores formandos se candidataram a essa oportunidade. O novato que selecionamos falava árabe e queria aprender mais, então o enviamos a um curso de línguas por imersão, através do Oriente Médio. No ano seguinte, ele já recrutava e administrava penetrações em organizações terroristas.

Com o tempo, obtivemos mais vagas e mais agentes dedicados à missão antiterrorista.

Cofer tomou outra iniciativa. Tínhamos conversado sobre as severas limitações de agentes como nós no setor do antiterrorismo. Cofer e eu éramos dois sujeitos brancos com parca habilidade para aprender uma língua estrangeira difícil, que dirá dominá-la. Existiam outros como nós, de óbvia ascendência europeia, embora pouquíssimos tão severamente deficientes no quesito linguagem.

O CTC precisava de pessoas das etnias árabe, persa, pashtun, tadjique, turca e outras com capacidade linguística nativa e uma vida inteira de conhecimento cultural no campo estrangeiro, em especial no interior ou perto das zonas de segurança inimigas. Precisávamos principalmente de muçulmanos como agentes de carreira da CIA. Eles poderiam se envolver com comunidades em que agentes como eu tinham chances de sucesso praticamente nulas.

Cofer chamou Gary Bernstein, um dos poucos agentes da CIA capaz de penetrar em grupos terroristas. Ele se preparava para uma missão no exterior, após um período no CTC lidando com o setor do Hezbollah. Ele concordou em arranjar tempo para nos ajudar. Fazia parte de sua índole. Gary aproveitou a iniciativa e desenvolveu uma rigorosa campanha de recrutamento destinada a contratar agentes das etnias que precisávamos.

O Gabinete de Segurança da CIA teve problemas com isso, pois quase todos os nossos candidatos tinham familiares espalhados pela África e Ásia. Embora todos os nossos candidatos fossem cidadãos dos EUA, essa complexidade

familiar introduziu incerteza no processo de aprovação, até mesmo com um bem-sucedido teste no detector de mentiras. O tio de um excelente candidato trabalhava para um governo estrangeiro: ele foi automaticamente eliminado. Além disso, o setor de recursos humanos resistiu a nossos incentivos para instituir um salário maior, porque isso não se adaptava aos parâmetros deles. Zangado, porém mais determinado do que nunca, Gary continuou a pressionar. Em duas ocasiões, Cofer e eu tivemos de intervir para colocar panos quentes e contornar problemas internos na CIA.

O CTC contratou poucos, pouquíssimos, desses novos agentes. Ao longo dos anos, eles fariam impacto. Um recrutou uma importante fonte que ele conheceu numa mesquita frequentada por radicais. Outro, fingindo ser um homem de negócios, penetrou a rede logística de um grupo terrorista. Outro ganhou acesso suficiente para comprometer o núcleo de comunicações de uma célula da AQ.

Nossa ênfase em fontes unilaterais não diminuiu a importância da aliança estrangeira. Rotineiramente transmitíamos relatórios unilaterais selecionados, após tomar as medidas para proteger a fonte, aos aliados estrangeiros. Isso não era novidade. O CTC fazia isso desde as suas origens.

Uma vez, por exemplo, uma base da CIA no Oriente Médio adquiriu um relatório de uma fonte unilateral sobre a viagem de terroristas a um pequeno país africano, onde eles planejavam atacar uma instalação dos EUA utilizando lança-rojões e fuzis automáticos. A base enviou o relatório, com prioridade imediata, ao QG da CIA, à base do país africano e a todos os países em que os terroristas pudessem estar em trânsito. O CTC verificou algumas das informações por meio de tráfego de SIGINT. Os operadores e analistas do CTC, em ação concatenada com as bases de dois continentes, trabalharam com rapidez para responder perguntas importantes.

Será que os terroristas mudariam suas identidades no caminho? Não. Havia exatidão na linha do tempo? Não, havia uma semana de defasagem. Eles tinham rede de apoio no país africano esperando por eles? Sim. Caso contrário, como eles conseguiriam as armas? Não aplicável. Havia um patrocinador estatal envolvido? Sim. Caso positivo, qual? O patrocinador estatal foi identificado pela

precariedade de seus métodos: outros terroristas capturados noutra operação noutra país traziam passaportes falsos cujos números tinham sequência próxima aos dos passaportes da equipe mais recente — aquela cujo alvo era a instalação dos EUA. O patrocinador estatal tinha Embaixada no país africano? Sim. Caso positivo, eles apoiariam a operação? Sim.

A pequena base da CIA repassou esses relatórios de inteligência em cascata para o serviço africano local. Isso conduziu a uma operação conjunta alvejando a equipe terrorista prestes a chegar. A base forneceu a inteligência e equipamentos técnicos. O serviço local executou a operação com seus agentes. Quando a equipe terrorista chegou, o serviço local vigiou todos os seus passos durante toda aquela semana. Empregaram vigilância física, grampos telefônicos e cobertura de áudio em seus quartos de hotel. Tiraram centenas de fotografias.

Em coordenação com agentes do CTC que rastreavam outras operações paralelas mundo afora, o serviço desmantelou toda a equipe terrorista, inclusive o agente de apoio com base na Embaixada e patrocínio estatal. Eles recuperaram as armas. Toda a inteligência obtida após o rompimento fluiu para a base local, que retransmitiu para o QG da CIA e para as bases da África e do Oriente Médio. Isso conduziu a mais pistas, mais operações e à prevenção de mais ataques.

Outro aspecto da missão global do CTC, tendo a permissão do serviço estrangeiro de origem, era repassar sua inteligência a outros serviços estrangeiros. A maioria dos serviços de inteligência estrangeiros não tinha relações de aliança nem comunicações codificadas confiáveis com outros serviços do outro lado do globo. Esses serviços menores também não tinham a base de dados do CTC nem capacidade analítica em escala global. À medida que as operações terroristas se tornavam cada vez mais globais, também aumentava o papel e o valor do CTC. O Centro de Antiterrorismo atuava como interseção global de coleta, análise, disseminação e corretagem de uma vasta rede de serviços estrangeiros. Esse inestimável papel reforçava as redes globais de ações encobertas do CTC, tanto com aliados quanto com fontes unilaterais.

Uma necessidade crucial era, é claro, a maximização das redes de ambos,

aliados e unilaterais, com todos os riscos complexos que traziam essas operações distintas e, às vezes, sobrepostas.

Na missão das ações encobertas, um aspecto importante envolvia a perseguição, a captura e o transporte de suspeitos a países com mandados de prisão. O CTC começou essa prática anos antes. Se um país tinha um mandado para um suspeito, o CTC ajudava a rastrear o fugitivo, em geral trabalhando com outros serviços estrangeiros. Às vezes, a inteligência sobre esses alvos originava-se de SIGINT ou, cada vez mais, da própria ciberexploração do CTC. Quando o CTC localizava o fugitivo, a base abordava o serviço do governo anfitrião e explicava o caso: havia um terrorista procurado no país deles, e a base, com recursos do CTC, podia ajudar a realizar sua detenção e transferi-lo a um terceiro país que tinha um mandado de prisão. Quase sempre o serviço local cooperava. A última coisa que eles queriam era um terrorista em seu território. Queriam toda e qualquer inteligência correlacionada ao caso, mas não queriam a tarefa desagradável de manter e interrogar o fugitivo. Também geralmente preferiam evitar a publicidade que uma extradição criaria. Além disso, a maioria dos países não tinha tratados de extradição preparados. Ou, se tinham, não dispunham dos meios para realizar transferências desse tipo.

O CTC realmente tinha os meios e a autoridade. Simples e discretamente, o serviço local entregava o fugitivo ao CTC atuando em nome da outra nação que tinha o mandado. O CTC servia de corretor operacional e transportador.

Em coordenação com o Ministério da Justiça, os advogados do CTC resolviam todos os problemas jurídicos, inclusive aqueles relacionados a possíveis torturas no país de recepção. Por meio do órgão CSG (Grupo de Segurança Antiterrorista) do Conselho de Segurança Nacional, o CTC coordenava as operações com a Casa Branca e a comunidade de segurança nacional. O CTC capturou e puniu dezenas de terroristas, impedindo ataques horríveis mundo afora por meio desse programa de captura e traslado.

O papel de liderança do CTC através do globo resultou em muitos relacionamentos cooperativos transversais. O CTC contribuía com aplicação da lei, força militar e serviços de inteligência ao redor do mundo numa crescente

rede colaborativa. Eu desejava ir um passo além.

Percebendo que as zonas de segurança dos inimigos em geral se situavam em fronteiras internacionais, concluí que uma cooperação mais regional seria fundamental para nossa estratégia de penetrar nessas áreas. Geralmente, os serviços de inteligência em qualquer região específica dedicavam mais recursos a seus vizinhos do que à ameaça terrorista. O CTC podia favorecer a cooperação antiterrorista regional por meio de conferências regionais, um modo de construir compreensão e confiança melhores entre nossos parceiros.

Nossa primeira conferência foi no sudeste asiático, onde havíamos ajudado nossos parceiros locais a dismantelar a crescente ameaça do Hezbollah. Também estávamos preocupados com as conexões da AQ com grupos afiliados em países como Filipinas, Indonésia, Malásia e Cingapura. O membro da AQ Khalid Sheik Mohammed tinha patrocinado ataques em Manila. Um grupo afiliado da AQ na Indonésia, o Jemiah Islaymia, estava crescendo. A AQ utilizava a Malásia como terreno de recrutamento e ponto de encontro. O mesmo valia para Bangcoc, na Tailândia. Tínhamos preocupações até mesmo no governo organizado e eficaz da cidade-Estado Cingapura.

Comandei a delegação do CTC nessa primeira conferência. O CTC realizou muitas outras na África, no Oriente Médio e na América Latina. Não havia jeito melhor de aprender do que passar dois dias com nossos parceiros estrangeiros num contexto multilateral, ouvindo suas narrativas de sucesso e fracasso. Mais do que apenas obter dados ou informações, desenvolvemos um sentido de empatia pela missão deles. Compartilhamos frustrações e aspirações. E facilitamos a cooperação regional de nossos aliados.

A Conspiração do Milênio

No CTC eu recebia uma dose completa diária de relatórios de inteligência e ações encobertas, com base nos quais eu tomava minhas decisões de comando. Era uma mescla rica de treinamento e liderança executiva em tempo real. Eu escutava e aprendia com agentes do CTC e de agentes sediados no exterior. Aprendia com nossos aliados estrangeiros. Em algum lugar do mundo, noite e dia, sob nossa direção, agentes da CIA estavam coletando inteligência e executando operações de ações encobertas contra alvos terroristas.

Durante meu tempo no CTC não houve melhor exemplo do sucesso global da CIA contra a AQ do que o desmantelamento da Conspiração do Milênio. A AQ planejava operações múltiplas e sincronizadas para matar milhares de pessoas em vários países na virada do novo século, no dia 1^o de janeiro de 2000. Com nossos parceiros, paralisaríamos as suas ações.

O primeiro fluxo de relatórios sobre as intenções da AQ nos começou a chegar por volta de junho de 1999. As equipes analíticas do CTC, trabalhando com espiões em todo o mundo, agregaram esses pontos de luz em ousados raios que iluminaram os alvos em Israel, na Jordânia e noutras partes do Oriente Médio. Também havia relatórios sobre ataques em nosso território. Comunicamos o FBI. Informamos a Casa Branca.

No fim de novembro de 1999, o CTC tinha recrutado dezenas de funcionários extras de todo o Serviço Clandestino e do Diretório de Inteligência para ajudarem a fazer o processamento de imensa quantidade de documentos. Caminhando em meio ao vasto espaço burocrático que tínhamos adquirido para armazenar e processar todos os relatórios, vindos de organismos como NSA, CIA, DIA e de outros lugares, eu me impressionava com o quão primitivo tudo aquilo parecia. Estávamos na era da informação, na vanguarda da tecnologia da informação — e tínhamos pilhas e mais pilhas de papéis espalhadas no chão. Tínhamos acumulado caixas de inteligência bruta, com pessoas examinando o montão de papel, página por página.

Comentei com Cofer e Rich que a nossa gestão de informações precisava de uma atualização. Precisávamos de uma repaginada de TI, mas era muito tarde para isso agora. Estávamos no meio de uma crise repleta de ameaças. As equipes coletavam, selecionavam e analisavam os relatórios que chegavam. Envolveria análise e coordenação extenuantes, intensas e incessantes.

Em meados de dezembro de 1999, o CTC, trabalhando com serviços de inteligência e polícias estrangeiros, coordenou operações em mais de 40 países em quatro continentes. Alguns de nossos aliados demonstraram relutância, mas os pressionamos e incitamos. Outros aliados, como os jordanianos, puxavam a frente. O diretor Tenet exerceu um papel importante, ligando para os diretores de outros serviços antiterroristas no exterior para encorajá-los e agradecê-los.

Na Jordânia, a AQ tinha planejado matar centenas de pessoas em encontros religiosos na Jordânia e na divisa entre Jordânia e Israel. Os alvos incluíam o hotel Radisson em Amã, o complexo religioso em Monte Nebo e um santuário cristão perto do Rio Jordão, onde Jesus foi batizado. Em 13 de dezembro, as autoridades jordanianas prenderam a célula terrorista. Por fim, mais de vinte pessoas foram condenadas, inclusive Baed Hijazi, motorista de táxi em Boston.

Estávamos frustrados e à beira do frenesi em relação a possíveis ataques no território dos EUA. Sabíamos, por meio de relatórios fragmentados, das intenções da AQ, mas quando e onde? Atacariam na capital Washington? Em prédios do governo? Locais de transporte público? Shopping centers? Quem eram os terroristas? Como os identificaríamos?

Em 14 de dezembro de 1999, fiscais da Imigração e Alfândega dos EUA em Port Angeles, Washington, identificaram um argelino chamado Ahmed Ressam, que havia cruzado a fronteira pelo Canadá. No carro de Ressam, escondido no espaço do estepe, os fiscais encontraram mais de cinquenta quilos de produtos químicos e explosivos. Também descobriram quatro dispositivos de contagem regressiva. Ressam, criminoso procurado no Canadá, havia sido treinado nas bases da AQ no Afeganistão no ano anterior e planejava construir e detonar sua poderosa bomba no aeroporto de Los Angeles. Sua captura resultou da ação alerta de aplicadores da lei, não de uma dica do setor de inteligência.

Até mesmo com essas interdições, não sabíamos a plena extensão das conspirações da AQ. Nossas equipes trabalharam nos feriados de Natal e de Ano Novo, 24 horas por dia.

Em 1^o de janeiro de 2000, houve um coletivo suspiro de alívio em todo o CTC. Nenhum ataque sequer tinha acontecido. Não sabíamos quantos ataques tinham sido impedidos e quantas pessoas tinham sido salvas.

Só muito tempo depois eu fiquei sabendo que a AQ tentara atacar o destróier *USS The Sullivans*, no porto de Aden, no Iêmen, como parte da Conspiração do Milênio. O barco suicida da AQ afundara devido à sobrecarga enquanto se aproximava do alvo, ancorado na enseada. Dez meses depois, a AQ se reagruparia e atacaria o destróier *USS Cole*, no porto de Aden.

Greg

O sucesso do antiterrorismo da CIA não era mérito apenas do CTC. Contribuía com a missão a vasta quantidade de trabalho de centenas de analistas, operadores e equipes de apoio espalhadas por toda a agência e todo o governo. Outros componentes no Serviço Clandestino, tais como divisões geográficas, forneciam agentes e liderança regional. É o caso do braço paramilitar da CIA, a Divisão de Atividades Especiais (SAD).¹

Nesse componente, não houve maior exemplo de liderança do que Greg, figura com papel crucial pós-11/9. Em outubro de 2011, eu o escolheria como líder de equipe de um perigoso destacamento para atuar em pleno território talibã. Ele ajudaria a recrutar uma milícia afegã e a comandaria numa campanha extraordinária, uma das vitórias mais importantes da guerra.

Criado no interior sulista, nascido numa família de profundas tradições militares e imbuído do etos de um guerreiro, Greg era capaz de cultivar rancores de sangue. Ele e eu tínhamos isso em comum. Serviu nos fuzileiros navais e depois entrou na SAD da CIA. Durante 20 anos, atuou em missões na África, nos Bálcãs e no Oriente Médio. Greg era o melhor paramilitar da CIA.

Na condição de diretor adjunto do CTC e responsável pelos nossos esforços mundiais contra grupos terroristas, muitas vezes eu trocava ideias com Greg sobre nossas operações. Ele também se encontrava sediado no QG. Era um dos líderes da SAD e encarregado de todas as forças terrestres da divisão. O CTC precisava de uma íntima relação de trabalho com a SAD, pois havia muitas operações conjuntas e muitos projetos de treinamento para aliados estrangeiros. Com frequência, a SAD fornecia especialistas para as missões do CTC. Isso incluía nossos destacamentos em operação no Afeganistão. A SAD também fornecia ao CTC armas, tecnologias expedicionárias, instalações de treinamento e outros apoios. E, seja como for, eu apreciava os comentários de Greg: mordazes, imaginativos, irreverentes e geralmente hilários.

De altura mediana, estrutura magra, têmpera férrea e cultivando vários estilos

de pelos faciais, ele exalava uma fonte inesgotável de energia. Abominava o QG. Para sublimar suas frustrações, Greg corria quilômetros num ritmo alucinante, preferivelmente no sol escaldante do meio-dia. Uma vez ele teve uma fratura por estresse no pé, mas se recusou a parar de correr. De algum modo, sarou. Lembro-me de uma de suas visitas a meu gabinete no QG, em especial naqueles dias pré-11/9.

— E aí, chefe, está ocupado? — indagou Greg, enfiando a cabeça no vão da porta de minha sala.

— Claro que estou ocupado. Estamos perseguindo essa cambada por todos os lugares. Pena que não conseguimos capturar mais terroristas.

Ele entrou e se acomodou na única cadeira livre de minha sala.

Como sempre, trazia as mangas arregaçadas até os cotovelos. Os músculos do antebraço pareciam cabos de aço entrelaçados. Quando ele falava, a mandíbula esticava a pele. Estávamos na minha sala do porão, abarrotada e sem janelas.

Era o fim de janeiro de 2000, na bonança após o sucesso em dismantelar a Conspiração do Milênio. Estávamos orgulhosos de nosso trabalho. Embora a consultora de segurança nacional do presidente, Sandy Berger, tivesse nos agradecido e a rotulado como nossa mais bem-sucedida operação antiterrorista até a presente data, a administração e o público pareciam não perceber o escopo do esforço inimigo e de nossa ação global para dismantelar suas tramas terroristas. A incapacidade da administração em entender a imensidão da permanente ameaça era decepcionante.

Greg, em especial, ficava pasmo pelo fato de que o governo dos EUA, mesmo após outra demonstração das intenções malignas e do alcance da AQ, parecia inerte. Via de regra, ele não tinha muita consideração pelos formuladores de políticas.

— O que esses burocratas brochas estão fazendo? — indagou Greg.

— Bem, para nós é difícil lutar quando nossos líderes e nossa nação não percebem que estamos em guerra — respondi.

— Mataram nossa gente em Nairóbi e em Dar-Es Sallam, agora essa Conspiração do Milênio! Vão matar mais gente, e nós só ficamos aqui sentados.

E esse decretinho de merda assinado pelo presidente sobre o Bin Laden? Que diabo é isso? Só podemos matá-lo se estivermos tentando capturá-lo? Mas não conseguimos recursos nem luz verde para o fazermos com nossas forças. Então, dependemos das tribos afegãs, mas impomos todas essas limitações jurídicas e operacionais nas costas deles. Droga, a maioria nem sabe ler. E não temos controle sobre eles. Até mesmo nesse prédio, estes trouxas não entendem.

— Estou neste prédio.

— Você e Cofer entendem. O diretor. Não tenho certeza de quantos mais... Mas isso não quer dizer que você não seja trouxa.

— Obrigado.

— Não há de quê.

— Olha só, vai chegar a hora. Vai ser feio. E os caras do centro da cidade vão solicitar nossa resposta. E vamos responder. Vai ter sangue na areia.

Eu tinha usado esse estilo melodramático com os chefes de divisão da CIA, durante minhas reuniões rotineiras com eles, incentivando-os a se preparar. Talvez esses mandarins da CIA, responsáveis por grandes pedaços geográficos do mundo, imaginassem que eu era um louco por guerras ou um burocrata manipulador. Talvez conjecturassem que eu queria construir um argumento para obter mais recursos e autoridade para o CTC — de modo a conseguirmos realizar nossa missão. Talvez eu de fato quisesse. No entanto, até mesmo alguns perspicazes e calejados líderes operacionais da CIA tinham dificuldade para entender o conceito de que um bando de terroristas não estatais com base no Afeganistão, onde apenas 6% das pessoas tinham eletricidade, representava uma séria ameaça para a principal superpotência mundial. Estávamos em guerra, mas, durante a maior parte do tempo, não percebíamos. Nunca havíamos nos deparado com algo semelhante. Simplesmente era muito diferente e muito estranho para que o sistema reconhecesse, que dirá reagisse de maneira significativa.

— Olha, você conhece isso melhor do que ninguém — resmunguei. — Dá para contar nos dedos da mão os agentes preparados para combater a Al Qaeda. A missão vai recair sobre nós. Não há ninguém mais. Mas vai ser difícil. Certas

pessoas simplesmente não conseguem entender. O diretor adjunto de operações quer cortar o treinamento paramilitar para os novos agentes. Pelo amor de Deus! Ele diz que não há necessidade.

— Pois é, ouvi falar. Sem falar no pessoal da Defesa. Poltrões do Pentágono, em sua maioria — grunhiu Greg.

Seguiu-se um silêncio, quebrado por mim:

— Não podemos nos amofinar com isso. Somos uma grande nação. Temos grandes homens e mulheres prontos para servir. Vamos ter nossa chance. Precisamos estar prontos, precisamos informar e incentivar os outros. Muito mais do que isso não podemos fazer. Não alocamos recursos. Não formulamos as diretrizes políticas.

Ele quase soltou um suspiro, então se inquietou por uns dois segundos, em seguida saltou da cadeira num pulo.

— Vou correr — avisou e rumou à porta.

Masood

A Conspiração do Milênio realçou a importância de compreender os planos e as intenções da AQ e a urgente necessidade de coleta de inteligência. Isso significava penetrar sua principal zona de segurança no Afeganistão.

O CTC empreendeu várias operações produtivas no entorno e no interior do Afeganistão. Essas operações, de HUMINT e técnicas, incluíam tanto redes de ativos unilaterais quanto serviços de aliados estrangeiros. Eu precisava visitar a região, conhecer nossos agentes, nossos parceiros de aliança e nosso aliado Ahmed Shah Masood, líder da Frente Unida.

Ao longo dos últimos seis meses, tínhamos enviado equipes ao Afeganistão para auxiliar Masood e seus comandados. Planejávamos expandir essa cooperação.

No começo de 2000, Mike, o segundo na hierarquia da Divisão da Eurásia Central, e eu viajamos à Ásia Central. Fomos apresentados aos serviços aliados e analisamos nossos programas antiterroristas conjuntos. Durante dois dias, percorremos as fronteiras com o Afeganistão e nos encontramos com as autoridades de segurança locais. Caminhei nas ribanceiras do Rio Amu Darya e perscrutei a zona de segurança inimiga no Afeganistão, a poucos metros de distância apenas. Desejei desesperadamente estabelecer uma presença permanente da CIA ali, e eu sabia que a melhor opção para alcançar esse objetivo era por meio da Frente Unida, com Masood. Mike e eu precisávamos nos encontrar com Masood.

O agente local da CIA, velhaco verborrágico que nem devia estar no Serviço Clandestino, pilotou nosso veículo e serviu de cicerone por muitas horas. Nosso motorista era tão desleixado atrás do volante quanto em suas operações. Também era supremamente irritante, despejando um jorro de besteiro hora após hora. A certa altura, analisei a alternativa de deixá-lo para trás, à beira de uma estrada desolada. Sem se agitar facilmente, Mike interveio de modo cavalheiresco. Falei a Mike que ele devia despedir o agente, no mínimo. Mike

explicou que primeiro precisávamos completar a missão.

Atravessamos uma fronteira sem incidentes e em seguida embarcamos numa arcaica aeronave *YAK 40* que atravessou as Montanhas Pamir e nos transportou até Dushanbe, no Tadjiquistão. Lugar triste, bagunçado e sujo, cercado por montanhas espetaculares cobertas de neve cintilante, a cidade servia, à Frente Unida e ao CTC, como importante ponto de acesso ao Afeganistão.

Masood estava nos esperando para nos encontrar num de seus locais seguros. Eu disse a Mike que só ele e eu iríamos à reunião, ninguém mais.

Durante uma década, Masood, guerreiro afegão corajoso, resistente e, às vezes, brutal, impediu que os soviéticos tomassem o vale do Panjshir. Por essa heroica façanha, ganhou a alcunha de “O Leão do Panjshir”. Participara do fragmentado governo afegão que subiu ao poder após a retirada dos soviéticos. Esse governo logo soçobrou e seguiu-se uma cruel guerra civil, levando à ascensão do Talibã. Masood recuou de Cabul para seu lar, o vale do Panjshir, onde buscava liderar a resistência afegã contra o Talibã.

Este seria o primeiro e, sem eu saber na época, meu único encontro com ele.

Enveredando numa rua arborizada, nosso discreto veículo embrenhou-se numa discreta entrada onde sentinelas armadas surgiram das sombras e abriram as portas de nossos carros. Mike e eu entramos pelos fundos na casa modesta. Lá dentro, escuridão e tepidez. Passamos a uma salinha. Achas de lenha ardiam na lareira. Um suave e doce aroma de fumaça bafejou ao nosso redor. Na mesa baixa, várias tigelas rasas de madeira com frutas secas e nozes, na maioria amêndoas, além de um bule de chá com pequenas xícaras de cerâmica empilhadas.

Alto e musculoso, com ponte nasal proeminente e malares salientes, Masood nos recebeu com um sorriso cordial e um leve aceno de cabeça. Seu aperto de mão não foi nem firme nem frouxo. Ele se movimentava vagarosa, cuidadosa e facilmente. Abdullah Abdullah, que atuava como verdadeiro ministro das Relações Exteriores da Frente Unida, também nos saudou. Da mesma forma, Amrullah, o intérprete. Masood falava em tadjique e num francês meio limitado.

Mike e eu transmitimos os respeitos do diretor Tenet. Masood perguntou

sobre Rich. Conversamos algumas outras amenidades.

Então entabulamos uma longa discussão sobre o Talibã, a dinâmica das tribos afegãs, as lacunas de inteligência da CIA, necessidades técnicas, subversão, sabotagem e política. Astuto observador dos sistemas políticos, Masood teceu excelentes perguntas sobre a política internacional dos EUA. Indaguei sobre o Irã, o Paquistão e o Uzbequistão. Sobretudo, eu queria saber os planos e as intenções da AQ. Onde, quando e como eles atacariam os EUA e nossos interesses? Qual a melhor maneira de impedi-los?

Bebendo chá e mastigando amêndoas, sentados ao redor de uma cálida lareira enquanto lá fora caía uma garoa gelada, conversamos durante duas horas. Perto do fim do encontro, Masood pediu se podia me fazer uma pergunta adicional. Educado e cortês nos modos e na entonação, ele fez uma pergunta de conteúdo difícil e incisivo.

— O governo dos EUA se importa mais com sustar as ações da Al Qaeda e matar Bin Laden ou se importa mais com o povo do Afeganistão?

Eu o fitei e respondi claramente:

— Al Qaeda.

A resposta era óbvia. A missão da CIA era específica, conforme orientações da Casa Branca. Não havia conversa sobre assistência humanitária nem sobre o futuro do Afeganistão. Não havia decreto de ações encobertas que tratasse de assuntos operacionais mais amplos ou sequer de uma política estrangeira. Masood, é claro, já havia entendido isso. Estava me testando, para avaliar se eu tinha a coragem de falar a verdade. Como os bons líderes fazem, ele também me ensinava uma lição: que devíamos fazer as duas coisas, atacar o inimigo irreconciliável com determinação implacável e propósito letal e, ao mesmo tempo, também compreender e fazer o povo abraçar nossa causa. Não era apenas uma justificada preocupação humanitária, mas também uma necessidade política para qualquer vitória duradoura.

Jamais vou me esquecer da reação dele a minha resposta. Assentiu lentamente com a cabeça e abriu um sorriso, um sorriso triste, em seu rosto magro e sulcado.

Uns 18 meses depois, apenas dois dias antes do 11/9, membros da AQ

fingindo serem jornalistas assassinaram Masood. Detonaram uma bomba escondida na câmara de vídeo. O inimigo sabia do valor de Masood para nós e queria vê-lo morto. A AQ queria nossos aliados afegãos acéfalos, pouco antes de atacar a pátria dos EUA.

O inimigo, porém, subestimou imensamente as duradouras lições de Masood, seu legado e nossa parceria.

Predator

Apesar de nossas reclamações sobre a ausência de resposta do governo dos EUA em relação à AQ, houve uma importante nova iniciativa motivada pelas necessidades dos formuladores de políticas. O governo queria confirmação verificável da presença de OBL num local determinado. Ao longo dos anos, o CTC tinha fornecido vários relatos precisos, com base em HUMINT, sobre o paradeiro de OBL, provendo justificativas suficientes para ações letais — ou pelo menos assim pensávamos. Os formuladores de políticas, porém, duvidavam de nossa rede de fontes humanas. Queriam mais. Queriam os olhos dos EUA no alvo.

Em janeiro de 2000, o NSC emitiu um memorando orientando que a CIA encontrasse meios para localizar, identificar e documentar OBL. Essa inteligência seria projetada para dar apoio a um ataque militar letal. Uma solução técnica parecia ser o único caminho, já que o DOD (Ministério da Defesa) recusava-se a mandar forças para o local. Isso exigiria uma missão de Busca e Resgate de Combate (CSAR)² que envolvia um rastro logístico, e, por sua vez, demandava aprovação diplomática e apoio operacional dos países vizinhos. Argumentei que o CTC enviara suas equipes ao Afeganistão sem CSAR, e os militares podiam fazer o mesmo. Essa opinião colidia com uma muralha militar chamada doutrina. Eu me dei conta de que a doutrina e o status quo de uma postura de tempos de paz forneciam aos militares um alibi fácil para qualquer operação que exigisse grande risco.

Em seguida, defendi que poderíamos criar uma base dentro das fronteiras do Afeganistão, no vale do Panjshir, que servisse de plataforma para lançar nossos próprios agentes da CIA em missões de reconhecimento profundo, em ação concatenada com nossos aliados afegãos. Desta vez, a liderança da CIA rejeitou a ideia. Consideraram a operação muito perigosa e muito cara.

Tínhamos de evoluir de outra maneira.

Em sua diretiva, o NSC nomeava a CIA, especificamente o CTC, pois a

inteligência seria a força motriz da missão. O CTC entendeu o desafio. Além disso, o CTC tinha o acesso, as habilidades e a autoridade, agora expandida com o memorando. O CTC tinha a única equipe operacional dedicada em tempo integral a dismantelar as operações da AQ. De fato, era a única entidade operacional em todo o governo dos EUA trabalhando exclusivamente com OBL e AQ. Era a oficina de Rich.

Rich e eu desenvolvemos um bom relacionamento de trabalho. Ele sempre se queixava sobre a falta de recursos. Eu sempre exigia que ele fizesse mais com os recursos disponíveis, missão quase impossível. Nossa dedicação mútua à tarefa do CTC e a crescente pressão nos uniu cada vez mais.

Incansável, honesto e perspicaz, ele se tornava mais perspicaz ao tornar uma forte equipe ainda mais forte. Seus subordinados respondiam bem à sua liderança, mas ele queria mais. Incentivava e recrutava os pensadores originais teimosos, iconoclastas e fervorosos que outras divisões em geral dispensavam por ser fonte de problemas. Eles não só o seguiam, eles o desafiavam a melhorar. Pressionavam-no. Questionavam-no. De modo construtivo, destemidamente expressavam desacordo quando permitidos. Ele fazia o mesmo comigo. Essa é a marca de um excelente subordinado: fazem seus chefes se tornarem líderes melhores.

Nos meses seguintes, a minha admiração por Rich alcançaria novos patamares, em especial à medida que ele construiu, partindo do zero, um sistema de reconhecimento que revolucionaria nossa coleta de inteligência e, por fim, transformaria a atividade bélica.

Para enfrentar os desafios técnicos e de interagências impostos pela nova diretiva do NSC, Rich primeiro recorreu a um jovem agente de incomparável capacidade: Alec, especialista em inteligência do Pentágono escalado para a equipe de Rich. Alec se alistara no Exército, recebera uma promoção para subtenente e servira na Coreia do Sul. Depois, a Agência de Inteligência da Defesa o contratou como analista, onde atuou em alvos de terrorismo. Após o atentado de 1996 nas Torres Khobar, as células J-2 e J-3 do Pentágono formaram uma célula conjunta especializada em alvos. Alec trabalhou nessa célula. Após

os atentados de 1998 na África Oriental, a célula de alvos do Ministério da Defesa procurou o CTC. A Defesa precisava de maior conectividade e maior granularidade de inteligência. A Defesa ofereceu Alec para fazer a conexão com o CTC. Ele chegou ao CTC em agosto de 1999, pouco antes de Rich e eu.

O memorando de janeiro de 2000 exigia uma solução em nove meses. Com o memorando em mãos, Rich e Alec procuraram uma resposta. Experimentaram sensores ópticos fixos de longo alcance e outros sensores terrestres. Avaliaram a hipótese de utilizar balões, mas especialistas afirmaram que os ventos prevalentes os levariam para a China. Nada bom. Enfim, exploraram Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs) e concordaram que isso podia funcionar.

Uma poderosa e inigualável constelação de autoridades governamentais dos EUA apoiou e direcionou essa iniciativa no nível político. Richard Clarke, do NSC, cujo gabinete rascunhou o memorando, exerceu um crucial papel de liderança. O Diretor Associado da Inteligência Central para Coletas, Charlie Allen, e o almirante Scott Frey, do J-3 do Pentágono, também foram essenciais nesse esforço. Eles combinaram forças com Clarke para pressionar uma relutante e até suspeita burocracia interagências. Isso incluía muitas pessoas na Defesa, em especial na Força Aérea, que detestavam qualquer aeronave sem pilotos.

Na CIA, o diretor Tenet compreendeu a necessidade, mas tinha dúvidas quanto ao risco e ao processo. Pavitt encarou com maus olhos o esforço inteiro. Cofer e eu, ambos céticos das tecnologias, no entanto, avaliamos que valia a pena tentar. Tínhamos de fazer algo. Conseguíamos frustrar o desastre da Conspiração do Milênio. Mas haveria novos ataques da AQ. Cofer alocou 5 milhões de dólares de seu orçamento para o programa VANT. Era uma grande fatia de seus gastos discricionários.

Internamente, a pesquisa pelo VANT adequado criou problemas com a liderança da SAD. Eles tinham outro tipo de VANT, mas aquela plataforma apresentava desempenho limitado, sem link de controle via satélite. O chefe da SAD protegia seu programa de VANT e recusou-se a pesquisar outro veículo não pilotado. Assim, Rich e Alec recorreram à Força Aérea. Encontraram o *Predator*. A estrutura mecânica tinha sido utilizada nos Bálcãs, portanto a

tecnologia havia sido comprovada. Rich e Alec pegaram um voo até uma base da Força Aérea para inspecionar a aeronave.

O *Predator* é uma máquina simples, espécie de grande planador com dois motores de motoneve acionando uma única hélice. Envergadura: 17 metros; comprimento: 8,5 metros; capacidade de carga: 200 quilos. Alcança altitude máxima de 7.620 metros, com velocidade máxima durante o voo de 220 km/h e autonomia máxima de 40 horas. Todas essas capacidades satisfaziam nossas necessidades, em especial a habilidade de se demorar durante horas a altitudes em que a detecção pelo inimigo seria improvável. Talvez devido à sua simplicidade, era notavelmente confiável e resistente.

Se, por um lado, a plataforma em si era simples, por outro, todo o Sistema Aéreo Não Tripulado (SANT) era complexo. O link de comando/controle era via satélite, e questões de acesso e capacidade da banda larga dominaram as discussões e operações iniciais. Embora em terra a pegada das equipes de lançamento/recuperação fosse pequena, não eram pequenas as exigências em termos de logística e de segurança. O emprego do sistema representaria desafios incomparáveis ao status quo do espaço aéreo internacional, aos relacionamentos bilaterais e às questões fundamentais de soberania nacional. Com a posterior incorporação de mísseis Hellfire na plataforma, o sistema provocaria incertezas sobre a própria natureza da guerra.

No nível operacional, a equipe de Rich precisava integrar o VANT no SANT e, em seguida, o SANT numa intrincada missão de coleta multifontes. Para começar, precisávamos saber onde seria a base do *Predator*. Depois precisávamos saber em quais alvos utilizá-lo. A óptica nos permitia uma imagem nítida e próxima a partir de altitudes elevadas, mas o campo de visão era estreito. Era como olhar o planeta Terra através de um canudinho de refrigerante. A inteligência multifontes nos diria para onde direcionar e como orientar o *Predator*.

Rich e sua equipe trabalharam incansavelmente ao longo do ano 2000 para construir esse sistema de coleta. Todos os relatórios de HUMINT sobre os líderes da AQ no Afeganistão foram canalizados para a equipe de Rich e seu

Predator. Isso incluía relatórios de nossas fontes unilaterais e de serviços aliados. Esse processo era direto, pois Rich era responsável por essa missão de coleta do CTC. Em seguida, ele injetou SIGINT relevante na equipe, objetivo imensamente facilitado por um agente da NSA emprestado ao CTC. Ele intercedeu junto ao Gabinete de Reconhecimento Nacional (NRO) para obter imagens de satélite. O diretor associado da CIA, Charles Allen, com grande credibilidade e influência na Comunidade de Inteligência, nos prestou auxílio sempre que necessário. Compreendeu a ameaça e persistiu para que nosso programa evoluísse.

A equipe de Rich, especial para o programa VANT, construiu um centro de comando com amplas telas de vídeo posicionadas na parte alta das paredes, com inúmeros terminais de computadores enfileirados no meio da sala e junto às paredes. Elétrons e força cerebral bruta zumbiam no local. Inteligência multifontes do mundo todo fluía para os terminais, e a equipe de Rich começou a construir a SANT. Logo estaríamos prontos para que o *Predator* começasse a mapear os alvos no Afeganistão.

Obter a estrutura mecânica aérea tinha sido relativamente fácil. Ninguém a queria. Conceber a construção e a gestão de uma equipe interagências para fazer o *Predator* voar sobre o Afeganistão representava um monumental desafio técnico, operacional e de liderança. Principalmente Clarke, Allen, Frey e Cofer abriram o caminho. Em contraponto ao estilo bombástico de Clarke, seu adjunto Roger Cressey exerceu o útil papel de facilitador discreto. Nesse meio-tempo, Rich e Alec articulavam aliados com opiniões semelhantes no GS-14 e no nível de tenente-coronel através da comunidade de segurança nacional. Embora a tarefa e a liderança principais recaíssem sobre o CTC, mais de doze agências governamentais dos EUA exerceram papéis essenciais, formando uma força-tarefa improvisada. De modo extraordinário, Rich e Alec administraram isso sem Memorandos de Acordo, à exceção da Força Aérea. Construíram uma rede confiável que interligou a organização de inteligência e segurança dos EUA. O NSC emitiu o comando à CIA.

O Estado-Maior Conjunto forneceu influência política e conectividade junto

ao Ministério da Defesa. A Força Aérea tinha a tecnologia. A Agência de Inteligência de Defesa (DIA)³ contribuiu com analistas. A Agência Nacional de Imagens e Mapeamento (NIMA)⁴ ajudou com a análise e a exploração geoespaciais. O Comando Central (CENTCOM) forneceu um especialista em coordenação. Várias agências contribuíram com gestores de missão. E o CTC lançou mão de gestores de coleta de todos os setores da CIA.

Assunto espinhoso era a banda larga de satélite: escassa, cara e essencial. No começo, parecia que Cofer e eu gastávamos mais tempo nesse tópico do que em qualquer outro relacionado ao projeto. Também tivemos de assegurar e manter uma base no Uzbequistão. Paralelamente, Rich e Alec comandavam a eclética equipe interagências, inclusive os empreiteiros.

Desenvolvêramos uma dinâmica rede através do Afeganistão; por isso, nossa HUMINT, complementada por SIGINT e IMINT, era excelente. Conhecíamos o inimigo. Sabíamos onde procurar, para onde enviar o *Predator*. Isso era fundamental, devido ao reduzido campo de visão da câmera. A ampliação era magnífica. Os analistas da NIMA conseguiam identificar a marca e o modelo dos veículos e calcular a altura dos indivíduos. A imagem era nítida e firme. A óptica respondia ao comando, girando e aplicando zoom conforme necessário. Na maior parte do tempo, voando em altitudes elevadas, a aeronave era suficientemente silenciosa e tão pequena que apenas em circunstâncias raras pessoas no solo conseguiam identificar qualquer intromissão.

Em poucas semanas, o *Predator* já operava além de nossas expectativas. Rapidamente acumulamos horas de dados de vídeo com locais alvos, veículos e padrões de movimentação do inimigo no território afegão. Filtramos os relatórios multifontes para aprimorar todos os pontos de coleta. Todas as fontes, em especial de HUMINT, informavam os operadores do *Predator*. Por sua vez, o *Predator* ajudava a verificar e a aperfeiçoar as exigências por outras fontes, inclusive de HUMINT.

O sucesso dessa sinergia comprovou-se num radiante dia de verão, sobre as Fazendas Tarnak, perto de Kandahar.

Todo mundo se reuniu ao redor da equipe do *Predator* comandada por Rich, assistindo, ao vivo, ao vídeo que passava na grande tela. Nossas fontes de HUMINT tinham relatado que OBL estaria no local naquele instante. Nossa intenção era remanejar nossa equipe local de ações encobertas para deter e capturar ou matar OBL, mas as dúvidas jurídicas e operacionais persistiam e não podíamos assegurar a aprovação de nossa liderança. Desta vez, porém, tínhamos um *Predator* sobrevoando e sua transmissão de vídeo entrando em nossa tela.

Sabíamos que se tratava de uma instalação da AQ. Quando um pequeno comboio de caminhões se aproximou do complexo, nossa equipe se encheu de esperança. O detalhe característico da segurança saltou aos nossos olhos. O veículo principal estacou, e um homem alto, vestido de branco, saiu. Era Osama Bin Laden. Assistimos enquanto ele caminhava pelo pátio do grande complexo. Vários solicitantes se apressaram a saudá-lo. Com brevidade, deu atenção a eles, mas continuou a andar. O céu estava claro, e a imagem, excelente. Não havia presença de mulheres nem de crianças. Ele estava em nossas mãos.

— Minha nossa Senhora! — alguém exclamou.

— Não exatamente — outro respondeu.

— É ele. É Osama Bin Laden! — gritou outro.

Durante vários e longos segundos, ele permaneceu enquadrado na tela, até entrar num prédio de paredes espessas.

Os analistas se apressaram para alertar a Casa Branca e o Ministério da Defesa. Levaria pelo menos seis horas para que mísseis teleguiados, lançados de navios da Marinha dos EUA ancorados no Oceano Índico, alcançassem o alvo.

A Casa Branca decidiu que isso era tempo demasiado. Queriam saber se OBL ficaria ali por seis horas ou mais. Não sabíamos. Insatisfatório. Mísseis cancelados.

Não conseguíamos acreditar.

Cofer e Rich instruíram a Casa Branca. Clark e Allen estavam tão injuriados quanto nós todos, mas não haveria mudança de expectativa por parte da Casa Branca. O CTC teria de predizer a localização de OBL no futuro. Ou encontrar um modo de atingir o alvo em segundos, não horas.

Tínhamos Bin Laden em nossas vistas elétrico-ópticas, mas não tínhamos uma política sensata, nenhuma autoridade clara e nenhum recurso significativo para atingir o alvo com velocidade e precisão letais. Tudo era tristemente absurdo.

Entre 1999 e 2000, Rich e sua equipe labutaram para produzir inteligência exata e verificável sobre a localização de alvos seniores da AQ no Afeganistão, de modo que os formuladores de política pudessem dar a luz verde para matá-los. Nossas crescentes redes de HUMINT continuaram a gerar boa inteligência no interior do Afeganistão, inclusive perspectivas esporádicas, mas precisas, sobre o paradeiro de Bin Laden. Houve meia dúzia de oportunidades de localizá-lo, mas não havia verificação absoluta. Nossa inteligência partia de fontes locais, e a Casa Branca duvidava de sua credibilidade.

Uma tentativa sem muito esforço de nossos aliados locais para emboscar Bin Laden criou mais controvérsia do que incentivo. Nossa liderança da CIA e a Casa Branca queriam mais clareza, mais segurança, mais controle de qualidade e muito menos riscos. Agora, mesmo com tanta clareza, o Gabinete da Casa Branca ainda não agia. Os riscos, eu começava a conhecer, relacionavam-se mais com a parte política do que com a operacional.

Ação encoberta letal pode resultar em consequências políticas desagradáveis, como atesta a história. Eu compreendia isso, mas parecia que essa ameaça superava em muito os riscos que tínhamos corrido. Para nossa frustração no CTC, o decreto de ação encoberta assinado pelo presidente incluía muitas ressalvas, como, por exemplo: só podíamos tentar matar OBL se fosse parte de uma operação de captura. Isso era uma tolice. OBL havia declarado guerra contra os EUA, em palavras e atos.

Em agosto de 1998, ele destruíra parcialmente nossas embaixadas em Nairóbi e em Dar-Es Salaam com caminhões-bomba. Em outubro de 2000, atacara o *USS Cole*. Planejou matar milhares de pessoas na virada do século, mas o CTC, trabalhando com dezenas de bases da CIA e a parceria de serviços de inteligência estrangeiros, o havia evitado. Bin Laden apoiava grupos afiliados, todos com intenções e capacidades terroristas. Quantas pessoas ele precisaria matar para que reconhecêssemos a ameaça?

Fiquei me perguntando se o presidente Clinton e seus assessores ingenuamente encaravam isso como uma questão de aplicação da lei, em vez de guerra. Fiquei me perguntando quanto da sintaxe do decreto havia sido calculada para proteger suas reputações políticas, em vez de proteger a nação. Considerando minha inexperiência nos meandros de Washington, DC, eu não tinha uma percepção dessa dinâmica. Cofer me disse, repetidas vezes, que ele ia cuidar da política e eu devia cuidar da parte operacional. Eu seguia suas ordens, embora continuasse perplexo com o contexto da política estratégica e frustrado com as consequentes limitações operacionais. Rich e a equipe dele, dedicados exclusivamente à AQ, estavam ainda mais frustrados. Rich vivia me dizendo que a AQ atacaria novamente. Quase diariamente, Rich salientava: precisávamos fazer mais.

Conversei de novo com Cofer sobre enviar equipes de operações especiais dos EUA e grupos táticos da CIA ao interior do Afeganistão no encalço da AQ. Isso nos permitiria recolher inteligência mais exata, verificável e constante. Esse destacamento, é claro, também nos daria os meios para trabalhar em conjunto com nossos parceiros afegãos para alvejar OBL com força letal. Esses destacamentos, prioritariamente missões de coleta de inteligência, poderiam facilmente ser expandidos e reforçados para um ataque direto de grupos táticos contra o inimigo. Agora podíamos justificar isso, argumentei, pois tínhamos o *Predator* como plataforma de inteligência para apoiar nossa missão em terra.

Cofer, num misto de exasperação e paciência, me explicou que isso não ia acontecer. Havia insuficiente vontade política. O risco era muito alto, de uma perspectiva política pública. Imaginem as manchetes pré-11/9: “CIA assassina militante saudita no Afeganistão”. Devagar, comecei a entender que mesmo se tivéssemos a localização exata e verificável de Bin Laden, não havia garantia de ataque letal.

Percebi que armar o *Predator* era talvez nossa única oportunidade de cumprir nossa missão letal. Clark, Allen e Cofer articularam com vigor nesse sentido.

A disputa burocrática foi repulsiva. Muitos resistiam à ideia de que a CIA pudesse ter tamanha capacidade e autoridade letais. Pavitt era terminantemente

contra, acreditando que o perigo político para a CIA superava em muito as vantagens. Muitos militares encaravam isso como uma invasão da CIA ao território deles. Advogados da Casa Branca, do Ministério da Justiça, do Ministério da Defesa e da CIA debatiam-se com uma diversidade de problemas.

Enfim, Clarke, Tenet, Allen e Black com persuasão conseguiram apoio. Rich e eu observávamos de nosso ponto de vista operacional, testemunhando em primeira mão a brutalidade da política de ações encobertas em Washington. Tinha a ver com dinheiro, autoridade e poder. Também tinha a ver com os riscos: quem correria e quem não.

Enfim, a decisão foi tomada. Equiparíamos o *Predator* com armas.

Agora a tarefa recaía sobre Rich, Alec e a equipe deles, com o objetivo de desenvolver essa nova ferramenta bélica. Que tipo de armamento poderia ser afixado a um *Predator*? O que poderia ser empregado com precisão? Como combinaríamos sensor e acionador num sistema único? Como estabelecer a fusão entre inteligência e guerra?

Alec sugeriu uma bomba, algo equivalente ao poder cinético de um míssil teleguiado, para destruir os centros de comando/controle/comunicações da AQ que o CTC havia identificado. Mas tecnicamente isso não funcionaria. Além do mais, a Força Aérea não tinha sistema de armamento que cumprisse os requisitos do CTC para o *Predator*.

Rich e Alec consultaram especialistas da CIA, inclusive uma experiente e calada senhora, já provavelmente vovó. Mas também especialista em balística terminal. Tranquilamente explicou os efeitos da sobrepressão da detonação e da fragmentação. Suplementou sua instrução com apresentações em *power point* ilustrando o raio de ação de certas ogivas. Alec e a equipe dele os chamaram de slides de *bug splat*.⁵ Carinhosamente apelidaram-na de “Viúva Negra”.

As opções de munições minguaram até uma apenas: o míssil Hellfire. Desenvolvido para helicópteros de ataque operando contra carros de combate blindados terrestres, o míssil havia comprovado sua eficácia em combates ao longo dos últimos 15 anos. Pesava pouco mais de 45 quilos e podia ser instalado

sob cada asa do *Predator*. A ogiva de nove quilos era considerada adequada para alvos fixos como salas específicas, veículos e missões antipessoais.

Mas o Hellfire não era um armamento da Força Aérea. Era propriedade do Exército. Isso criou outra série de desafios.

A esta altura, em dezembro de 2000, tempestades de inverno tinham deteriorado o tempo de voo. Por isso, remanejamos os *Predators* para os EUA, a fim de reconfigurá-los e testá-los com o Hellfire.

Devido à patente do Exército, Rich e Alec recorreram ao Arsenal Redstone do Exército, onde descobriram um engenheiro mecânico apaixonado por explosivos. Adequadamente chamado de Chuck “Boom Boom” Vessels, ele mesclava sua paixão com um aguçado intelecto aprimorado no MIT, onde, participando do programa Sloan, ele concluiu Mestrado em Gestão Científica e Administração Empresarial.

Trabalhando com a Força Aérea dos EUA, Boom Boom idealizou, sem qualquer esforço, a melhor configuração para o Hellfire. Quando eu o conheci, pensei que ele podia facilmente ser confundido com um mecânico de fundo de quintal ou um guia de caça, em razão de seu evidente estilo silvestre. No nível cultural, ele e eu instantaneamente nos entendemos. Tecnicamente, após alguns minutos ele entrou em minúcias que não entendi. Mas consegui apreciar o básico e sua confiança. Não havia dúvida de que o Hellfire funcionaria. Boom Boom muitas vezes proclamava:

— Nunca enfrentei um problema que não pudesse ser resolvido com a quantidade certa de explosivos.

A Força Aérea dos EUA tinha programado executar testes para VANTs armados entre 2004 e 2005, mas por solicitação da CIA, acelerou o cronograma. O general John Jumper da Força Aérea tinha sido o defensor dessa tecnologia na Força Aérea. Sua visão e liderança exerceram um papel crucial na evolução de nosso programa. Em 16 e 21 de fevereiro de 2001, numa base confidencial da Força Aérea dos EUA, os primeiros disparos experimentais acertaram os alvos.

Na década seguinte, o SANT proliferaria como ferramenta de coleta e, frequentemente, plataforma de armamento. Por volta de 2011, certos

especialistas, numa vigorosa defesa do emprego de *Predators* armados pelo presidente Obama, observaram que ataques com aeronaves não tripuladas tinham se tornado um recurso fundamental da política de segurança nacional. Alguns técnicos definiriam o *Predator* armado como o armamento de maior precisão na história das guerras. Em 2001, nem imaginávamos essa situação. Apenas queríamos verificar nossa HUMINT, um modo de empregar nossa inteligência e eliminar OBL.

Em poucos meses, Rich, Alec e seu bando subversivo de antiburocratas empenhado em cumprir a missão, operando no seio da colossal e vagarosa organização de segurança dos EUA, havia concebido e produzido um VANT armado. Para obter sucesso, esses agentes também confiaram na liderança interagências de um visionário general da Força Aérea, um impetuoso czar antiterrorista da Casa Branca, um determinado almirante do Pentágono, um diretor associado da Inteligência Central e o chefe do antiterrorismo da CIA. Eles afivelaram um armamento do Exército numa plataforma da Força Aérea, tudo sob o comando da CIA.

Mas a disputa política imediatamente tornou-se mais difícil, quando o Ministério da Defesa (DOD) e a liderança da CIA perceberam o que o CTC tinha em mãos. O DOD queria o controle. Esse era um novo instrumento de guerra, e, portanto, atribuição do DOD, eles alegaram. Alguns líderes da CIA, como Pavitt, queria que o DOD assumisse o VANT armado. Por que a CIA correria o risco? Numa reunião, Pavitt declarou que não estava no ramo de assassinatos e não queria nada com o *Predator*.

Allen, Cofer, Rich e eu argumentamos a favor de manter o sistema de armamento, que dependia inteiramente de nossas informações. E, sinceramente, queríamos ser responsáveis pela destruição da AQ. Essa missão era nossa, missão que ninguém mais parecia querer. Precisávamos de todas as ferramentas possíveis.

A Casa Branca ordenou: o CTC manteria o *Predator*. Mas isso não pôs fim à acirrada disputa interagências sobre quem tinha a autoridade de acionar o gatilho. A CIA tinha certas autoridades letais atribuídas pelo presidente, mas o

DOD fez nova investida, dizendo que eles tinham mais autoridade no assunto. Os advogados debateram. Enfim, os líderes políticos decidiram que agentes do quadro da CIA, no mínimo, precisavam ter a capacidade. Alec, que a essa altura já havia sido convertido em funcionário da CIA, e outros no CTC participaram de treinamento no sistema, até dominar os protocolos de ataques de alvos. Isso incluía exercícios de simulação na sala de reuniões do diretor Tenet. Aprenderam a operar o interruptor que lançava os mísseis Hellfire. Apelidaram o interruptor de “botão de símio”, pois até mesmo um símio podia operá-lo.

O embate burocrático sobre o controle do “botão de símio” continuou até 11/9, quando o presidente Bush o passou à CIA.

O *Predator* continuou a patrulhar o terreno pelos céus do Afeganistão durante o primeiro semestre de 2001, mas OBL não foi mais avistado novamente com clareza. O *Predator*, equipado com uma série de sensores, impulsionou nossa inteligência sobre a AQ e o Talibã, inclusive sua ordem de batalha e seus comandos/controles/comunicações. Também aprimoramos nossas capacidades de SIGINT. Toda essa coleta técnica complementava nossas redes de HUMINT em expansão.

Por volta de setembro de 2001, o CTC tinha mais de 100 fontes humanas operando no Afeganistão, através de cada província e cada tribo. Isso incluía penetrações no Talibã e em redes de apoio da AQ. Tínhamos *Predators* desarmados e armados em voo. Tínhamos outros sistemas de coleta técnica em funcionamento. Conhecíamos o Afeganistão, amigos e inimigos. Com o escopo e a integração de fontes técnicas e humanas, estaríamos prontos.

Destacamento... Reduzido

Desde setembro de 1999, Cofer, Rich e eu havíamos dirigido uma série de missões sequenciais no vale do Panjshir, no Afeganistão, sinuosa faixa de terra em meio a encostas montanhosas quase verticais, dominada por nosso aliado Ahmed Shah Masood e sua Aliança do Norte. O vale do Panjshir abria-se nas planícies de Shomali, que se estendiam até 60 quilômetros de Cabul. Rich tinha conduzido a primeira equipe até o Panjshir. Precisávamos aprofundar e expandir nossas redes de contatos no interior do Afeganistão. Projetamos cada destacamento sequencial para aperfeiçoar nosso auxílio, fortalecer a confiança de nossos aliados afegãos e compreender melhor a Al Qaeda por meio de operações mais avançadas de HUMINT e SIGINT.

Eu viajara através da Ásia Central e ao longo das fronteiras com o Afeganistão, no norte e no leste, mas nunca tinha entrado em território afegão. Era o momento de ir e me encontrar com nossos aliados afegãos em seu próprio chão, para compreender melhor a nossa missão e nossas necessidades coletivas. Eu seria o agente da CIA de posto mais alto a visitar o Afeganistão em uma década. Eu queria Greg, com suas habilidades paramilitares e excelente capacidade de comando, ao meu lado. Planejávamos partir em setembro de 2000.

No começo de agosto, Greg e eu reunimos uma equipe de oito pessoas para uma semana de curso relâmpago em treinamento tático. Tivemos uma dose completa de navegação terrestre, primeiros socorros em combate, familiarização com armamento estrangeiro, pilotagem/acidentes e aulas de tiro.

Nosso treinamento enfatizou evitar o conflito e, em caso de ataque ou emboscada, a autodefesa. Enfatizamos a ação furtiva e, quando isso falhasse, nos concentramos em nos desvencilhar dos problemas. Treinamos com força letal para nos proteger e nos permitir escapar da zona de morte, sair do “X”. Não estávamos nos preparando para uma ação tática de assalto, mas para uma missão de inteligência num ambiente perigoso. Se as circunstâncias exigissem o uso de armas para escapar de uma situação difícil, nós as usaríamos. Isso explica nossa

terminologia “atirar e sair em disparada”.

Operamos veículos para combate ou fuga. Pilotamos e manobramos a altas velocidades. Evitamos bloqueios de estradas que às vezes exigiam abrir caminho batendo em cancelas ou em outros veículos. Um carro suporta uma quantidade incrível de danos e ainda continua rodando. Combinamos táticas de pilotagem e disparos com armas portáteis, utilizando nossos veículos como proteção. As rodas e o bloco do motor ofereciam a melhor proteção contra projéteis de alta velocidade. Entramos e saímos de nossos carros enquanto sacávamos e disparávamos armas.

Praticamos com uma variedade de armamentos portáteis, inclusive modelos estrangeiros, em especial o AK-47 e a carabina SKS. Nossas equipes no Afeganistão portavam AK-47, devido à disponibilidade local de munição e ao perfil local. Qualquer indivíduo carregando e utilizando um M-4 de fabricação dos EUA imediatamente seria identificado como não nativo. Nossa dissimulação era inexistente para os aliados locais, mas não queríamos alardear nossa presença nem sermos facilmente identificados pelo inimigo por carregar uma arma diferente.

Treinamos, sim, com nossas armas preferidas de porte escondido. Nas raras vezes em minha carreira na agência em que portei uma pistola, usei uma Browning Hi-Power 9 mm ou minha própria Browning.380, que era mais compacta e fácil de enfiar embaixo da jaqueta ou colete. Durante esse curso, experimentei várias novas pistolas e escolhi a Glock 9 mm, fabricada na Áustria principalmente com material composto. A única peça metálica era o cano. Em cinco dias disparei 2 mil balas, sem falhas ou emperramentos. Nunca mais peguei a Browning Hi-Power.

Eu conseguia dirigir e atirar com perícia e confiança, fato não surpreendente para quem fazia as duas coisas desde adolescente. Eu sabia ler mapas com facilidade incomum. Meus outros talentos eram rudimentares, por isso sempre levava junto vários rolos de fita isolante. Com isso você conserta quase tudo: jaquetas rasgadas, mangueiras de radiador furadas ou sangramentos de membros.

O curso relâmpago teve pleno êxito, mas eu permanecia perplexo com o

ambiente de treinamento: a clareira de uma floresta de coníferas do leste dos EUA. Por que não treinamos em pleno deserto das Montanhas Rochosas, no oeste? Algum lugar parecido com o Afeganistão? O local não realista fazia pouco sentido, exceto talvez por questão de conveniência ou orçamento.

Contei a Cofer. Ele concordou que o local de treinamento era inadequado. Em seguida mandou que eu parasse de choramingar.

No fim de agosto, Pavitt abortou a missão. Em resposta a uma recente inspeção técnica que questionava a confiabilidade dos helicópteros *MI-17* da Aliança do Norte do Afeganistão, ele decidiu que o risco era muito alto. E tinha razão. Os velhos e precários helicópteros eram uma armadilha voadora mortal. Era de se admirar que a equipe de Rich e as equipes seguintes não tivessem se acidentado. Mas havíamos utilizado qualquer meio de transporte que fosse necessário na época.

Passei a procurar outras opções. Sugeri que usássemos nossas próprias aeronaves, em vez de confiar na Aliança do Norte como nas missões anteriores. Não, não queríamos mostrar a presença dos EUA, respondeu Pavitt. Então sugeri infiltração terrestre. Lá era verão, e as passagens das altas montanhas estariam abertas durante várias semanas mais. Expliquei que ONGs como a *Médicos Sem Fronteiras* utilizavam as trilhas que iam do Tadjiquistão até o Panjshir. Com um mapa topográfico, marquei por onde podíamos nos infiltrar. Observei os riscos aos interesses dos EUA e nossa responsabilidade de proteger a nossa nação. Salientei que nossos colegas afegãos nos esperavam e que precisávamos cumprir o combinado. Meus argumentos foram inúteis. Viagem cancelada. Na defesa de meu ponto de vista beirei a insubordinação, mas recuperei o equilíbrio e me despedi com uma continência.

Em nossas conversas privadas, porém, Cofer, Rich, Greg e eu ficamos nos perguntando como voluntários da saúde tinham mais coragem que a CIA.

A incapacidade de viajar ao Afeganistão era inaceitável, e acabei convencendo Cofer a comprar um helicóptero *MI-17*. Com nossa própria aeronave, sob nossa manutenção e controle, teríamos os meios e a flexibilidade necessários para levar a cabo as nossas missões. Foi muito mais difícil

convencer nosso Sétimo Andar, mas prevalecemos.

Comprar o *MI-17* não foi difícil, mas a camuflagem e as providências logísticas, seguidas da entrega do helicóptero no teatro de operações, duraram vários meses. Nosso helicóptero ficou pronto a tempo de ser utilizada na resposta ao 11/9. Nosso *MI-17*, com o novo número pintado na cauda, “11-9”, transportaria nossa primeira equipe Jawbreaker ao Afeganistão.

USS Cole

Dois meses após o diretor adjunto cancelar nossa viagem ao Afeganistão, a AQ atacou e quase afundou o *USS Cole* no porto de Aden, no Iêmen. Data: 12 de outubro de 2000. Naquele dia claro de águas tranquilas, dois terroristas da AQ pilotaram um pequeno barco com motor de popa rumo ao alvo. Ficaram em posição de sentido na hora em que sua embarcação, repleta de explosivos, se chocou no meio da lateral do casco do destróier. A explosão abriu um rombo de doze metros de comprimento, a poucos centímetros da linha da água. Os estilhaços deixaram dezessete marinheiros mortos e 39 feridos.

Entrei na sala de Cofer assim que fiquei sabendo do ataque.

— Estou levando uma equipe ao Iêmen — declarei.

— O.k. Leve quem você precisar — respondeu ele.

No CTC reunimos um pequeno grupo de resposta composto por especialistas da CIA, inclusive um SEAL da Marinha emprestado à CIA. Além de outros deveres, ele atuaria como meu guarda-costas competente. A equipe incluía dois agentes com árabe fluente. Um tinha etnia árabe e soberbas habilidades interpessoais. O outro era um agente extremamente perspicaz, com várias excursões no currículo, e que aprendera árabe em menos de um ano. Anos mais tarde, ele seria promovido até se tornar o segundo na hierarquia do Serviço Clandestino. Nossa equipe também incluía dois agentes técnicos especializados em resposta a crises.

Cofer me contou que John O’Neil comandaria um grande contingente do FBI. O promotor federal do distrito sul de Nova York enviaria um representante. O CENTCOM escalou o general Gary Harrell para viajar ao Iêmen. Ele havia comandado a unidade DELTA na Somália, durante a intervenção de 1993.

A Embaixada dos EUA situava-se em Sana. Não havia consulado ou qualquer outra instalação do governo dos EUA em Aden, rústica cidade portuária na ponta sul da península saudita que se estendia Golfo de Aden adentro. Rapidamente, o Ministério das Relações Exteriores instalou um centro de comando num hotel

local. A embaixadora dos EUA em Sana era Barbara Bodine, diplomata veterana.

Todos nós chegamos a Sana ao mesmo tempo e ocupamos dois andares do hotel. Com cada agência dos EUA seguindo sua própria agenda e uma mistura de líderes teimosos reunida, a confusão reinou. Além do mais, algumas autoridades do Iêmen pareciam mais preocupadas com a presença dos cem investigadores do FBI, todos armados, no país deles, do que com a AQ. Instruí nossos técnicos para fazer uma varredura no hotel e no outro local onde se hospedava o pequeno exército do FBI. Não demorou muito. Os iemenitas tinham grampeado o quartel-general do FBI. Informei O'Neal, que oscilou entre o constrangimento e a fúria. Falei para ele relaxar, observando que o FBI teria feito isso ou pior se Nova York fosse invadida por um contingente iemenita armado.

Em seguida, a embaixadora Bodine e O'Neil travaram uma odiável batalha política sobre as autoridades operacionais. Expliquei a O'Neil que não estávamos em Nova York, e ele não podia agir como se estivesse lá. A embaixadora dos EUA atuava como representante do presidente e podia nos expulsar do país. Por fim, a rusga tornou-se pública, para o delírio da imprensa. A embaixadora Bodine acabou restringindo a atuação do FBI no Iêmen.

Apesar desse ambiente político desfavorável, as equipes operacionais logo se integraram. Trabalhando 24 horas por dia, a investigação evoluiu. Os iemenitas nos forneceram algumas informações cruciais, pois várias autoridades responsáveis compreenderam que essa era a melhor alternativa para o interesse da nação. Não queriam a AQ no território deles. Outros eram mais ambivalentes, o que exigiu consultas silenciosas e a mistura exata de benefícios e ameaças. Nossos falantes do árabe, inclusive um agente especial do FBI, articularam o relacionamento com eficácia e paciência. Juntamos dados de viagens, fichas de imigração e relatos testemunhais. Começamos a identificar os perpetradores e a conectá-los com o Afeganistão.

Num levantamento da área, encontramos o posto de observação onde a AQ tinha gravado o ataque. Inspecionamos o local. Era uma casa inacabada de vários

pisos, feita de blocos de concreto brutos com ferros de construção salientes. O inimigo havia dormido e feito refeições ali, no nível superior. Lixo jogado no chão. Urina num canto da casa em construção. Senti o fedor. A vista do terraço era perfeita. Com uma perspectiva desobstruída do porto, o inimigo tinha assistido enquanto seus camaradas assassinavam nossos marinheiros compatriotas.

Dois dias depois, lá estava eu ao lado do capitão Kirk Lippold, no tombadilho inferior de seu navio. Fitamos o buraco retorcido na linha de água da embarcação, por onde se via o azul cristalino da água. O capitão contou a reação heroica de sua tripulação, salvando e tratando os feridos e recuperando os corpos. Por um triz, a tripulação conseguira impedir que o navio afundasse. Estabilizaram o navio estruturalmente. Lavaram as manchas de sangue e os sinais de violência salpicados nas anteparas. Posicionaram sentinelas com fuzis automáticos ao longo da amurada do tombadilho superior.

Não havia sentinelas no dia do ataque. Não houvera aviso nem inteligência específica. Não houvera regras claras e suficientes sobre como proceder mediante a aproximação de um bote tripulado por dois nativos aparentemente desarmados. Para a Marinha dos EUA, esse ataque parecia não só improvável, mas impossível.

O inimigo entendia táticas de guerra assimétrica. Nós, não.

No tempo em que estive nas entranhas abertas do *USS Cole*, conjecturei que um ato de guerra tão gritante nos impeliria a responder com força apropriada. O governo dos EUA fracassara em responder de algum modo significativo aos ataques anteriores da AQ, como os atentados a nossas embaixadas no Quênia e na Tanzânia, há dois anos. A ordem do presidente Clinton de lançar esparsos mísseis teleguiados ao Afeganistão e ao Sudão teve impacto ínfimo.

Se aquela pífia resposta resultou em algo, foi deixar o inimigo mais audaz. E o que dizer daquelas muitas outras operações da AQ desmanteladas pelos EUA e nossos aliados? As intenções do inimigo já estavam claras; agora ficavam ainda mais. Sem dúvida, o orçamento para inteligência cresceu, e o presidente autorizou algumas medidas limitadas de ações encobertas, mas o governo dos

EUA parecia fraco e atarantado no nível político. Nossos líderes não sabiam o que fazer. Eu achava que era guerra. George Tenet declarou isso num memorando de 1998. Desta vez, seria diferente, pensei. Os EUA contra-atacariam. Agora perseguiríamos a AQ em sua zona de segurança: o Afeganistão.

No fim daquela tarde, de volta ao posto de comando temporário em Aden, enviei uma mensagem por cabo telegráfico ao quartel-general da CIA. Na condição de agente sênior, minha responsabilidade ia além de apoio de inteligência ao Ministério de Relações Exteriores, ao FBI e aos militares dos EUA. Por isso, escrevi diretamente a Pavitt e Cofer sobre as consequências políticas desse ato terrorista. Era guerra. O governo dos EUA não tinha outra escolha a não ser perseguir o inimigo. A CIA precisava se preparar para apoiar o presidente e os militares em nosso contra-ataque.

Errei feio. Não fizemos nada, à exceção de indiciar meia dúzia de membros da AQ. No Afeganistão, a AQ permaneceu ilesa e intocada.

A administração Bush

Em janeiro de 2001, a administração Bush assumiu o governo e se concentrou nas ameaças de Estados e nações, praticando o que mais parecia uma diplomacia de estilo Guerra Fria, em vez de combater agentes não estatais, como a AQ. Enfatizaram a defesa com mísseis e outros respeitáveis sistemas de defesa, deixando de lado o árido antiterrorismo. Do ponto de vista operacional, detectei pouquíssimas diferenças em relação à administração Clinton. Se havia uma diferença, porém, era que a nova equipe da Casa Branca parecia ter ainda menos interesse pela AQ.

A nova administração declarou que revisaria nossa estratégia contra a AQ, mas parecia ganhar menos prioridade que outros assuntos. Que eu me lembre, a única consulta específica da Casa Branca sobre a AQ relacionava-se sobre uma aliança entre a AQ e o Iraque. Uma analista do CTC a mencionou para mim no segundo trimestre de 2001.

— O gabinete do vice-presidente quer informações sobre a aliança entre OBL e Saddam Hussein — observou ela.

— Que aliança? — indaguei.

— O vice-presidente perguntou sobre a aliança entre a Al Qaeda e o Iraque. Eles estão cooperando e, caso positivo, de que modo?

— Esta é a pergunta mais sem cabimento que escutei nesta semana — respondi para a analista.

— Quer que eu diga isso ao vice-presidente? — indagou a analista.

— Hum... melhor, não — respondi.

No segundo semestre daquele ano, após três anos trabalhando com antiterrorismo, primeiro no FBI e depois no CTC, cansado da politicagem de Washington, D.C., ávido por operações de campo, aceitei uma missão em terras estrangeiras, no cargo de chefe de uma das melhores bases da CIA do mundo. Greg assumiu uma posição no sul da Ásia. Cofer, Ben e Rich permaneceram no CTC.

Afeganistão: Estratégia

*Em todos os combates, o método ortodoxo pode ser utilizado para travar a batalha, mas
métodos heterodoxos serão necessários
para garantir a vitória.
Sun Tzu, A arte da guerra*

A nova atribuição era ainda melhor do que eu esperava, tanto em termos profissionais quanto familiares.

Tínhamos nos mudado recenetemente de um apartamento provisório para nossa nova casa. A poucas quadras da escola de nossos filhos, a casa era praticamente perfeita, com cômodos amplos, aberturas vastas e luz à vontade. O belo jardim envolvia a pequena piscina. A cozinha espaçosa e moderna acomodava facilmente nossos filhos e seus novos amigos, que logo descobriram a conveniência de comida próxima e labradores adoráveis.

Tínhamos retirado nossos dois labradores do canil, após a quarentena obrigatória. Seis anos antes, eu os comprara de um fazendeiro africano por 25 dólares cada. Desde que os adquirimos, vínhamos investido vários milhares de dólares em tarifas aéreas, transportando-os mundo afora. Valeu cada centavo. Nossos filhos os amavam intensamente.

Nossos móveis e pertences tinham chegado dois dias antes. Caixas, algumas desempacotadas apenas pela metade, espalhavam-se pela casa. Na semana seguinte, nossos veículos chegariam. Estávamos nos instalando para um período de quatro anos.

Eu dormia quando meu cunhado me ligou de Nova York.

— Liga a tevê — mandou ele.

— Sim, o.k. Tudo bem com você? — indaguei enquanto tateava pelo controle remoto. Cindy sentou-se apumada ao meu lado.

— Não sei bem. Parece feio. Já está vendo? — indagou.

— Sim. Eu te ligo mais tarde.

— O que houve? — perguntou Cindy.

— Seu irmão ligou. Olhe — mostrei a tela com um gesto.

Assistimos à fumaça saindo do buraco de uma das torres gêmeas do World Trade Center. Sentamos à beira da cama, bem perto da tela. Poucos segundos depois, o segundo avião colidiu com o outro prédio.

— Ai, não, não — disse ela.

— Al Qaeda — respondi.

Assistimos com os olhares fixos na tela. Muitos e demorados minutos depois, vimos as torres desabarem.

Tentei calcular o número de pessoas nos prédios e quantas estariam mortas. Fiquei me perguntando onde estaria meu amigo John O’Neil, recentemente aposentado do cargo de Diretor Associado Responsável de Nova York, que começara a trabalhar como chefe de segurança da autoridade portuária das Torres Gêmeas. Mais tarde fiquei sabendo que ele comandou a evacuação e, ao voltar ao prédio para salvar mais pessoas, morreu quando a estrutura sucumbiu em cima dele e de muitos outros.

A tevê continuava a transmitir notícias fragmentadas do ataque ao Pentágono e do jato sequestrado que caíra na área rural da Pensilvânia.

Como a AQ havia executado essa operação? Quando e onde seria seu próximo ataque?

Minha esposa, veterana de muitas temporadas no exterior e muitas incertezas, e eu percebemos que isso era completamente diferente. Toda a conjuntura do risco havia sido sacudida, com consequências vastas se espalhando em todo o globo. Não era um abalo isolado, mas sim uma mudança nas placas tectônicas geopolíticas. Cindy perguntou:

— O que vamos fazer?

Durante anos, os avisos estratégicos da CIA haviam sido ignorados pelos nossos comandantes políticos. Agora, o governo dos EUA não tinha outra escolha senão responder. O epicentro da AQ era óbvio.

Respondi:

— Vamos ao Afeganistão.

Vesti-me e conferi as crianças. Sono profundo. Os cães se mexeram. Afaguei suas cabeças suavemente, e os dois se acomodaram de novo em suas grandes camas forradas com colchonetes.

Fui até a base e comecei a ler a torrente de relatórios. Começou como um filete, mas em duas horas, transformou-se num jorro de relatórios multifontes. O CTC convocara todas as bases da CIA. Estávamos transmitindo as necessidades para nossos aliados, que tinham ativado suas redes. Sem saber onde seria o próximo ataque, sem saber quem tinha as partes que faltavam nessa trama horripilante, aconteceu uma corrida global por inteligência.

Na manhã seguinte, o novo embaixador dos EUA, que havia assumido o cargo poucos dias depois que eu, veio a meu escritório.

— Quem está por trás disso? — quis saber ele.

— Al Qaeda. Bin Laden quer provocar a retaliação dos EUA contra os muçulmanos. Quer nos ludibriar. Quer nos incitar a participar de sua guerra contra os regimes muçulmanos que ele considera corruptos. E muitos são mesmo. Quer criar e governar um califado islâmico transnacional que se estende do Marrocos até a Indonésia, e talvez além.

— De que modo esse ataque contra nós lhe ajuda a atingir esse objetivo? — indagou.

— Houve uma discussão entre a Al Qaeda e grupos afiliados, em particular o Jihad Islâmico Egípcio (EIJ), quanto a atacar o “inimigo próximo”, ou seja, os regimes muçulmanos corruptos e ineficazes, ou atacar o “inimigo distante”, ou seja, o Ocidente e os EUA em especial, como maneira de gerar maior violência, maior tração, nos provocando. Ele quer os EUA travando guerras em terras muçulmanas para que a Umma, a comunidade muçulmana mundial, nos enxergue como invasores aliados de regimes muçulmanos corruptos. OBL acredita que isso vai reunir o povo muçulmano a seu redor, granjeando maior apoio popular contra o Ocidente e os governos da Arábia Saudita, Iêmen, Egito e outros. Sua estratégia é clássica: construir um inimigo externo para construir força política interna.

Alimentado por três anos de frustrações, eu só podia continuar o colóquio:

— Temos de nos contrapor a essa estratégia. Nosso foco deve ser a Al Qaeda e grupos afiliados. Temos de definir nosso inimigo de modo muito específico e estreito. Essa não é uma guerra dos EUA contra o Islã. É exatamente o contrário. Nossos aliados muçulmanos são os aliados mais importantes que temos. Temos de entrar em contato com eles, tranquilizá-los, dar-lhes poder e construir alianças com países da verdadeira fé islâmica. E não só com governos muçulmanos, mas com instituições e líderes muçulmanos de todos os setores. Esse conflito é contra a Al Qaeda, um agente não estatal. Temos de moldar alianças com outros agentes não estatais. Nós e nossos aliados muçulmanos devemos derrotar a Al Qaeda juntos.

— Isso inclui o clero muçulmano? — perguntou.

— Sim, senhor, e outros líderes muçulmanos, governamentais e não governamentais. Precisamos deles, e eles precisam de nós.

Ficamos ali sentados em silêncio por um tempo.

— O território de nossa pátria foi atacado. Fomos ultrajados. Mas isso não tem a ver conosco apenas. Não podemos fazer isso sozinhos — acrescentei.

Nos meus anos trabalhando no antiterrorismo, eu havia aprendido que a nossa coleta de inteligência e nossas ações encobertas dependiam de nossos aliados e agentes muçulmanos, e que nossas operações unilaterais serviam de complemento crucial. Um sem o outro não funcionava. Era uma mescla de coletas e ações multilaterais, bilaterais e unilaterais. Descobrir essa mistura certa também seria necessário nesse tipo de guerra.

O embaixador ficou ali sentado, imóvel. Novo silêncio. Correu o olhar pela minha sala parcamente mobiliada até me fitar. Fiquei curioso por saber se ele entendia minha perspectiva.

Como se lesse minha mente, ele disse:

— Entendi. Obrigado.

— Sim, senhor.

Nos próximos dois dias, o embaixador se encontrou com importantes líderes muçulmanos no país anfitrião. Dirigiu-se a uma transbordante multidão de

políticos nacionais. De modo brilhante, administrou nosso relacionamento de segurança nacional com nosso aliado, transpondo-o a um novo patamar.

Em setembro de 2001, nosso aliado mobilizou todos os seus recursos para ajudar: inteligência por meio de sinais, redes de fontes humanas, relacionamentos com aliados estrangeiros e suas forças militares, inclusive grupos táticos especiais que lutariam com valentia no Afeganistão. O chefe do serviço de inteligência exerceu um relevante papel de liderança. Também me forneceu orientação e se tornou um amigo dileto.

O sentimento do público local era poderoso. O terreno frontal da Embaixada dos EUA ficou coberto de coroas e ramalhetes de flores, trazidos por cidadãos da nação aliada prestando seu respeito.

Ao longo de vários dias, trabalhando com alianças, fiquei me perguntando se o QG me chamaria para ajudar. Cogitei de me voluntariar para retornar ao QG ou ir ao Afeganistão, mas decidi que seria presunção de minha parte. Eu acabara de chegar à minha base, no início de um importante período, e articulava a parceria de inteligência com um de nossos aliados mais importantes e valiosos. Minha missão atribuída era ali, e meu embaixador era um bom chefe.

Apesar disso, eu desejava que Cofer me procurasse. Imaginei que o diretor Tenet estivesse no vórtice do debate político e que o CTC estivesse lhe apoiando. O CTC sabia mais sobre a AQ em geral, e a AQ no Afeganistão, do que qualquer outra entidade no governo. O papel do CTC era crucial.

A ligação aconteceu, para minha residência, tarde da noite.

Na outra ponta da linha estava Enrique Prado, que me substituíra no CTC. Ele chegou aos EUA em 1957, aos seis anos de idade, fugindo do regime cubano de Castro. Após uma temporada na Força Aérea dos EUA, entrou no Serviço Clandestino da CIA e atuou corajosamente nas guerras encobertas da CIA na América Central durante a década de 1980. Ele começara a trabalhar contra a AQ em 1996. Altruísta e dedicado à missão, ele servia à pátria dos EUA com paixão intensa.

— Aqui é o Ric. Vá ao escritório. Ligue-me da linha segura — avisou.

Levei cinco minutos para chegar lá de carro, cinco minutos para passar pela

guarita de segurança e acessar o interior da base. A conexão da linha segura estava liberada.

— Cofer me pediu para ligar. Isso não é uma ordem. É uma solicitação. Vamos ao Afeganistão. Ele quer que você organize e comande a guerra. O diretor Tenet aprovou a escolha. Não preciso de uma resposta imediata, mas em breve. Pense no assunto — declarou Ric, à sua maneira sucinta, clara e direta. Ele falava do mesmo jeito que comandava suas operações, com foco e disciplina.

— Quando vocês me querem de volta?

— Pode pensar no assunto.

— Já pensei. Quando?

— O.k. Venha para cá o quanto antes, mas primeiro cuide de sua família.

— Vou reservar um voo e lhe informo. Agradeça a Cofer.

— Sim. E, Hank... todos nós aqui já sabíamos a sua resposta.

Fechei o escritório e saí caminhando do prédio. Senti o frio no rosto. O vento soprava. Mirei nossa grande bandeira, hasteada a meio pau, chicoteando forte ao vento, bem iluminada pelos holofotes. Desviei o olhar da bandeira e escrutinei o céu. Límpido. Estrelas tremeluziam. Fitei o universo em expansão, que acabara de se tornar maior.

Olhando novamente para a bandeira, orei com os olhos bem abertos e com uma intensidade que doeu.

— Meu bom Deus, abençoe as vítimas que morreram nessa tragédia. Abençoe suas famílias. Por favor, me dê força e sabedoria. Preciso do Senhor. Seja meu guia. Cuide de minha família. Cuide dos homens que vou comandar nessa guerra. Ajude-nos a destruir este inimigo traiçoeiro. Amém.

Naquele instante, a única coisa que se comparava à minha fé era meu ódio pela Al Qaeda. Eu queria matá-los todos.

A CIA e o presidente me concederiam a oportunidade, a honra e o privilégio de servir à nossa nação e destruir nossos inimigos, algo bem além dos meus mais ousados sonhos de infância.

Quartel-general

Poucos dias depois, aterrissei no aeroporto de Dulles. Começo da noite. Aluguei um veículo e fui direto ao QG. Após passar pelo principal portão de segurança, estacionei na vaga reservada de alguém, enveredei pela entrada central e rumei ao CTC.

O primeiro centro de comando da CIA para a Guerra do Afeganistão era uma sala diminuta sem janelas, repleta de mapas, fotos, livros e pilhas de documentos. Parecia mais o gabinete de um professor associado de uma pequena e parcamente financiada faculdade de artes liberais do que com a sala de uma guerra baseada em ações encobertas. Quatro agentes se reuniam em volta de um mapa do Afeganistão. Frank, o estrategista; Jack, o analista; John, o adjunto e eu.

Na semana passada, eu tinha escolhido John Massie como meu adjunto. Essa foi uma de minhas melhores decisões na guerra.

Ainda em terras estrangeiras, eu pedira a Prado uma lista de potenciais adjuntos. Ele mencionou que talvez John Massie estivesse disponível.

— Conheço o John. É um cara fantástico. Mas ele não se aposentou? — indaguei a Prado na linha segura.

— Mudou de ideia após o 11/9. Ignorou a ordem de evacuar o QG. Em vez disso, veio ao CTC nos ajudar. Agora está em Nova York. Ajudando a vasculhar os destroços.

O diretor ordenara que todos evacuassem o QG imediatamente após os ataques. Cofer desafiou a ordem, dizendo ao diretor que o CTC estava excluído dessa recomendação. Todos no CTC ficaram a postos. John também ignorou a ordem do diretor. Em vez disso, engavetou sua aposentadoria, marchou até o CTC e se apresentou como voluntário.

John e eu tínhamos conversado no corredor do QG da CIA, no começo daquele ano. Ele me contou sobre seus planos pós-funcionalismo público. Ele e a esposa Linda se mudariam para o sudoeste, comprariam e administrariam uma pousada rural. Na juventude, ele tinha sido guarda-florestal de um parque

nacional. A esposa era ótima amazona. O sonho deles era esse. Queriam ganhar a vida no lombo de um cavalo.

— Vasculhando os destroços? — ecoei.

— Vai querer ele? — Prado indagou.

Rapidamente percorri meu arquivo mental sobre John. Formado na Academia Naval. Grande atleta, ele havia competido nos campeonatos nacionais universitários como corredor de provas rápidas. Consumado marinheiro e engenheiro nuclear. Mais tarde fez um MBA. Trabalhou no setor privado. Entrou na CIA já maduro, mas rapidamente se destacou. Infiltrou grupos tribais à procura de terroristas. Em especial, perseguiu implacavelmente um assassino terrorista — com sucesso.

Mais tarde, ele executou outra missão de ação encoberta de âmbito global, e recebeu a Medalha do Diretor por sua realização. John era, de fato, um dos agentes mais condecorados da CIA, mas quase ninguém sabia sobre seu sucesso. Uma parte substancial de seu trabalho envolvia operações solitárias e sigilosas, trancadas a sete chaves devido à suprema confidencialidade. Por isso, apenas um punhado dos agentes mais antigos tinha conhecimento de suas façanhas.

John galgou posições na hierarquia até assumir a liderança em operações de campo. Pequeno feixe de músculos tensos e rápidos, brilhantismo intelectual, maestria administrativa, modos impecáveis e intensidade moral. O engenheiro minucioso que amava a precisão. Nunca esquecia detalhe nenhum. Raramente perdia a calma. Importava-se com todo mundo. Tinha tantas qualidades que eu não tinha. Era o complemento perfeito, o adjunto perfeito.

— Esse cara é o que preciso. Sim, eu o quero.

— O.k. Ele é seu — Prado respondeu.

Essa conversa telefônica tinha ocorrido há uma semana apenas.

Agora eu olhava para John, mirando o mapa. E relanceava o olhar para Jack, o discreto acadêmico transferido de uma missão antinarcóticos para nos ajudar. Ele entendia de redes e de processo analíticos; sujeito perspicaz, tímido e gentil que trabalhava incansavelmente.

Eu também fitava Frank, robusto e forte, suando em bicas enquanto sua mente

trabalhava em sobremarcha. A pessoa que mais entendia de ações encobertas e estratégia na Agência. Era uma contradição em termos. Rústico de berço e estilo, ele tinha um intelecto mordazmente sagaz, sutilmente elegante e aperfeiçoado com intenso rigor acadêmico. Com alegria se vangloriava de sua delinquência infantil, mas se recusava a mencionar suas façanhas de heroísmo profissional. Na juventude, salvara-se a si próprio alistando-se nos Fuzileiros Navais. Como agente da CIA na África, salvara uma cidade negociando a rendição de um exército corrupto a uma força rebelde invasora. No Serviço Clandestino, Frank adquiriu um reconhecimento silencioso por seus feitos heroicos.

Frank evoluiu com essas experiências e com os programas de ações encobertas que gerenciou nos anos 1990, programas bem mais complexos e melhor estruturados. Explorou a conexão entre inteligência e política. Experimentou e estudou os resultados. Quando aluno na Faculdade de Guerra, redigiu um tratado sobre a história das ações encobertas dos EUA e recebeu um prêmio acadêmico. Conquistou a reputação de estrategista arguto.

Sempre que nossos caminhos se cruzavam, Frank e eu trocávamos ideias sobre inteligência, ações encobertas e guerra. Mas nunca havíamos trabalhado juntos, não até agora. Agora ele era meu conselheiro estratégico, guru de ações encobertas e diretor de todas as nossas operações de informações no Afeganistão pós-11/9.

— Quais são nossos objetivos estratégicos? — perguntei a Frank.

— São três. Em primeiro lugar, temos de destruir a liderança da Al Qaeda. Segundo, temos de solapar suas zonas de segurança. Terceiro, temos de atacar as condições socioeconômicas e políticas exploradas pelo inimigo — respondeu Frank. Típico. Ele resumia assuntos e planos complexos em poucas e singelas frases declarativas.

— Onde estão nossos aliados? — indaguei mostrando o mapa. Eu tinha uma boa ideia, pois estivera trabalhando nesse problema nos últimos três anos, mas eu precisava de coordenadas exatas. Precisava saber onde largar nossas equipes, por onde começar e depois por onde prosseguir. Precisava saber os planos de nossos aliados afegãos, que com certeza estariam fragmentados e incompletos,

em decorrência de sua falta de recursos e de sua incapacidade e, com frequência maior ainda, seu desinteresse para se comunicar conosco e estabelecer cooperação mútua.

— Aqui — disse Frank, apontando o vale do Panjshir. — E aqui, ao sul de Mazar-e-Sharif. Talvez aqui, a leste de Herat. O povo hazara shia na província Bamian, a oeste de Cabul, talvez mereça atenção. Eles odeiam mesmo o Talibã.

— O sul é um problema, não é? — aponte para Candaar e a área circundante: o coração do Talibã.

— A-hã, mas Greg está em tratativas com Karzai, que é daqui — observou John, ao apontar para Tarinkot, cidade ao norte de Candaar.

Eu sabia que Greg estaria na luta. Imaginei qual seria seu relacionamento com Karzai. Líder tribal pashtun cujo pai havia sido assassinado pelo Talibã, Karzai seria fundamental para a estratégia no sul. Eu não sabia que Greg e Karzai já estavam tratando dos detalhes de sua ação militar.

— Talvez nossos aliados consigam controle suficiente no norte, mas precisamos do sul. Não podemos permitir que a Al Qaeda tenha uma zona de segurança no sul, nem seja lá onde for. E precisamos evitar uma guerra civil afegã, com os talibãs pashtun contra o resto, um conflito norte-sul.

Estimei que os nossos aliados dominassem menos de 10% do país. Talvez tivessem influência e acesso a outros 10%. O Talibã e seus aliados tribais dominavam o restante. Concentrei-me em nossos aliados afegãos. Eu sabia que eles seriam essenciais para a vitória. Só eles compreendiam o terreno, só eles podiam recrutar outros afegãos para colaborar conosco, só eles podiam penetrar o Talibã em todos os níveis e só eles podiam agir imediatamente.

Os militares dos EUA sabiam pouco sobre o Afeganistão, pois não existia ameaça convencional. E nossas forças militares eram extremamente convencionais. Levariam muitos meses para mobilizar qualquer força respeitável. O quadro paramilitar da CIA era composto de apenas poucas dezenas de pessoas, e nem todos eles eram adequados para essa missão. Para andar rápido, e isso era crucial considerando a ameaça de outro ataque em território pátrio, nosso sucesso dependia do sucesso de nossa aliança com os

afegãos.

— Schroen e sua equipe Jawbreaker já estão no Panjshir. Precisam de algo? — indaguei.

— Sim, eles acabam de chegar. Estão bem agora, mas logo vão precisar de mais dinheiro, mais munição, mais homens, mais tudo. Aqui no QG, temos de construir uma equipe de gestão e suporte, uma equipe de relatório e análise, uma seção de direcionamento e várias equipes operacionais para serem enviadas — afirmou John.

— Então faça isso. John, você e eu temos de aprovar cada líder de equipe e cada adjunto de equipe para atuar a campo e no QG. Precisam ser complementares entre si. Precisam ser capazes de tomar decisões, as decisões certas, com rapidez. Isso tem a ver com lideranças. Tem a ver com diligência e precisão. Esta rede deve ser horizontal e dinâmica.

Eu sabia que se não escolhêssemos os agentes certos, as equipes fracassariam, talvez nem sobrevivessem.

Essa foi a primeira noite. Na manhã seguinte, após duas horas de sono, eu já estava na sala de Cofer. De vulto imenso, no tamanho e na atitude, falava com energia e acenava as mãos enormes no ar para frisar uma questão. Às vezes batia na mesa com a palma da mão.

Narrou como havia alertado a consultora de segurança nacional Condi Rice em julho sobre a iminente ameaça da AQ, sem obter resposta dela ou de outros na Casa Branca. Em seguida, Cofer descreveu como ele e Tenet orientaram o presidente e o Conselho de Segurança Nacional há poucos dias, logo após o 11/9. Foi nessa ocasião que proferiu sua famosa frase sobre as “moscas nos globos oculares”¹ para convencer o presidente Bush a nomear a CIA como líder da reação, jogando de modo teatral uma pilha de papel no chão. Encorajou, até mesmo desafiou de modo respeitoso, o presidente e toda a sua equipe de segurança a enfrentar o inimigo de frente. Cofer lhes assegurou que a CIA sabia como desferir esse ataque. Cofer e Tenet queriam tanto a autoridade quanto os recursos para travar a guerra. O presidente Bush lhes deu.

— Ninguém mais sequer pensou no Afeganistão. Ninguém mais na mesa tinha ideia do que acontecia. Ninguém mais — explicou-me Cofer.

Com certeza eu entendia isso, mas isso não explicava a coragem necessária para Cofer, com o apoio do diretor Tenet, de dar um passo à frente e assumir tamanha responsabilidade. Clausewitz, no clássico *Da guerra*, realçou que a coragem da responsabilidade valia mais que todas as outras formas de coragem. Sem esse tipo de bravura, não haveria liderança nem vitória. À minha frente, talvez, estava o melhor exemplo que eu já testemunhara. Sentia-me honrado por trabalhar para ele novamente.

A resposta de nossa segurança nacional foi realmente extraordinária. A Casa Branca buscou a orientação e a liderança de alguns agentes operacionais da CIA, na pior crise em território pátrio desde Pearl Harbor. Isso refletia a evolução da guerra, com o conflito assimétrico por agentes não estatais através de um campo de batalha global subvertendo o conceito de guerra dos EUA. Não havia exército nacional para o Pentágono combater.

Não havia empreendimento criminoso acessível que o FBI pudesse deter. Nenhum ministério estrangeiro equivalente com o qual o Ministério das Relações Exteriores se digladiasse. Não havia corporação internacional com a autoridade, o poder ou a compreensão para assumir esse desafio. Havia apenas um punhado de agentes da CIA que, durante anos, se inquietaram com esse problema. Sem outros voluntários para a tarefa, Cofer ofereceu-se para assumir o papel de protagonista.

— Cofer, eles realmente entendem o que estamos enfrentando? — indaguei.

— Não tenho certeza. O presidente provavelmente sim. Ele é mais sagaz do que a maioria das pessoas imagina e quer que a gente contra-ataque agora. Quanto a Rumsfeld, ele é um babaca que se importa mais com seu próprio poder do que com qualquer outra coisa. Mas enquanto o presidente estiver nos apoiando, estamos tranquilos. Neste exato instante, ele não tem mais ninguém.

— Obrigado por me convocar. Eu estava esperando — admiti.

Cofer me fitou incisivamente e apertou os lábios.

— Há dois anos escuto suas queixas sobre a zona de segurança do inimigo no

Afeganistão. Bem, agora a missão é sua. Falei ao Schroen que eu quero a cabeça de Bin Laden. Quero a cabeça do desgraçado numa caixa. Temos de destruir a Al Qaeda.

Eu o informei sobre nossos planos iniciais esboçados na noite anterior. Boa parte daquilo, na verdade, baseava-se em nosso trabalho prévio, em especial os esforços de Rich e sua equipe na unidade interdisciplinar dedicada a OBL, a Estação Alec.

— Temos de ser rápidos. Vamos perder homens, talvez muitos — adverti.

— Pode apostar nisso. E sabe duma coisa? Vá em frente. Não pare nunca, por alguém ou por algo. Entende? Está preparado para isso?

Ele não estava realmente fazendo perguntas, apenas declarações retóricas. Eu sabia que não devia interrompê-lo.

— Vou lhe fornecer seja lá o que você quiser e seja lá o que dispormos. Concentre-se na guerra e em seus homens. Você vai entrar no vale da morte com apenas um punhado de agentes. Esqueça o resto. Concentre-se no inimigo. Mate o maior número possível deles. Eu disse a Schroen que eu quero a cabeça de Bin Laden numa caixa. Entendeu? Elimine-os e deixe a política comigo — vociferou ele.

Não me dei ao trabalho de avisá-lo que ele já estava sendo repetitivo.

— E sem operações com codinomes pomposos, propaganda bélica ou comemorações de seja lá o que for. Faça as coisas com simplicidade. Entende?

Parecia que ele estava gritando, mas não estava. Seu rosto inteiro estava retorcido, corado e incrivelmente empolgado. Latia, vociferava, rosnava e cuspia tudo ao mesmo tempo. Pensei como é que ele fazia isso. Mas nunca duvidei da sua convicção. Após trabalhar com ele, aprendi a escutar com atenção. Suas percepções sensoriais políticas não eram apenas desenfreadamente intuitivas: eram aguçadas. Ele desenvolvera uma rara mescla de prudência e temor. Num instante ele evitava o conflito. No seguinte, precipitava-se contra as muralhas.

— Sim, senhor, eu entendo.

Calou-se. Quase suspirou.

— Vê se me avisa se precisar de algo — acrescentou.

— Pode apostar.

Eu o deixei ali sozinho em sua sala.

De volta à minha sala, abri um mapa e estudei o Afeganistão. Eu temia um novo ataque da AQ, talvez em nosso torrão natal, a qualquer momento. Tínhamos de agir com a máxima celeridade possível para atacar o inimigo e dismantelar suas forças. Esta era nossa melhor defesa: mover-se contra eles a grande velocidade, mas de um jeito que reunisse o máximo de afegãos possíveis contra a AQ e o Talibã. Recrutar, subverter, trespassar e contornar o Talibã: tudo para chegar até a AQ.

Nós, entretanto, não seríamos invasores. Isso jamais funcionaria. Em vez disso, seríamos o catalisador de um levante. Nesse contexto, tínhamos melhores chances de destruir o comando e controle da AQ e acabar com sua zona de segurança no Afeganistão. Somos insurgentes, apoiando insurgentes afegãos. Alvo principal: a liderança da AQ, especialmente OBL.

Massie entrou. Transmiti a ele uma versão truncada de minha conversa com Cofer. Ele rapidamente me atualizou sobre a escolha dos nomes e cargos.

— São as pessoas certas? — indaguei.

— Ah, vamos conseguir pessoal, mas talvez nem todos sejam os indicados.

— Como assim?

— Existem muitos voluntários. De fato, mais do que podemos absorver. Mas a maioria não tem as habilidades certas. Temos de juntar as combinações exatas de talento para fazer a coisa funcionar. Sabe, existem pouquíssimos agentes com todas as aptidões necessárias para esse tipo de missão. Aliás, pouquíssimas pessoas as têm.

Ele tinha razão, mas com uma grande e estratégica exceção. Quem fala os idiomas afegãos, entende o terreno, odeia a AQ e adora lutar? Os afegãos, é claro.

— Por isso que essa luta tem a ver com aliados afegãos nos ajudando a atingir nosso alvo final. Sabem que com Masood morto, e agora com o 11/9, este é o momento deles. Schroen relatou isso. Abdullah Abdullah, engenheiro Aref e Amarullah nos contaram. Precisamos de agentes e lideranças capazes de

potencializar e encorajar os afegãos com a estratégia certa, em coordenação com eles e no momento exato. Eles já têm o incentivo. Só precisamos ajudá-los.

John assentiu, mas não foi embora.

— O que mais? — indaguei.

— As divisões de linha, algumas delas, podem ser um problema. Temos o diretor Tenet nos apoiando, e também o chefe dos recursos humanos, Rob Richer, mas as divisões de linha não vão querer abrir mão de seus melhores agentes. Temos chefes de base do mundo todo e alguns outros excelentes agentes entrando em contato conosco. Todos eles não podem abandonar seus postos.

— Pegue os que melhor se adaptam a nossas necessidades. Trabalhe com Rob. E me avise se houver dificuldade para recrutar alguém que realmente precisamos. Daí eu vejo com o Cofer.

Massie me fitou com um olhar duvidoso.

— Olha, John, vamos conseguir as pessoas que precisamos, seja lá quem for. Trabalharemos o sistema, respeitosamente, mas uma vez só. Se o sistema atolar, bem, nós simplesmente os agarramos.

John, com um quê de espanto e ansiedade em sua voz, disse:

— Vai deixar algumas pessoas irritadas.

— Bem, nisso eu sou craque.

— Sim, você é.

Camp David

Final de setembro, manhã de sábado. Rodei no SUV preto blindado com o diretor Tenet até Camp David, a casa de campo do presidente. Eu nunca tinha ido lá, nem havia sido apresentado ao presidente Bush, que havia assumido o governo há apenas oito meses.

O presidente Bush, aparentando boa forma e descontração em seu traje casual, nos saudou calorosamente. Ele e o diretor Tenet começaram um bate-papo tranquilo, dom inerente à personalidade do diretor. Andy Card, educadamente, perguntou sobre meu histórico profissional. A consultora de segurança nacional, Condoleezza Rice, estava lá, irradiando um escudo silencioso e protetor ao redor do presidente. O vice-presidente Cheney me recebeu com um bom aperto de mão e um sorriso torto e discreto. Foi meu primeiro encontro com todos eles.

Todos foram educados e simpáticos com o óbvio neófito, que tinha peso político zero e apenas uma orientação operacional em relação à política. A aceitação de minha presença ali refletia a confiança que eles tinham em Tenet. Ao longo dos anos, eu havia demonstrado competência em operações de inteligência, tanto na coleta quanto em ações encobertas, mas esse era um novo universo. Num pulo, eu atravessara a fronteira entre operações e política, e logo percebi que não havia uma nítida linha divisória entre as duas. Existe um amplo e comum terreno em que o setor operacional e a política se sobrepõem, e onde as indistintas linhas fronteiriças podem mudar de posição. Às vezes, até evaporar.

A reunião foi informal, mais uma troca de ideias entre os participantes. Com múltiplos mapas em mãos, expliquei nosso plano atual para o Afeganistão. O presidente Bush fez a maioria das perguntas. Todas envolviam prazos e cronogramas. Eu não tinha a mínima ideia sobre o quão rápida ou lenta a guerra no Afeganistão se desenvolveria, exceto que as equipes da CIA já estavam no local ou a caminho. A rapidez era fundamental. Também expliquei que com melhores informações coletadas pelas equipes, conseguiríamos construir um panorama mais abrangente. Isso nos daria base para a tomada de decisões

envolvendo ações encobertas, ataques militares diretos e política.

Em seguida, um dos melhores analistas da CIA, Emile Nakhleh, descreveu o impacto ideológico da AQ no mundo islâmico. Criado na Palestina, com doutorado em ciências políticas, ele era uma das maiores autoridades no assunto do Islã político. Eu sempre ouvia atentamente suas exposições. E o presidente também ouviu.

Fiquei surpreso com a falta de dados oriundos do Ministério da Defesa durante a reunião. Não recebemos nada do Pentágono concernente a seus planos. Imaginei o que o ministro Rumsfeld e outros estariam dizendo ao presidente, já que o Pentágono não parecia ter um plano. Cofer tinha razão. Íamos travar uma guerra, e a CIA teria o comando.

Após a reunião, o presidente Bush acompanhou George e eu até o veículo. George ia uns passos à frente. O presidente tocou de leve em minhas costas e murmurou:

— Vá pegá-los.

— Sim, senhor.

Para mim, a simplicidade desse gesto e desse comentário foi a parte mais importante e memorável do encontro. O presidente dos Estados Unidos havia me dado uma ordem direta e clara de um jeito privado e pessoal. Foi, de certa forma, irreal. Esse gesto foi além do que qualquer agente operacional desejaria, precisaria ou mereceria. Sentime privilegiado, submisso e impetuosamente determinado.

Eu não podia evitar uma sensação de irrealidade em relação ao encontro, a todo o processo político e a como a guerra se desenrolava à nossa frente.

No veículo, George já mastigava um charuto úmido e deformado.

— Foi bom — comentou suavemente.

— Eles não têm muita gente além de nós, não é? — indaguei. Fiquei me perguntando o que eu não tinha entendido. Talvez houvesse algum plano paralelo em andamento. Eu continuava relutante em aceitar que a CIA tinha o papel preponderante, que eu tinha um papel de liderança.

— Sim, é verdade — disse George. — Cofer, você, seus homens...

Ele me fitou, ergueu as sobrancelhas e fez que sim com a cabeça. No ano anterior, eu viajara com o diretor numa longa jornada ao estrangeiro e aprendera a compreender suas muitas expressões faciais. Essa dizia:

— Não seja tolo. É tudo conosco. Vá e faça o serviço.

O charuto dele estava quase despedaçado, mas de algum modo não se desmanchava. Devia ser aquela saliva toda, calculei.

— Sim, senhor — respondi.

Mas, na verdade, eu pensava: “A defesa de nossa nação depende de Cofer e eu, sujeitos sem experiência militar e com apenas esparsas visitas ao sul da Ásia, e nunca ao Afeganistão. Tá brincando? Mas, Cofer, você, e agora o presidente dizem: ‘Vá!’. Então, vamos. Isso eu entendi. Com o máximo de vigor e rapidez, vá.”.

Eu já estava enfurecido com os ataques à nossa pátria. Agora eu estava fortalecido e estranha e absolutamente confiante na missão. Continuava cauteloso quanto à política, sobre a fronteira entre operações de inteligência e política. Tanto minha determinação quanto a cautela só cresceriam.

Poucos dias depois, imaginei que devia falar com Cofer. O risco político era um fator além de meu alcance, e eu precisava saber seu ponto de vista. Precisava avisá-lo, também.

Entrei na sala dele, fechei a porta e me sentei na cadeira bem à frente da mesa dele. Ele ficou imóvel, à espera.

— Cofer, eu notei que todos nós podemos contar com você. Mas você não pode contar com ninguém. Você vai dar cobertura para nós, mas ninguém vai dar cobertura a você.

Eu não precisava explicar que me referia ao risco político, nem precisava fazer qualquer referência desrespeitosa ao diretor Tenet. Ao contrário, ele dera luz verde a Cofer e oferecera apoio incondicional. Mas Cofer e eu sabíamos que o diretor Tenet, membro do Congresso e dono de habilidades políticas excepcionais, tinha responsabilidades distintas. Tinha de proteger a Agência e a missão da Agência num ambiente político feroz. O seu mandato era distinto. Ele era distinto. Nunca trabalhara em operações clandestinas e nunca administrara

um espião.

Continuei:

— Cofer, não estou reclamando. Estou pronto. Todos nós estamos prontos. Só sei que o seu está na reta.

Ele me olhou com uma expressão incomum: pena.

— Sabe, estamos ferrados — murmurou em tom suave.

Não sabia o que ele queria dizer, então só fiquei ali calado na cadeira. Ele esperou. Eu nada disse. Suas feições mudavam instantaneamente. Agora ele me olhava como se eu fosse um idiota.

— Estamos completamente ferrados. Se perdermos, vamos ser culpados por tudo. Vão nos enforcar. Se vencermos, todo mundo neste prédio vai nos odiar e estamos acabados. Vão nos abater com um tiro na nuca. Alguns já nos odeiam, pois temos os recursos e a autoridade. A Divisão do Oriente Próximo queria o comando e o controle desta guerra, mas o diretor confiou em nós. Então esqueça qualquer carreira.

Retorqui incisivamente:

— A esta altura, acha que eu dou a mínima para uma carreira? Temos milhares de mortos. Tudo o que eu quero é a missão. Você a deu para mim. Sou grato por isso.

Ele estava apenas se aquecendo.

— É como a União Soviética na Segunda Guerra Mundial. Os comissários executaram os generais derrotados. Executaram os generais vitoriosos. Os comissários políticos sempre esperam com as armas carregadas. Tanto aqui, como lá. De um jeito ou de outro, recebemos uma bala na cabeça.

Agora ele estava de pé, fingindo que a mão direita era uma pistola, mirando no meio de meus olhos. Ele sabia ser categórico.

— Esqueça qualquer futuro no Serviço Clandestino. E mesmo se conseguir sobreviver a esse prédio, os políticos de cúpula vão acabar com você. Entendeu? Você está ferrado!

— O.k., já entendi, estou ferrado — concordei. Entendi a argumentação dele. Aconselhamento bom e severo, como sempre. Apenas considere-se morto

profissional e politicamente. Concentre-se na missão. Não existe nada além da missão. Eu já pensava assim antes, mas foi bom ouvir Cofer expressar isso a seu modo ímpar e pitoresco.

Cofer fez uma pausa para recuperar o fôlego e soltou um suspiro.

— Seu adjunto, o Massie. Falei para ele que é melhor ser tão bom quanto falam, caso contrário vai bailar.

— Ele é ótimo — assegurei.

— Assim espero. E, agora, por favor, volte ao trabalho.

Sala de Situação

Poucos dias depois, Tenet e eu estávamos na Sala de Situação da Casa Branca. Rice, a consultora de segurança nacional, comandou a reunião. Compareceram, entre outros: Rumsfeld, Powell, Card, Paul Wolfowitz (adjunto do Ministro da Defesa) e o general Meyers (chefe do Estado-Maior). Talvez uma dúzia de autoridades na pequena sala com teto abobadado. Minha primeira vez no local. Sentei-me ao lado do general Wayne Downing, chefe de antiterrorismo da Casa Branca. O general Downing personificava as Forças Especiais dos EUA. Havia liderado as Forças Especiais durante anos. Em todas as reuniões às quais compareci na Sala de Situação no decorrer dos próximos meses, eu sempre me sentaria ao lado do general Downing. Embora ele fosse militar e eu não, compartilhávamos um vínculo profissional por sermos agentes clandestinos. Provínhamos de uma linhagem comum, com raízes no Gabinete de Serviços Estratégicos (OSS) durante a Segunda Guerra Mundial, a partir do qual evoluíram a CIA e as Forças Especiais dos EUA. Intuitivamente, compreendi que podia confiar nele e, cada vez mais, confiávamos um no outro. Ele era uma rocha.

Rice pediu que Tenet fizesse uma atualização, seguido pelo general Tommy Franks, conectado via vídeo seguro a partir do QG do CENTCOM, em Tampa. Outros contribuíram com seus pontos de vista. Houve algumas perguntas sobre o Afeganistão, e eu forneci respostas sucintas. Fui precavido em minhas manifestações. Eu não conhecia esse ambiente.

Começava a fazer sentido. Cada pessoa se adequava a seu papel, como eu havia imaginado. Todos estavam calmos e polidos. Racionais.

Subitamente, tudo ficou bizarro.

Sem prelúdio, aviso ou ponto de referência que eu pudesse sondar, Wolfowitz embrenhou-se num monólogo.

— Iraque. Temos que nos concentrar no Iraque. O onze de setembro só pode ter sido patrocinado por uma nação. O Iraque é fulcral para nossa estratégia

antiterrorista — falou ele com grande ênfase. Um breve silêncio, sem resposta. Em seguida, ele defendeu essa ideia por mais alguns minutos. De repente calou-se tão abruptamente quanto havia começado.

Seguiu-se um silêncio pesado na mesa.

Corri o olhar pela sala. Ninguém disse nada ainda.

“O que ele andou fumando?”, pensei.

Nada em nossa coleta e análise de inteligência sugeria a participação do Iraque no 11/9. Ao contrário: Saddam Hussein era um déspota laico sem afinidade pela ideologia da AQ nem pela AQ como aliado de conveniência. Se, por um lado, Saddam era um terrorista e apoiava grupos terroristas, em especial aqueles nas redes radicais palestinas, ele encarava a AQ mais como ameaça do que aliada. Além disso, a AQ havia organizado, treinado e tramado o ataque de 11/9 a partir do Afeganistão, não do Iraque.

Emudeci. Parecia muito esquisito afiançar uma resposta, em especial vinda de mim, o novato, principiante em política, mero espião operacional. Mas ninguém desafiou Wolfowitz. Descartei o comentário como momentânea distorção de lógica, uma aberração de um normalmente perspicaz e responsável líder político. Eu não tinha ideia dos desdobramentos nos anos seguintes.

Uma coisa na reunião me deixou impressionado, além dos devaneios de Wolfowitz sobre o Iraque. Era fundamental me encontrar com o general Tommy Franks. Ele era o guerreiro. Eu tinha de servir aos formuladores de políticas, às lideranças políticas de Washington, mas também precisava de um parceiro militar, assim como minhas equipes no Afeganistão precisariam das Forças Especiais e a potência conjunta das Forças Armadas dos EUA, em especial da aérea. O braço paramilitar da CIA era diminuto e fraco em termos de potência de fogo cinética bruta. Sem parceiros militares, eu sabia que a nossa missão fracassaria, tanto no nível estratégico nos EUA quanto em nível operacional no Afeganistão. Nos EUA, isso teria de ser obtido no CENTCOM, não no Pentágono.

Quando voltei para o escritório, disse à minha equipe para marcar uma hora com o general Franks em Tampa. Quanto antes, melhor. Eu levaria comigo o

coronel Ben Clark, meu consultor militar do CENTCOM.

O labiríntico porão

Em poucos dias, nossa nova entidade, chamada de CTC/Operações Especiais (CTC/SO), havia expandido o quadro para mais de cinquenta agentes intensamente dedicados, se esbarrando num disciplinado frenesi de dever e vingança. Nada de discurso inflamado ou louvor entusiasmado sobre nossa intenção de *vendetta*. Sequer falávamos sobre nossos motivos. Não havia necessidade. Era tão óbvio.

Nosso espaço se expandira. Da minúscula e solitária sala para uma ala inteira no labiríntico porão do QG. Os corredores estreitos e as salinhas baixas estavam abarrotados de terminais de computador, cabos de extensão, copiadoras, roupas para baixas temperaturas, mochilas, kits médicos, livros, fichários, classificadores, equipamentos de comunicações e materiais técnicos não identificados. No espaço disponível das paredes prendemos mapas com fita adesiva.

Na minha sala, exibi a cópia de uma declaração feita pelo extraordinário explorador Ernest Shackleton em sua campanha de recrutamento para a expedição à Antártica, em 1914:

“Preciso de agentes para jornada arriscada. Soldo irrisório. Frio rigoroso. Meses compridos de escuridão completa. Perigo constante. Retorno seguro duvidoso. Honra e reconhecimento em caso de sucesso.”

Nada melhor que publicidade honesta, eu imaginei, em especial se queríamos atrair os melhores.

Massie, um mestre da organização, enfatizou a qualidade e o bem-estar de nosso pessoal. Ele e eu entrevistamos todos os líderes das equipes. Sabíamos que eles seriam a chave de nosso sucesso. As equipes operacionais consistiam em um chefe de equipe, um agente operacional veterano com a experiência e o idioma necessários, e um chefe adjunto, em geral um agente paramilitar da SAD. Cada equipe incluía um oficial de comunicações, um médico e um ou dois especialistas táticos. Em geral, também havia um agente com incomparáveis

habilidades antiterroristas e idiomáticas. Nenhuma equipe somava mais de oito componentes.

Para o combate, esses sujeitos eram velhos. A idade média passava longe dos 40. Gary Schroen, o líder de equipe Jawbreaker já no vale do Panjshir, completou 60 durante a operação. Mas a missão deles não era o combate, embora houvesse um pouco disso, e sim a liderança na coleta de inteligência e nas ações encobertas. Nosso critério de escolha, portanto, concentrou-se na experiência árdua em antiterrorismo e na habilidade comprovada para liderar. Os líderes de equipe, por isso, eram seniores na hierarquia. A maioria equivalia a coronel em termos militares. Schroen era a versão da CIA para um general três estrelas, liderando uma equipe tática. No meio militar dos EUA, isso seria impossível, inconcebível.

Pelo organograma, os líderes de equipe tomariam decisões operacionais em tempo real. Enfatizamos um viés de campo, realçando a perseguição implacável ao inimigo. Minha missão era construir a estratégia e dar poderes às equipes operando numa rede dinâmica e horizontal, e apoiá-las com tudo, desde orientação política até alimento para cavalos. Os líderes das equipes, eu exigi, deviam tomar as decisões operacionais. Eu queria uma rápida, precisa e dinâmica tomada de decisões no campo de batalha. Eu queria liderança experiente, mas anticonvencional.

Um líder de equipe, ex-oficial do Exército e espião veterano da CIA que falava farsi e dari, era um especialista em Afeganistão. Camarada alto e robusto, graduado em antropologia, ele me perguntou sobre sua missão.

Caminhei em direção a um mapa, apontei cinco províncias na parte norte do país.

— Esta região é sua. Você será largado ao sul de Mazar. Vá de carro até o norte, conquiste Mazar, e continue subindo ao norte até a fronteira com o Uzbequistão. Precisamos de acesso para a Ponte da Amizade que liga o Afeganistão com o resto da Ásia Central; isso vai nos dar uma rota de suprimentos terrestre. Outras equipes vão romper a estrada ao sul de Cabul, no túnel Salang, de modo a isolar o inimigo remanescente num bolsão, aqui, em

Cunduz. Schroen já destacou alguns homens para o norte, na parte alta, a leste de Cunduz. Nossos aliados afegãos vão atacar por ali, descendo a montanha e ao longo da planície do rio Amu Darya, juntando-se com suas forças ao norte e sul de Cunduz, fechando o anel. Em 1997, nossos aliados afegãos encurralaram o Talibã neste mesmo lugar, do mesmo jeito, mas não conseguiram finalizar o trabalho. Desta vez, vamos conseguir.

— Sim, senhor — respondeu ele.

Todos os comentaristas, inclusive alguns no QG da CIA, batiam na tecla sobre a catástrofe britânica em 1848 e a retirada ignominiosa dos soviéticos em 1989. Mas não íamos invadir. Estávamos apoiando e potencializando uma insurgência fraturada e fraca. Portanto, aplicava-se a história militar tribal local e recente, e não lições de invasão imperial.

— E tente impedir nossos amigos afegãos de se matarem entre si — acrescentei.

A equipe dele ia lidar com um trio de comandantes: Dostom, de etnia uzbeque; Mohaque, de etnia hazara shia; e Mohammed Atta, um tadjique. Eles comandavam grupos separados de guerreiros tribais combatendo juntos numa frágil aliança.

O líder de equipe, com apenas seis homens sob seu comando direto, compreendeu que nosso objetivo era desenvolver uma vitória afegã sobre os invasores estrangeiros: árabes, chechenos, paquistaneses e outros que formavam os quadros da AQ e sequestraram o governo talibã para seus próprios propósitos. Isto era crucial para o sucesso: os afegãos deviam encarar a AQ como o intruso estrangeiro, não nós. Tínhamos de convencer os afegãos sobre nossa causa conjunta contra esses inimigos estrangeiros. Tínhamos de ajudar nossos aliados afegãos a recrutar, encorajar e conduzir outros líderes tribais para lutarem a nosso lado.

Fitei o líder de equipe. Um de nossos poucos verdadeiros especialistas sobre a região afegã. Mantivera contato com amigos afegãos durante anos. Ele amava os amigos e o país. Ele e sua equipe, e as outras equipes, atuariam como coletores de inteligência, espões em ações encobertas, consultores políticos, mediadores e

comandantes paramilitares. Esses líderes de equipe seriam os catalisadores da campanha. Tudo dependia deles.

— Colete informações, trabalhe de modo íntimo com nossas forças militares e apoie e oriente nossos aliados afegãos. Recrute mais aliados afegãos. Precisamos muitos combatentes. Precisamos recrutar exércitos. Destruir a Al Qaeda. Subverter os membros do Talibã. Se esses imbecis quiserem se juntar a nós na perseguição de nosso inimigo, a Al Qaeda, ótimo. Se não quiserem, o problema é deles.

— Quando as Forças Especiais vão se unir a nós? — indagou ele.

— Não tenho ideia. Vão alcançar vocês quando puderem. Precisamos deles, mas não podemos esperar por eles. Não podemos esperar por ninguém. Até onde sabemos, a AQ pode lançar outro ataque, ainda maior que o 11/9, em nossa pátria amanhã. Não podemos esperar. Dúvidas?

— Não, senhor.

— O.k. A equipe Alfa é sua. Boa sorte.

Essa conversa era típica. Em poucos minutos, fornecíamos aos líderes de equipe as ordens da missão estratégica. Eles precisavam concluir o restante e executar em tempo real. Sentados no QG da CIA, a 9.500 quilômetros de distância, não poderíamos fazê-lo.

Mais tarde, como eu fazia várias vezes ao dia, estudei nossos mapas. A geografia física, espetacular e encantadora, poderia ser intimidante se encarada como barreira. Vista pelos olhos de insurgentes, como nós éramos, oferecia uma grande vantagem. O sensível relevo topográfico e as geocoordenadas de nossos aliados, já confirmadas e potenciais, determinavam nossa estratégia geográfica.

Largaríamos nossas equipes onde nossos aliados afegãos tinham entrincheirado suficientes áreas operacionais semisseguras. Simples, já que não havia outros locais viáveis para nossos homens aterrissarem. Nossas equipes estabeleceriam vínculos com os líderes tribais; já estávamos em contato com a maioria deles.

A equipe Jawbreaker já estava no Panjshir. Trabalhando com o general Fahim, as forças aliadas combinadas atacariam a partir de sua fortaleza no vale do

Panjshir, que se abria nas colinas do norte costeando as planícies de Shomali. Romperiam essas planícies rumo a Cabul. Cortariam a estrada entre Cabul a Cunduz. Lançariam os ataques a partir de seus redutos nas montanhas ao norte e avançariam rumo às cidades de Talacan e Cunduz.

A equipe Alfa, que cresceria e se transformaria nas equipes Alfa e Bravo, atuaria no sul de Mazar e avançaria ao norte.

A equipe Charlie faria conexão com as forças de Ismail Khan. Atacariam de sua base no centro-oeste do Afeganistão, tendo como alvo Herat, mais a oeste, perto da fronteira iraniana. Romperiam o anel rodoviário ao norte e ao sul de Herat. Essa intervenção impediria que quaisquer reforços do Talibã alcançassem o norte.

A equipe Delta seria largada na província Bamian, no centro do Afeganistão, a oeste de Cabul. O líder hazara shia Kalili aguardava ansioso pela chegada de nossa equipe. O Talibã perseguira sem misericórdia o povo hazara, e eles estavam desesperados por nossa ajuda.

Na metade norte do Afeganistão, nossa estratégia, projetada para reforçar as inclinações militares de nossos aliados afegãos, parecia ser a única escolha se quiséssemos contra-atacar velozmente. Fahim desejava Cabul. Dostom, Mazar-e-sharef. Khan, Herat. Kalili, Bamian. Nossa missão era apoiá-los, entrelaçando seus objetivos individuais numa campanha coerente e sincronizada. Tudo isso e ao mesmo tempo perseguindo nossa prioridade número um: a destruição da AQ. A instrução oficial do presidente era clara. Nossa campanha afegã era um meio para atingir um fim: defender os EUA destruindo a AQ. Nossa crescente aliança com os afegãos era o modo mais eficaz e imediato de alcançar esse objetivo.

O fundamento da aliança era simples. A CIA queria a AQ. Nossos aliados afegãos queriam o país de volta.

A formulação e a execução do plano, porém, eram extremamente complexas. O Afeganistão era menos Estado e nação e mais uma terra de alianças tribais que mudavam constantemente e quase desafiavam a compreensão, que dirá a coordenação e o comando. Não havia um ponto de entrada isolado, mas muitos espalhados por todo o país, em cada tribo e estrato social. Isso era especialmente

verdadeiro para a parte sul do Afeganistão, a pátria do Talibã.

Alguns da CIA tinham entrado em contato com o ISI, serviço de inteligência paquistanês, aspirando obter alguma negociação com o Talibã. Tenet queria dar aos paquistaneses algum tempo para resolver a questão sulista. Eu me objetei a isso, mas fui voto vencido. Eu sabia que os paquistaneses não poderiam arrumar isso. Não era interesse deles. Eles tinham criado o Talibã. Os líderes paquistaneses queriam um Afeganistão flexível que lhes concedesse profundidade estratégica contra a Índia. O Paquistão é um país estreito, e um ataque indiano repentino através da planície do Punjab era uma ameaça existencial para nossos aliados paquistaneses. Porém, à exceção de nosso gabinete em Islamabad e Tenet, sabíamos que o ISI não era a resposta, com certeza não quando nossa pátria estava em jogo. Nossos interesses muitas vezes eram semelhantes aos do Paquistão, mas não persistentemente congruentes.

O ministro adjunto das Relações Exteriores, Richard Armitage, compreendeu isso. Ele entregara uma mensagem dura e clara ao presidente paquistanês Musharraf, que respondera com apoio operacional e político para nossos esforços contra a AQ. O ISI e outros, porém, ainda não aceitavam a nossa intenção de derrubar a liderança do Talibã caso eles não se tornassem inimigos da AQ. Alguns na CIA, sofrendo de um caso de “adesão ao povo local”, também não aceitavam. Eu continuava a pressionar contra essa resistência, sabendo plenamente que mais cedo ou mais tarde o ISI não concordaria e então teríamos de progredir. Não demorou muito.

Em 1^o de outubro, visitei o Pentágono, onde me encontrei com Rumsfeld, Wolfowitz e o novo chefe do Estado-Maior, Richard Meyers. Assistimos a uma videoconferência que incluiu o general Franks, em Tampa, e representantes do governo dos EUA em Islamabad. Como esperado, as autoridades dos EUA no Paquistão expressaram os desejos dos paquistaneses de que, tão logo a campanha de bombardeio começasse, o Talibã pudesse ser pressionado a nos entregar os líderes da AQ.

Tenet não havia descartado isso, mas para mim parecia uma completa perda

de tempo. As autoridades estadunidenses no Paquistão conversaram sobre a possibilidade de uma guerra civil (norte contra sul) no Afeganistão, com tadjiques, uzbeques e outros combatendo os pashtuns — onde o Talibã tinha seu apoio. Isso, é claro, era uma possibilidade real e ressaltava a necessidade de atrair as tribos pashtun para a luta contra o Talibã. Mas a ameaça da guerra civil afegã não era desculpa para esperar que o ISI arrastasse o Talibã à mesa de negociação e desejar que eles entregassem a AQ. Isso simplesmente não ia acontecer.

Rumsfeld disse que o Paquistão não poderia convencer o Talibã a entregar a AQ. Wolfowitz pareceu concordar. Meyers pouco falou.

Após a videoconferência, Rumsfeld me perguntou o que eu pensava. Falei que ele tinha razão e que os representantes dos EUA em Islamabad estavam errados. Rumsfeld pareceu gostar de ouvir isso. Fiquei me perguntando o que ele faria com aquela dissonância interna na CIA.

Também contei à equipe de líderes do Ministério da Defesa que dali a poucos dias eu viajaria a Tampa para me encontrar com o general Franks.

Mas primeiro, na manhã seguinte, fiz uma ligação em uma linha segura para um amigo do exterior.

Karzai

A conexão estava perfeita, desde o QG da CIA até o pequeno posto avançado no Paquistão, perto da fronteira afegã.

— Greg, que diabo anda fazendo?

— Estou esperando você desfazer as mancadas de Washington e colocar minha carcaça no Afeganistão. Por que está demorando tanto?

— Em parte, pelo seu chefe — respondi e acrescentei alguns detalhes.

Nossos representantes em Islamabad estavam encarregados de todas as operações da CIA e da administração de pessoal no país, e isso incluía Greg. Minha ligação telefônica a Greg era, na melhor das hipóteses, não cooperativa e politicamente incorreta. O comando regional e a Divisão do Oriente Próximo enxergavam com maus olhos quaisquer tentativas de contornar suas autoridades.

Não me estendi na questão sobre a cadeia de comando de Greg. Ele entendeu sem que eu precisasse delinear o conflito interno explícito. Eu só queria que Greg soubesse que ele era essencial para nosso plano no sul, que por sua vez era essencial para toda a nossa estratégia.

— Vou conseguir transferi-lo ao Afeganistão. Aguenta firme aí, por enquanto. Qual é o lance com o Karzai?

Greg forneceu informações breves e claras. Karzai precisava de nosso apoio, tanto político quanto logístico. Eu disse a Greg para fornecer a Karzai tudo o que ele precisasse. Eu começaria a mexer os pauzinhos com o diretor Tenet e nossos formuladores de políticas, enquanto procurávamos sua concordância com os planos de Greg.

O pai de Karzai tinha sido o líder da facção popalzai da tribo pashtun. O Talibã o executara anos antes. Karzai, erudito sucessor da posição política do pai, desejava desesperadamente vingar-se do Talibã e libertar seu país. No rastro do 11/9, ele entendia que os Estados Unidos precisavam contra-atacar. Compreendia a oportunidade. Sob minha orientação, Greg solicitou o ponto de vista de Karzai, que serviu de base para nosso próprio planejamento. Greg

também transmitiu a Karzai um esboço de nossa campanha e demonstrou nosso comprometimento com ele e sua tribo por meio de uma boa quantia em dinheiro vivo.

Poucos dias depois, no começo de outubro de 2001, com dois milhões de dólares em sua sacola, Karzai saiu do Paquistão de motocicleta e se infiltrou no sul do Afeganistão. Sem escolta e evitando os bloqueios de estrada do Talibã, mostrou talento e coragem até alcançar sua cidade natal: Tarinkot.

Com financiamento dos EUA e sua liderança persuasiva, começou a recrutar homens de sua tribo para formar uma milícia. Prometeu-lhes apoio dos EUA. Os membros de sua tribo odiavam o Talibã, mas a motivação deles era insuficiente sem meios de travar a guerra.

Greg continuou a insistir comigo. Ele queria se unir a Karzai. Greg queria mostrar que os EUA ofereciam mais do que dinheiro e promessas. Nós dois entendíamos que os afegãos só começariam a confiar em nós se estivessemos com eles no combate, lado a lado. Disselhe que esperasse, explicando que a Casa Branca exigira uma compreensão clara de nosso plano, o qual ainda estava sendo alinhavado a cada instante.

Durante outra reunião na Sala de Situação da Casa Branca, comandada pelo presidente George W. Bush, o diretor da CIA George Tenet e eu fizemos um resumo da situação política. Expliquei ao presidente e à cúpula do Conselho de Segurança Nacional que Karzai contava com o apoio da Aliança do Norte. Eu sabia disso, porque eu havia perguntado diretamente a nossos aliados afegãos. Membros de diferentes etnias como uzbeques, tadjiques, turcos e hazaras concordavam: Karzai era o único líder político capaz de aglutinar as áreas pashtun e não pashtun do país. Se Karzai e seus homens não tomassem Candaar, a fortaleza urbana do Talibã, nossas chances de um Afeganistão unificado contra o Talibã eram remotas. O presidente e outros, é claro, nunca tinham ouvido falar em Karzai. Fizeram perguntas. Acataram nossos conselhos.

O diretor Tenet e eu retornamos ao QG no comboio da CIA. Concordamos que havíamos conseguido o que precisávamos. contei ao diretor que eu ia desatrear Greg. Tenet, com o seu charuto não aceso e triturado preso entre os

dentes, apenas soltou um grunhido.

Uma hora após a reunião na Casa Branca, eu estava de volta à minha sala no QG. Enviei uma mensagem confidencial via cabo diretamente a Greg, a ninguém mais. Eu queria um registro por escrito. Era uma mensagem simples. “POTUS² concorda. Vá em frente.”

Greg não precisava de nenhuma ordem operacional detalhada. Tampouco precisava de uma equipe de planejamento. Eu já tinha lhe informado sua missão — ou, para ser mais exato, ele resumiu sua missão pretendida e eu concordara. Ele queria apenas um objetivo claro e os recursos para chegar lá. Também queria que Cofer e eu o apoiássemos no QG e em Washington, mas nunca nos pediu. Sabia que era nosso dever.

Berntsen e Betsy

Para organizar e apoiar as equipes de campo a partir do QG, eu solicitei a Gary Berntsen que assumisse as rédeas. Gary tinha trabalhado comigo no CTC. Em março de 2000, eu o enviara ao Afeganistão numa missão de alto risco, portanto ele conhecia nossos aliados e eles o conheciam. Falava farsi/dari. Também era um agente implacável, com uma abordagem inconformista, às vezes brutal, contra o terrorismo. Eu adorava o cara.

Entrou apressado em minha sala. Suas narinas se expandiam e se contraíam, como as de um touro procurando um alvo para atacar. Deixara seu cargo de chefe de base estrangeira para unir-se a nós, mas só depois de Cofer e eu intervirmos junto ao relutante Chefe de Divisão de Gary.

— Oi, Gary. Sente-se — ofereci.

Ele se obrigou a sentar. Inclinou-se à frente, os braços grossos apoiados nos joelhos.

— Já falou com Massie?

— Sim, senhor.

— Ótimo. Então, já sabe. Tome conta de todas as equipes de campo. Forneça-lhes tudo que eles quiserem. Nosso trabalho aqui no QG é apoiar o campo. Daí, em poucas semanas, você vai substituir Schroen no Panjshir. É bom revê-lo. Precisamos de você.

— Conte comigo — ele se levantou, quase em posição de sentido. Franziu a testa. Cerrou a mandíbula. Esticou o largo pescoço. Inclinou a cabeça à frente. E vociferou em seu sotaque de Long Island: — Obrigado pela oportunidade de servir sob seu comando. E, senhor, nós vamos destruir esses filhos da puta.

Parecia que os agentes da CIA adoravam chamar o inimigo com esse apelido carinhoso e indecente.

Berntsen saiu de minha sala, com sua promessa suspensa no ar.

John e eu queríamos que os agentes responsáveis por fornecer apoio a partir do QG fossem depois transferidos para atuar no campo. Intencionalmente,

idealizamos o sistema de pessoal para priorizar o serviço de campo. Nosso setor operacional no QG apoiava nosso setor operacional no campo, e logo seus papéis seriam invertidos. Queríamos incentivos transversais, nos níveis mais elementares tanto da missão quanto da sobrevivência do pessoal.

A inteligência era o fundamento de tudo que fazíamos. Betsy servia como a conexão de todas as nossas necessidades de inteligência, desde a coleta até a disseminação. Pragmática analista com vinte anos de experiência no Serviço Clandestino, ela reuniu uma mistura diversa de agentes. A missão deles era averiguar e racionalizar as necessidades de inteligência. Isso envolvia questões táticas e estratégicas.

Onde estava o inimigo num vale específico? Qual era sua ordem de batalha? Seus armamentos? A situação de sua aliança com as tribos afegãs locais? Quais líderes tribais afegãos, aliados ao Talibã por necessidade existencial ou conveniência política, passariam para o nosso lado? Quais eram os planos e as intenções de nossos aliados afegãos? Qual a situação de sua coleta de inteligência e de suas capacidades militares? De que modo a tensão entre as tribos afegãs limitaria ou ajudaria nossos esforços contra a AQ? Onde ficavam mesquitas, hospitais, escolas e outras estruturas potencialmente livres de ataques? Quais empresários afegãos seriam parceiros eficazes em canalizar ajuda humanitária em troca de influência em ações encobertas? E o que dizer sobre os pontos de vistas teocráticos do clero local? No inimigo, qual seria o impacto dos mísseis Hellfire disparados pelos VANTs *Predator*? Quais perguntas precisavam ser respondidas pelas forças militares dos EUA em relação a suas necessidades logísticas? O que a Guarda Revolucionária Iraniana estava fazendo no Afeganistão? E o serviço de inteligência do Paquistão? Que impactos estratégicos regionais teria o iminente conflito no Afeganistão?

Betsy também servia de conduto essencial de todos os relatórios oriundos do campo. Ela e sua equipe conferiam tudo para corroborar ou contradizer as informações. Se necessário, sua equipe acrescentava comentários para fornecer maior contexto ou avisos para fixar parâmetros. Em seguida, encaminhavam os relatórios a analistas, militares, diplomatas e formuladores de políticas globo

afora. Muitos dos relatórios também iam parar nas mesas de nossos aliados estrangeiros, em especial aqueles que lutavam a nosso lado. As Forças Especiais britânicas e australianas estavam na vanguarda.

Betsy também orientava a coleta no campo, disparando pergunta após pergunta às equipes. Ela e sua unidade trabalhavam para fornecer análise e orientação política, não apenas exigências, para o campo. Ela entendia que as equipes de campo, mais do que ninguém, dominavam as prioridades operacionais, mas uma equipe isolada num vale precisava ter uma perspectiva maior, em especial considerando sua condição de liderança. Betsy lhes fornecia esse panorama.

Até mesmo com as equipes de Berntsen e de Betsy, nós precisávamos mais que o fluxo convencional de inteligência com base em texto e imagens. Precisávamos de um novo patamar de inteligência geoespacial — para que pudéssemos alvejar o inimigo com precisão sem precedentes. Tínhamos de recrutar o povo afegão para o nosso lado, incitá-los para longe da AQ e do Talibã. Tínhamos de demonstrar nossa preocupação pelos afegãos, matando apenas o inimigo: AQ, forças estrangeiras e membros do Talibã que se recusassem a passar para o nosso lado. Matar civis afegãos seria moralmente repreensível e uma tolice estratégica. E não poderíamos bombardear mesquitas ou hospitais. Precisávamos de exatidão em nossa coleta de informações e em nossa utilização de força letal.

A caixa mágica

John e eu concordamos que iniciariíamos uma unidade separada, dedicada à escolha de alvos. Pedimos ajuda ao setor de recursos humanos do Serviço Clandestino. Eles nos enviaram um advogado.

— Não quero um advogado. Quero um gênio analítico/operacional, alguém que domine a escolha de alvos. Alguém que entenda de tecnologia. Alguém capaz de construir um sistema geoespacial de modo a atingirmos os alvos exatos. Não quero um advogado medindo cada palavra e titubeando para tomar cada decisão — falei enquanto andava em meu abarrotado gabinete, três passos para lá, três para cá. Talvez eu estivesse procurando alguém que não existia.

John aconselhou calmamente:

— Bem, vamos conhecer o sujeito.

Às vezes, John era tão racional, tão responsável, a ponto de me deixar ainda mais irritado, mas normalmente eu superava.

— O.k. O.k. Vá buscá-lo, diacho.

Dan entrou na sala. Altura mediana, em boa forma, descontraído, arrumado e garboso, ele parecia um promotor ou um financista bem-sucedido. Era advogado, confessou ele. Também um agente operacional consumado. John e eu explicamos o que queríamos, pelo menos algo parecido. Não tínhamos certeza de como o sistema ia ficar nem como funcionaria. Apenas sabíamos que a missão exigia ajuda geoespacial.

— Preciso de uns dois dias — respondeu Dan.

John e eu não tínhamos alternativa, e esse sujeito era confiante. Não tínhamos tempo para ir atrás de outra pessoa.

— O.k. Reporte-se a mim — ordenei, pensando que não tínhamos dois dias para perder.

— Certo — respondeu Dan. Ele sorria com facilidade. Pensei que ele agia com modos muito suaves, muito descontraídos. Apenas torcia para que ele tivesse entendido o que precisávamos.

O problema era aflitivo. Considerando o panorama constantemente mutável e complexo do espaço da batalha emergente, precisávamos de milhares de pontos de referência geoespaciais visuais. Precisávamos de um mapa, mas não de um mapa qualquer. Eu queria um mapa que pudéssemos atualizar instantaneamente. Eu queria uma representação dinâmica e customizada que refletisse as múltiplas e dinâmicas variáveis em qualquer combinação a qualquer momento.

As variáveis incluíam coordenadas de forças amigas e inimigas e muito mais: estradas, pistas de pouso, mesquitas, lojas, escolas, hospitais, montanhas, rios, vegetação, fronteiras políticas, territórios tribais... Tudo, talvez. Eu queria rastrear nossas equipes e nossas fontes em tempo real. Elas estariam dispersas através do país, até mesmo entremeadas com as forças inimigas. Eu queria ter esse mapa suplementado por dados e imagens de todas as nossas plataformas de coleta.

Quando menino, eu havia aprendido e praticado a inteligência geoespacial; só não sabia a denominação na época. Ajudando meu pai e a equipe dele a percorrer o terreno e avaliar os bosques nos pantanosos vales e nas colinas de Piedmont, os mapas eram essenciais. Eu sabia ler mapas topográficos e fotografias aéreas. Sabia assinalar e rascunhar mapas. No ensino fundamental, eu tinha memorizado todos os estados dos EUA, embora certa ocasião tenha confundido Vermont com New Hampshire num teste. Esse engano me irritou e, em resposta, aprendi a identificar todos os países do mundo num mapa em branco que fixei na parede de meu quarto. Anos mais tarde, na Universidade do Novo México, me aprofundei no assunto, cursando uma cadeira sobre interpretação de fotografias aéreas. Passei boa parte do escaldante verão acelerando através do vale do Rio Grande, ao sul de Albuquerque, comparando meus achados com as fotografias aéreas e outros mapas. As representações visuais e espaciais, para mim, eram mais do que uma ferramenta. Os mapas refletiam o modo que eu pensava. Agora eu queria um mapa que capturasse o máximo de dados possível.

Promessa é dívida. Dan retornou com uma resposta.

— Não tenho conhecimento nesse tipo de tecnologia, a tecnologia de que

você precisam, mas encontrei um cara — explicou ele.

— Que cara?

— Um cara com uma caixa mágica.

— Bem, podemos usar um pouco de magia. O que esse cara e sua caixa fazem?

— GIS. Ou seja: Sistemas de Informações Geográficas. Um produto de software que reúne todas as informações de geocoordenadas que podemos exibir num mapa. É possível gerir e analisar todas essas informações por meio de diferentes combinações de exibição, dependendo do que se deseja.

— Esse negócio funciona ou é uma espécie de tecnologia experimental? — indaguei.

— Funciona. É usado a todo o momento — observou Dan, frisando a minha ignorância.

— Bem, mostre para mim — solicitei.

Dan inclinou a cabeça levemente, num aceno polido, e retirou-se. Minutos depois, apareceu com um sujeito alto e vigoroso chamado Ken.

Antes Dan explicou a Ken que o CTC/SO estava coletando inteligência por todo o Afeganistão, em áreas amigas e inimigas. Logo o CTC/SO teria a “enciclopédia para bombardeios” do comando central da Força Aérea dos EUA. Essas listas de alvos militares incluíam a geolocalização, o sistema de entrega e a ordenação. Após saber o formato de cada conjunto de dados e como ele foi fornecido, Ken acreditava que podia construir um sistema GIS que processasse os dados e mapeasse todas as variáveis. Isso incluiria aqueles alvos a não serem destruídos que estivessem em risco de serem atingidos por um bombardeio específico. Ken poderia dispor de todos os tipos de mapas no Centro de Mapas da CIA. Confiaria no CTC/SO para abastecer o sistema com dados do Afeganistão.

Quando Ken indagou sobre a troca de seu cargo atual para o CTC/SO, Dan rabiscou o número de um telefone e disse:

— Você vai trabalhar para Hank Crumpton. Se seu chefe tiver alguma pergunta, pode ligar para este número. Vejo você em dez minutos.

Agora, Dan e Ken estavam em meu gabinete. Vestido casualmente e explodindo de energia, com os olhos quase esbugalhados de ansiedade, Ken estabelecia um perfeito contraste com o fleumático Dan. Ken explicou seu plano de GIS. Eu não entendia como funcionava, mas captei o essencial e, mais importante que isso, Ken parecia saber o que precisávamos. A confiança e o entusiasmo de Ken eram palpáveis. Falei para ele arregaçar as mangas e me informar sobre qualquer problema.

Em quatro horas, já com seus computadores e suas licenças de software, Ken inseria dados para as nossas operações.

Poucos dias depois, personalizaríamos instantaneamente os mapas de Ken. Em resposta a perguntas, com poucos toques no teclado, Ken exibia as posições do inimigo com uma sobreposição de todas as estradas numa província específica, seguida de uma sobreposição das exatas geocoordenadas de nossas fontes, com nova sobreposição de um mapa topográfico. As combinações das camadas inseriam os registros. Por fim, Ken e sua equipe conseguiam calcular e exibir centenas de combinações. Tudo dependia de quais informações alimentavam o sistema e do que desejávamos.

O sistema nos auxiliou a administrar os dados, fornecendo a capacidade de visualização em tempo real. Era só relancear os olhos no mapa eletrônico para saber imediatamente a situação. Isso tornou nossas decisões de comando mais fáceis. Sempre conferia o mapa de manhã cedinho, e muitas vezes ao longo do dia e da noite.

A “Caixa Mágica”, como começamos a chamá-la, era melhor do que eu jamais havia imaginado.

No domingo, dia 7 de outubro, a campanha de bombardeio começou, e o sistema foi posto à prova de modo extremo. Durante a campanha, nenhum incidente fratricida ocorreu. Apesar das numerosas ocasiões em que nossas equipes ou agentes individuais afegãos estavam nas áreas alvejadas ou nas imediações pouco antes dos ataques aéreos, todos sobreviveram.

Numa ocasião, um B-2 aproximou-se de seu alvo principal, mas tínhamos perdido comunicação com nossa fonte afegã e não conseguimos confirmar que

ela havia abandonado a área. O general Mike “Buzz” Moseley e sua equipe da Força Aérea dos EUA, que incluía um representante da CIA, comandava a campanha aérea a partir do centro de comando, num país do Golfo Pérsico. Alertamos o comando do general Moseley sobre o nosso problema e pedimos que a missão fosse abortada. A equipe dele imediatamente redirecionou o B-2. Buzz e sua equipe, em especial os pilotos, tiveram uma atuação magnífica. Atingiram alvos inimigos com precisão. Evitaram zonas de proteção com igual maestria. Foram clientes responsáveis e exigentes de nossas informações e ávidos parceiros no combate.

Noutra ocasião, enquanto Dan e Ken participavam de uma das duas videoconferências diárias com o CENTCOM, nossos parceiros militares indagaram se tínhamos uma equipe da CIA na estrada ao sul de Baghlan. Ken sempre levava seu laptop com GIS a essas conferências. Os dados mais recentes mostravam que não havia equipes, agentes nem aliados perto daquela área. O CENTCOM, que incluía o comando do general Moseley, explicou que os caças *F-16* estavam no encalço de um possível comboio inimigo. Ken e Dan deram sinal verde. Os caças *F-16* atacaram.

Poucos dias antes da primeira operação militar dos EUA no sul, perto de Candaar, nos dias 19 e 20 de outubro, o agente de alianças da Força de Operações Especiais (SOF) vinculado ao CTC/SO solicitou a Ken toda e qualquer informação sobre aquela área. Os serviços cartográficos da CIA acabavam de adquirir certos dados em GIS sobre campos minados no Afeganistão. Ken ligou para o gabinete, capturou os dados em nossa “Caixa Mágica” e forneceu-os para nosso cliente militar. Os grupos táticos dos EUA agora tinham mapas com os dados mais atuais sobre campos minados.

Pedi que Dan e Ken atualizassem o diretor Tenet. Programada para durar dez minutos, a reunião estendeu-se por uma hora. Com seu laptop, Ken demonstrou, exemplo após exemplo, como o sistema funcionava.

Nas semanas seguintes, líderes militares e do Congresso exigiram explicações sobre a “Caixa Mágica”. Eu inclusive utilizaria mapas impressos a partir do sistema para explicar nossas operações ao presidente e a outras pessoas.

À medida que as operações evoluíam tanto em abrangência quanto em complexidade, o mesmo acontecia com a equipe trabalhando em nosso setor de escolha de alvos. De dois computadores de mesa e um laptop, utilizados por Ken e três auxiliares, o sistema se expandiu para uma rede de computadores de mesa, uma impressora e plotadora, uma tela plana para exposições em grupo que exibiam as atualizações da noite anterior, as localizações de nossas equipes, operações militares e pontos inimigos relevantes. Instruí que canalizássemos os dados cartográficos eletrônicos ao CENTCOM, de modo que eles pudessem criar a mesma visualização GIS que nós tínhamos.

Dan e Ken trabalharam para integrar a comunidade de inteligência em nossas operações de escolha de alvos. Como exemplo, a cada dia a NSA (Agência de Segurança Nacional) fornecia ao CTC/SO geocoordenadas específicas de alvos. A equipe de Ken, entretanto, passava horas reformatando os alvos para inseri-los em nosso GIS. Um dos agentes de Ken criou um programa que extraía os dados a partir dos relatórios, mas dependia que a NSA mudasse o seu formato. Ken convidou a equipe da NSA para uma exposição no CTC/SO. Explicou aos visitantes como nós utilizávamos os dados e como trabalhávamos para adequar os dados ao nosso sistema. Ele propôs que a NSA reformatasse seus relatórios para atender às nossas necessidades. Os visitantes (gestores e analistas da NSA) concordaram imediatamente. Na manhã seguinte, a equipe de Ken começou a incorporar os dados reformatados da NSA em nosso GIS em questão de minutos, em vez de horas.

O CTC/SO também criou um sistema para compartilhar esses dados com o campo, para incluir uma réplica de nosso mapa eletrônico na base de Cabul. Em janeiro de 2002, com a crescente demanda pelo uso de nossa inteligência em todos os escalões do espectro hierárquico, Ken viajou ao Afeganistão para criar o mesmo GIS para nossos clientes militares.

Por fim, Ken e sua equipe instruíam agentes de campo individuais sobre como utilizar laptops de GIS nos destacamentos. O CTC/SO abastecia cada laptop com a ampla camada de arquivos de dados e transmitia camadas de dados atualizados à medida que as informações evoluíam. Esses dados permitiam que

todas as estações, equipes ou até mesmo agentes individuais tivessem o mesmo ponto de vista que o QG tinha do campo de batalha — tornando o planejamento operacional muito mais coerente e unificado.

Mais tarde, Dan e Ken descobririam um software gráfico tridimensional que projetava, numa tela, o terreno do Afeganistão. Virtualmente voávamos para dentro do espaço de batalha, girando e virando enquanto observávamos cada trilha, riacho ou serra. Experiência realmente bizarra e incrivelmente útil.

Essa visualização dinâmica, combinada com imagens precisas, possibilitou uma nova perspectiva de guerra para a CIA, para os militares e para os formuladores de políticas. Criamos a “Caixa Mágica” para o nosso próprio uso e de nossos clientes.

Essa aguçada perspectiva sobre as necessidades dos clientes é o que diferencia a CIA de outras agências de inteligência. Outros coletam apenas para suas próprias missões, tais como o FBI trabalhando para conseguir provas para instaurar um processo ou a Agência de Inteligência de Defesa (DIA) buscando cumprir exigências militares. A CIA, por sua vez, coletava e analisava para um leque de clientes, desde o presidente até diplomatas e soldados.

A necessidade intrínseca da CIA de servir aos clientes, combinada com uma mescla de inspiração e talento como os de Dan e Ken, compeliu o CTC/SO a experimentar e inovar. A coleta, a análise e a disseminação de inteligência geoespacial jamais seriam as mesmas. Nem a guerra.

Comando em rede

No entanto, nossa campanha no Afeganistão era incomum, pois éramos ao mesmo tempo o coletor principal e o consumidor principal das informações. Com seu monumental papel de ação encoberta, as equipes consumiam inteligência para seu próprio uso. Era algo completamente sem precedentes para a CIA: tomar a dianteira em coletar inteligência, analisar o produto, produzir uma estratégia e depois executar ações encobertas como o objetivo aguçado da diplomacia e da guerra.

Compreendíamos que apoiar as equipes em todos os escalões exigia não só apoio material e político, mas também inteligência. Abastecíamos as equipes com o máximo possível de informações e as encorajávamos a compartilhá-las entre si. Muitas vezes, com essa dinâmica comunicação lateral, as equipes conseguiam reagir com mais rapidez e eficácia, até antes que nós no QG soubéssemos da medida tomada por elas. Isso não era apenas permitido: era o que eu desejava. Os líderes de equipe demonstraram a quintessência da colaboração horizontal e em rede no âmbito da inteligência e das ações encobertas.

Numa ocasião, o líder da equipe Alfa perto de Mazar-e-Sharif ligou indagando sobre a incapacidade do QG para infiltrar uma equipe nas tribos hazara, no centro do Afeganistão. Nossa única comunicação com esses aliados afegãos era retransmitida via ligações telefônicas abertas, por meio de uma conexão no Uzbequistão. O problema crucial: não tínhamos conhecimento sobre potenciais zonas de aterrissagem na província Bamian. Não sabíamos onde podíamos infiltrar nossas equipes. Tampouco confiávamos o suficiente na habilidade dos hazara de resistir ao Talibã enquanto largávamos uma equipe em seu seio. Estávamos de mãos atadas.

O líder da equipe Alfa, porém, voluntariou-se para destacar dois de seus homens via terrestre numa camionete através da paisagem rural mais desafiadora do Afeganistão. A jornada levaria 36 horas.

Eu disse a ele que fosse em frente. Obviamente, ele estivera se comunicando com outros líderes de equipe e compreendeu nossa necessidade estratégica de colocar uma equipe na província Bamian, ao oeste de Cabul, de modo que pudéssemos recrutar aliados locais e nos dirigir à capital enquanto a equipe Jawbreaker no Panjshir romperia através das planícies de Shomali e atacaria Cabul pelo norte. Como estivéramos compartilhando nossas informações e nossa intenção estratégica com todas as equipes, esse líder de equipe compreendeu a premente necessidade e respondeu.

Destacou dois agentes, inclusive Mike Spann, que seria morto em combate poucas semanas depois. Após um tortuoso percurso de camionete em meio às montanhas centrais, abrindo caminho através de uma mixórdia de alianças tribais, os dois agentes fizeram contato com o líder hazara Khalili. Ele os recebeu cordialmente e providenciou equipes de segurança e reconhecimento para ajudá-los. Os dois agentes exploraram o terreno e identificaram uma Zona de Aterrissagem (LZ) e criaram protocolos defensivos para a infiltração. Dias depois, a equipe conjunta da CIA/SF aterrissou, garantindo um ponto de apoio no Afeganistão central e expandindo nossa coleta de inteligência.

A vitória inicial se desdobraria mais velozmente que qualquer um de nós imaginara. Devido à cadeia de comando horizontal, ao projeto em rede e aos líderes extraordinários que escolhemos e a quem concedemos poderes. Também construímos um relacionamento intensamente íntimo com os militares dos EUA, em especial com o CENTCOM e o SOCOM. Respeitamos nossos aliados afegãos, mas não hesitamos em agir unilateralmente quando e onde foi necessário — e essas ocasiões não faltaram. Mais importante que tudo, porém, foi o relacionamento de confiança estabelecido por George Tenet com o novo presidente de nossa nação, o qual escutava os conselhos do diretor Tenet e de Cofer Black. O presidente Bush deu poderes à CIA para atacar o inimigo à vontade.

Os recursos e a autoridade da CIA, porém, precisavam trabalhar juntos com nossas forças armadas, com nossos combatentes. Ou seja, com o general Franks.

CENTCOM

Em 3 de outubro de 2011, voei a Tampa para um encontro com o general Tommy Franks, no QG do CENTCOM.

O tenente-coronel Ben Clark, das Forças Especiais dos EUA, me acompanhou. Ele pertencia ao quadro das Operações Especiais do CENTCOM, mas estava emprestado à CIA. Quando ficou sabendo sobre nossa equipe e nossa missão no fim de setembro, apresentou-se como voluntário para atuar como meu consultor militar e vínculo com o CENTCOM. Com um estilo modesto realçado pelo arrastado e suave sotaque sulista, ele era extremamente polido.

Irradiava também uma honestidade gélida, mas cuidadosa; ele era perspicaz, equilibrado e claro no modo em que abordava questões, assuntos e especialmente problemas. Formado na Citadel (academia militar da Carolina do Sul), ele passara toda sua vida adulta nas forças armadas dos EUA. Magérrimo, mas duro como granito e infatigável. Simpatizei com ele desde o primeiro encontro e com gratidão aceitei sua oferta de ajuda. Eu o incluí em todas as decisões importantes que tomamos. Essa foi outra decisão pessoal crucial. Na época, eu nem sabia o quão crucial.

Um assistente nos escoltou até a sala do general Franks, repleta de fotos, prêmios e presentes de muitos países. Alto e de ossos salientes, com rosto endurecido e rugas entalhadas por anos abaixo do sol intenso e escaldante, ele me saudou com boas-vindas entusiasmadas e um vigoroso aperto de mão.

O representante da CIA no CENTCOM estava ali, agente com várias temporadas no estrangeiro. Competente e útil. Também estavam presentes na reunião: o almirante Bert Calland, comandante das Operações Especiais no CENTCOM e supervisor militar de Ben Clark; o general Gene Renuard, chefe do CENTCOM G-3 (Operações); e o general Gary Harrell, encarregado da Segurança no CENTCOM. Gary foi o chefe da força Delta na Somália no caso mostrado no filme *Falcão Negro em Perigo*. Ele e eu servimos juntos no Iêmen, após o ataque ao *USS Cole*. Apertei a mão de todos, à exceção de Gary, que me

deu um abraço de urso. Atarracado e musculoso, com imensa força física, quase me triturou.

Ruidoso, profano e irreverente, o general Franks revelou essas amáveis qualidades no primeiro minuto de nosso encontro.

— O que diabo está acontecendo em Washington? Cadê esse Bin Laden filho da puta? O que cargas d’água vocês estão fazendo por sua nação?

— General, isto é o que estamos fazendo — falei abrindo meus mapas em sua baixa mesa de centro. Mostrei-lhes nossa melhor estimativa da disposição do inimigo. Em seguida, expliquei as coordenadas de nossas equipes e seus objetivos, determinados primordialmente por nossos aliados afegãos.

— General, só podemos vencer essa guerra com a ajuda de nossos aliados afegãos. Cada um desses líderes tribais tem seus próprios objetivos. Podemos coordenar e integrar seus esforços. Eles conhecem o país e o inimigo. Nossos aliados sabem como lutar. Vão atuar como nossa força terrestre, mas eles precisam de nosso apoio aéreo, inteligência e ajuda material. E minhas equipes da CIA precisam de seus homens conosco, quanto antes melhor.

— Conte-me sobre esses afegãos — exigiu Franks.

— Nós os conhecemos. Há dois anos estamos enviando equipes ao Afeganistão. É preciso conhecer nossos aliados e suas capacidades, além de conhecer nossos inimigos. Vamos lhes fornecer tudo, inclusive as identidades de nossos colaboradores. Eles são a chave para derrotarmos a AQ. Estamos nisso juntos. Sem o apoio mútuo, vamos fracassar.

Prometi compartilhar nossas informações, inclusive as obtidas com o VANT *Predator* e nosso novo mapa com plataforma GIS que ilustrava forças amigas, inimigas e outros elementos no terreno afegão. Nosso mapa eletrônico, a “Caixa Mágica”, era constantemente atualizado. Essa tecnologia forneceria uma oportunidade ímpar e sem precedentes para abastecer os militares com informações obtidas pelos serviços de inteligência. Esta missão era, antes de tudo, uma missão de coleta de inteligência. Sem isso, todos os nossos esforços entrariam em colapso: ações encobertas, ataques militares, diplomacia, aplicação da lei e política. A inteligência fundamentava todos esses instrumentos da arte de

conduzir assuntos de Estado.

Conversamos durante duas horas. Tramamos e planejamos. Pleiteamos transparência mútua.

No limiar do ataque

Após a reunião, Ben Clark disse que causamos boa impressão. Era isso que eu queria ouvir. Imediatamente retornamos ao QG da CIA, sabendo que a campanha aérea contra a AQ e o Talibã começaria dali a poucos dias.

No Afeganistão, marcávamos alvos dia e noite. Tínhamos de fazer certo. Tudo dependia de nossa coleta de informações.

Contei ao diretor Tenet e a Cofer Black sobre a reunião com Franks. Também resumi os planos conjuntos de CENTCOM/CIA na reunião diária das 17 h no sétimo andar do QG. O diretor Tenet comandou essa exposição, que incluiu não só o CTC/SO, mas também outros setores focados na AQ mundo afora. Rich e sua equipe se encarregaram dessa parte. Houve atualizações sobre a busca inimiga por Armas de Destruição em Massa. Rolf Mowatt-Larson foi o responsável por esse tópico. Coube a Charlie Allen falar sobre os esforços de coleta multifontes da comunidade de inteligência.

O chefe do CTC, Cofer Black, esteve sempre lá, sentado na ponta da comprida mesa de reuniões. Ficou calado, permitindo seus agentes tomarem a palavra. Também permaneceu muito atento à dinâmica política e às discussões substanciais. Outros chefes representando as divisões do Oriente Próximo, da Eurásia Central e a Divisão de Atividades Especiais (SAD) estavam presentes, junto com o *front office* (funções operacionais) do Serviço Clandestino. Houve uma aquiescência geral e silenciosa com o CTC, pois o diretor designara a liderança a esse componente. O nível de apoio de outros componentes, porém, variava de excelente a medíocre. Recursos colossais e autoridades fluíam ao CTC e, numa organização competitiva, havia certo ressentimento natural, exatamente como Cofer tinha previsto.

Uma fonte de apoio e incentivo invariáveis: Charlie Allen, o Diretor Associado da Inteligência Central. Precisava que um satélite se movesse para obter uma cobertura de imagens diferente? Charlie providenciava. Precisava de ajuda para ajustar o apoio analítico? Charlie era o cara. E Charlie adorava ouvir

sobre o sucesso de ações encobertas, desde sabotagem e propaganda até ações letais. Quando contei a ele sobre os planos iminentes envolvendo a campanha de bombardeio a ser sincronizada com ataques terrestres afegãos nas cidades principais, ele pegou meu braço e disse, em sua voz rouca:

— É agora que vamos dar o troco.

Sempre me sentava ao lado de Charlie na reunião das 17 h.

Dois dias após minha visita ao general Franks, o CENTCOM nos avisou que a campanha de bombardeio planejada já estava sendo tramitada. Sentado à mesa de minha salinha, debati nossos planos com Massie. Entendíamos que estávamos no limiar do ataque.

Rascunhei uma ordem num caderno e entreguei à minha secretária para que ela a digitasse e transmitisse. Era uma instrução de três páginas para nossas equipes no campo. O título: “Estratégia militar”. Os principais pontos incluíam:

1. Instruir a todos aliados tribais para aterrissar e identificar todas as suas aeronaves imediatamente.
2. Instruir as tribos para cessar todo movimento militar significativo e manter posição.
3. Informar todas as forças terrestres tribais aliadas para se prepararem para atacar seus alvos; mas, novamente, mantenham posição.
4. Instruir todos os ativos no país a começar operações clandestinas de sabotagem imediatamente, onde for possível. (Isso, eu sabia, seria a primeira expressão coordenada e concentrada de força letal dos EUA na Guerra pós 11/9).
5. Observar que as infiltrações e as incursões da CIA e das Operações Especiais continuariam a se acelerar no sul, concomitantemente com ataques aéreos específicos.
6. Atualizar constantemente todas as zonas de proteção (*no-strike zones*, que incluíam suas próprias posições, posições de agentes unilaterais, hospitais, mesquitas e outras áreas sensíveis. Através do Afeganistão, também largamos

panfletos em pashto, dari e inglês com os dizeres: “O Talibã está usando áreas civis para esconder seu equipamento, pondo em risco todos nesta área. Fuja de qualquer área onde houver equipamento ou pessoal militar.”).

7. Todos os aliados tribais devem identificar alvos primários e secundários para seu ataque terrestre planejado.

8. Todos os ativos devem identificar possíveis rotas de fuga do Afeganistão para OBL e outros líderes da AQ, seguidas por reconhecimento das rotas para interdição. (Sabíamos historicamente que, em guerras irregulares, as chances de matar ou capturar líderes inimigos específicos não eram grandes, por isso queríamos ter planos de contingência.)

9. Preparar-se para o interrogatório e a exploração de prisioneiros.

10. Avaliar necessidades humanitárias.

Como conclusão, escrevi:

“Estamos lutando pelos objetivos antiterroristas no cenário afegão e embora tenhamos fixado metas ousadas em terreno muito incerto e dinâmico, também estamos lutando pelo futuro da guerra antiterrorista global executada pela integração da CIA com o Ministério da Defesa. Embora venhamos a cometer equívocos enquanto exploramos território novo e metodologia nova, nossos objetivos são claros, e nosso conceito de parceria é sólido.”

Orientei nosso vínculo da CIA em Tampa para compartilhar, na íntegra, a mensagem com o general Franks e sua equipe.

Desde o começo, eu estava trabalhando numa fúria semicontrolada. Eu explodia sempre que alguém fracassava em atender as expectativas. Eu havia despedido várias pessoas do CTC/SO, inclusive um agente paramilitar veterano da CIA e um agente vinculado ao CENTCOM. A certa altura, eu criticara quase todo mundo, em particular ou em público.

Minha raiva era movida por medo, honra e orgulho. Eu tinha medo de outro ataque maciço em nossa pátria. Tinha medo que meus homens fossem

assassinados. Mas também tinha medo que a missão fracassasse.

O que deixava o medo para trás, porém, era uma fervente necessidade de vingança arraigada num sentimento de violação vergonhosa. A AQ tinha violado nossas fronteiras, matado milhares de nossos compatriotas em Nova York, bombardeado o quartel-general militar de nossa nação e procurado atacar a capital de nosso país — objetivo impedido apenas pela coragem dos passageiros do voo 93 da UA. A ambição de minha vida era proteger nossos cidadãos e facilitar o progresso dos interesses de nossa nação, e agora acontecia isso?

Mais do que retaliação vil, esta era a hora e a oportunidade de restabelecer a honra e o orgulho por nossa nação e nossa Agência. Eu dissera isso aos componentes de nossas equipes antes de eles partirem, que elas eram a vanguarda da reação de nosso país. Eles haviam recebido a honra de buscar vingança, restaurar nosso orgulho e proteger nossos cidadãos de outros ataques. Nossa nação precisava deles mais do que nunca.

Eu tinha um feroz orgulho deles, na linha de frente e no QG, desde Dick Holm, o mais velho, até Will Hurd, o mais novo. Dick era um conselheiro sênior, que havia liderado aliados tribais da CIA no sudeste da Ásia durante a Guerra do Vietnã. Ele havia sofrido queimaduras horríveis num desastre de helicóptero no Congo; muitos dias depois, porém, saiu da selva e passou os próximos trinta anos galgando cargos no Serviço Clandestino. Tinha se aposentado, mas agora voltou à ativa, trabalhando como conselheiro sênior no CTC/SO.

Will Hurd, garoto afro-americano de 22 anos vindo de San Antonio, tinha acabado de entrar na CIA na função de estagiário de carreira. Apresentou-se logo nos primeiros dias do CTC/SO. Eu não sabia de onde ele viera nem como havia chegado ali. Fizemos dele nosso office-boy e mandalete. Ele era imune a nosso abuso e à necessidade de dormir. Após seu período no CTC/SO, ele serviria por mais de uma década no Serviço Clandestino, administrando operações antiterroristas e cibernéticas no sul da Ásia.

Nossa resposta coletiva, canalizada e emocionalmente disciplinada foi tão importante quanto a estratégia desenvolvida por nós. Sem a vontade de vencer, a

estratégia é irrelevante. Intuitivamente, todos nós entendíamos isso. Esse conceito, é claro, não era novidade alguma. Há mais de 2 mil anos, Tucídides enfatizou a importância fundamental de compreender e levar em conta as paixões dos homens na guerra.

Manhã dominical, 7 de outubro de 2001. Dali a poucas horas começaria a campanha aérea. Nossas equipes estavam preparadas. Em nosso gabinete no QG, a equipe estava a todo vapor, acionando inteligência e imagens em apoio a nossas equipes, nossos parceiros militares e nossos aliados afegãos. Era um caos controlado e determinado.

Massie me puxou para o lado e disparou:

— Está tranquilo em relação a isto?

Se eu estou tranquilo em relação a isto? O que ele está pensando? Tenho esperado por isso durante anos. A hora é agora e não temos tempo a perder com discussões filosóficas exasperantes.

— John, estou mais do que tranquilo — retruquei.

Ele pegou meu braço e sorriu:

— Não estou perguntando sobre o inimigo, estou perguntando sobre você. Está bem com a sua consciência pelo fato de que vamos ser os responsáveis pelas mortes de milhares de pessoas?

— Eles precisam morrer — sibilei.

— Sim, conheço a nossa missão. E vou estar tão satisfeito quanto você quando chegarmos à vitória. Mas você precisa se dar conta de que existe uma necessidade moral que você não pode ignorar. Deve considerar sua alma mortal. Comandamos muitas operações, e em algumas delas pessoas perderam a vida, mas nada se compara a isso. Você precisa parar um minuto, refletir e orar. Você precisa. Seus homens precisam. Todos nós precisamos.

Méritos ao John, por suscitar um conselho tão elementar, pessoal e generoso quando mais necessário e menos percebido. Além de meu adjunto e amigo, ele era uma bússola moral.

— Sim. Tem razão.

Nós dois fechamos a porta e oramos por dois minutos. Tínhamos uma guerra

nos esperando, mas foi um interlúdio crucial, pois queríamos Deus a nosso lado e a bem de nossa salvação.

Além do mais, estávamos prestes a enviar milhares de inimigos diretamente ao inferno, e eu não queria me encontrar com eles lá.

A intervenção de John também ofereceu um ponto de referência para ensinar que eu usaria nos anos seguintes, seja palestrando para estudantes universitários, estagiários da CIA ou operadores militares. Não uma questão teológica, mas sim uma lição permanente de guerra: o autoconhecimento é essencial. Quanto melhor você entende a si mesmo, sua equipe e sua nação, melhor você consegue triangular forças amigas e inimigas no terreno humano do combate. Sun Tzu já apregoava isso.

Eu entendia, mais do que nunca, que angustiantes lições emocionais imprimiam-se no meu cérebro bem melhor do que lições numa sala de aula ou palavras numa página. As aulas dos antigos ganhavam mais significado quando aplicadas às lições aprendidas por mim a duras penas. Eu estava prestes a aprender mais algumas.

Eu estava no gabinete, esperando, quando o coronel Clark enfiou a cabeça na porta e fez o sinal de positivo.

A primeira onda de bombardeiros dos EUA havia penetrado no espaço aéreo afegão. Com precisão sem precedentes, os pilotos orientados por nossas informações logo largariam suas bombas sobre um inimigo desprevenido, despreparado, arrogante e perverso.

Afeganistão: Operações

De cada centena de homens que nos enviaram, dez nem deveriam estar aqui. Oitenta não passam de alvos; nove são lutadores de verdade, e somos afortunados por tê-los conosco: eles sustentam a batalha. Ah, mas o último! Um deles é guerreiro, e ele levará os outros de volta.

Heráclito

O ataque aéreo foi devastador. Começando em 7 de outubro de 2001, os pilotos dos EUA aniquilaram a maioria dos alvos fixos do Talibã em três dias, inclusive seus antiquados sistemas antiaéreos. As barracas, os centros de controle e de comando, os depósitos e as casamatas se transformaram em ruínas ardentes. Muitas unidades operacionais da linha de frente inimiga tinham sido destruídas. Priorizamos centros de comando e controle e combatentes estrangeiros: eles sofreram os piores ataques.

No quarto dia, o Pentágono nos reclamava sobre a falta de locais de bombardeio disponíveis. Eles exigiram mais informações relativas sobre mais alvos fixos e convencionais. Explicamos que isso não era possível, pois todos já tinham sido eliminados. Esse intercâmbio realçou a imensa discrepância entre como o Ministério da Defesa queria lutar e como nós precisávamos lutar. Enquanto o CENTCOM e o Comando de Operações Especiais Conjuntas (JSOC) se adaptavam, alguns líderes do Pentágono se aferravam a seu velho paradigma de guerra de Estado contra Estado: enxergavam a vitória em termos de destruição de alvos fixos e exércitos profissionais. Procuravam um centro geográfico de gravidade no campo de batalha, incapazes de compreender que o centro de gravidade repousava nas mentes dos afegãos.

Havia quatro motivos para uma campanha aérea tão rápida e abrangente. Primeiro: esses alvos convencionais eram limitados em número. O Afeganistão, um dos países menos desenvolvidos do mundo, tinha também um dos menos desenvolvidos sistemas de defesa. De uma perspectiva convencional, o

Afeganistão oferecia uma escassez de grandes alvos de infraestrutura a serem destruídos. Segundo: a velha e dilapidada defesa antiaérea do inimigo era ridícula, oferecendo ameaça limitada à mais moderna força aérea do mundo. Terceiro: os ataques dos EUA foram os mais precisos na história da guerra, devido aos avanços na tecnologia e nas capacidades. Quarto: os pilotos sabiam exatamente onde atacar, devido à extraordinária exatidão da inteligência multifontes. Utilizando o mapa mágico ativado por GIS, plotamos os alvos, desde as formações inimigas na linha de frente ao longo das planícies de Shomali até os complexos do Talibã encravados na cidade de Candaar. Essa inteligência incluía definição de alvos em tempo real, designados a laser, por equipes no solo. Tudo isso alçou a um novo nível a eficiência de direcionamento ar-terra.

Nossos aliados tribais e nossos agentes unilaterais afegãos foram fundamentais nesse esforço de direcionamento. Tinham acesso único país afora e muitas vezes até nos acampamentos inimigos. Esses esforços de coleta realmente tinham falhas técnicas. Nossas equipes a campo reclamavam que as unidades de GPS portáteis eram muito complexas para nossas fontes afegãs. Eles retornavam de missões de reconhecimento com uma mixórdia de pontos de rota e outros dados desnecessários inseridos no GPS. Recorremos a nossos técnicos, que remodelaram as unidades de GPS de modo que nossos ativos tivessem que apertar apenas um botão. Tão logo nosso ativo apertasse o botão, o GPS marcava e gravava as geocoordenadas daquela localização, o local inimigo a ser bombardeado. Isso funcionou. Os ativos se infiltravam no local inimigo, apertavam um botão que gravava as geocoordenadas e, em seguida, escapavam da área e se encontravam com o agente operacional da CIA, que abastecia os dados de GPS a nossos clientes — os pilotos dos bombardeiros.

As Forças Especiais (SF) dos EUA, após juntar-se a nossas equipes da CIA, empregavam designadores a laser para iluminar alvos ao longo de todas as linhas de frente. Os controladores aéreos de vanguarda vinculados às equipes das SF tinham comunicação em tempo real com os pilotos, direcionando ataque após ataque. Nossos VANTs tipo *Predator*, equipados com seus próprios sistemas a

laser, também identificavam e iluminavam alvos para os bombardeiros dos EUA e das forças aliadas.

O vídeo do *Predator* cobria os bombardeios, que combinávamos com outros relatórios e canalizávamos em nosso fluxo de inteligência para uma ampla gama de ávidos clientes. Ansiavam por nossas informações com voracidade. Todos, desde o presidente até o soldado perto de Herat, passando pelo embaixador de Islamabad, queriam mais inteligência, abrangendo desde ataques táticos específicos até a macroestratégia do jogo político.

O *Predator* exerceu um papel complementar e revolucionário nesse ataque complexo, muitas vezes porque desenvolvemos táticas de VANT em pleno voo operacional. Poucos dias antes de começar a campanha aérea, a partir de nosso centro de comando, assistimos ao *Predator* entrar no alcance de um radar *Spoon Rest* de fabricação soviética. Sistema de radar rudimentar da década de 1970, um dos poucos operados pelo Talibã.

Massie e eu estávamos com nossa equipe do *Predator*, no centro de comando, assistindo à grande tela iluminada. Estávamos cercados por talvez 25 pessoas, emprestadas de outras agências do governo, espalhadas em bancadas de terminais. Estavam concentrados em qualquer fluxo de inteligência capaz de contribuir com esta missão. Peneiravam, analisavam, amalgamavam e coordenavam a torrente de relatórios multifontes, abastecendo os líderes da equipe *Predator*. John e eu observávamos, aprendíamos e buscávamos novas oportunidades.

Assistimos ao radar *Spoon Rest* girar.

— Está respondendo, captando o nosso VANT — comentou um dos analistas.

— Vão nos identificar. Precisamos evadir — ordenou um dos líderes.

— Não. Vá em frente — intercedi.

— Senhor, um caça MIG está se posicionando na pista adjacente. Vai decolar.

— Vá em frente — repeti.

Assistimos ao MIG decolar e rapidamente ganhar altitude.

— E se ele nos derrubar? — alguém indagou.

— O valor da inteligência é maior que o custo de nosso VANT. Vá direto

rumo a eles — instruí.

Assistimos ao contínuo giro do radar, sinalizando que o *Predator* se aproximava. Vimos o piloto inimigo, agora na altitude, dar a volta e voar em direção ao *Predator*. O piloto inimigo ia muito rápido para interceptar nosso VANT. O piloto tentou outra vez e errou. Não conseguiu rastrear o nosso vagaroso e desajeitado VANT propulsionado a hélice. Assistimos ao esforço de reação de nosso inimigo frustrado. Gravamos tudo, e o vídeo do *Predator* abrangeu o radar, o centro de comando e o piloto do MIG. Isso foi uma fantástica coleta de inteligência.

— Bom trabalho. Envie tudo para nossos clientes militares, agora. Nossos pilotos vão adorar — afirmei.

Mais tarde, Massie comentou:

— Sabe, um aeronauta, com plataforma tripulada ou não tripulada, não teria arriscado isso.

— Arriscado o quê? — perquiri.

— Testar o radar. Pôr em risco o VANT.

— Bem, esta é a vantagem de estarmos fazendo isso pela primeira vez. É o melhor que podemos fazer.

Essa foi a primeira vez que um VANT foi utilizado para provocar e registrar a resposta de um sistema antiaéreo. Nada disso foi planejado. Jamais havíamos pensado na alternativa. Apenas identificamos uma necessidade de coleta e aproveitamos a oportunidade.

Com uma solução cinética integrada nos *Predators*, poderíamos fazer mais do que coletar inteligência e provocar respostas inimigas. Nosso VANT estava equipado com dois mísseis Hellfire. A ogiva de cada Hellfire era relativamente pequena, o que nos permitia utilizar o tipo de projétil necessário para acertar o alvo com exatidão. E nossos pilotos eram exatos. De uma altitude elevada e a quilômetros de distância, conseguiam acertar um míssil Hellfire numa janela aberta. Consequiam atingir uma picape. Apagar um combatente isolado.

Outro *Predator*, desarmado, atuava estritamente como plataforma de coleta de inteligência. Realizávamos o máximo de voos possíveis com eles. Acionávamos

disparos de Hellfire dia e noite.

Na noite de 20 de outubro, nosso *Predator* desarmado avistou do alto uma comprida pista de pouso pavimentada no sul do Afeganistão. O VANT monitorou a área, enquanto duzentos paraquedistas do 75^o Regimento Ranger saltaram no local e garantiram a área. Foi uma medida ousada para estabelecer uma base logística no coração do país do Talibã. A resistência foi muito amena. O CENTCOM assistiu ao mesmo vídeo que vimos.

Simultaneamente, uma equipe do JSOC a bordo de helicópteros *CH-47*, partindo do porta-aviões *Kitty Hawk*, no Oceano Índico, voou ao norte, atravessando o deserto rumo a Candaar. O JSOC atuou como braço secreto unilateral ou de “operações obscuras” do Comando de Operações Especiais (SOCOM). O objetivo deles era o núcleo do líder talibã Mullah Omar. Nossa inteligência indicava que Omar não estava lá, mas outros líderes talibãs podiam estar e, no mínimo, seria um profundo golpe no inimigo atacar um local tão emblemático em sua terra natal.

Voamos o *Predator* armado à frente dos *CH-47* que transportavam os grupos táticos. Um analista de nosso centro de comando avistou uma metralhadora antiaérea ZU-23 no alto de uma serra, controlando a rota de voo da força invasora do JSOC. Canhão automático duplo, móvel, de fabricação soviética, capaz de fogo rápido e muito eficaz para aeronaves de voo baixo, esta ZU-23 representava uma ameaça real. Retransmitimos a informação ao JSOC. A equipe tática estava a poucos minutos de distância.

— Elimine-a — foi a resposta de nosso contato no JSOC.

Defronte à imensa tela de vídeo, fiz uma careta quando o primeiro míssil Hellfire se espatifou contra a encosta rochosa, pouco acima do alvo. No momento em que mais necessitávamos de um acerto, conseguimos apenas um erro infrequente.

— Droga — resmungou alguém.

Em seguida, um silêncio dominou a sala. Se não fosse eliminada, a arma inimiga teria em sua mira fatal a rota por onde passaria o grupo tático do JSOC.

Todos que assistiam à grande tela sabiam disso. Os invasores podiam desviar a rota de voo, mas isso poderia colocá-los em outro risco potencial. Também prejudicaria seu cronograma.

Eu assistia à imagem de vídeo do *Predator*, segurando gentilmente a ZU-23 na alça de mira, quando o segundo Hellfire acertou em cheio. A conflagração inicial foi seguida imediatamente por ondas consecutivas de pequenas explosões secundárias. Eram as munições 23 mm entrando em ignição.

Essa foi a primeira vez que um VANT forneceu apoio ar-terra para um ataque de grupo tático paraquedista, ou, aliás, para qualquer tipo de ataque. O *Predator* foi soberbo nesses envolvimento específicos e táticos. Importância bem maior que a tecnologia teve a equipe de inteligência que construiu e administrou a plataforma. Sem ela, o VANT seria apenas um aglomerado de metal, fios, sensores ópticos e artilharia.

Corri o olhar pela sala, repleta de entusiasmo nos rostos de agentes, técnicos e analistas, um grupo misto de homens e mulheres civis e militares. Eles estavam transformando a guerra.

Transmitimos as boas novas ao JSOC. Minutos mais tarde, os grupos táticos investiram sobre os destroços da metralhadora antiaérea rumo ao complexo de Mullah Omar. No local, houve resistência mínima e escasso valor de inteligência. Mas o vídeo transmitido mundialmente dos grupos táticos pousando em Candaar, caminhando ao redor do complexo de Omar, abalou o inimigo. Nosso relatório de HUMINT registrou o choque e o ultraje com que o Talibã se deu conta de como os soldados dos EUA conseguiam penetrar tão profundamente, tão rapidamente, no coração de sua zona de segurança. O Talibã começou a se perguntar: “O que os antigos aliados da AQ tinham feito contra eles? Qual seria o próximo passo dos EUA? Quando e onde?”

Os temores do inimigo eram justificados, à medida que aumentava nosso apoio de inteligência e de ações encobertas ao JSOC. Os grupos táticos de JSOC logo operavam no país com impunidade.

Também sabíamos a partir de relatórios de HUMINT que muitos afegãos consideraram os ataques precisos contra mercenários estrangeiros, quase sem

danos colaterais, uma comprovação do poder dos EUA. Isso não era trauma de força bruta, do tipo testemunhado pelos afegãos recentemente na ocupação soviética, seguida por sua terrível guerra civil. Agora eles presenciavam ataques cirúrgicos e exatos, com rapidez e dissimulação. Em decorrência da precisão dos bombardeios e dos ataques de grupos táticos, em parte, muitos afegãos começaram a perceber os EUA como um aliado confiável e eficaz. Estávamos destruindo estrangeiros em seu território, junto com seus cruéis aliados talibãs e, ao mesmo tempo, evitando vítimas civis. Os afegãos, é claro, não sabiam sobre nossos VANTs tipo *Predator*, JDAMs¹ nem munições guiadas a laser. Só entendiam que, sempre que os EUA desejavam, um caminhão cheio de membros da AQ repentinamente explodia.

Em cada situação, nos esforçávamos para melhorar. Após a análise de vários ataques com Hellfire contra combatentes inimigos em caminhões, chegamos à conclusão de que alguns sobreviviam ao ataque. Podíamos vê-los se afastando, feridos e cambaleantes. Isso era inaceitável. Precisávamos de mais fragmentação no ponto de impacto.

Pedimos ajuda de nossos empreiteiros, especificamente Chuck “Boom-Boom” Vessels. Ele entendeu nosso problema de imediato. Com rapidez nos trouxe um esboço. Projeto simples e elegante. Ele fabricaria uma luva de metal, perfurada com pequenos orifícios, que se encaixava na ponta da ogiva. A modificação seria rápida e fácil. Boom-Boom explicou que isso devia aumentar a fragmentação em no mínimo 25% e expandir o raio da zona fatal também talvez em até 25%.

Duas semanas depois, tínhamos as luvas de fragmentação envolvendo as ogivas. Analisamos vários ataques. As estimativas de Boom-Boom se verificaram conservadoras. Não sobrava ninguém.

No teatro das operações

Com a campanha aérea em andamento e as operações terrestres coordenadas vagorosamente pegando embalo, eu precisava visitar o Afeganistão e conferenciar com nossos aliados afegãos.

Schroen estivera no vale do Panjshir durante seis semanas, lançando as bases para o ataque a Cabul e áreas adjacentes, inclusive com a colaboração das forças da Frente Unida do extremo norte, que partiriam das montanhas no leste para atacar Cunduz. A equipe dele, de codinome Jawbreaker, abriu o caminho para a primeira equipe alfa 555 das Forças Especiais do Exército dos EUA. Também conhecida como Triple Nickle, havia se desmembrado do Quinto Grupo, com base em Karshi Khanabad, no Uzbequistão. Agora estava alojada junto com a Jawbreaker, no mesmo conjunto habitacional no interior do Panjshir. Tanto a Jawbreaker quanto a Triple Nickle expandiam sua abrangência, com equipes de reconhecimento na borda norte das planícies de Shomali.

A Jawbreaker precisava de reforços da CIA e mudança na chefia. Schroen, o principal agente operacional veterano do sul da Ásia, era a escolha perfeita para ser o líder no Afeganistão após o 11/9. Ele havia nos ajudado a entender os desdobramentos da campanha, em especial no nordeste do Afeganistão. Ele havia depositado confiança na cúpula da CIA, inclusive em mim, ao prever de modo inequívoco o colapso do Talibã assim que fizéssemos um ataque aéreo concentrado e coordenado com as forças terrestres da Frente Unida. Schroen havia insuflado coragem em nossos aliados afegãos.

Também administrou as expectativas deles. Por exemplo, Fahim e outros líderes da Frente Unida exigiram que todas as equipes da CIA e das Forças Especiais que entrassem no Afeganistão primeiro viessem até o Panjshir, como se a Frente Unida encarnasse alguma entidade soberana de todo o Estado-nação, aprovando cada entrada. Queriam que seu posto avançado no Panjshir servisse de alfândega e ponto de entrada para todos os nossos destacamentos. Uma tentativa descarada e ridícula de estabelecer sua autoridade de fato.

Schroen me informou sobre isso durante uma ligação segura. Eu lhe disse que nem pensar. Essa ideia não fazia sentido operacional, logístico ou político. Schroen entendia isso, mas sabia que nossos aliados talvez não ficassem contentes. Esse, entretanto, era um ponto controverso. O que é que eles iam fazer? Pedir que não viéssemos? Tentar nos impedir? Estavam combatendo o Talibã durante anos e agora, conosco, tinham a oportunidade perfeita de vitória. Eu sabia que nossos aliados, mais do que ninguém, procurariam se aproveitar sempre que possível, mas essa solicitação era incrivelmente tola. Expus minha perspectiva a Schroen. Ele, por sua vez, explicou isso para nossos aliados, imagino que em termos mais respeitosos.

Agora precisávamos de Berntsen com seu *ethos* guerreiro de cachorro louco. Ele assumiria o comando da Jawbreaker. Eu queria que ele nos guiasse Cabul adentro e além. Uma vez que ele estivesse no seio de nossos aliados afegãos, e enquanto pudesse respirar, Berntsen seria incansável.

A equipe Alfa estava ao sul de Mazar. Também precisavam de mais agentes da CIA, sem falar numa equipe das Forças Especiais (SF) que havia reduzido de número nas últimas semanas devido ao mau tempo. Isso estava enlouquecendo Rumsfeld — os agentes da CIA estavam no campo e seus homens não estavam. Fiquei sabendo disso pelos amigos dele no Pentágono e em Tampa. Rumsfeld inclusive ligou ao Uzbequistão para falar com o coronel Mulholland, o comandante das SF, para desaforá-lo — como se Mulholland tivesse culpa das condições meteorológicas.

Após mais de um mês no QG da CIA, eu precisava de um rápido reconhecimento no teatro das operações. Eu precisava me encontrar com nossos aliados afegãos lá. Ver nossos homens. Ver a terra que não tirava da cabeça há três anos, ver como destruiríamos a AQ no Afeganistão.

O general Franks planejava uma viagem para se encontrar com a liderança da Frente Unida, mais especificamente com o general Mohammed Fahim, em Dushanbe, no Tadjiquistão. Ele e eu conversamos sobre a melhor maneira de alcançar nossos objetivos com nossos aliados afegãos. Eu lhe disse que precisava ir ao Afeganistão, então concordamos que eu ia me unir a ele no encontro com

Fahim antes de seguir adiante. Contei a ele que levaríamos a inteligência, os relacionamentos, o dinheiro e o tradutor para o encontro. O CENTCOM se encarregaria de tudo o mais, inclusive de minha carona até o Afeganistão.

Convidei o general Franks para enviar um de seus assessores seniores para me acompanhar no Afeganistão. Sugeri o general Gary Harrell, com quem eu trabalhara no Iêmen no ano anterior. Franks escolheu o almirante Bert Calland, um dos mais experientes SEALs da Marinha. Eu só me encontrara com ele uma vez, na visita a Tampa. Bert foi uma boa escolha.

Precisávamos enviar Berntsen e os reforços à Jawbreaker e à equipe Alfa o quanto antes. O modo mais rápido era com a aeronave *Gulfstream* que me levaria a Dushanbe. Nosso pessoal da logística avaliou que o voo podia acomodar a todos nós, junto com nosso armamento e equipamento. Seria apertado.

Cindy me levou ao aeroporto, onde os jatos particulares estavam estacionados. Caminhamos até a aeronave. Não houve lágrimas nem expressão de angústia, só um abraço e um beijo. Eu lhe disse que voltaria dali a duas semanas. Tínhamos avisado os meninos, todos agora de volta à escola após a rápida mudança de nossa base no estrangeiro, que eu estava indo ao Afeganistão. A esta altura, havia pouca necessidade de esconder um fato tão óbvio. Afinal de contas, eles eram perspicazes e me viram juntando bagagem para uma expedição em montanhas, não para um passeio diplomático. Enquanto eu estivesse fora, Cindy teria de responder às perguntas deles e lidar com seus problemas. Acima de tudo, ela estava sendo coerente com nossa fraca explicação sobre nossa transferência, citando “preocupações de segurança e novas prioridades governamentais” para os vizinhos e parte de nossa própria família. Eu a observei se afastando, de costas para o hangar, e pensei na força dela e no quanto eu a admirava, no quanto eu a amava.

Voltei-me para nossa equipe da CIA reunida na pista, perto de nosso jato elegante e branco. Tudo estava acomodado. No entanto, dois sujeitos pareciam agitados. Um tinha a mandíbula cerrada com força. O outro parecia muito deprimido. Isso era incomum. Os paramilitares da CIA se orgulhavam por

manter uma atitude calma e fleumática.

— Qual o problema? — indaguei.

— O nosso médico. Ele está emprestado à CIA pelo Ministério de Defesa, e estamos esperando a liberação dele para se unir a nós.

— Que liberação? Ele está com a CIA. Vamos lá.

— Não, senhor, não é tão simples assim. O ministro precisa aprovar isso.

— O ministro? O ministro da Defesa? — indaguei, estupefato.

— Sim, senhor. Pelo menos, o gabinete dele.

— Ora, ligue para eles.

— Já ligamos, senhor. Estamos articulando isso há duas semanas.

Um celular tocou e houve uma discussão breve, nada agradável.

— Senhor, o médico não foi liberado.

— Tá brincando comigo.

— Não, senhor. O gabinete do ministro não deu a liberação para o médico ir junto conosco.

— Por quê?

— Não sei, senhor.

Todos eles estavam constrangidos, principalmente o médico. Eu estava embasbacado e furioso, mas nada podia fazer. Tínhamos de embarcar e decolar naquele instante. O médico ficou para trás.

Enquanto o avião taxiava, fiquei ali, sentado em minha poltrona, preso no cinto de quatro pontos, imaginando como, em nome de Deus, poderíamos vencer esta guerra com um Ministério da Defesa tão incapacitado. Ou, pior ainda: esses babacas estavam mais preocupados com sua prerrogativa administrativa do que com salvar as vidas de nossos homens no campo de batalha. Seja qual fosse a razão e a motivação, o resultado final era o mesmo. Estaríamos com um médico a menos.

No limpo ar da tarde, o avião cruzava o norte da Virgínia, e o piloto posicionou a aeronave em direção ao leste, rumo ao Tadjiquistão. Bem, pensei com meus botões, quanto mais longe de Washington, mais fácil será — até mesmo no Afeganistão. Estava ansioso para me encontrar com o general Franks,

os nossos amigos afegãos e nossos homens no teatro de operações.

Corri o olhar pelo compartimento apertado, repleto de guerreiros-espiões barbudos e musculosos, com tantas habilidades e experiências operacionais. Alguns eram políglotas, outros falavam línguas locais com fluência, inclusive dois novatos, agentes operacionais muçulmanos. Alguns eram especialistas em ações encobertas. Alguns já tinham estado em combate. Outros não.

Usavam jeans desbotados ou calças cargo. Botas caras e pesadas. Jaquetas de Gore-Tex forradas com velcino. Dei-me conta que estava vestido de modo parecido. Parecíamos um bando de quarentões desarrumados e carcomidos mal escolhidos para uma propaganda de roupas.

Eles conversavam baixinho sobre a missão, fazendo algumas piadas, mas não muitas. Um sujeito já estava ferrado no sono. O zumbido da aeronave, cortando o ar a 12 mil metros de altitude, era relaxante. Nada de telefones tocando, nada de reuniões, nada de política.

O voo sem escalas foi tranquilo. Reclinei a poltrona e dormi mais do que havia dormido nas últimas semanas.

Ron, nosso contato em Dushanbe, nos recebeu ao aterrissarmos. Jovem, competente, falando russo fluentemente, ele nos escoltou até seu gabinete: ambiente pequeno e rudimentar, grande apenas para acomodar poucos de nós. Bem vigiado e protegido por barreiras técnicas, inclusive um escudo para todas as nossas comunicações, o gabinete coletava informações e também atuava como elo fundamental de logística para a Jawbreaker e nossas outras equipes no norte do Afeganistão.

Na última vez que eu estivera em Dushanbe, uns dezoito meses antes, não havia presença do governo dos EUA. Cofer, Ben, Rich e eu defendemos (e injetamos verbas para) um maior envolvimento na região. Gerir a guerra sem um ponto de apoio em Dushanbe e em Tashkent, no Uzbequistão, teria sido quase impossível.

Falei com Schroen pelo rádio e lhe avisei que íamos rendê-lo em dois dias, após o encontro com Franks e Fahim. Schroen nos forneceu uma atualização. O bombardeio reduzira o ritmo. Agora era esporádico e ineficaz, e nossos parceiros

afegãos começavam a se impacientar com a falta de lógica na escolha de alvos. Os exércitos tribais afegãos queriam se liberar. Queriam lutar, mas não sem uma pesada cobertura aérea.

Dushanbe continuava igual, um agrupamento de prédios comerciais e residenciais melancólicos e cinzentos, ao estilo soviético, habitados por pessoas desesperadas e exploradas por oficiais corruptos e narcogângsteres feudais. Caminhamos ao longo de vários quarteirões, até um café, onde comemos pão e chá quente e adocicado. O povo local nos fitava, mas não comentava nada.

Debandamos para nossos alojamentos. A última coisa que precisávamos era uma alteração, com todos os efeitos colaterais políticos adversos, que nada tinham a ver com a nossa missão. No ramo da inteligência, boa parte do risco girava em torno de assuntos simples, mundanos e cotidianos em ambientes não familiares. Qualquer risco de estar no lugar errado na hora errada, sem benefício operacional, era obtuso. Ficaríamos fora das ruas de Dushanbe.

Naquela noite, nos reunimos dentro da aeronave *C-17* do general Franks, pousada na pista do aeroporto de Dushanbe. Apertei a mão do general Fahim, que não conhecia pessoalmente, e abracei o engenheiro Aref, o chefe da inteligência da Frente Unida. Tínhamos trabalhado juntos nos últimos dois anos e nos comunicávamos com frequência.

Saudei o general Franks, o general-brigadeiro Kimmons, que era o J-2, o almirante Calland e o coronel Mulholland, e os apresentei a Berntsen e Hamid, que faria a tradução. Hamid era um de nossos agentes operacionais novatos.

À mesa, o general Franks conduziu a conversa.

Tínhamos um mapa aberto. O general Franks apontou para onde ele podia direcionar a força aérea, explicando que Fahim precisava lhe dar prioridades. Onde ele queria que atacássemos primeiro? Fahim parecia desejar concentração de força aérea em todos os lugares, o que era impossível. Esse vaivém continuou. O general Franks explicou que devíamos reforçar o sucesso em todos os locais que éramos mais fortes nas operações terrestres, em todos os locais que podíamos atacar primeiro. Mazar-e-Sharif? Planícies de Shomali? Taloqan?

Então Fahim disse que Cabul era o epicentro, mas não podia oferecer uma

linha do tempo de quando suas forças terrestres estariam prontas para vir pelo sul, através das planícies de Shomali, e atacar Cabul. De um modo estranho e contraditório, ele argumentava contra sua própria posição, pois continuava a reclamar sobre suas tropas mal equipadas. Desejava os suprimentos, o dinheiro e a força aérea — tudo ao mesmo tempo. Desejava extrair o máximo de benefícios políticos e militares dessa conversa, que estava se transformando numa negociação.

Hamid traduzia com suavidade e confiança. Nesse meio-tempo, Berntsen e eu não escondíamos nosso descontentamento, pois nossos aliados afegãos começavam a barganhar e pleitear. Eu dissera a Franks que Fahim e Aref buscariam alguns pontos de influência, mas não tinham nenhum. Apenas imaginei que eles cederiam antes disso.

Agora Fahim continuava a realçar a importância de Cabul. Franks, que compreendia a importância de Mazar-e-Sharif e de um istmo para o Uzbequistão como rota de suprimentos, colocava mais ênfase no extremo norte.

Atalhei dizendo que tínhamos de fazer ataques aéreos coordenados com os terrestres. Disse a Fahim que, sem potência aérea, tínhamos poucas chances de sucesso. Nas planícies de Shomali, Fahim enfrentava forças inimigas que somavam 50 mil homens. Ele tinha menos de um quarto desse número. Nossa situação em Mazar e noutros lugares era semelhante. O inimigo superava em número nossos aliados afegãos por margens muito amplas, através de todo o país.

Fahim realmente não tinha alternativa e enfim se deu conta disso. O general Franks se concentraria em apoiar o ataque terrestre a Mazar-e-Sharif, rapidamente seguido de apoio em Taloqan e nas planícies de Shomali.

Fahim compreendeu e aquiesceu. Em seguida, canalizou a conversa para outro ponto delicado, exigindo uma astronômica soma em dinheiro, em pagamentos mensais. Um silêncio inquieto dominou o pequeno grupo.

Franks declarou:

— Besteira — e se afastou da mesa.

Fahim franziu o cenho. Pareceu confuso. Mirou Aref, que compreendeu o

improprio. Aref enrugou a testa, e seus cílios começaram a bater. Percebeu o que havia acontecido.

Berntsen rosnou algo em dari para eles.

Encarei Fahim e Aref.

Agora todos estavam emudecidos novamente. O general Franks tinha saído para fumar. Também me levantei e me afastei da mesa.

Após um intervalo de vários minutos, nos reagrupamos. Eu disse a Fahim e Aref que forneceríamos uma verba mensal, mas somente para necessidades e suprimentos específicos, mais fundos extras para ajudar a assediar recrutas do Talibã. Minha oferta era bem inferior à que eles haviam exigido, mas suficiente. Não havia modo de justificarmos todos os valores após serem pagos, mas isso era um preço pequeno para nossos aliados manterem o respeito e fazermos a discussão avançar. Certamente era melhor do que gastar bilhões de dólares em forças terrestres dos EUA, oferecendo aos inimigos mais alvos estadunidenses, desperdiçando tempo numa preparação convencional e, no longo prazo, sendo menos eficaz.

Em seguida, analisamos as posições aliadas e inimigas e discutimos o leque de opções para nossos ataques coordenados. Exploramos detalhes dos destacamentos das Forças Especiais. O coronel Mulholland explicou qual seria a contribuição desses homens.

No fim da reunião, o general Franks prometeu se encontrar com Fahim no Afeganistão perto do Natal. Falou para eles sobre o futuro brilhante de nossa aliança. Após a tensa negociação, nossos aliados precisavam de um incentivo.

O general Franks, confiando nas avaliações de personalidade que tínhamos fornecido e tendo em vista a estratégia de negociação que havíamos combinado, demonstrou muita habilidade em seu desempenho. Não pode haver melhor exemplo de bom uso das informações fornecidas pelo serviço de inteligência a um cliente perspicaz sobre aliados essenciais e sobre ações encobertas mescladas com campanha militar.

Informei a Fahim e Aref que os encontraria no vale do Panjshir em 48 horas, se as condições meteorológicas permitissem. O almirante Calland me

acompanharia. Fahim e eu concordamos em continuar os debates por lá.

No dia seguinte, Berntsen e eu novamente conferenciamos via rádio por satélite com a equipe Alfa, no sul de Mazar-e-Sharif. Eles estavam ganhando terreno. As forças de Dostom conquistaram uma aldeia controlada pelo Talibã. Conseguimos escutar o fim da luta ao fundo na conexão do rádio. Nossos homens pareciam fortes e confiantes, mas queriam apoio aéreo mais próximo e urgente.

Também conversamos com Schroen, cujo sistema gastrointestinal de sessenta anos estava em plena revolta. Décadas de alimentação tosca em locais toscos cobravam a conta.

Bem pior do que isso, ele relatou que um soldado doente das Forças Especiais do destacamento 555 não havia melhorado. Aparentemente, ele contraíra meningite. O combatente estava em estado grave. Dois helicópteros tinham sido despachados para resgatá-lo: o primeiro helicóptero fizera um pouso forçado em território inimigo, e o helicóptero acompanhante tinha recolhido a tripulação encalhada após terem incapacitado a aeronave danificada. Um *F-16* exterminou o helicóptero inútil para evitar que o inimigo aproveitasse algo. Voar entre as altas montanhas do Afeganistão, em especial perto do inverno, não era um assunto simples.

Naquela noite, após cruzarmos duas barricadas armadas, fato comum em Dushanbe, estávamos de volta ao aeroporto. Assistimos à aterrissagem dos dois helicópteros *CH-47*. Já em terra firme, as hélices ainda girando, Berntsen e seus homens carregaram todo o armamento, a munição, as peças sobressalentes e outros equipamentos. Agradei a Ron pelo apoio. Ele permaneceria em Dushanbe, atuando como uma de nossas cordas de segurança. Mais tarde, Ron seria promovido no Serviço Clandestino e se tornaria chefe de divisão.

Presenciei todo o movimento ao redor dos helicópteros e suas hélices rodopiando e segui as instruções da tripulação. Também copiei os movimentos do almirante Calland, à medida que ele rumava ao helicóptero e embarcava. Em incontáveis ocasiões, ele tinha voado em *CH-47s* e noutros helicópteros.

Para mim, esta era uma aventura nova. Este era meu primeiro voo num *CH-*

47. De fato, em qualquer helicóptero. Em toda a minha vida.

Subi a bordo sem me machucar ou me constranger. Com minha Glock 9 mm no cinturão e o equipamento de sobrevivência numa pequena mochila, eu me enfiei num assento e apertei o cinto. Conferi tudo de novo. A exigência tática imediata superava quaisquer ideias de planejamento estratégico. Esta missão exigiria uma mescla dinâmica desses dois itens, com a disciplina de saber quando e como se concentrar em qual deles.

Relanceei o olhar para Bert, sentado ao meu lado. Parecia o boneco da Michelin, todo envolto em protuberantes camadas de roupas. Lamentei ele estar usando vestimenta de aparência tão ridícula. Em resposta, ele apenas abriu um sorriso.

As portas laterais e a traseira, para que os artilheiros tivessem perspectivas e campos de fotos desimpedidos. O vento fustigava a fuselagem enquanto decolávamos e rumávamos ao sul. Voamos rápido em direção ao Afeganistão, a apenas uns 30 metros do chão. Trinta minutos depois, cruzamos a fronteira.

Respirei fundo, aguçadamente consciente de nossa responsabilidade. Pensei nos horríveis ataques do 11/9. Pensei no *USS Cole* e em nossas Embaixadas em Dar-Es Salaam e Nairóbi.

Que privilégio! Liderar estes homens ao coração da Al Qaeda e do Talibã. Eu nunca me sentira tão grato ao meu país e à minha liderança pela oportunidade de servir. Nem nunca estivera tão confiante e mais determinado numa missão.

Começamos a ganhar altitude à medida que nos aproximamos do flanco norte da cordilheira Hindu Kush.

Logo eu sentiria frio como nunca antes sentira.

Tínhamos sobrecarregado nosso helicóptero, que agora se esforçava para superar os imponentes picos das montanhas de Hindu Kush. Rebites se desprendiam da fuselagem. A 4.800 metros de altitude, o piloto começou a circular e a largar combustível para aliviar nosso peso. Mirei pela diminuta janela e vi o outro *CH-47*, transportando Berntsen e companhia. Bert tirou seu fone de ouvido e revirou os olhos. Ele não queria mais ouvir mais descrições dos problemas da fuselagem.

Bem, pelo menos ele está aquecido, pensei. Eu tinha várias camadas, mas insuficientes. A temperatura batia em 23°C negativos. Com o vento açoitando pelas portas abertas, a sensação térmica parecia ainda mais enregelante. Encolhi-me no assento, o máximo possível, aproximando os joelhos ao peito para preservar o calor. Continuamos circulando e despejando combustível.

Pensei comigo: “Genial. A AQ não vai ter oportunidade de me matar, pois vou morrer congelado. Cofer não vai gostar nem um pouco”.

Enfim subimos, cada vez mais. Em seguida, passamos a cordilheira e começamos uma inclinada descida. Olhei pela janela e constatei que a escarpa da montanha estava a poucos metros de distância. O piloto manobrou num mergulho através dos íngremes cânions vale do Panjshir adentro.

Por volta das três da manhã, aterrissamos no rochoso e seco leito de um rio. Afegãos armados nos saudaram. E também uma mulher que correu em minha direção com a mão esticada, ao que parece pedindo uma esmola. Um dos afegãos a puxou para trás e a arrastou pelo cabelo. As hélices continuavam a girar. Começamos a descarregar o material. Schroen e parte de sua equipe chegaram. Em meio à escuridão e ao barulho, troquei apertos de mão com eles, enquanto eles embarcavam no helicóptero. Entre eles, afivelado a uma maca, estava o soldado das Forças Especiais. Ele sobreviveria.

Os *CH-47* ficaram em terra poucos minutos. Eles decolaram para a jornada de volta a Dushanbe, enquanto nos precipitávamos em direção aos caminhos. Continuamos por uma estrada de chão até a casa segura, uma velha estrutura de pedra no vale ao sopé da íngreme encosta. Cumprimentamos nossos anfitriões afegãos e nossos homens. Com a ajuda de Berntsen, reconferimos toda a segurança e passamos um rádio ao QG e Dushanbe avisando sobre nossa chegada. Encontrei uma almofada e um cobertor no chão e caí no sono.

Quatro horas depois estávamos de pé. Caminhei lá fora na luz matinal, respirei o ar frio e renovador e fitei o estreito vale do Panjshir. Casinhas salpicavam o vale às margens dos dois lados do rio límpido e gélido que corria da cordilheira Hindu Kush até as planícies de Shomali. Eu estava no Afeganistão, enfim.

Berntsen já estava trabalhando. Estava contando os milhões em dinheiro vivo,

comprando veículos, despachando equipes de reconhecimento, combinando reuniões com líderes dos aliados afegãos, aprofundando os vínculos com a Triple Nickle e urdindo um modo de resgatar oito missionários estrangeiros da Shelter Now International (SNI), inclusive duas mulheres dos EUA, que estavam nas mãos do Talibã. A célula do serviço de inteligência de Aref em Cabul havia penetrado a força que vigiava os reféns, e obtínhamos relatórios diários e procurávamos negociar com propina a sua fuga antes que a investida contra Cabul começasse.

Passei a manhã com nossa equipe e nossos aliados afegãos, analisando os planos de inteligência e militares. Tivemos um encontro com o tenente-coronel Haas, das Forças Especiais dos EUA. Mais tarde, nos reunimos no sopé da colina e tiramos uma fotografia do grupo.

Berntsen continuou barganhando com Aref sobre assuntos como dinheiro, prioridades de inteligência e os reféns da SNI.

No fim daquela tarde, Bert, Hamid, outras pessoas e eu rodamos ao sul, vale abaixo, rumo ao posto de comando e observação fortificado de Bismallah Khan. Era dele o comando da milícia afegã aliada responsável pelo ataque a Cabul.

Seu posto de comando estava empoleirado na alta e ventosa serra, acima da ponta noroeste das planícies de Shomali. Grandes muralhas de pedra cercavam um antigo edifício de pedra, no alto da montanha, com vista aos confins da terra. O sol se punha atrás de nuvens espiraladas. Uma grande e negra ave de rapina circulava ao nível de meus olhos, preguiçosamente escrutinando sua próxima refeição nas encostas das colinas abaixo. Combatentes armados, com vestimentas variadas e uma diversidade de armas, perambulavam ao redor da minifortaleza. À exceção das armas de fogo, a cena poderia ter sido extraída de um livro de Conan, o Bárbaro.

Khan nos saudou quando entramos no salão. Surpreendentemente aquecido. As espessas paredes bloqueavam o vento e mantinham o calor do sol. Vigas pesadas, artesanais, seguravam o telhado acima de nós. O dia virou noite enquanto nos sentávamos. Khan, com olhos fundos e ponte do nariz proeminente, sentou-se na cabeceira da mesa e encetou os debates.

Nossos aliados afegãos, talvez uma dúzia, fizeram muitas perguntas sobre nossas capacidades de espionagem e militares. Indaguei sobre a visão deles para o Afeganistão. Eles recapitularam a ocupação soviética, a guerra civil e do quanto o Afeganistão precisava de lideranças. Indaguei quem seria a melhor pessoa para ser presidente. Todos eles concordaram que devia ser um pashtun. Caso contrário, não haveria modo de trazer o sul para o governo, nem modo de construir um Estado-nação. O fato de que eles eram, em sua maioria, comandantes tadjiques defendendo um presidente pashtun deu à visão deles um peso maior para mim. Antes eu fizera a mesma pergunta a Abdullah Abdullah, mestiço metade tadjique e metade pashtun. Ele havia respondido mais especificamente: Karzai era a única escolha, pois ele era pashtun e abraçava o conceito de identidade nacional. Abdullah Abdullah tornar-se-ia o ministro de Relações Exteriores no governo de Karzai, renunciaria ao cargo em protesto e concorreria contra ele como candidato presidencial, sendo derrotado numa eleição fraudulenta.

Após mais ou menos uma hora, eles entraram no xis da questão. Embora expresso de forma polida, a pergunta era direta: eles podiam confiar que os EUA manteriam sua palavra? Explicaram como lutaram contra os soviéticos, convencidos de que os EUA e a comunidade internacional os ajudariam a reconstruir seu país e estabelecer um governo nacional unificado. Isso não aconteceu, apesar das promessas. Os EUA tinham mentido. O que, eles indagaram, seria diferente desta vez?

Conversei sobre o horror de 11/9, de como cristãos, judeus e muçulmanos tinham todos morrido nas mãos da AQ. Expliquei nossa promessa de sangue de vingá-los e nos assegurarmos de que a AQ nunca mais tenha uma zona segura no Afeganistão novamente. Falei que um dos interesses vitais dos EUA era a existência de um Afeganistão estável, onde nossos inimigos nunca mais pudessem se estabelecer para atacar nossa pátria. Minha argumentação envolveu vingança, justiça e proteção de nossa terra natal, nossas comunidades, nossas famílias. Esses eram os mesmos fatores que os motivavam. Em outras palavras, nossos interesses estavam alinhados. Pulei a parte sobre a obrigação moral dos

EUA. Ao longo das últimas duas décadas, eles tinham testemunhado muitas promessas estadunidenses sendo quebradas para me escutar pregando sobre moralidade.

Perto da meia-noite, nos desculpamos e de algum modo conseguimos serpentear montanha abaixo, retornando rumo ao norte, subindo o vale do Panjshir até a nossa base. Berntsen e eu conferimos os contatos com o QG e as estações e bases vizinhas. Nenhum problema importante. Dormi como uma pedra.

No alvorecer, após o desjejum de chá e pão quentinhos, Bert e eu nos encontramos com Amrullah. Juntos, na companhia de Hamid e outros, lotamos três utilitários esportivos de fabricação russa. Sacolejamos por mais de uma hora na estradinha estreita costeando a margem oeste do rio, através de aldeias, rumo à ponta norte do vale do Panjshir. O general Bismullah Khan nos saudou com entusiasmo. Ele nos forneceu um passeio pelas linhas de frente.

O cenário era semelhante ao de um campo de batalha da Primeira Guerra Mundial, num dia claro outonal, com soldados de ambos os lados descansando. Trincheiras e casamatas se estendiam de leste a oeste, com os dois lados se preparando para uma batalha que, todos sabiam, logo viria. Víamos claramente soldados inimigos esparsos, a uns cem metros de distância, indo sem pressa para lá e para cá. Com o binóculo, examinei suas fortificações, que tinham sido destruídas em sua maior parte, pelo menos as estruturas acima do solo. Os túneis, as trincheiras e as casamatas estavam parcialmente intactos, de acordo com Khan.

Nas conversas com Amrullah e Bismullah Kham, fiquei sabendo que essas linhas de batalha eram porosas. Havia um fluxo contínuo de pessoas visitando a família, entre elas, agentes infiltrados e espiões. Amrullah me descreveu suas redes ao longo de todo o front de batalha e até Cabul. De um ponto de vista de inteligência, eles tinham ampla cobertura do local.

Khan descreveu seu exército com orgulho. Tinha mais de dez mil homens armados, inclusive alguns carros de combate e peças de artilharia. Descreveu como atacaria usando elementos do tamanho de uma companhia para maximizar

a velocidade e a capacidade de manobra. A artilharia ofereceria fogo de apoio, inclusive a partir de terrenos elevados controlados por ele, no flanco ocidental. Dois dias depois, ele conduziu um exercício de fogo real, com integração de infantaria e artilharia, à plena vista dos talibãs. Foi impressionante — como ele próprio.

Porém, enfrentando probabilidades de sucesso na faixa de 25% ou 20%, ele necessitava desesperadamente de nossa potência aérea.

Após nosso encontro com Khan, viajamos rumo ao leste, ao longo do front, em direção ao aeroporto de Bagram. Paramos duas vezes para tomar chá com comandantes das milícias, que nos saudaram cortesmente. Sentamo-nos em tapetes puídos, empoeirados e lindos, em casas de barro praticamente destruídas, e trocamos ideias. Eles descreveram suas funções e responsabilidades. Com paciência, responderam minhas inúmeras perguntas sobre suas capacidades, o inimigo e suas aspirações políticas. Nossos aliados afegãos descreveram as posições inimigas de modo detalhado. Sabiam até o nome dos comandantes talibãs e, às vezes, se comunicavam com eles. Rotineiramente enviavam equipes de reconhecimento além das linhas. Esses combatentes grisalhos, muitos analfabetos, tinham um comando supremo de seu ambiente de inteligência. Pareciam tranquilamente confiantes em suas habilidades.

Após passarmos por alguns jornalistas de tocaia nos telhados vizinhos, rumamos ao aeroporto de Bagram. Amrullah brincou que os jornalistas podiam representar um perigo maior para nós que o Talibã. Eu lhe disse que a brincadeira tinha um fundo de verdade. Podia me imaginar dando explicações a Cofer e ao diretor Tenet porque, devido à negligência operacional, a foto de nossa equipe tinha aparecido em algum jornal.

O aeroporto de Bagram estava quase completamente destruído, à exceção da estrutura da torre de controle que, de algum modo, ainda estava de pé. O exterior das paredes crivadas de balas servia de evidência do fogo de atiradores de tocaia. Fragmentos de madeira, concreto e vidro cobriam o terreno. Montes de estilhaços espalhavam-se ao redor da torre. Subimos os degraus metálicos até o andar superior. As janelas, é claro, não existiam mais. Perscrutamos na direção

sul e observamos o inimigo.

Amrullah descreveu as sequências de bombardeio dos EUA e o quanto o inimigo tinha sofrido. Claramente era insuficiente. Nossos aliados afegãos queriam saber por que não bombardeávamos mais, por que não bombardeávamos agora. O céu limpo e um inimigo à mostra, a apenas centenas de metros de distância, realçava o argumento deles.

Passamos aquela noite no piso de uma cálida casa de paredes de barro. Na manhã seguinte, Bert voltou ao Panjshir. Ele precisava se comunicar com o CENTCOM. Acompanhado de dois de nossos homens, Amrullah e eu prosseguimos na direção leste até o ponto mais distante ao longo das linhas de frente. O veículo subiu por uma estradinha íngreme, estreita, sinuosa e pedregosa até um posto de observação fortificado, a talvez uns trezentos metros acima do vale.

Vista espetacular. Mirando de volta ao sul e ao oeste, avistei a metade norte das planícies de Shomali e além delas, até a pequena cordilheira entre nós e Cabul, a somente uns cinquenta quilômetros dali. Ficamos umas duas horas lá, observando e conversando.

Perguntei a Amrullah sobre a vitória final. A resposta dele:

— Se vocês mantiverem sua promessa, vamos ser vitoriosos. Mas mesmo se vocês fracassarem, continuaremos lutando. Não vamos ter escolha.

Seu misto de confiança com fatalismo atingiu-me em cheio. Ele tinha razão. Eles não tinham escolha. De minha nova perspectiva, nós também não tínhamos.

Poucos dias depois, parti do Afeganistão num avião turbo-hélice que decolou de uma pista de chão batido perto da aldeia de Charicar, aninhada no sopé das montanhas da ponta noroeste da planície de Shomali. Esta foi a primeira partida ou chegada de uma aeronave de asas fixas em muitos anos. O boato se espalhou e à noite o valor da moeda local havia se multiplicado muitas vezes. Mais tarde, Amrullah me informou sobre isso, para realçar a crescente confiança que os afegãos tinham em nossa parceria. Até mesmo no Afeganistão arrasado pela guerra, as leis do mercado funcionavam.

FUBAR

Dois dias depois após meu retorno, o diretor Tenet e eu estávamos na Sala de Situação da Casa Branca. À cabeceira da mesa, o presidente Bush. Ele estava acompanhado pelo vice-presidente Cheney, a consultora de segurança nacional Rice, o ministro da Defesa Rumsfeld, o chefe do Estado-Maior Meyers, o ministro-adjunto das Relações Exteriores Richard Armitage e outros. Como de costume, fiquei sentado contra a parede, ao lado do general Wayne Downing.

Os responsáveis atualizaram o presidente. Expressaram frustração, pois parecia que o ímpeto inicial havia sido perdido. Rumsfeld resmungou que não sabia quem estava no comando, apesar das garantias de que o Ministério da Defesa estava travando a guerra. No mês anterior, na mesma sala, eu havia escutado Rumsfeld reclamar sobre ter de executar uma estratégia da CIA. Para ele, tudo parecia um jogo de soma zero. Durante aquela reunião anterior, Armitage proclamou durante todo o tempo a expressão *FUBAR*, ou seja, *Fucked Up Beyond All Recognition*. Houve um caloroso debate sobre a confiabilidade de nossos aliados afegãos e sobre a validade de nossa estratégia.

O presidente Bush e a consultora Rice escutaram, enquanto os responsáveis faziam uma mescla de indagações, declarações e opiniões ao redor da sala. Rumsfeld distribuíra uma avaliação do serviço de inteligência do Ministério da Defesa que reduzia drasticamente as chances da tomada de Cabul ou Mazar-e-Sharif até o inverno. Eu não sabia se Rumsfeld acreditava nisso ou apenas queria cobrir suas apostas políticas. Se a avaliação estivesse certa, Rumsfeld poderia dizer: “Avisei o senhor”. Se estivesse incorreta, seria esquecida enquanto ele pleiteasse o crédito pelo sucesso militar.

Agora, quase um mês depois, os responsáveis pelo Conselho de Segurança Nacional faziam o mesmo tipo de discussão *FUBAR*.

Por fim, Tenet atalhou, expressando confiança em nosso plano. Observando que eu havia recentemente retornado do Afeganistão, ele me convidou a tomar a palavra. Forneci uma atualização, descrevendo nossas redes de inteligência e

nosso crescente sucesso em subverter comandantes do Talibã. Concluí:

— Se nos encarregarmos da força aérea, nossos aliados afegãos vão se encarregar das forças terrestres. Eles vão atacar. Podemos vencer essa guerra.

O presidente acenou positivamente com a cabeça. O vice-presidente Cheney permaneceu impassível. Rumsfeld franziu a testa.

Nessa atmosfera de dúvida, não houve menção das consequências da vitória, nenhuma discussão sobre nossas obrigações não militares para com nossos aliados afegãos, nenhum pensamento sobre como alcançar a paz. Ainda estávamos concentrados na AQ e no possível ataque à nossa pátria.

Sem meu conhecimento, Rumsfeld, Wolfowitz e outros já tinham ordenado ao general Franks que se preparasse para invadir o Iraque.

Retornando ao QG, contei os detalhes da reunião na Casa Branca a Cofer e a Massie. Confiávamos mais em nosso plano do que nossos líderes do centro da cidade, à exceção do presidente, que parecia não desistir nunca. Talvez ele o fizesse em particular, mas eu nunca presenciei quaisquer dúvidas como tinha presenciado com os outros.

Dois dias depois, no dia 9 de novembro, as forças afegãs aliadas, acompanhadas pelas equipes Alfa e Bravo e pelas Forças Especiais dos EUA, tomaram Mazar-e-Sharif. Os moradores da cidade saudaram nossos homens em júbilo. Um dia depois, as forças de Ismail Khan e uma pequena equipe da CIA e das Forças Especiais se apoderaram de Herat. Com o apoio da força aérea dos EUA, o exército de Bismullah Khan rompeu através das planícies de Shomali exatamente como ele nos havia delineado. Eles conquistaram Cabul. Em seguida, foi a vez da província Bamian, quando a milícia hazara shia de Khalili arrebatou sua cidade natal.

O número de vítimas do Talibã e da AQ foi grande. Milhares de inimigos mortos se espalhavam nos campos de batalha através do norte do Afeganistão. O restante fugia para escapar com vida.

Em 12 de novembro, retornei à Sala de Situação da Casa Branca para atualizar os responsáveis pelo NSC. Não demorou muito. O colapso das forças inimigas no norte do Afeganistão havia acontecido como nós, o diretor Tenet e eu,

descrevêramos semanas atrás nos mapas e nas apresentações. Expliquei as operações de HUMINT, a cobertura do *Predator*, ações de cavaleiros das Forças Especiais e da CIA, a queda de Cabul e mais. Mostrei fotografias.

Dali a poucos dias, nossos aliados afegãos cercaram um grande reduto inimigo nas imediações de Cunduz.

De volta ao QG, recebi uma ligação do responsável por Assuntos Públicos da CIA, Bill Harlow.

— Tenho um pedido — disse ele.

— O.k.

— Um importante jornal do país tem dois jornalistas capturados, ou talvez perdidos, perto de Cunduz. E a bateria de seu telefone por satélite está quase descarregada...

— Quer que a gente os encontre? E faça o resgate?

— Sim.

— Pode me informar a localização deles, se você souber, e o número do telefone deles.

Levei o assunto a Massie e contei a ele, inclusive o nome do jornal, cujos editores e jornalistas rotineiramente ridicularizavam a CIA.

— Este, ãhn, jornal quer que a gente os ajude? — indagou John. Ele quase caiu na risada.

— Pois é.

— Bem, isso é irônico.

— Pois é.

— O.k., estamos nessa.

Poucas horas depois, uma equipe tática da CIA, com a ajuda de componentes afegãos, localizou e resgatou os dois jornalistas.

No dia seguinte, Harlow voltou a ligar.

— Eles estão muito gratos. Querem lhe agradecer.

— Vou transmitir isso a nossos homens.

Por volta da mesma época, um agente afegão da CIA relatou que o contingente talibã que havia sequestrado os reféns da Shelter Now International

havia fugido pelo sul de Cabul. Obstinada e implacavelmente ele seguiu seu rastro e, enfim, localizou o grupo da SNI, abandonado pelo Talibã, que fugia em direção à fronteira com o Paquistão. A CIA passou as informações a nossos parceiros militares, o JSOC, que acionou helicópteros para resgatar todos os oito ex-reféns. Em poucos dias, eles já estavam no seio de seus familiares.

Qala-i-Jangi

Como consequência dos ataques coordenados aéreos e terrestres e a conquista das principais cidades afegãs pela aliança dos EUA com as forças afegãs no norte, nós nos deparamos com um problema: o que fazer com os prisioneiros? Nossos aliados afegãos tinham capturado centenas de inimigos, mas não tinham sistema prisional para tratá-los e detê-los. Os militares dos EUA não tinham estabelecido quaisquer protocolos sobre prisioneiros de guerra nem alocado recursos para lidar com inimigos capturados. Como isso fugia da alçada da CIA (que nem queria essa missão) e como havia tão poucas tropas dos EUA no local, o problema obviamente recaiu para nossos aliados afegãos. Assim, como em quase todas as circunstâncias, eles improvisaram.

O maior grupo isolado de combatentes inimigos tinha se rendido no reduto de Kunduz, onde tinham sido cercados e atacados por todos os lados e, ao mesmo tempo, bombardeados pelo ar. Um de nossos comandantes aliados naquela região, o general Dostom, assumiu a responsabilidade por algumas centenas de prisioneiros. Eles eram uma mescla de talibãs afegãos e estrangeiros, inclusive um compatriota traidor, John Walker Lindh. Dostom os transportou para a antiga fortaleza de Qala-i-Jangi, a vários quilômetros de Mazar-e-Sharif.

As maciças muralhas e complexos internos lembravam alguns aspectos de uma prisão. No entanto, as instalações não estavam configuradas para fazer a triagem e o controle de prisioneiros. Além do mais, os homens de Dostom careciam de experiência em operações penitenciárias. Eram soldados tribais acostumados a lutar no lombo de um cavalo, não sentinelas de sistemas prisionais, e não revistaram adequadamente os detentos.

Em 25 de novembro de 2001, durante uma triagem inicial com interrogatório num dos pátios, os prisioneiros se rebelaram. Utilizando armas escondidas e ataque coordenado, rapidamente superaram as sentinelas afegãs e atacaram dois agentes da CIA. Um de nossos homens, Mike Spann, foi pego de surpresa. E imediatamente dominado. O outro agente, David, conseguiu atravessar o pátio e

se refugiar no poço de uma escadaria. Foi galgando de costas os degraus íngremes, de modo a enfrentar o inimigo e descarregar seu AK-47 nos seus perseguidores. Matou vários deles. No alto da muralha, encontrou cobertura. A esta altura, as sentinelas afegãs tinham se posicionado junto aos parapeitos e impedido quaisquer fugas, mas a revolta continuou. O combate foi acirrado.

David rapidamente procurou um lugar seguro e se encontrou com uma equipe jornalística alemã. Pediu emprestado o telefone por satélite dos jornalistas e entrou em contato com a CIA em Tashkent, que retransmitiu a situação dele para a equipe Alfa. Eles estavam destacados, em parte, ainda na região de Cunduz. David relatou que Mike Spann tinha sido dominado.

Em menos de uma hora, recebi a ligação em minha residência. Tarde dominical. Apressei-me ao gabinete em Langley, a menos de vinte minutos dali. O primeiro relatório, como em geral acontece, deixava muitas questões sem resposta. Mike estava vivo ou morto? Estava ferido ou apenas em estado de choque? Havia sido capturado ou conseguira escapar do ataque e agora estava escondido em algum lugar da enorme fortaleza?

Não conhecia Mike muito bem, mas a reputação dele era sólida. Sua base era a SAD (Divisão de Atividades Especiais). Fuzileiro naval que entrara na CIA há apenas dois anos, era jovem, forte, engenhoso e carismático. Profissional discreto, pacato e modesto. Recentemente, casara-se com outra agente da CIA, Shannon Spann, que conhecera durante o treinamento. Eu conhecia Shannon, estagiária de carreira que havia atuado numa missão temporária no CTC, no ano anterior, quando eu ainda estava lá. Ela passou um dia acompanhando os meus passos, como parte de um programa introdutório que eu instituí para os estagiários no CTC. Professora de Direito, ela entrou na CIA determinada a dar sua contribuição para nossa missão antiterrorista. Em boa forma, perspicaz e comedida, ela se mostrou uma excelente agente antiterrorista. Ela e Mike faziam um casal impressionante. Mike tinha duas filhas do primeiro casamento. Mike e Shannon tinham um filho recém-nascido, Jake.

No mês anterior, pouco antes de eu partir ao Afeganistão, perguntei a Shannon se ela queria que eu levasse algo a Mike. Ela me deu uma foto nova de Jake.

Enquanto estive no Afeganistão não me encontrei com Mike, mas fiz a foto chegar a ele por meio de outro agente. Seria a última foto que Mike veria de seu filho.

Black, Massie e eu confabulamos sobre como dar a notícia a Shannon. Cofer ordenou que seu adjunto, Ben Bonk, voasse até a Califórnia, onde Shannon estava visitando a família. Enviei Massie ao Alabama, onde os pais de Mike moravam. Apreensivos com a probabilidade de vazamento na imprensa que um agente da CIA estava desaparecido em combate, nós telefonamos a todas as demais famílias de todos os agentes da CIA destacados ao Afeganistão para informá-los que seus filhos e esposos estavam bem.

Nesse meio-tempo, Tenet e eu nos reunimos na minha pequena sala. Não sabíamos o que dizer um ao outro. Ficamos ali sentados por um longo tempo. Recebi ligações telefônicas do campo, com atualizações fragmentadas. A situação parecia crítica, e contei isso a Tenet. Esperamos mais notícias.

Eu já havia perdido colegas da CIA e agentes estrangeiros, alguns em decorrência de violência premeditada, outros de acidentes e ainda outros de doenças. Anos antes, eu havia escoltado, na companhia da viúva, os restos mortais de um agente, desde um posto avançado no estrangeiro até o coração da América, onde encontrei a família do falecido. Com trinta e poucos anos, ele sofrera um ataque cardíaco fulminante. Eu havia ajudado a colocar seu corpo no caixão, no necrotério de uma cidade a meio mundo de distância de sua terra natal. Cortei uma mecha de seu cabelo para dar à viúva. Conferi tudo novamente em todas as escalas do voo. Ele era um bom homem que servira seu país com honradez.

E Mike também era, mas essas circunstâncias eram radicalmente distintas. Mike estava sob meu comando, e estávamos em guerra.

No dia seguinte, a mídia veiculou parte da história: o primeiro cidadão dos EUA a morrer em combate após o 11/9. Mas não tinham quaisquer detalhes. A esta altura, Massie já havia chegado ao Alabama e informado os pais de Mike. Bonk ainda estava a caminho da Califórnia. O Pentágono emitiu um comunicado de imprensa informando que a vítima não pertencia ao Ministério da Defesa. O

comunicado foi feito à revelia da CIA.

O agente de Assuntos Públicos da CIA, Bill Harlow, me ligou dando a notícia. Fiquei pálido. Pelo amor de Deus! Por que não esperaram mais algumas horas, para que pudéssemos cientificar Shannon? O que o Pentágono ganhava com isso? Talvez Bonk chegasse à Califórnia antes de Shannon escutar o noticiário.

Shannon estava ao volante de seu carro, escutando o rádio. Ouviu a declaração, parou no acostamento e me ligou.

— Acabei de ouvir um informe no rádio sobre a morte de um agente. O Pentágono diz que não é um deles, então deve ser dos nossos. É o Mike, não é?

A intuição feminina, em especial envolvendo pessoas amadas, ultrapassa tudo que consigo conceber. Ela não só sabia que era Mike, ela sabia que ele estava morto. Percebi isso em sua voz.

— Sim, Shannon, ele desapareceu em combate. Não temos confirmação se está morto, mas é provável que esteja. Foi dominado numa rebelião de prisioneiros, durante um interrogatório. Sinto muito.

— Eu sabia — disse ela.

Tentei imaginá-la no acostamento da rodovia californiana, celular na mão, os carros passando rapidamente. Agora ela era uma jovem viúva com três crianças.

— Ben Bonk está a caminho. Vai chegar aí em duas horas. Vamos fornecer detalhes a ele assim que obtivermos. Ainda não sabemos muita coisa. Existe uma equipe no local, tentando encontrá-lo, mas o combate continua por lá.

— Entendo. Obrigada.

Suavemente, repousei o fone no gancho. Eu odiava a Al Qaeda e o Talibã. E minha consideração por aqueles asquerosos responsáveis pela mídia no Pentágono não era muito melhor.

Só cinco dias depois a rebelião foi sufocada. Foi preciso um ataque coordenado da força aérea, da milícia de Dostom, de homens da CIA e das Forças Especiais dos EUA, além do Serviço de Bote Especial Britânico. Menos de cem detentos inimigos sobreviveram. Após isso, o corpo de Mike foi encontrado, no exato local onde foi surpreendido. Tinha sido baleado.

Semanas mais tarde, após o serviço memorial e o funeral no Cemitério

Nacional de Arlington, Shannon veio me visitar em meu escritório. Eu me preparei para uma situação difícil, esperando que ela necessitasse ser consolada e tranquilizada. Ela precisaria saber que Mike morreu como herói, cumprindo uma missão que havia abraçado. Providenciei uma caixa de lenços de papel para ela.

Sentou-se, bem vestida e serena, com as mãos no colo. Novamente transmiti meus pêsames. Ela aceitou meus sentimentos com polidez e em seguida enveredou num calmo monólogo.

— Mike morreu lutando. Mike morreu fazendo exatamente o que ele queria. Tenho tanto orgulho dele. Esta missão é tão importante. Vocês não podem hesitar. Devem finalizar a missão. Mike ia querer isso. Não devem abrandar.

Eu tinha me preparado para tudo, menos isso. Ela continuou a me incentivar, com uma serenidade e uma força que não se comparavam com nada que eu já havia encontrado. Como ela podia ter tanta fibra? O amor dela por Mike, pela missão e por nossa nação me comoveu. A sala parecia muito acanhada para acomodar uma personalidade tão forte. Ela estava dolorosamente bela, triste, comprometida e impressionante.

Eu lhe prometi que realmente continuaríamos a luta. Eu lhe forneci uma atualização sobre o progresso no Afeganistão. A esta altura, Candaar tinha sucumbido. As lideranças do Talibã e da AQ estavam em fuga para o Paquistão.

Ela me agradeceu pelas informações atualizadas. Agradeceu por minha liderança. Então foi embora, sem ter derramado uma lágrima nem titubeado durante o tempo em que transmitiu sua mensagem. Ela não viera atrás de consolo, mas sim para me incentivar.

Permaneci sentado por um longo tempo. Essa agente júnior me dera uma lição de humildade como nenhuma outra em minha vida profissional. Duvidei de que um dia eu pudesse ter uma têmpera tão forte, mas eu podia aprender com ela. Podia apreciar a lição. Podia honrar sua virtude comovente, aceitando seu incentivo e levando a cabo nossa missão.

Massie quis saber sobre a visita de Shannon, então contei a ele. Em seguida, para Cofer e Tenet.

Retaliação

Nossos esforços no norte ainda não tinham sido igualados no sul. Nossos parceiros da Frente Unida tinham, reiteradas vezes, identificado Karzai como a melhor, senão a única, chance de liderança nacional. Tinha de ser um pashtun. Sabíamos isso desde o começo. Também sabíamos que a melhor chance de sucesso para Karzai residia em Greg, que desenvolvera um relacionamento íntimo com ele ao longo do ano anterior.

A campanha no Afeganistão liderada pela CIA também tinha a ver com inteligência e recrutamentos. Alguns afegãos trabalhavam para a CIA por Moeda, Ideologia, Concessão e Ego. Outros eram motivados pela Retaliação.

De nosso centro de comando, eu assisti à inserção noturna de Greg e sua equipe, de codinome ECHO, ao vivo, por meio de um vídeo transmitido por um VANT tipo *Predator*. Essa era uma unidade mista com sete homens, com pessoal da CIA e das Operações Especiais.

Os dois *CH-47* deram um rasante nas colinas, levantando poeira e escurecendo a visão dos pilotos. Um helicóptero se inclinou lateralmente, enquanto o piloto aparentemente procurava o horizonte. Um rojão talibã disparado por uma bazuca passou raspando pelo outro helicóptero. Por um triz. Fiquei atônito com o brilho do fogo inimigo na tela grande. Era tão fatalmente óbvio.

“Nosso pessoal pode ser eliminado antes mesmo de aterrissar”, pensei. Não tínhamos maneira segura de retirá-los de lá. Nenhuma maneira de mandar reforços. Como poderíamos substituí-los?

Esta era a melhor e mais pura equipe paramilitar que eu podia imaginar: uma combinação quase perfeita de agentes da CIA e do JSOC. Gret tinha servido na *Force Recon* dos fuzileiros navais antes de suas quase duas décadas na SAD. Jimmy, simpático e compacto bloco de cartilagem e fala mansa, foi primeiro-sargento na Força Delta antes de entrar na CIA como empreiteiro. Fui apresentado a ele há muito tempo, no estande de tiro. Anos antes, ele vencera

uma extenuante competição internacional com múltiplos eventos ao longo de vários dias, envolvendo as Forças Especiais da OTAN. Ele se revelou o melhor agente operacional em toda a OTAN. Todos os outros, com vários níveis de habilidade e experiência, eram igualmente impressionantes, cada qual a seu modo.

Os pilotos manobram os helicópteros em duas direções diferentes. As equipes saltaram pelas portas. Um agente da CIA fraturou o tornozelo, mas continuou andando — durante semanas — sem relatar o ferimento. Os *CH-47* deixaram os homens em dois grupos separados, buscando se encontrarem entre si e com os homens de Karzai e, ao mesmo tempo, evitando o Talibã. Por fim, as equipes se afastaram das zonas de aterrissagem, se reuniram, ultrapassaram o inimigo e se refugiaram no seio dos aliados locais.

Eles tinham aterrissado numa ilha aliada no meio de um oceano talibã. Somente Karzai, por meio da força de sua liderança, havia conseguido garantir a cooperação inicial de sua tribo naquela região. Eles deram boas-vindas e proteção a essa diminuta equipe da CIA/SF. Karzai estava desesperado por ajuda. Sua tribo ainda estava indecisa sobre seu comprometimento no longo prazo. Karzai pediu para Greg se dirigir ao conselho tribal, conhecido como *jirga*, na pequena e isolada aldeia de Tarinkot.

O *jirga* era igualitário em suas atividades: cada participante — todos homens — tinha voz. Sendo inerente à sua cultura, os guerreiros tribais davam proteção aos visitantes convidados, inclusive à equipe ECHO, mas precisavam entender o que esses amigos estrangeiros queriam. Karzai tinha oferecido sua explicação, mas o que os estrangeiros iam dizer? Eram dignos de confiança, em relação às vidas dos aldeões e de suas famílias? O Talibã e seus aliados da AQ os superavam em número. No entanto, o plano era combatê-los até chegar a Candaar? Eram cem quilômetros de perigo até o sul. E daí conquistar a cidade? Como isso ia acontecer?

Barbudos, de pele curtida pelo sol, enrugados, engrinaldados com vários envoltórios na cabeça, alguns desdentados, todos armados, os participantes do *jirga* sentaram-se silenciosamente escutando a Karzai enquanto ele apresentava

Greg. Com barba espessa, emagrecido pelo combate, Greg escrutinou a sala. Imbuído com um sentimento de destino ancestral e orgulho marcial, ele era um deles — mesmo sendo nativo do outro lado do mundo. Greg começou seu discurso de recrutamento. Com o sotaque arrastado sulista traduzido em pashto, agradeceu a seus anfitriões. Reconheceu a bravura e a liderança de Karzai. Explicou como a Al Qaeda, apoiada por seus lacaios afegãos do Talibã, havia planejado, treinado e executado um ataque homicida na pátria dos EUA. Descreveu as horríveis mortes de homens, mulheres e crianças inocentes. Explicou que era uma questão de honra para os EUA buscar vingança. Falou que verdadeiros guerreiros afegãos deviam tentar cobrar uma dívida de sangue, pois heroicos líderes afegãos haviam tombado nas mãos da AQ.

Ahmed Shah Masood, dilacerado por uma bomba que terroristas da AQ, fingindo serem jornalistas, haviam escondido numa câmera de vídeo. Abdul Haq, que também lutara heroicamente contra os soviéticos, foi capturado, torturado e executado pelo Talibã há poucas semanas apenas. Os guerreiros afegãos não prestariam homenagem a seus mártires pelo ato sagrado da guerra? E o que dizer dos afegãos que tinham sofrido nas garras desse regime brutal? Os afegãos precisavam combater a AQ. Para um guerreiro, seria isso uma responsabilidade? Uma obrigação? Uma honra? Afegãos de verdade permitiriam que intrusos árabes, chechenos, uzbeques e paquistaneses sob a insígnia da AQ determinassem o futuro do Afeganistão? Como eles poderiam deixar de se unir com a ECHO e os EUA contra esse inimigo comum? A AQ era um invasor estrangeiro que tinha sequestrado o país deles. Agora chegou a hora de lutar. Agora chegou a hora da vingança.

O jirga se agitou. Greg estudou os cenhos franzidos, as caretas, os acenos de cabeça e se perguntou qual seria o desdobramento disso. Ele não tinha outra opção. Nos confins do interior do sul do Afeganistão, na região principal do Talibã, sua única chance era recrutar esse exército para um fim específico, derrotar o inimigo, conquistar Candaar e manter Karzai vivo. Essa era a missão dele.

O jirga fez perguntas. Como tão poucos deles conseguiriam enfrentar tantos

inimigos do Talibã e da Al Qaeda? E quanto a armamentos? Apoio aéreo? E se eles fracassassem?

Greg e Karzai responderam. Novamente, os incitaram. Greg fizera um brilhante desafio de recrutamento, oferecendo o dom da vingança, embrulhado na honra afegã, sua virilidade e sua identidade de povo guerreiro.

Isso ainda não foi suficiente. Às 2 da madrugada, um mensageiro encontrou Greg encolhido no chão, adormecido. Ele deu um suave chute em Greg.

— Hamid. Hamid — falou o mensageiro.

Greg se mexeu e pensou: “O que Hamid Karzai quer agora?”

Seguiu o mensageiro de volta ao quartel-general provisório, um prédio militar do Talibã que havia sido bombardeado em Tarinkot. Sentado num canto, Karzai tossia envolto num xale. Com a expressão cansada e carrancuda, fitou Greg e em seguida examinou os muitos líderes anciões reunidos na penumbra da sala fria. Todos eles olharam para Greg.

Karzai falou:

— Eles querem saber se os EUA vão negociar com Mullah Omar.

Agora plenamente desperto, Greg correu o olhar pela silenciosa multidão de guerreiros.

E respondeu:

— Meu presidente disse que vocês estão ao nosso favor ou contra nós. Assim, como poderíamos negociar com Mullah Omar? Ele não trouxe nada a vocês além de morte e adversidade. Não vamos negociar com esse assassino. Vamos lutar com vocês até a vitória.

Karzai traduziu.

Os homens começaram a acenar positivamente com as cabeças, até que um coro baixinho de “Uuuf, uuuf, uuuf” se espalhou entre eles. Essa era sua concordância coletiva. Eles entenderam. Eles lutariam. Karzai e Greg tinham acabado de recrutar o exército de que precisavam.

Karzai educadamente agradeceu a Greg e o liberou. De volta a seu leito improvisado (um rolo de cobertores forrando o chão), Greg meditou sobre os fatos recentes. Ele era um GS-15, que tinha acabado de falar em nome do

presidente dos Estados Unidos para um grupo de líderes tribais afegãos. Assumira um compromisso em nome dos EUA perante o grupo. Eles haviam colocado o destino deles em suas mãos. Será que dissera a coisa certa? Teria ido além de sua autoridade? Não havia tempo para consultar o QG, por isso ele havia tomado a decisão na hora e no local necessários.

“Ah, que diabo! Foi por isso que entrei na CIA. Durante a vida toda me preparei para isso”, pensou ele. “Talvez envie uma mensagem via cabo ao Hank. Amanhã, talvez.” Em seguida, adormeceu.

No dia 18 de novembro de 2001, poucos quilômetros ao sul de Tarinkot, na estrada para Candaar, a ECHO e seus aliados afegãos se depararam com as forças do Talibã e da AQ. O inimigo havia enviado um comboio de Candaar. Contra essa esmagadora superioridade numérica, alguns membros da milícia titubearam e fugiram. Greg pegou alguns deles pelos colarinhos, aos gritos, empurrando-os à frente. Orientou aos homens da ECHO a fazerem o mesmo. Se o recrutamento desta milícia não funcionasse, se não pudesse contar com eles, todos eles enfrentavam a provável perspectiva de uma morte cruel. Pior: a missão fracassaria. Se a AQ mantivesse sua zona segura no sul do Afeganistão, a pátria estadunidense permaneceria em risco. Sem uma vitória comandada por Karzai para garantir Candaar, alinhando assim o interesse tribal com o restante do Afeganistão não pashtun, diminuía a probabilidade de se formar um Estado-nação afegão. Este era um ponto monumentalmente decisivo da guerra, para um lado ou outro.

A ECHO e seus aliados afegãos reagrupados lutaram. O controle aéreo avançado da Força Aérea escalado para atender à ECHO requisitou bombardeiros com precisão devastadora. Bombas de 225 quilos atingiram o comboio inimigo, enquanto a ECHO e seus aliados afegãos dizimavam os numerosos inimigos com disparos de armas automáticas. Em poucos minutos, a maior parte do comboio talibã se transformou numa fumegante fileira de metal retorcido. Muitos inimigos morreram no bombardeio.

A ECHO e os afegãos tinham anulado o ataque inimigo. Os sobreviventes da AQ e do Talibã fugiram para Candaar. Nunca tinham se deparado com uma

guerra desse tipo.

Nem tampouco os aliados afegãos. A rapidez e a precisão do bombardeio foram de outro mundo. A habilidade, a valentia e a liderança de Karzai e da equipe ECHO lhes serviram de inspiração. Eles nunca tinham experimentado uma vitória tão rápida e minuciosa. Acima de tudo, os americanos tinham mantido sua palavra.

Karzai e Greg tinham recrutado um pequeno exército e vencido sua primeira e mais importante batalha. Eles os comandariam nos combates ao longo das semanas seguintes. Implacavelmente rumando ao sul com destino a Candaar, luta após luta, eles construíram uma parceria profunda. No caminho, Greg e seus companheiros da ECHO comandariam a partir da vanguarda, desafiando o fogo inimigo, correndo de uma a outra posição afegã aliada, limpando armas emperradas, direcionando ataques, requisitando bombardeios, repelindo ataques talibãs, tratando os feridos e enterrando os mortos.

Também enfrentariam outros desafios menos óbvios. A propensão dos aliados afegãos por intervalos para tomar chá e realizar orações obrigatórias instaurava o caos no cronograma de apoio de fogo das forças militares dos EUA. Greg explicou para seus perplexos e frustrados colegas militares que a guerra afegã era assim simplesmente. Era possível ensiná-los a abrir fogo cerrado contra óbvios alvos inimigos, mas você não podia contar com a perda de uma oração ou de um chá por conta do cronograma de um piloto invisível.

A ECHO superou a lacuna cultural. Todos os dias, por meio de seus atos, eles solidificaram o relacionamento. Serviram de elemento aglutinador desta milícia tribal arcaica com a força aérea mais moderna do planeta. Isso se repetiu através de todo o Afeganistão. As equipes da CIA e das Forças Especiais conectavam guerreiros pré-industriais com invisíveis pilotos tecnocratas da era espacial numa blitz através de alguns dos terrenos mais inóspitos que se pode imaginar. A guerra e a segurança da pátria dos EUA dependiam disso.

Num incidente, uma pequena patrulha chechena repeliu os homens de Karzai. Eles fugiram para uma colina próxima, onde Greg esperava. Os afegãos buscaram a orientação dele. Alguns membros da ECHO desejavam um ataque

frontal, para dar uma lição a seus aliados. Os chechenos os provocavam com gestos obscenos. Greg disse a seus homens e aos afegãos que relaxassem. Vários minutos depois, com os chechenos continuando sua palhaçada vulgar, Greg acenou para eles. Os chechenos provavelmente não tiveram tempo de perceber que Greg lhes dava adeus — pois uma munição conjunta de ataque direto (JDAM) caiu de 9 mil metros e os despedaçou.

Talvez o pior incidente na épica luta da ECHO por Candaar tenha sido o resultado de fogo amigo. Um componente da ECHO substituiu as baterias de seu GPS, apagando, de modo desavisado, as coordenadas inimigas previamente designadas. O GPS redefiniu para sua própria posição, identificando o local exato da ECHO, que o operador transmitiu involuntariamente para uma aeronave que sobrevoava ao alto. Uma bomba de precisão teleguiada caiu no meio deles. Instintivamente, Greg jogou-se sobre Karzai para protegê-lo. Membros da equipe ECHO e aliados afegãos foram mortos e feridos. Todos ficaram em estado de choque pela concussão. O Talibã continuou a insistir no ataque. A ECHO e os afegãos rapidamente se reagruparam, cuidando dos feridos e ao mesmo tempo repelindo o inimigo. Sobreviveram e continuaram sua marcha ao sul, rumo a Candaar.

Nesse meio-tempo, a equipe FOXTROT e a milícia aliada de Shirzi romperam a fronteira paquistanesa com destino a Candaar. Duas milícias aliadas rapidamente convergiam em direção ao inimigo.

Candaar tombou para as forças da ECHO e de Karzai em 7 de dezembro de 2001, um dia de infâmia em 1941. Desta vez, foi um dia de vitória. A FOXTROT chegou logo depois, vindo do leste. A perda pelo Talibã de sua capital espiritual, a última fortaleza urbana do inimigo no Afeganistão, foi um golpe devastador para Mullah Omar e seus asseclas, que fugiram cruzando a fronteira do Paquistão.

Greg e sua equipe ECHO tinham executado uma das mais extraordinárias operações de recrutamento e ações encobertas paramilitares em toda a história da CIA.

Por seu valoroso serviço e excepcional liderança, a CIA outorgou a Greg a

Intelligence Star, a medalha de honra da CIA.

Coerção

A coerção, em especial em operações e guerras antiterroristas, pode exercer um relevante papel no processo de coleta de informações.

Tony era o comandante-adjunto da equipe DELTA, outra unidade conjunta da CIA/SF, destacada nas montanhas centrais do Afeganistão em outubro de 2001. Eles tinham se unido à milícia hazara de Karim Khalili. Os hazara, minoria shia perseguida terrivelmente pelo Talibã, deu as boas-vindas aos EUA com gratidão e um profundo comprometimento com a guerra. Em questão de semanas, a DELTA tinha cumprido os objetivos iniciais da missão: coletar inteligência, estabelecer alianças mais sólidas e ajudar nossos aliados afegãos a derrotar o Talibã na província Bamian. Também garantiram as estradas para o leste, em toda a extensão, até Cabul.

Agora Tony queria algo mais.

Ele parecia um sujeito legal, mas comum: altura inferior à mediana, magro, musculoso, ombros largos, cabelo escuro e sorriso fácil. Parecia contente. Poderia imaginá-lo na função de garçom, servindo massa no restaurante de um bom bairro. Ele seria o tipo de garçom eficaz e amigável, não muito falastrão. O tipo que recebe boas gorjetas, pois se importa com os clientes, e os clientes gostam dele. Talvez tivesse sido garçom quando mais jovem. Eu não lhe conhecia muito bem, só sua reputação.

Mais uma coisa eu sabia: ele nunca deixaria cair um prato devido a suas mãos. Elas eram extraordinárias — de tamanho absurdamente desproporcional e de força descomunal. Tinha de ser um estranho e feliz acaso genético e um feroz regime de treinamento. Talvez ele esmagasse pedras enquanto corria ou se dependurasse em esteios com seus dedos durante o sono.

Em meados de dezembro, dia após dia, nossos aliados afegãos expandiram sua influência, quicá controle, país afora. O Talibã e, mais importante, a AQ, estavam numa confusão apavorada. Sabíamos que OBL e outros líderes estavam em fuga, especialmente após sua catastrófica derrota em Tora Bora.

— Temos de redobrar nossos esforços contra os líderes da Al Qaeda em fuga, agora que garantimos a maioria dos objetivos geográficos — ordenei durante a reunião de nossa equipe. — Diga a nossas equipes que precisamos de toda e qualquer inteligência disponível sobre OBL e seus comandantes subordinados. Eliminamos seu número 3, Mohammed Atef, e outros, mas eu quero todos eles.

Um de nossos analistas respondeu:

— O chefe da inteligência talibã, Qari Amadullah, enviou uma mensagem via intermediários. Ele quer conversar conosco. O que respondemos?

— Conversamos. Se nos entregar líderes da Al Qaeda, fazemos um trato — falei.

Eu não tinha dúvidas em minha mente. A AQ era inimiga dos EUA. O Talibã era composto por lacaios locais, tanto um obstáculo em nosso caminho quanto um modo de chegar à AQ.

Por diversas vezes, Amadullah tinha indicado seu desejo de conversar, inclusive em julho daquele ano, mas sempre havia condições. Ele sempre queria mais do que merecia e, o mais importante: bem mais do que os interesses dos EUA permitiam. Ele não merecia confiança. Eu sabia disso, mas eu lhe daria uma chance. Eu lhe daria uma escolha muito simples.

— Quem está articulando o contato? — indaguei.

— Tony.

— Ótimo.

Debati as variáveis operacionais com minha equipe no QG e dei a permissão para Tony se encontrar pessoalmente com Amadullah, dependendo de uma análise sobre a situação da segurança e dos planos para posterior resgate clandestino. Analisei a missão dele em três possíveis resultados.

— Primeira preferência: garanta a cooperação completa de Amadullah. Ele vai ter de demonstrar isso, de algum modo, no primeiro encontro. Se tivermos certeza de que podemos administrá-lo na condição de ativo controlado, vá em frente. Se ele entregar OBL e/ou outros líderes importantes da AQ, vamos recompensá-lo. Segunda preferência: detenha-o e interrogue-o. Terceira, se não pudermos agarrá-lo porque ele oferece resistência, Tony deve utilizar toda a

força necessária à proteção de sua equipe e de si próprio. Em outras palavras, se for preciso, mate-o.

No dia seguinte, atualizei Cofer, o diretor Tenet e todos os demais participantes da reunião diária das 17 h, realizada na sala de reuniões do diretor, no sétimo andar. Não solicitei aprovação. Apenas delineei as ordens e os possíveis resultados, como fizera a meus subordinados. Cofer permaneceu impassível. Apenas sua colossal presença já intimidava os contraditores. Ele não falou nada. Não precisava. Tenet mascava um charuto deformado e úmido. Nenhuma objeção. Nenhuma discussão.

Jamais mencionei outros possíveis resultados. Tony e sua equipe podiam ser capturados, torturados e depois assassinados defronte às câmeras para uma exibição da Al Qaeda na internet. Ou, de modo mais compassivo, eles podiam morrer num tiroteio.

O encontro foi marcado para uma área contestada, na província de Ghazni. Era uma terra de ninguém. Com apenas outros três agentes dos EUA e uma escolta de uma dúzia de afegãos, Tony comandou a equipe pelo terreno, primeiro a bordo de um veículo, depois a pé, até o local do encontro numa casa discreta. Não havia VANT tipo *Predator* nas redondezas nem outra espécie de cobertura aérea. Não tínhamos ativos aéreos suficientes. Eles estavam por sua conta e risco.

Amadullah não apareceu. Enviou um subordinado que estava bem informado, mas não conseguiu fornecer inteligência útil. Além do mais, ele não tinha autoridade para negociar. Tampouco parecia inclinado a agir como penetração da CIA no seio do Talibã. Ele seguia as ordens de seu chefe, avaliando-nos, ganhando tempo e ficando longe de atender as expectativas delineadas para o encontro.

Tony não nos consultou pedindo orientação. Sabia sua missão. Exercitou bom raciocínio e abraçou a responsabilidade de liderança que se esperava dele.

Tony deu o sinal. Ele e sua equipe dominaram o contingente talibã. Os talibãs foram amarrados, amordaçados e deixados no chão da cabana. A equipe de Tony enrolou o representante de Amadullah num tapete. Em plena luz do dia, eles

saíram da casa, rumo à estrada, com o volumoso tapete nos braços. Rumaram à zona de aterrissagem previamente combinada, onde, após um atraso angustiante, um helicóptero os apanhou.

Vinte e quatro horas após sua captura, o prisioneiro talibã revelou os postos de comando da AQ e do Talibã, além de outras posições ao longo da fronteira com o Paquistão. Com base nessas informações, confirmadas por outras fontes (inclusive nossos VANTs), requisitamos um ataque aéreo.

Bombardeiros dos EUA transformaram essas bases inimigas num misto de cascalho, poeira, carne e osso. Dezenas de componentes da AQ e do Talibã morreram. Durante o bombardeio, o *Predator* detectou um indivíduo fugindo a pé. Ele alcançou uma motocicleta e tentou fugir. Não foi muito longe. Desapareceu no meio da flamejante explosão. Assistimos à cena no monitor de vídeo. Mais tarde, ficamos sabendo que o homem em fuga era ninguém menos que Amadullah, o chefe de inteligência do Talibã.

Ele devia ter aceitado a nossa oferta.

Orgulho, Prestígio e Honra

De modo muito semelhante à coleta de inteligência, que exige recompensas e punições, as ações encobertas têm seu emprego otimizado por meio de uma abordagem abrangente. Os executores das ações encobertas devem ser parceiros de boa vontade, mas geralmente precisam de incentivo.

No esforço para recrutar líderes da milícia tribal para nossa causa, fizemos articulações coordenadas com nossos aliados afegãos. Eles tinham comunicação frequente com seus compatriotas, até mesmo aqueles do lado do Talibã.

A ampla e precisa campanha de bombardeio tinha alterado as percepções de muitos líderes tribais afegãos indecisos. Alguns se bandearam para nosso lado por livre e espontânea vontade. Outros permaneceram em cima do muro. Escolhemos como alvos específicos os que rejeitaram nossas propostas. Então perguntávamos sobre seus comandantes talibãs das proximidades, que muitas vezes tinham testemunhado a morte de seus colegas. Morte ou recompensa? Quase sempre aceitavam a última. Exigíamos mais do que apenas a palavra deles. Explicávamos que somente uma demonstração de sua intenção letal contra a AQ selaria o trato. Eles deviam espionar para nós, apontar suas armas contra seus camaradas da AQ e até mesmo trair outros líderes do Talibã. Aqueles líderes talibãs que aceitassem nossa oferta e lutassem conosco não apenas aumentariam suas chances de sobrevivência, como também seus benefícios materiais.

Devido a essa sequência avassaladora de ataques, intimidações, recrutamentos, vitórias e recompensas, nossos progressos se aceleraram no final de 2001.

Em muitos casos, porém, o medo é superado por honra, orgulho e prestígio no campo de batalha. Tucídides defende esse ponto de vista no seu clássico texto *A história da Guerra do Peloponeso*.

Isso ficou manifesto em nossos esforços para recrutar exércitos tribais ao longo do conflito, talvez melhor demonstrado pela lógica por trás de 766

toneladas (de armamentos, munição, alimentos, vestimentas, cobertos e suprimentos médicos) largadas por paraquedas em 110 fardos para 41 locais desde meados de outubro até meados de dezembro de 2001. A CIA e a Força Aérea dos EUA, atuando em uníssono, entregaram cada pacote customizado de acordo com as necessidades e preferências de nossos parceiros afegãos, inclusive os de prováveis aliados.

Com o inverno rapidamente se aproximando, os líderes tribais afegãos precisavam proteger seu povo com abrigo, roupas e comida. Sem isso, como poderiam deixar a aldeia para ir guerrear? Após suas solicitações aos agentes da CIA, dentro de 48 a 72 horas, esses suprimentos eram lançados do céu. Não só respondemos às suas necessidades materiais, como também o fizemos de um modo que acentuou suas posições de lideranças. Fornecemos-lhe o que eles queriam, e a tribo soube disso. Também fornecemos as armas e a inteligência, junto com poder aéreo, o que lhes capacitou a exercitar seu etos guerreiro. Conseguiram lutar contra os invasores estrangeiros da AQ que haviam sequestrado seu governo.

A CIA respeitou nossos aliados afegãos e entregou tudo conforme prometido. A confiança e a habilidade de acentuar a posição dos líderes aliados em meio a seu povo, ajudando-os a lustrar seu orgulho, sua honra e seu prestígio, podem se revelar mais poderosas do que uma infinita quantidade de munições.

A orquestração do poder, duro e suave, no Afeganistão, erodiu o centro de gravidade do Talibã, que repousava nas mentes dos líderes tribais. À medida que subornávamos o Talibã, abalávamos suas alianças e jogávamos exércitos tribais contra eles, cada vez mais a AQ ficou exposta a nosso ataque fulminante.

Tora Bora

No final de novembro, sabíamos que OBL e a cúpula da AQ tinham evadido de Jalalabad e se refugiado na fronteira com o Paquistão, talvez no esconderijo no alto da montanha, em Tora Bora.

Berntsen, agora em Cabul, me informava por telefone todos os dias sobre os progressos da Jawbreaker.

Ele já tinha enviado seu adjunto, John, para criar uma base em Jalalabad. John, texano alto e resistente, ex-fuzileiro naval, reuniu uma equipe conjunta de agentes da CIA e membros de grupos táticos militares dos EUA que tencionavam rastrear Bin Laden e seus homens. Desde o começo de nossa campanha, um de nossos principais objetivos estratégicos era matar ou capturar a liderança da AQ. Berntsen compreendia isso. Esta nova equipe, apelidada de JULIET, assumiu a missão.

Nós dois sabíamos, porém, que, se fosse pressionado demais, Bin Laden fugiria para o Paquistão. Apesar de todas as suas bravatas, ele não era um guerreiro. Não pegaria as armas e lutaria. Era um covarde que assassinara inocentes. Se não o matássemos ou capturássemos, ele fugiria.

Encarreguei nossos cartógrafos de mapear a topografia de toda a região e realçar todas as passagens montanhesas que pudessem servir de rotas de fuga ao Paquistão. A saliência de Parachinar, reentrância de território paquistanês na divisa com o Afeganistão logo ao sul de Tora Bora, parecia a zona de segurança mais acessível para o inimigo. Mas era difícil de saber.

Várias dezenas de rotas de fuga, utilizadas por contrabandistas há séculos, riscavam as várias centenas de quilômetros da longínqua e escarpada fronteira. O inimigo podia se infiltrar no Paquistão praticamente em qualquer ponto. O mapa (bela sobreposição feita com GIS mostrando as características do terreno, as posições inimigas e as potenciais rotas de fuga) dava ao problema um nítido relevo visual.

Novamente no Salão Oval, munido de mapas, eu precisava explicar ao

presidente Bush o desafio que enfrentávamos ao longo da fronteira com o Paquistão, inclusive as perspectivas de fuga para OBL e outros líderes da AQ. Com o sofá, as poltronas e a mesinha de centro, o Salão Oval não era um excelente local para mostrar mapas. Levantei do sofá e me acocorei entre o presidente Bush e o vice-presidente Cheney. Mostrei a eles o que enfrentávamos.

— Existe algum modo de vedarmos essa fronteira? — indagou o presidente.

— Não, senhor. Uma fronteira tão extensa como esta, de terreno irregular, altitudes elevadas, nenhum exército do mundo consegue vedar. Poderíamos destacar unidades de reconhecimento, combinadas com recursos de imagens, para monitorar as rotas mais prováveis de retirada inimiga. Mas com um território tão vasto e um clima tão incerto, eles conseguiriam fugir sem serem detectados.

— Se Bin Laden fugir, por onde seria a rota mais provável?

— Por aqui, na reentrância de Parachinar — apontei no mapa.

— E quanto a nossos aliados paquistaneses? — indagou o presidente.

— Eles não controlam essa parte do Paquistão.

— Onde está Bin Laden agora?

— Acreditamos que ele esteja indo em direção a Tora Bora, se já não estiver lá — apontei para o mapa outra vez.

— Obrigado — disse o presidente.

Vários dias depois, já no começo de dezembro, Berntsen me ligou.

— Agora John está instalado na base de Tora Bora. Bin Laden está lá. Não vai ser fácil. John diz que vamos precisar de um efetivo maior. Desta vez, nossos aliados afegãos não conseguem dar conta. Muito difícil. E John não confia neles. Precisamos dos Rangers do Exército dos EUA. Ou dos fuzileiros navais. Um efetivo de oitocentos rangers seria suficiente — pleiteou Berntsen.

— Tem certeza? — indaguei.

— Sim, tenho — ele quase gritou.

— O.k., o.k.

— Vou redigir uma mensagem via cabo explicando a situação. Vou pedir para John lhe ligar. Ele pode lhe fornecer mais detalhes.

— Bom. Vou aguardar.

Em geral eu deixava que meus homens no campo dissessem quando podiam falar comigo. Eles estavam sob meu comando, mas estavam em combate. Minha missão era fornecer liderança, apoio e orientação estratégica.

Poucas horas depois, John ligou por telefone via satélite da base de Tora Bora.

— E aí, chefe? Precisamos de reforços — falou John com uma voz bem mais estridente do que de costume.

— Sim, o Berntsen me contou.

— Podemos pegar esse desgraçado, mas precisamos de mais homens. Precisamos deles agora. Envie-nos alguns rangers.

John prosseguiu, delineando a situação de modo detalhado. Eu tomei notas. Passei as informações a Cofer e o diretor na reunião das dezessete horas. Na manhã seguinte, liguei ao general Tommy Franks em Tampa e lhe contei. Ele expressou preocupação sobre a falta de planejamento e o tempo necessário para movimentar reforços substanciais. Salientei que meus homens em Tora Bora estavam irredutíveis, mas não fui capaz de persuadir o general Franks ou ninguém mais.

Liguei para Berntsen.

— Comuniquei o sétimo andar. Comuniquei o general Franks. Transmiti seu pedido, mas duvido que venha a ser atendido. O general Franks quer manter o sistema que vem funcionando: nossas pequenas equipes com nossos aliados afegãos. Ele também alega que levaria tempo para planejar. Tempo para movimentar os rangers. Tempo demasiado.

— Bosta — rosnou Berntsen. Então defendeu novamente seu argumento. Eu lhe repeti o que eu tinha feito.

— Gary, temos de ir com o que temos. Não podemos esperar. Qualquer atraso vai dar mais tempo para Bin Laden escapar. Dar mais tempo para ele nos atacar outra vez. Não sabemos qual será o próximo ataque em nosso território. Pode estar acontecendo agora. Não podemos abrandar o cerco ao inimigo. Ação rápida e furtiva. Ataque com o que você tem. Podemos conseguir todas as munições aéreas que vocês precisarem.

— Sim, senhor — respondeu ele.

Berntsen e John destacaram uma equipe de quatro agentes para se embrenhar nas Montanhas Tora Bora. Rastejaram até uma posição distante centenas de metros do inimigo. Estabeleceram um posto de observação nas rochas, perto de uma garganta. Para cada soldado nosso, o inimigo tinha 100. Durante os três dias seguintes, sem dormir, sem misericórdia, nossos homens chamaram aeronaves de combate AC-130 Specter e comandaram uma intensa campanha de bombardeio no meio dos inimigos, matando quase todos e destruindo o mais importante reduto alternativo da AQ.

Foi uma operação atordoante, eviscerando a maior parte da cúpula militar da AQ e degradando severamente sua estrutura de comando e de controle, sem vítimas dos EUA. Mas essa foi uma vitória imperfeita e amarga, pois OBL subornou alguns de nossos aliados afegãos e escapou para o Paquistão, pela reentrância de Parachinar.

Na época em que OBL fugiu para o Paquistão, havia mais jornalistas estrangeiros em Tora Bora do que a soma de militares e agentes de CIA.

Perderíamos o paradeiro de nosso inimigo número 1 por quase uma década. A fuga de OBL macularia nossa vitória no Afeganistão.

Não obstante, tínhamos derrotado um inimigo brutal, matando pelo menos 10 mil, talvez o dobro ou o triplo disso; destruindo sua infraestrutura de comando e de controle; obrigando os líderes remanescentes da AQ e do Talibã a saírem do Afeganistão; capturando e explorando para obtenção de informações mais de vinte bases da AQ (inclusive um laboratório experimental de antraz); e impedindo mais ataques em nossa terra natal. Os efeitos secundários e terciários de obter a bonança de inteligência e negar ao inimigo uma zona de segurança no Afeganistão, com dezenas de seus terroristas capturados e mortos mundo afora, beneficiaria os EUA nos anos vindouros. Além disso, tínhamos auxiliado o povo afegão a se libertar do repressivo regime talibã. Tínhamos realizado isso em menos de três meses, com 110 agentes da CIA e talvez 300 homens das Forças Especiais nas operações terrestres.

Operação Anaconda

As equipes independentes (mas interligadas) que havíamos movimentado após o 11/9 tinham cumprido seu propósito, transformando os poderes políticos tribais fragmentados em instrumentos de uma campanha punitiva, precisa e rápida. Em meados de dezembro de 2001, com a crescente probabilidade de que uma nação pudesse emergir da calamidade do jugo talibã, e com os EUA se preparando para o reconhecimento diplomático do governo afegão, precisávamos estabelecer uma base em Cabul. Precisávamos de um chefe de base com pulso forte, a experiência certa e a habilidade diplomática para coordenar todas as equipes, estabelecer bases permanentes e apoiar a crescente presença do governo dos EUA. Com isso em mente, nomeei Rich para substituir Berntsen, que fizera um trabalho magnífico e heroico. Porém, para a natureza da nova missão, Rich seria melhor. Rich tinha trabalhado no Afeganistão durante os últimos dois anos e meio. Tinha atuado na chefia de bases em situações de batalha.

Quando eu trouxe à tona a ideia a Cofer, ele concordou imediatamente. Rich foi o primeiro COS no novo Afeganistão. Assumiu o cargo antes do natal de 2001.

Em meados de janeiro de 2002, soubemos que a liderança remanescente da AQ e do Talibã havia se refugiado e se reagrupado nas montanhas acima do vale Shahikot, na província Paktia, no centro-leste do Afeganistão. As altitudes alcançavam os três mil metros. Inóspita inclusive para os padrões afegãos, a área servira de reduto insurgente durante séculos. Como Tora Bora, esse terreno alto não oferecia populações locais onde pudéssemos estabelecer redes de fontes humanas permanentes. Qualquer pessoa naquela altitude no inverno estava ali por um de dois motivos: se esconder ou lutar.

Uma equipe multidisciplinar composta por três elementos da CIA e três elementos do JSOC se ampliou para coletar inteligência sobre o inimigo no vale Shahikot. Os dezesseis homens incluíam coletores de SIGINT, técnicos de

vigilância, agentes operacionais, atiradores e comunicadores.

Em 5 de fevereiro de 2002, perto de Gardez, eles se reuniram ao redor de um monte de rochas que cobria uma relíquia enterrada do World Trade Center da cidade de Nova York. Atrás deles, uma bandeira dos EUA tremulava ao vento frio. Mais ao fundo, as montanhas nevadas se erguiam acima do vale Shahikot.

Eles oraram:

— Abençoado e divino Pai, obrigado por esta oportunidade de honrar nossos irmãos americanos mortos hoje aqui num local em que recebemos apoio para nossos esforços de vingar suas mortes sem sentido. Pedimos, querido Pai, que o Senhor abençoe este local que dedicamos à memória das vítimas. Oramos para que o Senhor esteja com as famílias delas e com as nossas. Que as famílias das vítimas sejam reconfortadas no luto delas e no nosso. Saiba que Sua mão está conosco e que nós vamos prevalecer. Pedimos Suas bênçãos e orientações, querido Deus, em nossos esforços para encontrar e destruir os responsáveis pelos atos que nos trouxeram aqui hoje. Por favor, nos abençoe e mantenha cada um de nós perto do Senhor. Em nome de Jesus, oramos. Amém.

Em seguida, eles prometeram:

— Consagramos este local como um memorial eterno aos corajosos compatriotas dos EUA que morreram em 11/9. Para que todos os que procurarem causar mal à nossa pátria saibam que não vamos cruzar os braços e assistir ao terror prevalecer. Vamos exportar a morte e a violência para os confins do planeta em defesa de nossa grande nação.

Em seguida, reuniram-se para uma fotografia. Duas semanas mais tarde, a foto com o texto da oração e da consagração veio parar na minha escrivaninha.

Observei a foto, um grupo heterogêneo de 16 patriotas barbudos orgulhosamente de pé ao redor do fragmento de um grande prédio destruído de uma grande cidade dos EUA. Li e reli as palavras. É por isso que estamos vencendo, pensei, por causa de homens como estes. Tementes a Deus, servos humildes de nossa nação, que abraçam uma missão ousada e perigosa. Todos são líderes que formam equipes quando as necessidades exigem. Não se importam se você é da CIA ou do JSOC. Não se importam com sua posição hierárquica, se

você é praça ou oficial. Não se importam se existe um cara em Washington dizendo como eles devem realizar sua tarefa. Só se importam um com o outro, com seus compatriotas, com sua missão e com Deus. Só querem e só precisam de orientação estratégica, recursos e apoio político. Coisas que podemos lhes dar.

Pedi para um assistente fazer e emoldurar cinco cópias, incluindo a foto e os textos. Dei cópias a Cofer, Tenet e Massie. Fiquei com uma para mim e a pendurei na parede de minha sala. Guardei uma de reserva.

No começo de março de 2002, durante uma reunião com o presidente Bush no Salão Oval, eu delineei o iminente ataque no vale Shahikot, no Afeganistão. Os militares dos EUA tinham atribuído à missão o codinome de “Operação Anaconda”. O CENTCOM tinha o comando, e a equipe do general Franks já havia passado as informações ao presidente, mas ele queria ouvir a opinião da CIA.

O diretor-adjunto da CIA, John McLaughlin, representava Tenet. John tinha me convidado para acompanhá-lo, para atualizar o presidente, o vice-presidente Cheney e a consultora de segurança nacional Rice. Levei meus mapas comigo. O presidente e o vice-presidente estavam sentados em poltronas. Como sempre no Salão Oval, eu me acocorei entre os dois.

Com o auxílio dos mapas, expliquei as posições do inimigo no vale e nas montanhas circundantes. Realcei as possíveis rotas de fuga, que esperávamos que os inimigos utilizassem após um grau indeterminado de resistência. Não sabíamos o número exato de guerreiros inimigos nem todas as suas posições. Estimávamos, porém, que essa força inimiga era a última e importante força remanescente conjunta da AQ e do Talibã no Afeganistão. Esperávamos um combate duro e contínuo, seguido da dispersão e da retirada dos sobreviventes para o território paquistanês. Não tínhamos expectativas de matar ou capturar todos, nem mesmo a maioria. As condições extremas do terreno, nebulosidade densa a baixa altitude, forças dos EUA reduzidas e as redes de fuga inimigas impediam isso. Após a dispersão, eles buscariam se integrar no terreno humano circundante e rumar para a fronteira ocidental, Paquistão adentro, exatamente

como tínhamos visto acontecer em Tora Bora.

Na exposição, enfatizei a missão de inteligência e expliquei que tínhamos equipes conjuntas da CIA/Forças Especiais atuando intimamente com guias afegãos para reconhecer a área. Os *Predators* cobriam o vale, até onde o clima e sua autonomia de voo permitiam. Continuávamos voando apenas duas plataformas, mas apenas uma armada.

No fim de minha exposição, o presidente indagou:

— Hank, como está o moral de nossos homens?

— Sr. presidente, o moral dos homens está elevado — eu disse a ele.

Ele assentiu com a cabeça e agradeceu.

Ao sair do Salão Oval, percebi uma fragilidade em minha resposta. Verdadeira, mas um tanto incompleta. O presidente precisava e merecia mais que aquela frase simples e declarativa. Nossos homens no Afeganistão mereciam mais.

Na manhã seguinte, acompanhei novamente o diretor-adjunto até o Salão Oval e forneci ao presidente Bush e sua equipe uma atualização sobre nossos esforços antiterroristas no Afeganistão e na região. E no fim da palestra, puxei uma foto e uma folha de papel de minha valise.

— Sr. presidente, posso lhe dar uma resposta melhor à pergunta que o senhor me fez ontem?

— Claro — disse ele, me encorajando com a mão estendida.

Eu lhe entreguei a foto dos 16 homens, alguns armados, de pé defronte uma pequena pilha de pedras, com uma bandeira estadunidense num mastro provisório logo atrás deles. As montanhas nevadas ao redor do vale Shahikot se erguiam na paisagem ao fundo.

— Sr. presidente, esses são alguns dos homens dos quais o senhor perguntou ontem. O senhor indagou sobre o moral deles. Esta equipe mista, com homens da CIA e das Operações Especiais, atuou no reconhecimento do terreno para a Operação Anaconda. Este monte de pedras cobre uma relíquia do World Trade Center da cidade de Nova York. Eles oraram e fizeram uma cerimônia neste local. Não é possível dizer quem é da CIA e quem é das Operações Especiais.

Isso reflete a união do grupo. Por favor, escute enquanto eu leio o que eles disseram.

Eu li a oração. Quase me engasguei numa parte.

— Sr. presidente, esta foto e as palavras destes homens respondem sua pergunta bem melhor do que eu respondi ontem.

Seguiu-se um longo silêncio na sala.

— Obrigado — falou o presidente.

Entreguei ao presidente o papel com a oração, para acompanhar a fotografia. Mais tarde fiquei sabendo que o presidente a colocou em sua sala particular, perto do Salão Oval.

Na Operação Anaconda, as forças dos EUA e aliadas expulsaram a AQ do vale. Várias centenas de inimigos pereceram, mas isso não aconteceu sem perdas do lado dos EUA e dos aliados. Vários afegãos morreram devido a um incidente de fogo amigo. Os SEALs da Marinha dos EUA perderam homens em Roberts Ridge.²

Com transmissão ao vivo pelo vídeo do *Predator*, assistimos ao pouso do helicóptero e ao fogo cerrado em Roberts Ridge. Enviamos o vídeo ao vivo para nossos clientes militares dos EUA em Tampa e noutros lugares. A equipe isolada SEAL, conectada com nosso centro de comando, concordou quando oferecemos apoio de fogo. O *Predator* lançou os dois mísseis Hellfire contra o inimigo que se aproximava, a menos de cem metros da equipe SEAL, anulando o ataque inimigo. Foi a primeira vez que um VANT armado forneceu apoio de fogo ar-terra para uma equipe terrestre envolvida em pleno combate com as forças inimigas.

Poucas semanas após a Operação Anaconda, uma fonte da CIA relatou a presença de mercenários estrangeiros numa aldeia afegã. A fonte suspeitava que eles fossem remanescentes sobreviventes da batalha operacional Anaconda, e eles planejaram a fuga ao Paquistão. Com base num único relatório de HUMINT, a Marinha dos EUA destacou uma aeronave de vigilância P3 Orion para sobrevoar a aldeia. Na aurora, a tripulação da aeronave identificou três

veículos deixando a aldeia, rumando a sudeste, na direção do Paquistão. Com autonomia limitada, o P3 passou o serviço para nosso VANT *Predator*, que seguiu o comboio durante horas e identificou que todos os ocupantes eram do sexo masculino, quando eles pararam para urinar.

Uma equipe SEAL da Marinha preparou-se para partir do aeroporto de Bagram, agora uma próspera base militar dos EUA, para interceptar os suspeitos de serem inimigos. Preocupados com a hipótese de o comboio alcançar a fronteira do Paquistão antes da interceptação, orientamos uma pequena equipe da CIA com aliados afegãos que estava na área para que bloqueasse o comboio. A bordo de picapes, eles aceleraram até o ponto definido por nós, num local de óbvia interseção com o comboio inimigo. Quando o inimigo avistou nossa equipe, mudaram para outra rota que os afastava da fronteira com o Paquistão. Essa mudança de rota atrasou o inimigo e deu tempo para os SEALs.

Enquanto os helicópteros se aproximavam do comboio inimigo, entregamos o controle da câmera do *Predator* a um agente SEAL, em nosso centro de comando. Os helicópteros arremeteram em baixa altitude, e os SEALs se espalharam no terreno na clássica formação em L. Nenhum inimigo sobreviveu. Não houve vítimas dos EUA.

Os mortos eram todos chechenos. Tinham equipamento militar dos EUA em sua posse, aparentemente tomado durante a Operação Anaconda.

Nas últimas 48 horas, a CIA havia movimentado e integrado múltiplas fontes de inteligência, constantemente analisado os dados multifontes, disposto em formação uma força de bloqueio da CIA/aliados afegãos e informado nosso cliente — a equipe SEAL. Foi um exemplo clássico e dinâmico de coleta e análise de inteligência com sucesso do usuário final.

Adeus

Em junho de 2002, realizei minha última viagem ao Afeganistão na condição de chefe do CTC/SO. Visitei Mazar-e-Sharif, Cabul, Candaar e Khost. Também fui até a antiga fortaleza de Qala-i-Jangi, onde Mike Spann havia sido morto. Prestei minha homenagem a ele e a todos os aliados afegãos que morreram durante aquela insurreição.

Rich e eu viajamos juntos a Khost e Candaar. Ele fizera um grande trabalho como chefe de base. Desde sua chegada em dezembro, ele consolidara nossas equipes espalhadas numa compacta rede de estações sob seu comando na base de Cabul. Liderou seus subordinados, perseguiu o inimigo e incentivou nossos aliados. Ajudou os afegãos a desenvolverem seu Diretório de Segurança Nacional (NDS) e manter o país livre dos estragos do jugo talibã. Trabalhou intimamente com os Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa dos EUA, à medida que enfrentavam os desafios de um país pobre e rústico, na busca de um governo honesto e eficaz.

Em nossa jornada, fiquei surpreso com a relativa paz e com as expectativas do povo afegão por apoio dos EUA e da comunidade internacional. Eles precisavam de nosso apoio. Após anos de guerras, o Afeganistão estava miseravelmente subdesenvolvido. Havia uma terrível escassez de eletricidade. Fiquei decepcionado com a falta de resposta para desenvolver o país. Visitando nossas bases, havia pouco sinal de outras agências não militares. As Relações Exteriores e a USAID tinham o grosso de seu pequeno quadro de funcionários sediado em Cabul, e não no interior, onde a governança e o desenvolvimento locais importavam tanto ou mais do que em Cabul.

Há menos de um mês, o presidente Bush prometera um “Plano Marshall” para o Afeganistão. Não vi nada em minha viagem que indicasse que essa promessa estivesse sendo honrada.

Rich e eu discutimos como ações encobertas eram transitórias e complementares à política e a outros recursos dos EUA. Uns poucos agentes da

CIA e um número limitado de militares espalhados no país não tinham condições de manter os ganhos conquistados. Ganhamos tempo e espaço, mas isso era tudo.

Rich e eu nos encontramos com Karzai, que se mostrou agradecido. Ele perguntou sobre os planos dos EUA para o Afeganistão. Conversamos sobre as ameaças que ainda pairavam; em especial, a zona de segurança da AQ que se expandia no Paquistão. Também conversamos sobre o Irã, a Rússia, a China e a Índia. Nossa longa conversa particular resultou mais em perguntas do que em respostas.

Em nosso último dia no país, nossos parceiros afegãos, inclusive o engenheiro Aref e Amrullah, nos ofereceram uma refeição vespertina à sombra de um arvoredor, às margens de um límpido e refrescante regato que corria através das planícies de Shomali. Conversamos durante horas, refletindo sobre nossos esforços conjuntos e imaginando o futuro.

Eles sabiam que minha missão estava chegando ao fim. Tiramos algumas fotografias. Eles me presentearam com um belo tapete. Despedimo-nos.

Aref seria afastado de seu cargo, acusado de corrupção, e anos mais tarde retornaria como membro eleito do Parlamento. Amrullah seria promovido até se tornar o chefe do NDS, onde serviria corajosa e eficientemente durante vários anos, antes de renunciar em protesto às políticas e à fraca liderança de Karzai.

Rich seria condecorado por sua coragem no Afeganistão e recompensado com outra importante missão como chefe de base. Na época de sua aposentadoria, em 2007, ele havia servido com grande distinção como chefe de base em cinco países, todos de alto risco.

Além do Afeganistão

Sabemos mais sobre a guerra do que sobre a paz, mais sobre a arte de matar do que sobre a arte de viver.

Omar N. Bradley

Após Tora Bora, a maioria dos líderes sobreviventes da AQ entrou furtivamente no Paquistão. Nossos aliados paquistaneses capturaram apenas alguns. Sobretudo, eles fracassaram na tentativa de prever os passos de OBL.

Conseguiram, porém, pôr as mãos em vários outros líderes e componentes da AQ nos meses e anos seguintes. Abu Zubaydah, um dos primeiros, foi capturado em março de 2002, em Faisalabad. E depois outros tiveram a mesma sina: o terrorista Ramzi Binalshibh, que atuou na organização dos atentados de 11/9, foi capturado em setembro de 2002, em Karachi. Nossos aliados paquistaneses detiveram outro planejador do 11/9, Khalid Sheik Mohammed, numa batida em Rawalpindi, em março de 2003.

O sucesso no Afeganistão, tanto na deterioração da zona segura da AQ quanto na bonança de inteligência, contribuiu para um progresso mais amplo e duradouro. Ao longo dos anos seguintes, a CIA e os serviços aliados capturariam várias centenas de agentes inimigos espalhados em dezenas de países. Esses trabalhos de inteligência e ações encobertas, combinados com poder militar e aplicação da lei, impediram inúmeros ataques terroristas e salvaram um número incalculável de vidas.

Esse inimigo resiliente e adaptável, porém, buscava constantemente novas zonas seguras e desenvolvia novas estratégias para proteger e cumprir seus objetivos. Isso foi especialmente verdadeiro num país do Oriente Médio.

Oriente Médio

No começo de janeiro de 2002, Cofer e eu continuamos nossa discussão sobre o decreto do presidente, centrado na perseguição dos líderes e membros da AQ, não apenas no Afeganistão, mas também mundo afora. As ordens letais do presidente se aplicavam em qualquer lugar fora dos EUA. Isso estava claro. Os advogados da Casa Branca e da CIA afirmavam que o decreto do presidente e a ação encoberta associada tinham validade global.

Já havíamos escolhido Carl para liderar a equipe nesse país do Oriente Médio. Ex-oficial das Forças Especiais do Exército, com grande experiência operacional na África, na América Latina e no Oriente Médio, ele atuara nos últimos dois anos como um de nossos chefes setoriais no CTC, com ênfase em grupos terroristas afiliados à AQ.

Carl entregou-se animadamente à tarefa e logo recrutou uma pequena equipe de agentes. Trabalhava em cooperação com a Divisão do Oriente Próximo, para tranquilizá-los de que procurávamos complementar os esforços deles e não desafiar seus líderes e agentes de campo. O CTC queria reforçar suas operações e as de nosso aliado do Oriente Médio. Carl envolveu-se com as Operações Especiais dos EUA, numa abordagem conjunta. Obtivemos financiamento e criamos uma pequena unidade de apoio no QG, ligada ao CTC/SO. Também acionamos plataformas de vigilância e providenciamos bases fora do país, mas perto o suficiente para cobertura sustentada.

Expliquei a Carl que nossos objetivos estratégicos eram a liderança inimiga, suas zonas seguras e as condições que o inimigo explorava para conquistar apoio da população. Com sua experiência anti-insurgência, Carl precisava de poucas instruções. Rapidamente desenvolveu um extenso plano operacional, englobando tudo, desde a coleta unilateral de inteligência até programas de treinamento para nossos aliados locais. Incluiu equipes médicas expedicionárias para penetrar áreas tribais e gerar maior compreensão e boa vontade no seio das populações locais.

Nosso principal alvo de liderança era um líder da AQ. Ele era um dos responsáveis pelas mortes dos cidadãos dos EUA e, tendo presenciado sua obra tão de perto, nutri um intenso interesse em sua eliminação.

No final de 2002, meses após eu sair do CTC, Carl e sua equipe integraram a inteligência multifontes e executaram a ação encoberta letal com precisão cirúrgica. O líder da AQ não mais mataria cidadãos estadunidenses ou de outros países.

Reflexões

Você deve se desviar de alguns de seus pensamentos e, após dispensá-los, lhes dar um tempo.

Então, volte a seu cérebro; faça-o funcionar novamente e analise o assunto.

Sócrates

Por volta de junho de 2002, o pêndulo (operacional e político) no Afeganistão já havia oscilado da crise de segurança nacional para uma questão corriqueira. Apenas dez meses após o 11/9 e já havia uma rastejante lassidão entremeando as políticas e operações concernentes ao Afeganistão — justamente à medida que o poder político e os recursos eram destinados ao Iraque.

Neste novo ambiente, quais eram minhas escolhas profissionais?

Rob Richer, o chefe dos Recursos Humanos, havia me ligado há algumas semanas, antes de minha última viagem ao Afeganistão.

— Hank, o diretor adjunto de operações diz que você pode ficar no CTC/SO ou aceitar uma nova atribuição. Você realizou um excelente trabalho, então é só falar o que deseja.

— Obrigado, Rob. Eu lhe dou um retorno.

Rob tinha sido fundamental no fornecimento de pessoal ao CTC/SO, muitas vezes enfrentando a relutância de outras divisões para deixar seus agentes se transferirem para nossa unidade. Também ajudara na repentina mudança de minha família de volta aos EUA, no ano anterior.

A oferta para escolher minha nova missão era generosa. Senti-me gratificado.

Mas a oferta também parecia combinar com minha perturbadora sensação de inquietude em relação à nossa direção no Afeganistão. Se eu ficasse ou saísse, isso não importava para o Sétimo Andar. De modo talvez insensato, eu esperava algo mais, pelo menos algo mais para o Afeganistão. Talvez eu estivesse confundindo meu próprio futuro com o futuro do Afeganistão. Eu não queria abandonar meu cargo, pois a guerra estava inacabada. Também me dei conta que

esse tipo de guerra nunca chegava ao fim realmente. Esta não era a Segunda Guerra Mundial e suas vitórias definidas, com o Dia da Vitória na Europa e o Dia da Vitória no Japão. Isso mais parecia um cancro de luta. Erradicávamos ou suprimíamos uma pestilência, apenas para enfrentar outra que, de algum modo, sofreria mutação e se disseminaria.

Dizimávamos a liderança e os agentes da AQ, mas OBL e Ayman al-Zawahiri, o segundo da hierarquia da AQ, permaneciam vivos e no controle da organização. Fornecêramos informações sobre a mudança dos líderes da AQ para o Paquistão, onde sua zona nas áreas tribais parecia mais segura do que nunca. A comunidade internacional reagia com lentidão às necessidades não militares do Afeganistão, onde a infraestrutura permanecia primitiva. A AQ e o Talibã tinham explorado comunidades empobrecidas, analfabetas e isoladas, onde a aplicação da lei permanecia incerta. Não havíamos tratado desses problemas. Sabíamos que a AQ, embora seriamente afetada, era capaz de planejar e lançar outros ataques. Descobríamos e desmantelávamos vários grupos afiliados da AQ, desde o Marrocos até as Filipinas. Mas estava longe de acabar, em especial no Afeganistão, onde qualquer resolução duradoura e, principalmente, a vitória, demoraria anos.

Fracassávamos no intento de alcançar os três objetivos estratégicos de anti-insurgência que Frank e eu debatêramos em setembro de 2001: destruir a liderança do inimigo, solapar suas zonas seguras e atenuar as condições que o inimigo explorava.

No entanto, em relação ao Afeganistão, a urgência era cada vez menor. Em relação ao Iraque, a conversa era cada vez maior. Ninguém perguntava a minha opinião, não que eu soubesse muito sobre o Iraque ou quisesse participar daquele conflito efervescente. Novamente, eu precisava pôr meu ego em xeque.

Eu não tinha certeza sobre a nossa política e, por extensão, sobre o futuro papel da CIA no Afeganistão. Eu me esforçava para entender o que transpirava no nível macropolítico. Uma grande, lenta e pesada máquina governamental (a máquina governamental dos EUA) suplantara nossa dinâmica rede de ações encobertas realizadas por grupos táticos. O poder migrara, e, se eu ficasse,

haveria pouco a fazer. Eu não sabia ao certo o que fazer, considerando que agora, cada vez mais, a nossa postura política mais madura e rígida ofuscava o mandato de ações encobertas da CIA. Isso era compreensível. Nosso papel de protagonista após o 11/9 havia emergido de uma incomparável confluência de circunstâncias.

Greg e eu discutimos isso. Ele pensava que nossa campanha serviria de modelo duradouro. Falei que alguns aspectos de nosso sucesso seriam incorporados em operações futuras, em especial nos níveis táticos e operacionais, mais especificamente no que tange ao trabalho conjunto da CIA/Operações Especiais. Alertei Greg, porém, que ele não devia esperar que a CIA algum dia voltasse a ter um papel de liderança tão preponderante. Cofer e o diretor Tenet agarraram um fugaz momento na história em que um atônito governo dos EUA não tinha mais ninguém a quem recorrer. Durante anos, o Serviço Clandestino estivera coletando informações, planejando, alertando e esperando essa tragédia — e tínhamos correspondido ao chamado. Enfatizei a Greg que os líderes nacionais não gostavam de entregar tanto controle para sujeitos como nós. Era anticonvencional demais, arriscado demais e um tanto desconcertante para alguns políticos de Washington. Embora decepcionado, Greg compreendeu. Ele era um sujeito puramente do setor operacional, sem tempo para política, com uma dose de autoironia de menino do interior, mas argúcia não lhe faltava.

Em nossa discussão, não houve rancor em relação à CIA nem ao nosso governo. Apenas aceitamos essa realidade, uma realidade que não diminuía a importância de nosso serviço e, tampouco, nossa contribuição.

Apesar desse entendimento, muita coisa eu ainda não compreendia nem tinha plena consciência. Sentia a necessidade de refletir sobre meus quatro últimos anos de missão antiterrorista. O trabalho tinha sido implacável. Faltava uma avaliação meditativa e ponderada que conduzisse a uma compreensão mais aprofundada. Ou talvez fragmentos de compreensão intuitiva estivessem espalhados em minha mente cansada. De que modo reorganizar esses pedaços e lhes dar certa aparência de pensamento ordenado? O que recém acontecera, em

especial desde 11/9? O que aquilo significava?

Além do mais, havia a minha família. Eu sentia falta deles.

Dias depois, retornei a ligação para Rob.

— Quero voltar à universidade, fazer o meu mestrado — comuniquei.

— Excelente. Vamos cobrir todas as suas despesas. Pode continuar com o salário completo, é claro — mencionou Rob.

— Obrigado. Vou tentar uma vaga na Escola de Estudos Internacionais Avançados da Universidade Johns Hopkins. Eles têm um mestrado de um ano em Políticas Públicas. Vou lhe informar assim que eu tiver os detalhes.

Minhas motivações eram simples. Como marido e pai, eu precisava compensar o tempo perdido. Intelectualmente, eu precisava situar os anos recentes em certo contexto histórico e teórico. Fisicamente, eu estava exaurido; um ritmo mais vagaroso e diferente ajudaria. Profissionalmente, um interlúdio acadêmico abriria meus horizontes e me tornaria um agente melhor. Eu me sentia como o sujeito que corta lenha com um machado sem fio e nunca tem tempo para afiá-lo, pois sempre tem de cortar mais lenha. Eu precisava repousar o machado, sentar-me, respirar fundo e amolar a lâmina.

Lembrando o aviso de Cofer sobre as consequências políticas da derrota ou da vitória, talvez fosse melhor sair do QG — ao menos por um tempo.

Após revigorantes férias de julho nas Montanhas Rochosas do Colorado com minha família, eu me apresentei à SAIS. Foi um deleite vestir jeans e camiseta em vez de gravata e colete à prova de balas.

Minha primeira tarefa foi autoatribuída. Permiti-me uma análise dos artigos publicados logo após o 11/9, tanto na mídia quanto no meio político. Eu estivera tão absorto pelas operações do momento que tinha uma ideia limitada sobre o discurso público no período posterior ao 11/9.

A esmagadora maioria das opiniões tendia rumo ao pessimismo, alguns beirando o extremo, sobre o resultado da ação dos EUA no Afeganistão. Muitos analistas se referiam aos fracassos britânicos e soviéticos naquele país, insinuando ou declarando que os EUA seguiriam o mesmo caminho. Os analistas avisaram sobre ir além dos limites e sobre o “fracasso imperial”. Especialistas

militares salientaram a Guerra do Golfo, como se ela fosse se tornar algum tipo de modelo para o Afeganistão. Os entendidos sobre política enfatizaram a paralisia diplomática dos Estados-nações da região. Alguns peritos em antiterrorismo, muitos deles desconhecidos por mim, previam morte e destruição para a Ásia Central e o Oriente Médio, e também para a pátria dos EUA.

Difícilmente alguém comentava sobre a ideologia intelectualmente corrupta da AQ ou sobre o povo do Afeganistão. Lembrei-me de minha conversa com Masood, no começo do ano 2000, quando ele acentuou a importância de seu povo em quaisquer conflitos. Fiquei imaginando se esses eruditos tinham perguntado a algum afegão o que eles pensavam.

Havia mínima discussão sobre o papel do serviço de inteligência no Afeganistão, à exceção do fracasso em prever e impedir o 11/9. A morte de Mike Spann mudou isso. A cobertura da mídia no final de novembro de 2001 direcionou os holofotes para a CIA. Mas o foco era o papel de ação encoberta da CIA, não a inteligência que serviu de fundação para a campanha inteira. A escassez de cobertura sobre o papel da inteligência não era surpreendente, porém não deixava de ser decepcionante. Isso me incomodava. Se não entendíamos esse aspecto fundamental, como travaríamos guerras bem-sucedidas no futuro?

Uma previsão de vitória clara e sem ambiguidades veio de Fuad Ajami, professor da SAIS, que realçou como a AQ e o Talibã eram perversos e fracos. Previu que eles se desintegrariam quando confrontados com ataques convictos e constantes.

O professor Eliot Cohen da SAIS coligiu seu ponto de vista no artigo de novembro de 2001, “Uma guerra estranha”, no periódico *The National Interest*. Escreveu: “O 11/9 foi o marco culminante de uma guerra mal definida, mas, sem dúvida, uma guerra. A hesitação mostrada por alguns para abraçar plenamente a linguagem da guerra reflete um desejo de definir guerra estrita e rigidamente, como o tipo de conflito que os EUA aparentemente venceram de modo tão decisivo contra o Iraque em 1991. Ou seja: uma definição de guerra que tenha começo nítido e final decisivo, travada contra um Estado, ou, mais exatamente, contra suas forças armadas, acompanhada por objetivos claramente definidos em

termos de ‘resultados finais’ e ‘estratégias de retirada’”.

Porém, estamos enfrentando uma era de guerra não restringida por limites convencionais. Cohen defendeu que vamos enfrentar “(...) guerras que não se adaptam às classificações daqueles que transmitem a doutrina militar nas academias de guerra, ou de políticos e generais que buscam clareza e ordem quando tudo é obscuridade e confusão”. Acrescentou: “Esta guerra, ao contrário de muitas outras, tem o potencial de tomar novas e perigosas formas com grande rapidez e pouco aviso”.

Por isso, o serviço de inteligência será tão crucial: para nos ajudar a diminuir a “obscuridade e confusão” e entender as “novas e perigosas formas”. Cohen declarou de modo singelo: “(...) agentes secretos e espiões podem exercer um papel mais importante do que soldados ou pilotos”.

Ahami e Cohen acertaram na mosca. A SAIS era o lugar certo para eu estar.

Minha revisão de literatura não esclareceu alguns eventos futuros. Não levaríamos a cabo nosso prometido “Plano Marshall” para o Afeganistão. Permitiríamos que o Talibã se reorganizasse e se redistribuísse no Paquistão. O Iraque consumiria nossa atenção e drenaria do Tesouro dos EUA talvez 3 trilhões de dólares. O Ministério da Defesa de Rumsfeld fracassaria no intuito de se ajustar a uma nova e emergente era de conflito, na qual intervenientes não estatais, tanto na condição de inimigos quanto aliados, tinham um papel preponderante.

Eu me apresentei ao professor Cohen, que comandava o Departamento de Estudos Estratégicos. Sentamo-nos em seu pequeno gabinete no canto do prédio e batemos um papo sobre os rigores acadêmicos do programa. Ele pensava e falava clara e diretamente, de modo conciso e eficaz. Gostei dele instantaneamente.

Ele sabia que eu era um agente da CIA num interlúdio acadêmico. Neste ponto de minha carreira, um disfarce seria mais obstáculo do que ajuda. Após quatro anos de trabalho antiterrorista, quase todos os serviços aliados em todos os países conheciam a minha identidade. E também muitos grupos terroristas. A AQ colocou a cabeça de todos os agentes da CIA no Afeganistão a prêmio,

inclusive a minha.

A comunidade acadêmica representava uma ameaça mínima — pelo menos eu torcia para isso.

Não obstante, não havia necessidade de os professores e da equipe de funcionários acadêmicos saber sobre o meu cargo no Afeganistão nem quaisquer outros detalhes de minha carreira. Eu queria despertar menos atenção, não mais. Eu preferia menos conversa sobre o Afeganistão e mais sobre a guerra e a inteligência enquanto disciplinas. Eu queria menos discussão sobre operações e mais sobre estratégia e política.

Durante o primeiro semestre, reli *A arte da guerra*, de Sun Tzu, e trechos da *História da guerra do Peloponeso*, de Tucídides. Estudei *Da guerra*, de Clausewitz, e *A face da batalha*, de John Keegan. Havia tanto a explorar, desde as atordoantes mudanças políticas e econômicas na China até as violentas e emergentes reformas no mundo islâmico. Havia a crescente irrelevância da OTAN, o formidável crescimento da democracia na América Latina e a proliferação de armas de destruição em massa. O ciberespaço oferecia novas plataformas e campos de batalha para a coleta de inteligência.

O primeiro semestre forneceu-me visões amplas sobre política e estratégia, com base nas lições através dos tempos. Talvez a observação mais simples e importante: os chocantes erros de cálculo dos líderes, em especial daqueles que se prendem a conceitos e a comportamentos militares arcaicos. Os horrores da guerra de trincheiras da Guerra da Secessão dos EUA se repetiram e se acentuaram cinquenta anos depois, na Primeira Guerra Mundial. Como os generais não conseguiram se adaptar às brutais armas de fogo rápido e concentrado? Em vez disso, comandaram milhões de homens como se eles portassem mosquetes de tiro único e baionetas.

Como os militares dos EUA puderam resistir ao advento do tanque e da aviação como armas poderosas que mudaram a guerra? Como os EUA conseguiram errar tão feio no Vietnã? Li sobre como nossos generais convencionais resistiram aos nascentes, mas eficazes guerreiros anti-insurgência, e, ao mesmo tempo, cederam aos líderes políticos e se recusaram a lhes contar a

dura e horrível verdade sobre os inimigos vietnamitas. Enquanto isso, os líderes políticos mentiam ao povo dos EUA. A era do Vietnã ilustrou uma deterioração na confiança essencial entre soldado, Estado e nação.

Com a inerente resistência a mudanças, como os EUA enfrentariam um novo inimigo não estatal como a AQ? Como lidar com um inimigo brutal que lançava mão de armas e táticas assimétricas e operava num campo de batalha cada vez mais frágil e global?

A convergência de nossa história recente em operações antiterroristas com o rigor intelectual da SAIS, que remontava a séculos de erudição, realçou o quão fundamental tinha sido a mudança nas práticas de guerra que eu acabara de vivenciar. Três fatos se destacavam. Primeiro: o grau de assimetria na guerra atingira um novo nível. Essa crescente tendência se acelerava de modo alarmante. Cada vez menos indivíduos conseguiam trazer cada vez mais morte e destruição. Os armamentos se tornavam mais poderosos. Os alvos populacionais e de infraestrutura ficavam cada vez mais concentrados e frágeis. Além do impacto cinético, elementos isolados podiam carregar na web um vírus de computador, um vídeo horrível ou uma exortação furiosa e alcançar impacto global e imediato.

Segundo: o papel dos agentes não estatais estava aumentando. A AQ e outros grupos terroristas desafiavam Estados-nações, como as ameaças em nossa pátria. E aliados não estatais, como as tribos afegãs, constituíam aliados mais eficientes do que os tradicionais, como a OTAN. O número e a importância desses agentes não estatais proliferavam: ONGs, mídia, empresas, universidades, grupos religiosos e outros. A opinião pública em todas as partes do mundo teria cada vez mais importância. Embora esses agentes e seus pontos de vista fizessem parte da paisagem estratégica, nosso planejamento estratégico ainda raramente os considerava na equação.

Terceiro: no nível operacional, até mesmo tático, o campo de batalha agora era global. Um grupo inimigo urdia e planejava num lado do planeta e executava no outro lado em questão de dias, até mesmo horas. No ciberespaço, o impacto podia ser mensurado em segundos.

Se esses fatores emergentes e convergentes estavam mudando a natureza da guerra, então qual era o papel da inteligência? Como identificaríamos e distinguiríamos esses microagentes com macroimpacto atuando num campo de batalha global, embrenhando-se no terreno humano e empregando táticas de trapaça e negação? Parecia que a inteligência se tornava cada vez mais difícil, e, no entanto, cada vez mais importante.

Acadêmicos respeitáveis, como John Keegan, rejeitavam o valor da inteligência na guerra. E alguns formuladores de política também. Será que essa mudança na natureza da guerra modificaria seus pontos de vista? Será que a academia consideraria a inteligência um tópico digno de estudo? Talvez até mesmo merecedor de uma disciplina especial e separada? Será que os líderes políticos repensariam o valor da inteligência?

Eu precisava estudar essas questões, por isso me matriculei numa cadeira sobre inteligência, lecionada pela professora Jennifer Sims e intitulada “A arte e o ofício da inteligência”.

A professora Sims mergulhava na história e construía uma elegante teoria de inteligência com base em princípios duradouros, uma teoria que enfatizava a integração dinâmica da coleta e análise com aspectos de feedback da clientela. Antes do curso, tive de admitir minha ignorância sobre teorias da inteligência. Eu não tinha ideia do quão escassamente a comunidade acadêmica tratava o assunto — talvez um reflexo de como o governo e a sociedade dos EUA lidavam com a inteligência, como um trabalho necessário, porém sujo, utilizado para tarefas que ninguém mais queria discutir ou sequer se importava em fazê-lo. Ou uma miragem heroica e romantizada, fonte de entretenimento, mas não de informações.

Em certos aspectos, a academia tratava a inteligência de modo semelhante ao modo com que o FBI e o Ministério da Defesa a tratavam. Não era uma disciplina fundamental. Quais líderes no FBI, na Defesa, nas Relações Exteriores ou qualquer outro ministério político de linha tinham galgado a hierarquia dos setores de inteligência de suas organizações e alcançado posições de comando? Qual líder acadêmico atingira destaque com estudos sobre atividades de

inteligência?

Por fim, a professora Sims e eu concebemos a ideia de um texto acadêmico, publicado em 2005 pela editora da Universidade de Georgetown, com o título *Transforming U.S. Intelligence* [Transformando a inteligência dos EUA]. Sims e Burton Gerber foram os coeditores. Contribuí com dois capítulos.

Entre as muitas descobertas que fiz durante meu período na SAIS, três se destacam no ramo da inteligência. A primeira é o quão ambivalentes, céticos ou ignorantes o público e muitos formuladores de políticas dos EUA eram em relação ao ofício da inteligência. No primeiro semestre de 2002, eu testemunhei o fiasco da Guerra do Iraque se desdobrar. Alguns formuladores de políticas defendiam que a inteligência, redondamente enganada sobre armas de destruição em massa, os induzira a invadir, como se eles não tivessem alternativas. Nos anos vindouros, outros líderes rejeitavam as descrições iniciais da CIA sobre uma insurgência iraquiana rapidamente emergente, pois isso contradizia sua percepção de vitória predestinada. Relembrei os comentários de Wolfowitz na Casa Branca, em setembro de 2001. A política buscava direcionar as conclusões de inteligência, em vez de a coleta e a análise de inteligência servirem de ferramentas de informação aos políticos.

Segunda descoberta: fiquei abismado pela natureza dinâmica da guerra e a crescente importância da inteligência nesse contexto estratégico. Ao contrário do que fizemos no Afeganistão, iniciamos uma guerra contra o país do Iraque e, ao mesmo tempo, ignoramos nosso mais importante aliado — o povo iraquiano. Os iraquianos constituíam uma coleção fragmentada de agentes não estatais ansiosos por recuperar orgulho e prestígio. Essa guerra não era de Estado versus Estado, por mais que as lideranças civis e militares dos EUA assim o desejassem. Essa guerra acontecia em meio ao povo e tinha a ver com o povo. Nossos líderes, cambaleando no caminho incerto desse novo ambiente de conflito, exigiam mais e mais inteligência. Isso se refletia em astronômicos incrementos orçamentais na comunidade de inteligência e na proliferação de agências com funções de inteligência, mas com pouca e verdadeira liderança ou clareza estratégica. Na melhor das hipóteses, a comunidade de inteligência

parecia incerta quanto à sua direção futura, em parte porque os formuladores de políticas também demonstravam incerteza.

Terceira: a dinâmica nas políticas parecia exigir uma resposta ao 11/9 centralizada em Washington, quando, na verdade, nossos sucessos tinham sido construídos com uma percepção focada em ações locais e regionais. Enquanto governo, nos prendíamos à noção de controle e poder concentrados, incapazes de perceber que forças inimigas pequenas e ágeis, operando num campo de batalha global, exigiam uma resposta semelhante. Precisávamos penetrar nessas células inimigas e manobrar dentro de seu raio de ação, e isso não podia ser feito na capital Washington.

O ano acadêmico na SAIS foi intelectualmente estimulante e profissionalmente recompensador, pois agora eu tinha uma estrutura de referências mais ampla. Eu também me preocupava com o rumo de nossa política externa, ressaltada pela invasão do Iraque. Estava na hora de voltar à CIA.

América

Cada cidadão deveria ser um soldado. Foi assim com os gregos e os romanos e deve ser em todos os Estados livres.

Thomas Jefferson

Eu não sabia qual seria minha próxima tarefa, mas Stephen Kappes sabia. Promovido, agora ele exercia o cargo de Diretor Adjunto Associado de Operações, o segundo mais alto posto na hierarquia do Serviço Clandestino. Convidou-me para visitá-lo em sua sala no sétimo andar.

Abdômen reto, quadris estreitos e ombros largos, precisou mandar ajustar seu terno de fabricação industrial para seu físico. Os sapatos pretos brilhosos pareciam ter sido engraxados. Cabeça careca, barba espessa e grisalha, olhos fundos e muitos anos ao sol do Oriente Médio: seu rosto refletia com plenitude meio século de idade. Sua silhueta também dava a impressão de que ele era capaz de fazer centenas de flexões de braço.

— E aí, Henry? — ele me saudou com sua voz de barítono. Nós dois tínhamos percorrido um longo caminho desde que éramos estagiários novatos no campo de treinamento.

— Steve, você está em forma — observei.

— A gente tenta, Henry, a gente tenta. Olha só, preste atenção. Quero que estude uma coisa.

Ele sempre me chamou de Henry, nunca de Hank. Agora era meu chefe e falava como chefe. Eu o conhecia bem. Quando ele queria que alguém “estudasse” algo, na verdade desejava uma continência. Ele tinha sido um fuzileiro naval e, em certos aspectos, ainda era.

— A-ham. Pode falar.

— A chefia dos Recursos Nacionais vai ficar vaga neste verão. A divisão é boa, mas tem o potencial de render muito mais. Quero que você comande a

divisão, articulando com líderes empresariais e com os aplicadores da lei do país. Mas, olha só, Henry, você é um excelente agente, mas em geral não se importa com que os outros pensam... em termos políticos. Você atua com rapidez e não perde tempo colocando “panos quentes”. Isso pode ser um problema. Como chefe da Divisão de Recursos Nacionais, vai ter que aprimorar esse aspecto. Vai ter de construir novas parcerias. Esta será uma oportunidade ímpar de servir ao país.

Como de costume, ele estava certo.

— A ideia me parece boa, mas eu gostaria de pensar com mais calma. Eu te ligo em breve.

— Sim, Henry, muito em breve.

Naquele mesmo dia comecei a pesquisar sobre a história da Divisão de Recursos Nacionais, lendo e conversando com amigos que tinham servido na divisão.

As origens do Gabinete de Serviços Estratégicos (OSS), o precursor do serviço clandestino da CIA, residiam em Wall Street, onde o fundador do OSS, o coronel “Wild Bill” Donovan, começara o recrutamento. Se, por um lado, o OSS é famoso por suas audazes operações de sabotagem e combate atrás das linhas nazistas e suas façanhas na Ásia Oriental, por outro, o OSS também coletava informações cruciais de empresários, acadêmicos, cientistas e estudantes dos EUA que tinham acesso, direto ou indireto, à inteligência do mundo todo. Originalmente, o setor privado dos EUA foi a pedra fundamental da coleta de inteligência do OSS. Com agentes usando múltiplos disfarces espalhados país afora, a Divisão de Recursos Nacionais trabalhava com os mesmos princípios.

A Divisão de Recursos Nacionais (NR) consistia na fusão relativamente recente de duas entidades. Uma divisão tinha sido conhecida como Coleta Nacional, e a outra, Recursos Estrangeiros. A primeira se concentrava na coleta passiva a partir de pessoas dos EUA com acesso à inteligência estrangeira. Agentes da Coleta Nacional interrogavam pessoas dos EUA sobre uma gama extraordinária de tópicos de inteligência estrangeira, desde avanços na nanotecnologia chinesa até a saúde de um déspota africano. Portanto, os agentes

da Coleta Nacional desenvolveram uma mescla diversificada de perícia profunda e amplo conhecimento. A missão da divisão não era espionagem, mas, em vez disso, interrogatórios seletivos e discretos. Os custos e o risco eram mínimos, e as recompensas, às vezes, espantosas.

Agentes dos Recursos Estrangeiros recrutavam cidadãos estrangeiros no território dos EUA, em especial aqueles prestes a retornar a seus países, preferivelmente para locais como Moscou ou Pyongyang. Trabalhavam intimamente com os executores da lei dos EUA, em particular o FBI, se o caso envolvesse contrainteligência ou antiterrorismo. O FBI tinha pouco interesse e ainda menos capacidade em outras áreas de inteligência estrangeira, como a dinâmica política chinesa, a política de petróleo venezuelana ou oportunidades para a coleta de SIGINT via redes de telecomunicações na América Latina.

A união das duas organizações produziu a Divisão de Recursos Nacionais (NR, do inglês *National Resources*). Essa integração fazia sentido, pois, em geral, a pessoa dos EUA adquiria informações a partir de um cidadão estrangeiro e, assim, a pessoa dos EUA tinha acesso direto ao potencial espião estrangeiro — alguém com acesso comprovado e vontade para revelar informações confidenciais. Um agente da Coleta Nacional se concentrava na inteligência, não no recrutamento estrangeiro potencial. Por outro lado, um agente dos Recursos Estrangeiros adotava o cidadão estrangeiro como alvo, mas não desenvolvia, com a pessoa dos EUA, um relacionamento de confiança capaz de facilitar o recrutamento de um espião estrangeiro. Essa era uma imensa lacuna de oportunidade no sistema prévio e bifurcado. A NR foi projetada para resolver isso. A NR também era o resultado das maciças reduções de recursos sofridas pela CIA após nossa vitória na Guerra Fria; manter duas organizações distintas instaladas nos Estados Unidos não fazia sentido para os cortadores de orçamento.

Mas apesar do sucesso das operações da NR, em alguns sentidos a divisão era uma enteada do Serviço Clandestino. Isso porque os agentes da NR serviam no exterior com menos frequência que outros agentes. Com certeza, isso era verdadeiro para agentes oriundos da Coleta Nacional. No Serviço Clandestino,

existe uma tendência profunda e compreensível para valorizar agentes que realizam operações difíceis em locais complicados. Interrogar um executivo em seu luxuoso escritório nova-iorquino sobre sua recente viagem à Europa não conta muito, pelo menos na cabeça de muitos agentes de caso. Embora eu compartilhasse parcialmente desse viés, eu também sabia que a inteligência obtida nesse interrogatório poderia superar a inteligência coletada em alguma missão arriscada no exterior. Esse tipo de interrogatório também exige grande habilidade. No fim das contas, eu aprendera, a missão tinha mais a ver com a qualidade da inteligência e a eficácia da ação encoberta do que com a elegância, o risco e a emoção de uma operação.

Quando comparada com outras divisões geográficas no Serviço Clandestino, a NR era diminuta em termos de recursos humanos e financeiros. Meu orçamento operacional no CTC, poucos anos antes, suplantava em muito todo o financiamento da NR. Pior: alguns agentes eram realmente despreparados. Alguns não tinham conseguido aprovação para trabalhos no exterior no campo de treinamento, e, portanto, migraram para a NR, onde conseguiriam trabalhar. Outros apenas preferiam um ambiente seguro. Mas havia muita gente capacitada. Alguns agentes da NR tinham rodado o mundo realizando missões, com bom desempenho. Retornaram ao serviço nos EUA agentes bem melhores. Muitos oriundos de outras divisões preenchiam os quadros funcionais da NR; tinham servido no estrangeiro, mas agora precisavam estar nos EUA por questões familiares. Alguns agentes da NR nunca tinham servido no exterior, mas, apesar disso, eram muito competentes. A divisão parecia mais fraca, porém, na parte de lideranças. Vários chefes de bases da NR precisavam ser substituídos. Suas bases não estavam gerando inteligência, nem em quantidade tampouco em qualidade. Suas operações de recrutamento captavam fontes de baixo nível e nada mais. Duas bases sequer recrutavam.

Três pontos positivos me chamaram a atenção durante minha pesquisa inicial sobre a Divisão de Recursos Nacionais. Em primeiro lugar, parte da inteligência produzida era espetacular e incomparável. De fato, o setor privado dos EUA estava tão à frente do governo dos EUA em muitas áreas de alta tecnologia que o

setor privado estava ajudando a NR a perceber novas lacunas e a desenvolver novas necessidades de inteligência. A sinergia na parceria, para desenvolver o capital intelectual como alicerce para melhores necessidades de inteligência, me deixou boquiaberto. Considerando a sofisticação e a complexidade crescentes da tecnologia e seu impacto no ambiente sociopolítico global, essa tendência aumentava. Não havia modo de a comunidade de inteligência dos EUA acompanhar o ritmo sem o apoio do setor privado dos EUA, e a NR estava na vanguarda da espionagem *high tech*.

Em segundo lugar, os parceiros da NR pertencentes ao setor privado forneciam acesso impressionante à inteligência estrangeira, a plataformas de tecnologia capazes de gerar inteligência estrangeira e a cidadãos estrangeiros com acessos a segredos. Alguns parceiros do setor privado, na realidade, recrutavam cidadãos estrangeiros para nós. Eram tão bons que eram capazes disso. Isso era especialmente verdadeiro em áreas obscuras de coleta. Um empresário dos EUA, originalmente do Afeganistão, viajou de volta ao país natal para recrutar e administrar uma rede compacta, composta por homens de seu clã, contra o Talibã; o grupo foi fundamental em nossos esforços de ação encoberta antes e após o 11/9. Um cientista dos EUA entabulou uma discussão acadêmica com um cientista estrangeiro e, finalmente, com o auxílio de um agente de caso, recrutou a fonte e obteve notáveis informações técnicas sobre um programa de armamento estrangeiro. A maioria dos agentes de caso jamais poderia ter recrutado aquele clã afegão, nem obtido acesso àquele cientista estrangeiro. Em áreas científicas, em especial, o setor privado era essencial. Raríssimos agentes operacionais sabiam qualquer coisa sobre a cadeia cinemática paralela fechada dos robôs, os sabores dos quarks ou a automontagem de nanoestruturas.

Além do mais, com a crescente sofisticação dos serviços de inteligência estrangeiros, combinada com os avanços na biométrica, era cada vez mais difícil para os agentes da CIA viajar com identidades falsas e disfarce comercial sem serem detectados. Assim, eu cheguei a uma conclusão: parceiros do setor privado dos EUA, viajando com seu nome verdadeiro e trabalhando para uma empresa verdadeira, poderiam servir como reforços da CIA no exterior. Isso

representava um alto risco, mas o potencial de recompensa também era alto.

Em terceiro lugar, muitos dos melhores e mais brilhantes estrangeiros de diversos ramos, como agentes de inteligência, diplomatas, autoridades comerciais, cientistas e empresários, residiam nos EUA ou visitavam o país com frequência. Eram espiões potenciais. Cada país do mundo tinha algum tipo de representação nos EUA, como, por exemplo, as Nações Unidas. Os EUA eram nosso território nativo, o melhor terreno de recrutamentos do planeta, repleto de alvos de alta qualidade. Uma vez recrutados, o escrutínio e o treinamento dessas novas fontes seria muito mais fácil nos EUA do que em outros países. De fato, alguns dos melhores espiões do Serviço Clandestino tinham sido recrutados nos EUA. Entre esses, uma porcentagem substancial tinha simplesmente sido voluntária.

A pessoa mais influente em minhas discussões iniciais sobre o novo trabalho foi Mary Margaret Graham, que tinha servido na chefia da NR dois anos antes. Para ela, a chave do sucesso estava nos relacionamentos com os diretores executivos das empresas. Com a compreensão e a confiança deles, a NR poderia utilizar os recursos de uma empresa dos EUA e ter acesso mundial.

— Pense no que seria capaz de fazer trabalhando em parceria com uma importante empresa multinacional? — indagou ela retoricamente.

— Sim, mas como você acha que vou me adaptar nesse grupo? — indaguei. Eu tinha encontrado estrangeiros de todos os tipos: simples balconistas, potentados feudais, espiões comunistas, assassinos perversos, diplomatas decentes, loucos pilotos de avião de operações em regiões inóspitas, guerreiros heroicos, burocratas corruptos, orgulhosos agricultores que cultivam suas terras sem a ajuda de funcionários, vigaristas habilidosos, gente altruísta que trabalha em ajuda humanitária e até mesmo curandeiros. Mas isso era diferente. Eu não me lembrava de ter conhecido um diretor executivo de uma das quinhentas maiores corporações empresariais do mundo no ranking publicado pela revista Fortune. Tampouco conhecia um reitor universitário ou um cientista mundialmente renomado. Aliás, eu tinha pouca familiaridade com meu próprio país, após dedicar minha vida profissional a serviços em regiões estrangeiras ou,

quando sediado nos EUA, me concentrar em assuntos estrangeiros. Eu me sentia uma espécie de provável filho pródigo, analisando as consequências do retorno ao lar.

Mary Margaret revirou os olhos e caiu na risada.

— Diga apenas o que você fez no Afeganistão. E lhes presenteie com uma cópia do livro de Woodward, *Bush in War* [Bush em guerra], e lhes diga que você é o “Hank”. Não se acanhe. Vão adorar você.

Aproximadamente um ano antes, a pedido da CIA, eu concedera uma entrevista a Bob Woodward, para narrar o papel da CIA no Afeganistão pós 11/9. O agente de Assuntos Públicos, Bill Harlow, me acompanhou até a chique residência de Woodward em Georgetown, para o encontro de duas horas. Essa foi a primeira e única vez que falei com um jornalista na condição de agente da CIA. Woodward, extremamente polido e refinado, teceu dezenas de perguntas. Eu consultava Harlow sobre o que eu podia ou não podia responder. Eu tinha bem mais alcance do que pensava inicialmente. Woodward escreveu um relato preciso e equilibrado com base em muitas entrevistas com muitas diferentes perspectivas.

Meus colegas na CIA e alguns outros no governo dos EUA obviamente sabiam que eu era o “Hank” mencionado no livro. E também um crescente número de familiares e amigos. Outros, inclusive colegas de aula na SAIS, sabiam ou suspeitavam.

Mary Margaret frisou que a maioria das pessoas dos EUA queria ajudar a CIA, pelo menos até certo grau. Isso me surpreendeu, considerando toda a mídia negativa e a ficção popular que retratava os agentes da CIA como babacas ou canalhas ou ambos. A violação de nosso território em 11/09 tornou as coisas diferentes, eu compreendia. Mas o quão diferentes?

Honesta, ponderada e confiável, Mary Margaret me aconselhou a aceitar o cargo. Ela me lembrou de que era uma oportunidade e, mais relevante do que isso, o meu dever.

Enquanto eu estudava a NR e sopesava os prós e os contras, havia outro fator que eu relutava em admitir. Passar dois dias em San Diego em vez de na Somália

parecia, de algum modo, como direi... apenas mais atraente. Eu me perguntei: será que estou ficando velho? Podia imaginar meus colegas da Divisão Africana, do CTC e da SAD pegando no meu pé. Greg, em especial, não ia parar de tirar sarro.

Dois dias depois, eu liguei a Kappes.

— Chefe da NR. Deve ser divertido. Eu aceito. Obrigado.

— Não há de quê — disse ele.

Repousei o fone no gancho e pensei: “Eu devia ter pedido uma sucursal em Vail ou Aspen, só para irritá-lo”.

Comecei a ligar para agentes seniores que tinham trabalhado comigo no exterior ou na CTC. Eu ia precisar da ajuda deles, para preencher algumas chefias das bases da NR que em breve estariam vagas.

Quando cheguei à NR, recebi uma série de relatórios. A NR tinha bases e pequenas estações espalhadas país afora. Quase todas disfarçadas com fachadas comerciais. Algumas bases trabalhavam mais no antiterrorismo. Outras se concentravam mais em obter informações políticas, econômicas e científicas. Duas filiais maiores abrangiam quase tudo. O escopo do trabalho era vasto, pois a NR servia de plataforma de recrutamento e coleta para todo o Serviço Clandestino. E os parceiros da NR que pertenciam ao setor privado atuavam como força voluntária de espões estadunidenses que perambulavam pelo mundo.

Além disso, o valor da inteligência era crucial. Embora a CIA tivesse realizado uma avaliação malfeita sobre as armas de destruição em massa no Iraque, nos preparativos para a Guerra do Golfo os agentes da NR tinham abastecido os militares dos EUA com relatórios valiosos sobre a infraestrutura iraquiana. Os empreiteiros dos EUA tinham reconstruído muito do Iraque após a guerra Irã-Iraque, e alguns tinham retido suas informações e as fornecido para a NR. Com as necessidades dos militares dos EUA em mãos, a NR começou a acionar sua rede de âmbito nacional. Isso produziu resultados imediatos. Num caso, uma fonte da NR identificou um alvo militar iraquiano específico, perto de uma creche e um restaurante. A NR conferiu as geocoordenadas e as comparou

com outros ativos de coleta. Em seguida, forneceu o relatório detalhado aos militares dos EUA. No dia seguinte, os agentes da NR assistiram, no noticiário da tevê a cabo, à entrevista de um militar dos EUA realçando um exemplo de sua precisão no bombardeio: o alvo destruído e a creche ilesa.

A NR, às vezes trabalhando com o FBI, também recrutava ex-funcionários governamentais do Iraque residentes nos EUA que forneciam inteligência fundamental. Outros identificaram desertores em potencial. Outros recrutavam fontes entre seus familiares e seu clã. A NR produzia centenas de relatórios para nossa clientela política e militar.

Alguns agentes da NR, embora em quantidade insuficiente, recrutavam outros alvos para espiarem em favor dos EUA. Poucas dessas fontes eram excepcionais, mas a maioria era mediana e uma parcela, irrelevante. Precisávamos ajustar isso, recrutando mais e melhores fontes. Novas lideranças em bases importantes ajudariam.

Os relatórios da NR revelavam avanços surpreendentes em áreas como Biociências, Inteligência Artificial, Robótica e Nanotecnologia, os quais afetavam a prática da inteligência e da guerra. Comecei aludindo a isso como a revolução BARN. Os exemplos pareciam intermináveis, alguns deles assustadores. Um dia, talvez em breve, as infecções cibernéticas poderiam cessar a operação de imensas vias de infraestrutura. Engenheiros genéticos podiam transformar humanos em máquinas bélicas avançadas de rapidez, força, energia e resiliência imensas. Patógenos alterados geneticamente poderiam acometer e eliminar milhões de pessoas.

Engenharia de microrrobótica, replicando a aerodinâmica dos insetos, poderia gerar minúsculos VANTs capazes de espiar suspeitos sem que eles desconfiassem. As empresas dos EUA estavam fabricando transmissores ou dispositivos de rastreamento menores, com poder de transmissão e longevidade maiores, os quais capacitavam a CIA com novas ferramentas para aprimorar os segredos e as habilidades do ofício da espionagem. É claro, os serviços de inteligência estrangeiros estavam envolvidos em programas semelhantes. A fusão e a análise de vastas quantidades de dados representavam excelentes

desafios e oportunidades. As agências de inteligência, inclusive a CIA, buscavam ansiosamente a aplicação dessa tecnologia da informação comercial.

Quando eu avaliava o que o futuro podia nos reservar, o valor do setor privado para a inteligência dos EUA parecia ganhar relevância ainda maior. O governo dos EUA não conseguia rivalizar com o escopo e o ritmo de desenvolvimento em se tratando de BARN e outras tecnologias. E, embora outros setores da CIA, como o Diretório de Ciência e Tecnologia, explorassem as aplicações diretas e práticas na comunidade de segurança nacional, a NR lançava mão do valor humano na conexão entre espionagem e ciência. Quais eram as novas tecnologias que gerariam novos requisitos para a coleta de inteligência estrangeira? Como a NR conseguiria, trabalhando com parceiros do setor privado, adquirir essa inteligência estrangeira? E qual o impacto que a natureza mutante da espionagem e da guerra causaria no setor privado e vice-versa? Na condição de novo chefe da NR, como eu conseguiria obter uma compreensão inicial sobre tudo isso, indo além das exposições introdutórias?

Como Mary Margaret Graham me dissera, a resposta a essas questões, e a chave para o sucesso da NR, repousava principalmente nos líderes do setor privado dos EUA.

Diretor Executivo (CEO)

O CEO, multimilionário por merecimento próprio e um dos líderes de seu ramo industrial, sentou-se em minha sala da NR, no QG da CIA. Havíamos informado a segurança para liberá-lo da revista para o encontro. Ele já estivera ali antes. Era importante como fonte e parceiro. Cooperava com a CIA há anos. Eu assumira o cargo há apenas duas semanas, e ele era um de meus primeiros visitantes.

Cavalheiro alto, em forma e bem vestido, com gigantesca energia intelectual, ele não conseguia parar quieto. Não consegui discernir o que era maior: sua curiosidade insaciável sobre o universo inteiro ou seu entusiasmo por nos ajudar a coletar inteligência estrangeira. Com sua temperatura mental aproximando-se do vermelho, a certa altura, pensei que ele ia começar a pular para lá e para cá em minha sala. De algum modo, ele conseguiu permanecer sentado junto à mesa. Estabelecemos um debate sobre nossos esforços cooperativos.

Explicou-me minuciosamente como sua plataforma de infraestrutura global beneficiava as operações da CIA. A assistência incluía disfarce para atos operacionais específicos, acesso a alvos estrangeiros humanos e técnicos, e apoio administrativo para operações específicas. Existia algo que esse sujeito não estava fazendo?

Com alegria e orgulho, respondeu minhas inúmeras perguntas. Ele falava e eu tomava notas.

Após concluirmos nossa análise operacional, ele quis ficar e bater um papo.

— E quanto à Al Qaeda? Por que eles nos odeiam? — indagou.

— Eles têm medo de nós, medo da globalização e do que ela significa para a percepção pervertida e reacionária de como a sociedade deles devia ser. Temem que a globalização, bem como os princípios de livre mercado e valores liberais nela embutidos, acabem por enterrá-los. E devem ter medo mesmo. A globalização está em ritmo acelerado. Não há como contê-la. É claro, eles discordam de nossas políticas, em especial no Oriente Médio.

— Mas a globalização é estimulada principalmente pelo setor privado — observou.

— Pode apostar. E é por isso que o setor privado, independentemente do país, exerce um papel essencial. O setor privado, como a Al Qaeda e grupos terroristas afiliados, constitui uma rede de agentes não estatais. Essa rede pode muitas vezes responder às ameaças melhor que o governo.

— Como assim? Pode me dar um exemplo?

— Bem, analise nossa resposta ao 11/9. A única contramedida eficaz naquele dia não veio de caças dos EUA espalhados por todo o país, mas de um punhado de cidadãos particulares no voo 93 da United. Coletaram inteligência por meio de amigos e familiares via celulares. Ficaram sabendo que outros aviões tinham sido usados como veículos de ataques suicidas. Em seguida, dominaram os sequestradores e interromperam a trajetória do avião, impedindo-o de ser arremessado contra a capital Washington. Aqueles patriotas se transformaram de passageiros passivos numa rede auto-organizada de agentes não estatais. Salvaram centenas, talvez milhares de vidas. O governo dos EUA não salvou ninguém naquele dia. Outro exemplo é o Afeganistão. Nossos aliados eram redes de agentes estatais, milícias tribais espalhadas em todo o país. O clero e o empresariado também exerceram papéis importantes. Pense em como a AQ utiliza o setor privado. Eles coletam inteligência a partir de sites da web. Examinam sites utilizando mapas turísticos. Usam empresas como meios para adquirir fundos operacionais, por meio de emprego ou roubo. Confiam nas empresas do setor privado para comunicação, transporte e, na realidade, toda a cadeia logística. Usam empresas e organizações não governamentais, em especial instituições de caridade, como disfarce. E, cada vez mais, seus alvos são suaves e não estatais: aeronaves comerciais, prédios corporativos, terminais ferroviários, hotéis e até mesmo transatlânticos. O setor privado está nessa briga, quer queira, quer não.

— Isso é assustador — comentou meu amigo.

— Pois é. Por isso que o setor privado tem um papel importante, em especial em nos ajudar a identificar as redes terroristas. O setor privado, seja uma

empresa de infraestrutura global como a sua ou um varejista do Waziristão, pode ter as informações para identificar os inimigos e ajudar a impedir mais ataques. É por isso que a cooperação de vocês é tão valiosa.

A empresa dele tinha filiais no mundo inteiro, e seus funcionários podiam ir a qualquer lugar. E em razão da marca do negócio, acrescida de seu poder financeiro, quase todo mundo se encontraria de boa-vontade com seus representantes empresariais. A empresa dele servia, na prática, como uma extensão global das operações da CIA. Ele sabia o risco para si, para seus funcionários e investidores. Ele abraçava o risco. Era seu dever servir, proteger a empresa e o país. Era grato à CIA por lhe dar essa oportunidade de contribuir. Eu nunca tinha imaginado que um CEO encararia sua cooperação desse modo, pelo menos até esse nível. O mercado comercial global era seu campo de batalha, e ele servia com dever e honra. Como chefe da NR, nos próximos dois anos eu presenciaria isso inúmeras vezes.

Conversamos durante quase três horas. Eu sabia que ele ia viajar para a costa oeste. Será que tinha perdido a noção do tempo?

— A conversa está excelente, mas não quero lhe atrasar. Estou preocupado, pois talvez você perca seu voo — mencionei polidamente.

— Não vou perder meu voo — respondeu ele com olhar perplexo. Em seguida, percebeu meu lapso e começou a rir. — Não se preocupe, Hank. Meu avião não vai decolar sem mim.

— Ah — respondi.

Claro, ele tinha seu jatinho particular, Learjet, G-5 ou seja lá o que for. Eu tinha muito a aprender sobre a elite do setor privado dos EUA.

— Apareça para me visitar — convidou ele. — Eu adoraria recebê-lo para um almoço no meu clube.

— Sim, senhor. Pode contar com isso — respondi. E fui mesmo. Um clube excelente.

Reitor de universidade

Conheci o reitor numa suíte de hotel, alugada no codinome de um agente local da NR, na mesma cidade que a universidade, mas a muitos quilômetros de distância. Tínhamos percorrido uma rota de detecção de vigilância para chegar ao local do encontro. Os segredos e as habilidades do ofício, eu frisei às estações e bases da NR, não terminavam nas fronteiras dos EUA.

Boa pinta, com cabelo comprido, vestindo um blazer azul e camiseta baby blue engomada, ele aparentava mais um *top model* do que um reitor. O forte aperto de mão e o olhar direto indicaram sua seriedade. Imaginei que ele era um perfeccionista, impetuoso, que não tolerava imbecilidades nem discussões sem importância.

Após apresentações preliminares muito breves e após eu agradecê-lo por seu serviço como educador e parceiro da CIA, ele pulou direto ao assunto.

Recusando meus agradecimentos com um ligeiro aceno da mão, ele falou em tom de preleção:

— Não quero a Al Qaeda e nenhum grupo terrorista em meu campus. A segurança e a proteção de meus estudantes e meus funcionários, e minha obrigação como cidadão, superam quaisquer reservas que eu tenha quanto a cooperar com a CIA. Temos estudantes muçulmanos radicais no campus, mas simplesmente não sabemos a dimensão desse radicalismo nem a extensão de seu alcance no exterior. Vocês sabem? Precisamos descobrir.

Nós lhe informamos sobre dois alunos estrangeiros em seu corpo discente. Nosso relatório baseava-se numa inteligência de aliança estrangeira compartilhada conosco. Explicamos que o serviço de aliança estrangeira tinha um torpe histórico no que tange a direitos humanos e tendia a encarar todos os dissidentes como terroristas. Por isso, não podíamos validar todas as informações. Precisávamos da cooperação dele e, especificamente, acesso a um ou dois de seus professores que conhecessem os dois alunos.

— Dependendo de mais avaliações, talvez estejamos interessados em recrutar

um desses alunos para voltar ao país de origem e espionar para nós. Precisamos de fontes como essas, em especial infiltradas na zona segura inimiga. Quer nos ajudar? — indaguei.

— Claro. Quem são os professores?

Nós lhe fornecemos os nomes, mas observamos que talvez houvesse outro mais adequado. Simplesmente não sabíamos.

— Vamos compartilhar todas as informações obtidas com o FBI, de modo a complementar os esforços deles. Mas, é claro, não vamos identificar o senhor nem qualquer um dos professores como nossas fontes. Isso sempre vai permanecer confidencial.

— Você tem razão absoluta. O FBI não sabe guardar segredo. Esses sujeitos trocam o sigilo por uma manchete elogiosa num estalar de dedos. E são ineficientes no campus. Aparecem lá, esfregam o distintivo em nossa cara, mas suas ameaças implícitas não os levam a lugar nenhum. Claro, se houver uma questão de aplicação da lei, vou ajudá-los, mas a esta altura nenhuma lei foi violada. Percebo uma ameaça em meu campus e uma situação de busca de informações. Vocês têm o meu apoio.

Esse sujeito captou a mensagem. Entendia a diferença entre inteligência e evidência, entre CIA e FBI. O FBI discordava. Eles tinham repetidamente exigido as identidades das fontes da NR. Eu explicara que isso era impossível, certamente não com cidadãos dos EUA que se recusavam a se encontrar com o FBI, mesmo se nós lhes pedíssemos. Os cidadãos dos EUA tinham direitos, inclusive o direito de cooperar confidencialmente com a CIA para proteger os EUA.

O reitor aceitava suas obrigações para proteger sua universidade e seu país. Alguns líderes universitários interpretavam suas responsabilidades de maneira distinta, temendo que a CIA se tornasse uma espécie de controladora orwelliana. Ela, é claro, não tinha meios legais para obrigar a cooperação dos cidadãos nativos. Só podia trabalhar com cidadãos dos EUA que desejassem cooperar. Isso resumia a beleza e a força das liberdades civis dos EUA no ramo da espionagem. Embora isso consistisse em um paradoxo inaceitável para algumas

pessoas, era verdade. Todos os dias, eu presenciava isso nas operações da NR. Fortes liberdades civis mantinham o nosso país forte, e isso incluía o poder de cidadãos livres exercitarem seu direito de ajudar a proteger seu país. Sim, eles nos ajudavam a espiar cidadãos estrangeiros, mas isso se enquadrava nos limites e, no meu ponto de vista, nas obrigações de nossa Constituição.

Por esse motivo, cada vez mais, cultivei cautela em relação ao FBI, com seus poderes de busca e apreensão, proclamando seu papel preponderante na inteligência dentro de nosso território. A consolidação desse poder coercivo e intrusivo numa entidade parecia ameaçadora, como também parecia o aumento do poder militar dos EUA em nossa pátria, com a criação do Comando Nortista. Eu não queria uma agência doméstica com poderes de inteligência e aplicação da lei. Certamente eu não queria aplicação da lei e inteligência combinadas com poderes militares em nosso território.

Ao longo das últimas duas décadas, eu havia trabalhado para proteger os EUA. Agora, eu me perguntava se a AQ ou algum outro inimigo nos assustaria a ponto de provocar um comportamento que ameaçasse a nossa nação mais do que os terroristas. A AQ não podia nos derrotar, mas nós podíamos solapar nossas próprias instituições, ameaçar nossas próprias liberdades se nossa reação fosse exagerada. Ao mesmo tempo, nossa habilidade de coletar e analisar inteligência contra ameaças estrangeiras no interior de nossas próprias fronteiras era, na melhor das hipóteses, rudimentar.

O paradoxo de um espião da CIA e um reitor universitário concordando sobre a necessidade de espiar no campus dele e, ao mesmo tempo, protegendo as liberdades civis, era precioso.

O encontro com o reitor tinha durado menos de trinta minutos. Eu lhe agradeci novamente. Ele me fitou quase com desaprovação, como se esse sentimento fosse completamente desnecessário. Ofereceu um breve aceno de cabeça e rapidamente se esgueirou corredor do hotel afora.

Eu me perguntei como certas autoridades universitárias podiam correr o risco de permitir um terrorista da AQ no campus. Seria porque eles temiam mais a cooperação com a inteligência dos EUA do que a ameaça a seus alunos? Qual a

extensão de sua irresponsabilidade? Ou seria mais ignorância honesta, arraigada em percepções errôneas sobre a CIA? Ou uma combinação desses fatores?

No ano seguinte, a NR e o FBI patrocinariam conjuntamente um encontro de reitores para debater esses assuntos relativos à colaboração com os serviços de inteligência e de aplicação da lei.

Armas biológicas

O CEO ricoço estava preocupado com armas biológicas. A biociência não era a indústria dele, mas ele tinha interesses amplos e, sendo um cidadão responsável, desejava aprender mais. Queria saber de que modo podia contribuir. Parceiro bom, confiável e imensamente influente. Assim, organizei uma equipe de especialistas de vários setores da CIA, e voamos para encontrá-lo em sua residência palaciana. Fizemos uma exposição para ele. Analisamos o ataque com gás Sarin, em 1995, perpetrado pelo grupo religioso Aum Shinrikyo no metrô de Tóquio; esse agente neurotóxico causara a morte de 12 pessoas e ferimentos em centenas de usuários do metrô. Eu lhe contei sobre os experimentos de guerra biológica da AQ nas Fazendas Derunta, no Afeganistão. Resumi nossas descobertas sobre os laboratórios de antraz da AQ no Afeganistão. O CEO fez outras perguntas. Passamos mais algumas informações e logo o encontro se transformou num debate. Por meio desse intenso questionamento, percebi o quão displicente era a abordagem do governo dos EUA em relação às armas biológicas — não apenas faltavam informações, mas também políticas que desencadeassem necessidades de inteligência. Nossa conversa se estendeu pela maior parte do dia.

A defesa doméstica contra armas biológicas era imatura, e nossa coleta de inteligência contra a ameaça das armas biológicas era ainda mais fraca, se é que existia. A nossa política era quase inexistente. Nossa ignorância coletiva, realçada durante o encontro com o parceiro CEO, me irritava. Essas lacunas na inteligência sobre armas biológicas pareciam cada vez mais buracos negros em contínua expansão.

Um bom agente de inteligência cultivava uma consciência sobre o que ele ou ela não sabe. É preciso uma boa dose de modéstia para reconhecer a própria ignorância. E, mais ainda, para identificar a própria ignorância. Em seguida, vem o mais difícil: tentar fazer algo a respeito. Com frequência, isso exige muita determinação.

Formular políticas não era da alçada da NR, mas podíamos estimular exigências de baixo para cima. Não era necessário esperar que os formuladores de políticas nos dissessem o que era importante, embora essa fosse sua responsabilidade.

Quando voltei ao QG, sentei-me com Donna em sua salinha acanhada e bagunçada. Ela era a encarregada de todas as necessidades e relatórios da NR, determinando o que era inteligência valiosa e direcionando as atividades de campo, ajudando as regionais a realizarem sua missão de coleta. Nascida numa cidadezinha da Pensilvânia, Donna entrara na CIA cinco anos após terminar a faculdade. Começou como balconista GS-05. Ao longo de jornadas no exterior (Europa e América Latina), recebeu uma promoção após a outra. Agora era chefe de setor com a faixa salarial GS-15. Perspicaz, durona e introvertida, não percebia seu potencial de liderança. Muitas vezes eu lançava questões e problemas no caminho dela. Conteí a ela sobre a reunião, sobre a situação insatisfatória de nossa política e esforços de inteligência relativos às armas biológicas. Ela já sabia disso, mas eu lhe conteí mesmo assim.

— Isso é horrível. Temos políticas sobre as armas nucleares e químicas, mas não muita coisa sobre as biológicas. E nossa coleta de informações sobre armas biológicas é vergonhosa. Sujeitos espertos e perversos conseguem cultivar patógenos numa cozinha. Conseguimos identificar uma usina nuclear, mas não essa cozinha — refleti.

— Deixe-me pensar um pouco mais sobre o assunto — disse ela.

Nesse meio-tempo, voei até Atlanta e me encontrei com alguns dos especialistas do Centro de Controle de Doenças (CDC) para uma apresentação. Saí de lá mais preocupado que nunca.

O surto de alguma doença horrível, de acordo com o CDC, pode ter ocorrência natural ou ser provocado por humanos. À primeira vista, provavelmente ninguém seria capaz de saber. A produção de toxinas tinha, em quase todos os casos, uso duplo e legítimo. Os cientistas precisavam produzir e experimentar com doenças, de modo a conseguir encontrar tratamentos e curas. Discernir os agentes malignos do universo dos legítimos era a chave.

A NR e, aliás, o restante da CIA, poderiam perseguir centenas de pistas sem utilidade. Como estreitar o foco? O que era relevante?

Duas semanas depois, após Donna ter trocado ideias com outros especialistas, ela me explicou a melhor abordagem.

— Armamentização — disse ela.

— Do quê? — indaguei.

— Dos patógenos. É isso que vai fazer a diferença em nossa coleta de inteligência. Temos de nos concentrar no processo de transformar patógenos em armas. Falei com um biólogo que realçou a aerossolização. Se encontrarmos um cara com um vírus, ele bem pode ser um aluno de pós-graduação fazendo uma pesquisa legítima. Mas se encontrarmos um sujeito com um vírus e os meios de dispersão dos aerossóis, temos um alvo de inteligência.

— Faz sentido. O que mais?

— Pode melhorar... ou piorar — disse ela. — Este biólogo descreveu pesquisas recentes sobre o mal de Alzheimer. Aos poucos, a coisa está progredindo. Os cientistas estão descobrindo como a doença se instala: o primeiro passo no aprendizado rumo à cura.

— Isso é ótimo — observei.

— Não se você pegar a pesquisa e produzir os meios para atacar exércitos ou populações, induzindo colapso mental.

— Colapso mental? Em exércitos inteiros? Então como lidamos com isso? — indaguei.

— Nosso amigo biólogo trabalhará conosco para rascunhar uma cartilha simples para o campo, de modo que nossos coletores comecem a se concentrar em bioarmamentização. Trabalhando com o Diretório de Inteligência e as outras Divisões do Diretório Operacional, vamos gerar necessidades mais específicas, país por país. Aí vamos ver o que conseguimos descobrir — concluiu Donna.

— E podemos repassar a nossos aliados estrangeiros para eles procurarem — acrescentei, tentando ser útil.

Uma coisa que aprendemos na investigação de pistas sobre armas biológicas foi a importância arrasadora do conhecimento e da intenção. Armas biológicas,

mais do que qualquer outra forma de armas de destruição em massa, giravam em torno do que um indivíduo tinha na cabeça. Com toxinas abundantes no mundo natural, assim como sementes de mamona produziam rícino, indivíduos espertos e bem informados com intenção letal podiam produzir um agente de arma biológica. O processo era relativamente simples e poderia ser facilmente escondido. Assim, demos mais importância à descoberta de ameaças potenciais manifestas na dimensão humana. Essa, é claro, é a essência da espionagem.

Com uma lista de instituições de países suspeitos de envolvimento em esforços com armas biológicas, buscamos alunos de pós-graduação nos EUA vinculados a essas instituições.

Sem recursos ou incentivos extras, e apenas um interesse ameno de outros setores, a iniciativa da NR não recebeu impulso imediato. No entanto, Donna perseverou. No começo, as respostas a campo foram minguadas, mas trabalhamos junto aos analistas, ao nosso parceiro biólogo da iniciativa privada e a alguns laboratórios do governo dos EUA para aprimorar, redirecionar o foco e evoluir as necessidades de coleta, até obtermos um corpo de inteligência com credibilidade. Então, analistas podiam avaliar ameaças e nos ajudar a gerar mais necessidades.

Naquilo que parecia um leito de rio seco surgiu um córrego de relatórios e operações.

A NR obteve acesso a dados volumosos, a maioria adquiridos após o 11/9, e a capacidades analíticas da Comunidade de Inteligência para discernir estrangeiros nos EUA com possíveis vínculos com instituições estrangeiras sabidamente relacionadas com armas biológicas. Nossa equipe da NR analisou o padrão dos vistos dos alunos estrangeiros. Existiam questões óbvias e amplas. Quais indivíduos se desviavam das normas em termos de chegadas e partidas no novo semestre escolar? Alguém entrou nos EUA com visto de estudante e não comunicou a faculdade? A partir daí, indagações mais específicas. Quais alunos estrangeiros de pós-graduação tinham alguma afiliação com universidades ou institutos estrangeiros com programas de biociências vinculados com programas de armas biológicas? Quais desses alunos tinham outras anomalias ou

relacionamentos com agentes de inteligência estrangeiros conhecidos?

Bingo! Conectamos o instituto de um país a um aluno estrangeiro envolvido no estudo de toxinas numa universidade dos EUA. Investigações adicionais revelaram o relacionamento do aluno com agentes de inteligência hostis. Descobrimos mais alunos estrangeiros com vínculos semelhantes ao instituto. A esta altura, com uma conexão evidente entre armas biológicas e contrainteligência, demonstrando ameaça criminal de transferência de tecnologia em armas biológicas, nós informamos o FBI, que abriu uma investigação. Nunca fiquei sabendo o que eles descobriram.

O aumento da consciência também conduzia à inteligência relacionada. Por exemplo: uma base da NR ficou sabendo que um pequeno grupo tinha comprado um sistema diferenciado de alta tecnologia usado geralmente em laboratórios que manejavam agentes biológicos. Isso garantiu mais investigação e análise conjunta de números de telefone e mensagens eletrônicas, que levaram a um conhecido grupo terrorista. A NR então transmitiu a inteligência ao CTC e ao FBI para dar andamento no exterior.

No ramo da inteligência, muitas vezes, existem apenas respostas parciais e resultados limitados ou incertos. Um dos desafios profissionais dos agentes de inteligência é, entre muitos outros, conviver com resultados incompletos. A pintura está sempre inacabada. Sempre há algo a acrescentar, algo desconhecido, algo que se modifica. Isso era especialmente verdadeiro em nosso programa de inteligência de armas biológicas.

Minha esperança inicial, a de que nossa coleta de inteligência sobre armas biológicas fosse promover políticas governamentais mais vigorosas nos EUA e mais incentivos para coleta, foi em grande parte malfadada. Nosso córrego de relatórios permaneceu um córrego, mas se tornou realmente autossustentado, com feedback dos clientes e acompanhamento em certas áreas — em particular, relacionado à AQ e seu esforço duradouro para adquirir armas biológicas.

Enquanto eu viajava pelos EUA, aprendi mais sobre a profunda rede da NR no setor privado e a disposição dos cidadãos estadunidenses em cooperar. Quase todos queriam escutar nossos pedidos, e a esmagadora maioria ajudava, pelo

menos até certo grau. Trabalhamos intimamente com advogados corporativos e nossa própria equipe jurídica, para abranger todas as bases legais. Isso era especialmente importante nas indústrias de telecomunicações e dados.

Em todos esses casos, mas especialmente onde as operações conjuntas da NR e o setor privado se estendiam ao âmbito internacional, instituímos uma rigorosa habilidade do ofício para proteger o relacionamento. Muitos colocavam em risco não só sua reputação, mas também os interesses comerciais de suas empresas. Muitos CEOs cooperativos explicavam que sua responsabilidade de liderança, tendo em mente primeiro os interesses de sua empresa, os obrigava a ajudar a CIA. Encaravam os interesses de sua empresa em uníssono com a segurança e a proteção de sua empresa e nossa nação.

Como um deles me disse:

— Sim, se nosso relacionamento se tornasse público, seria a maior confusão. Alguns investidores e seus advogados não largariam do meu pé durante anos. Mas seria muito pior se acontecesse outro 11/9 e meus compatriotas morressem... e eu não tivesse feito nada para impedir.

Só um CEO sempre se recusava a me encontrar, alegando medo por sua própria segurança. Fiquei me perguntando o que realmente passava na cabeça dele? Que o espancáramos com uma mangueira de borracha? Macularíamos sua ilibada reputação ao cruzarmos a soleira de seu gabinete?

Um jovem agente, ao saber disso, me indagou:

— O que vamos fazer?

— Nada. É um país livre. Mas só imagine como deve ser a vida desse sujeito. Conferindo, todas as manhãs, se ainda tem os dois testículos.

Em contraste, um CEO no Texas queria saber se podia nos ajudar a matar terroristas, e ele se referia a matá-los pessoalmente. Eu lhe disse que tínhamos outro pessoal fazendo isso, mas lhe agradei mesmo assim.

Nanotecnologia

A cooperação do setor privado abrangia todas as partes dos EUA, desde o Vale do Silício até Wall Street, desde grandes empresas multinacionais até microempresas, desde bancos conservadores e sisudos até empreendedores alucinados e liberais. Compreendiam uma vasta gama de indústrias, desde as mais tradicionais que já colaboravam na época da OSS até novos negócios aproveitando inovações científicas. Um dos melhores e mais produtivos exemplos era a nanotecnologia.

Há anos, defensores e críticos vinham discutindo o valor da nanotecnologia. Os investidores permaneciam reticentes, buscando aplicações mais práticas, mas o valor no longo prazo parecia inequívoco, de acordo com a Fundação de Ciência Nacional e os cientistas e empreendedores entendidos com quem conversamos. Alguns projetavam uma indústria de 1 trilhão de dólares em 10 anos.

“Nano” significa um bilionésimo, e um nanômetro é um bilionésimo de um metro. A nanociência se concentra em estruturas moleculares nessa escala, uma escala que representa as menores estruturas que conseguimos construir. Na ciência dos materiais, não há como se tornar menor, a menos que você esteja no nível atômico.

Isso não tinha a ver apenas com o tamanho, pelo que fiquei sabendo. Tinha a ver também com a mudança na característica dos materiais. Em nanoescala, os materiais se comportam de modo diferente. As moléculas agem de modo diferente, formando novas ligações que também afetam as propriedades dos materiais. As aplicações dessa tecnologia diminuta e estranhíssima são vastas.

Um analista de Inteligência de Defesa introduziu a NR a esse tópico. Por ser um assunto complexo e desconhecido para a maioria de nós, Donna assumiu o comando. Aluna brilhante, ela absorvia novos dados de todo tipo e lhes impregnava de sentido. Ela estudara psicologia e compreendia a natureza e os incentivos humanos; portanto, idealizou nossa campanha para captar a atenção

dos coletores. A NR delineou exemplos de como a nanociência modificava a natureza de negócios específicos de segurança nacional, inclusive a espionagem.

Para agentes operacionais da CIA no campo, um nanotecido impregnado com um dispositivo de rastreamento virtualmente não detectável representava uma ameaça direta e imediata para eles e suas operações. Um agente da CIA, trajando uma nova jaqueta feita à mão por seu alfaiate asiático favorito, poderia vestir o dispositivo de rastreamento monitorado por um serviço de inteligência hostil. Nesse caso, todas as suas habilidades de detecção e contravigilância se tornavam inúteis.

Para o projetista de bombas dos EUA, uma casamata inimiga fabricada com materiais nanoestruturados era capaz de impedir a penetração da ogiva dos EUA.

Para o operador de SIGINT, os nanomateriais utilizados em sistemas de comunicação poderiam produzir dispositivos menores e ímpares e, desse modo, prevenir ou ofuscar a coleta.

Para o cientista dos EUA trabalhando em sistemas de mísseis antibalística, especialmente para aqueles no ponto de impacto, os propulsores nanoestruturados poderiam facilmente estragar seu dia, mudando a aceleração e a trajetória de um míssil inimigo.

Para soldados estadunidenses, nanotecidos capazes de camuflagem ativa, ou seja, a mudança de cores e padrões para combinar com o ambiente, vestidos por um soldado inimigo, podiam representar novos desafios de identificação e combate.

O Ministério da Defesa tinha plena consciência das vantagens da nanotecnologia. Três anos antes, em 2002, a Defesa fundara o Instituto da Nanotecnologia Militar, no MIT. A missão se concentrava em aprimorar a capacidade de sobrevivência dos soldados no campo de batalha. Logo no início, o Ministério da Defesa investira 50 milhões de dólares.

Mas o que os adversários dos EUA estavam fazendo? Qual seria o impacto sobre a segurança nacional dos EUA? Dessas ameaças potenciais, quais as mais importantes? Perguntas que a NR precisava fazer — e responder.

Donna e sua rede investigaram os programas de países estrangeiros

escolhidos, concentrando-se nas aplicações de segurança nacional. A NR identificou institutos estrangeiros, determinou suas vulnerabilidades e, em seguida, desenvolveu cenários operacionais.

Então acertamos em cheio. Trabalhando com o setor privado dos EUA, agentes da CIA no exterior e um serviço estrangeiro aliado, a NR desenvolveu e lançou uma operação com disfarce comercial que funcionou durante vários meses. Por fim, nossos agentes adquiriram a primeira amostra.

Um agente entregou a amostra no meu gabinete. Este era o nanomaterial que tinha custado tanto em termos de horas-homem e dólares. Segurei-o na mão. Pesava menos de cem gramas. Em minha sala, sozinho, com um largo sorriso, quase rindo, virei o pequeno contêiner em minha mão.

Quem pensaria que essa substância economizaria milhões de dólares para o Ministério da Defesa em pesquisa e desenvolvimento? E talvez salvasse vidas de compatriotas?

Meu adjunto na NR, após um ano servindo com competência, saiu para assumir outra função. Consegui convencer Gina a ser minha nova adjunta. Ela havia passado várias temporadas no exterior, servindo como Chefe de Base num local especialmente desafiador. Ela também havia liderado um importante setor no CTC. Mas logo após sua chegada, o novo DDO, Jose Rodriguez, pediu que ela subisse as escadas para assumir sua Chefia de Pessoal. Eu precisava encontrar outro adjunto, e rápido.

Na sala de Gina, sem esconder o desânimo, perguntei se ela não podia sugerir alguém para substituí-la.

— Claro. Bem aqui na NR. Ela reuniu uma excelente equipe de jovens agentes que a adoram. É uma líder. Donna.

— Mas é claro! Ela seria ótima. Por que não pensei nisso antes?

Eu sabia o motivo. Ela não era agente operacional. Era agente de relatórios. Eu tinha preconceito, a exemplo de outros agentes operacionais, e isso era uma falha. Donna tinha múltiplas temporadas no exterior. Melhor do que ninguém, ela conhecia a divisão e entendia os principais assuntos. Suas iniciativas de coleta tinham auxiliado a divisão, no período de um ano, a mais que duplicar a

produção de inteligência. Com a ajuda dela, a NR tinha impulsionado nosso recrutamento de agentes estrangeiros. Ela sabia liderar e não apenas sob seu comando direto. Sabia construir e comandar redes eficazes através da Agência, através da Comunidade de Inteligência. Sobretudo, ela não tolerava besteiras, inclusive as minhas. Eu já presenciara ela dar uma lição em alguns agentes operacionais machões que a haviam desafiado.

Estiquei a cabeça para fora da porta e pedi para a minha secretária chamar Donna. Em poucos segundos, ela chegou, bloquinho e caneta na mão, e se deixou afundar no sofá. Gina continuava atrás de sua mesa.

— Bem, em que posso ajudar? — indagou Donna, imaginando o motivo do silêncio e dos sorrisos.

— Hank escolheu seu novo adjunto — contou Gina.

— Ah, ótimo. Quem?

— Você — respondi.

Donna engoliu em seco e pestanejou.

— Tá brincando comigo — enfim respondeu Donna.

— Não — eu disse.

— Você é a melhor. Na verdade, é a única candidata — acrescentou Gina.

— Gina, pode começar a passar as informações para ela — instruí, enquanto caminhava para a porta, deixando-as para equacionar a transição.

Foi uma das melhores decisões administrativas de minha vida.

Donna atuaria como Chefe Adjunta da NR por dois anos e seria promovida ao Serviço de Inteligência Sênior. Depois, acabaria transferida para outro posto, encarregada de toda a gestão de recursos para os Serviços Clandestinos. Embora tivesse entrado na Agência como GS-05, ela se aposentaria como SIS-5. Em termos militares, ela havia subido de soldado raso a general quatro estrelas ao longo de 25 anos de carreira. E, o mais importante: tinha contribuído crucialmente com o progresso de coleta de inteligência e a gestão de recursos na era pós-11/9.

Com uma boa adjunta em ação, eu podia voltar à estrada. Passava a metade do meu tempo viajando pelos EUA, buscando aprender e comandar nas regionais,

ajudando as bases de NR a conseguir progressos em seus relacionamentos e sua missão.

Nosso agressivo ímpeto de inteligência nação afora preocupou e irritou algumas autoridades do FBI, que encaravam o sucesso da NR como fracasso deles. Dois excelentes parceiros do FBI se aposentaram, desgostosos com essa tentativa de desmerecer nossos esforços coletivos. Outros defenderam a redução no papel da NR, e isso incluiu solicitações do FBI junto a autoridades da Casa Branca. A certa altura, forneci a Fran Townsend, a consultora presidencial para assuntos de segurança no território nacional, uma comparação dos relatórios da NR e do FBI sobre antiterrorismo. Foi um constrangimento para o FBI e apenas os enraiveceu ainda mais.

Como chefe da NR, eu me inquietava com nossas fronteiras. Obviamente, a AQ, o Hezbollah, o Hamas e outros grupos terroristas tinham se infiltrado em nossa pátria. À medida que o governo dos EUA despejasse recursos para melhorar o controle nos pontos de entrada, o inimigo buscaria outros meios de acesso. Talvez, conjecturei, eles se infiltrariam via terrestre em áreas desertas, raramente monitoradas ou patrulhadas.

Eu não me preocupava tanto com imigração ilegal, entendendo que quase todos os imigrantes ilegais vinham aos EUA em busca de trabalho. Se quiséssemos impedi-los, por que não sancionar os empregadores que os contratavam?

Com base em experiências em primeira mão, até mesmo fora de minhas operações clandestinas, eu sabia o quanto as fronteiras podiam ser porosas. Anos antes, numa aventura de mochila no Parque Nacional Big Bend, no Texas, meu pai e eu descemos as margens do Rio Grande. Três dias após dormir em terreno rochoso, no alto das Montanhas Chisos, no rigor do inverno, meu pai e eu estávamos com frio, e ele estava cansado de comer meus grudes de acampamento.

— Temos de conseguir um almoço decente — constatou.

— Pai, não tem nada por aqui, pelo menos nada neste lado do rio — expliquei enquanto caminhava pelas ribanceiras. Era quase meio-dia, e era ótima a

sensação do sol morno no vale.

— Nada? — indagou novamente.

Conferindo o mapa, aponteí um vilarejo no México, a menos de dois quilômetros de distância.

— Podíamos tentar este vilarejo mexicano, mas não sei como vamos atravessar o rio.

Caminhamos mais uns cem metros e avistamos um sujeito com um pequeno bote.

Eu me aproximei dele.

— Quanto?

— Um dólar para atravessar e dois dólares para cruzar de volta aos EUA — respondeu.

— Fechado — eu disse. Rumamos ao México.

Após um excelente almoço de tacos mexicanos, caminhamos devagar até o rio, e nosso capitão de canoa nos transportou de volta aos EUA. Nunca comuniquei à CIA essa viagem internacional.

Como chefe da Divisão de NR, contei a história a alguns agentes alfandegários e patrulheiros fronteiriços na divisa entre os EUA e o Canadá, durante uma visita que fiz a eles.

Estávamos em pleno inverno, no Maine, e eu estava lá para me reunir com esses agentes da aplicação da lei para obter uma melhor compreensão sobre a inteligência nas operações fronteiriças. Compartilhávamos histórias sobre incursões através das fronteiras. Eu havia rompido muitas fronteiras no exercício de minha profissão; lançando mão de uma diversidade de documentos e meios de viagem. Mas eles riram mais sobre minha incursão no território mexicano com meu pai.

Eu nunca tinha visto coisa parecida com o que a Patrulha da Fronteira me mostrou ao longo da fronteira com o Canadá. A bordo de motoneves turbinadas, aceleramos rumo ao posto de fronteira, onde encontramos uma patrulha da Polícia Montada Canadense Real (RCMP), também em motonoves. Então embarcamos numa patrulha conjunta, uma jornada de entorpecer o rosto ao

longo de divisas internacionais densamente florestadas e com espessas camadas de neve. Parávamos periodicamente para examinar os rastros de outras motoneves, algumas rebocando trenós, que tinham passado na noite anterior. Esses rastros eram obra dos contrabandistas. Transportavam bens e pessoas do Canadá para os EUA. O âmbito desse trânsito ilícito, marcado na neve fresca, me chocou.

— Como eles passam sem serem detectados? — indaguei.

— Ah, a gente pega alguns, mas é uma questão de matemática básica. Eles são tão numerosos, e nós, tão poucos, e a fronteira é imensa e completamente aberta — explicou o agente líder. Sacou um mapa para mostrar até onde tínhamos ido. A distância de vários quilômetros era uma diminuta fração de sua vasta área operacional.

— Vamos retornar, e vamos lhe dar outra perspectiva — sugeriu.

Num pequeno Cessna, sobrevoamos a fronteira num voo rasante. A neve fresca servia de dramática tela para o emaranhado de rastros entalhados pelos contrabandistas e agentes da aplicação da lei.

Mais tarde, bebendo chá quente no pequeno escritório perto do hangar, eu perguntei sobre suas capacidades de coleta de inteligência, além de patrulhas terrestres e aéreas. IMINT? SIGINT? HUMINT?

Eles balançaram as cabeças negativamente. Embora os nativos às vezes relatassem atividades suspeitas, explicaram eles, não havia quase nada além de nosso próprio reconhecimento.

— O que vocês conseguem de Washington DC, em termos de inteligência útil? — indaguei.

Todos caíram na risada. Nada.

— E quanto aos aliados canadenses?

— Ah, eles têm o mesmo problema que nós, mas ainda menos orçamento e menos capacidades — responderam eles.

Fui embora com uma caneca em aço inoxidável verde-bandeira da Patrulha da Fronteira dos EUA e uma nova percepção sobre o tamanho do desafio.

Política

A primeira, a suprema e mais influente avaliação que o estadista ou comandante tem de fazer é estabelecer a espécie de guerra na qual ele está embarcando, sem confundi-la, nem tentando transformá-la em algo estranho à sua natureza. Essa é a primeira e a mais abrangente de todas as questões estratégicas.

Carl Von Clausewitz

Em fevereiro de 2005, o novo conselheiro do Ministério das Relações Exteriores, Phillip Zelikow, me convidou para uma visita. Tínhamos nos conhecido dois anos antes, quando ele exercia o cargo de diretor executivo da Comissão do 11/9. Ele e outros tinham me entrevistado para compor o relatório da Comissão, no qual ficou registrada a minha defesa por uma intervenção dos EUA contra a AQ no Afeganistão antes do 11/9. A Comissão publicou seu relatório em julho de 2004.

A primeira metade do texto da Comissão, pela qual Zelikow e o pessoal dele eram responsáveis, resgatava os eventos históricos de um modo claro e envolvente. A segunda metade do relatório, que trazia as recomendações do Comissário, era ao mesmo tempo sensata e tola. Claro que a supervisão da comunidade de inteligência pelo Congresso deveria ser reorganizada. Claro que deveria existir maior integração da inteligência. Mas por que estabelecer outra camada de burocracia com um Diretor de Inteligência Nacional? Por que dar passe livre aos equívocos do FBI? Por que minar a CIA, quando, de acordo com o próprio relatório, a agência compreendeu a ameaça da AQ e fez bem mais do que qualquer outra entidade governamental para tentar impedir os esforços inimigos? Por que recomendar que o braço paramilitar da CIA, ingrediente crucial e importante na receita avassaladora de 2001/02, fosse desmantelado?

Além disso, por que a Comissão preocupou-se apenas com os fracassos do serviço de inteligência? Por que não abordou também os fracassos políticos?

Talvez, imaginei, porque os políticos e os formuladores de políticas tinham definido as regras e composto toda a Comissão. Não havia incentivos para que os formuladores de políticas culpassem a si próprios. Eles protegiam sua própria tribo. Nem um só profissional do ramo da inteligência fez parte da Comissão. Era como juntar uma comissão exclusiva e independente para analisar uma crise no setor da saúde sem quaisquer médicos participando.

Pior ainda: a Comissão e o público alçaram a CIA a um padrão de perfeição tática inatingível num contexto de fracasso político estratégico. A CIA tinha cometido equívocos, mas não há nada mais imperfeito nos empenhos humanos do que a espionagem e a guerra. No entanto, a CIA fornecera o aviso estratégico: a AQ queria matar o máximo possível de cidadãos dos EUA. Além do mais, o inimigo tinha repetidamente demonstrado sua intenção e capacidade. A CIA informou que havia mais — e mais grave — terror pela frente. Os formuladores de políticas, porém, tinham se beneficiado com os dividendos da vitória na Guerra Fria e, assim, destinaram poderes limitados e escassos para a CIA. E recursos minguados. Diga-se de passagem, alguns líderes como Pavitt não queriam mais responsabilidades. No entanto, líderes do CTC, como Cofer, alertaram injuriados sobre a ameaça e pediram os meios para destruir o inimigo muito antes do 11/9. Todos os dias, insistentemente, Rich pedia mais recursos a Cofer e a mim. Rich e a equipe dele tinham arriscado suas vidas voando nos helicópteros sucateados de Masood, porque não tínhamos nenhum dos nossos por lá.

Analisei tudo isso e um pouco mais, enquanto fitava Zelikow. A distância entre nós parecia imensa: a lacuna entre um agente clandestino e um acadêmico transformado em consultor político. Apesar desse abismo de perspectivas, eu não cultivava quaisquer animosidades contra Zelikow ou outros membros da Comissão. Ao contrário: eu os respeitava por seu serviço — apenas não concordava com todas as suas conclusões.

Zelikow tratou do assunto em sua sala, logo abaixo do gabinete da nova Ministra das Relações Exteriores, Condoleeza Rice. Ela havia recentemente sido transferida do portfólio de Consultora de Segurança Nacional da Casa Branca.

Zelikow ajudava a ministra a organizar uma nova equipe.

Professor de mente analítica brilhante, mas sem talento interpessoal e empático, ela conversou sobre amenidades antes de enveredarmos num debate sobre macrogeopolítica. Ele não conseguia evitar o pedantismo, até mesmo quando se esforçava para ser educado e granjear cordialidade. Pediu o meu ponto de vista, por isso resumi algumas ideias. A conversa foi amigável. Valorizei as perspectivas de Zelikow. Também observei sua boa vontade para escutar minhas críticas duras. De fato, senti-me lisonjeado por ele querer ouvir minha opinião.

Salientei que a abordagem dos EUA em relação ao antiterrorismo era muito estreita e muito convencional. Enfatizei vários pontos.

— Em primeiro lugar, embora o Estado-nação continue sendo o mais importante princípio organizador nos assuntos internacionais, agentes não estatais como a Al Qaeda ganham relevância cada vez maior. Temos de incorporar em nosso pensamento estratégico agentes, inimigos e aliados não estatais. A liderança deles é essencial. Temos de estar preparados para anular ou capacitar esses líderes não estatais selecionados. Temos de mapear o terreno humano; mais do que nunca, isso faz parte da paisagem estratégica. Isso significa um serviço de inteligência mais ativo e melhor. Em segundo lugar, temos de atacar o inimigo em suas zonas de segurança, a partir de uma perspectiva política, não apenas em termos de coleta de informações ou operações militares. A zona de segurança inimiga é um objetivo estratégico. Temos de expressar nosso poder, mescla de poder “duro” com poder “suave”, nessas áreas. E onde encontramos essas zonas de segurança? — perguntei retoricamente.

Abri um mapa e apontei:

— Aqui, aqui, aqui e aqui.

Indiquei no mapa a Linha Durand (Afeganistão/Paquistão), a Caxemira (Paquistão/Índia), o litoral do Mar Sulawesi (Malásia/Filipinas/Indonésia), o Sahel e o Chifre da África, inclusive o Iêmen do outro lado do Mar Vermelho, além de bolsões no Levante (Líbano/Síria, Líbano/Israel e Israel/Gaza). Existiam

outros, mas esses estavam no topo de minha lista. E continuei:

— O que todos estes lugares têm em comum? Situam-se em áreas fronteiriças. Em razão da geografia física e política, os inimigos encontram refúgio nestes locais. A AQ, o Hezbollah e grupos afiliados entendem como funcionam as divisas internacionais e utilizam isso a seu favor. Ainda encaramos o mundo como um conjunto de Estados-nações. Mas o inimigo não se organiza assim. Ele não luta assim, exceto para levar vantagem de nossas próprias restrições burocráticas. Quando, por exemplo, os embaixadores do Sul da Ásia ou, aliás, de qualquer outra região importante para o antiterrorismo, reuniram-se para analisar políticas antiterroristas? Para olhar a região como um todo, não apenas os países sob sua responsabilidade? — indaguei retoricamente. Eu sabia a resposta. Nunca.

O que eu delineei no mapa foi uma repetição do que eu dissera a Cofer em setembro de 1999. As zonas de segurança inimigas não tinham mudado, à exceção da maior parte do Afeganistão. O Paquistão continuava um problema relevante. A Somália e o Iêmen, de fato, pioravam. Em 1999, ainda não tínhamos nos concentrado em penetrar nessas áreas para coletar inteligência e realizar ações encobertas. Em 2005, ainda não tínhamos nos organizado para criar políticas harmônicas com nossos objetivos estratégicos. Na realidade, as zonas de segurança inimigas nem foram discutidas como um objetivo estratégico.

Isso não era apenas um problema regional. Tínhamos de pensar, planejar e agir em quatro níveis políticos: local, nacional, continental e global.

Eu ainda não sabia como descrever o desastre que se desencadeava no Iraque, o qual parecia ser o acúmulo de vários conflitos, e contextualizá-lo na guerra dos EUA contra a AQ. Por isso, pulei essa parte.

— Em terceiro lugar, temos de lançar mão de todos os instrumentos e segredos do ofício. Comentamos sobre abordagens governamentais holísticas, mas nunca as colocamos em prática. Não temos projeção de poder expedicionário além da CIA e das forças armadas. Por isso, são eles que se encarregam de todo o serviço pesado. Mas tão logo garantirmos estas aldeias e

vales, daí qual o próximo passo? Cadê a eletricidade, as comunicações, a saúde, a educação, o desenvolvimento econômico e a esperança? Sem isso, não temos vitória duradoura. Com nosso “poder duro”, ganhamos tempo e espaço, mas e depois? Não definimos corretamente nossos inimigos e aliados não estatais. Nossa política não tem sutileza suficiente. Em geral, confundimos o Islamismo político amplo (ideologia política competitiva com nossa democracia liberal) com a AQ, um implacável inimigo terrorista. Eles não são a mesma coisa. Não estamos atuando no lugar certo: as zonas de segurança inimigas. Não estamos integrando todas as nossas ferramentas diplomáticas. Estamos fracassando em definir e alcançar esses três objetivos estratégicos. Afora isso, nossa atuação está excelente — concluí.

Zelikow assentiu com a cabeça devagar e sorriu, com os lábios tensamente apertados.

— Outra hora a gente conversa mais — disse ele.

— Claro. Sabe onde me encontrar.

Imaginei que era o fim de nossa conversa.

Dois meses depois, ele me ligou novamente. Estabelecemos nova conversa no gabinete dele. Teci mais críticas sobre nossas políticas, inclusive em relação ao fiasco do Iraque, onde procurávamos impor nossas estratégias convencionais numa guerra anticonvencional. Ou, para ser mais exato: em múltiplas camadas de conflitos anticonvencionais. Combatíamos uma campanha terrorista da AQ que dependia de recrutas de todo o Oriente Médio e vínculos com uma insurgência suni local, uma insurreição shia apoiada pelo Irã, uma rede desesperada e perversa de fiéis ao antigo regime e quadrilhas de criminosos que saqueavam o país. Com nossa invasão e ocupação, tínhamos humilhado o povo iraquiano e enraivecido nossos aliados árabes em toda a região.

Após essa segunda conversa, na qual Zelikow incentivou as críticas, conjecturei que ele esperava algo mais específico de mim. Em seguida, fiquei sabendo por meio de dois amigos que, em nome da ministra Rice, ele procurava preencher o cargo de Coordenador do Antiterrorismo. Eu era o candidato principal. Meu chefe e mentor, Cofer Black, exercera o cargo na gestão do

ministro Powell. Imediatamente liguei para ele solicitando conselhos. Eu ainda não tinha sido convidado para assumir a função, mas queria estar preparado, caso Rice me desse a oportunidade.

— Não pense duas vezes — vociferou Cofer. — Lembra-se do que eu lhe disse sobre a Agência? Ótimo lugar, mas é hora de sair. Apenas certifique-se de trabalhar diretamente para Rice e para ninguém mais. Com certeza, não trabalhe para Zelikow. Rice é sua única fonte de poder. Se conseguir isso, seu cargo de embaixador extraordinário será uma ótima oportunidade. Você será o representante do presidente e, seja aonde for, em qualquer lugar do mundo, vai ser recebido como emissário dele. E será o emissário dele. Existem aspectos negativos. O ministério das Relações Exteriores é uma organização conflituosa. Segurança fraca. Gestão horrível. Pouca gente, e mal treinados. Poucas verbas. Entendeu?

— E quanto a revelar a identidade? Isso não tem mais volta — afirmei o óbvio.

— Claro que não. Vai ter bem mais imprensa, mais diplomacia pública, do que você imagina. Prepare-se para isso. É importante. Também se prepare para encarar a CIA de fora. É um ponto de vista diferente e nem sempre lisonjeiro. O Serviço Clandestino não é o centro do universo.

Eu tivera um vislumbre da perspectiva externa sobre a CIA durante meus estudos na SAIS, dois anos antes. Fiquei me perguntando sobre a diplomacia pública. Eu sequer havia pensado na hipótese de participar dela.

— Diga-me, Cofer, esse negócio de imprensa. Não é meio estranho? — indaguei.

— Sim, muito. Mas você consegue administrar. Lembre-se apenas de uma coisa: eles podem fazer qualquer pergunta, mas você pode responder como quiser. Você tem o controle da entrevista. Simples.

Eu titubeava, e Cofer percebeu minha hesitação.

— Hank, você é o cara que mais entende de antiterrorismo em todo o governo. Ninguém, ninguém mesmo, sabe mais sobre o assunto do que você. Você o vivenciou. Você esmagou a AQ e o Talibã em poucas semanas, diacho.

Administrou operações por toda a África, contra todo o tipo de canalhas. E agora se preocupa com a imprensa? Não seja tão maricas. Aceite o maldito cargo. Ah, e cuidado com o Rumsfeld. Ele é um desgraçado sem dó.

— Sim, disso eu já sei.

— Até mais — retorquiu ele e desligou.

Não era apenas revelar minha identidade ou deixar a Agência, era se afastar do sonho de minha vida. A espionagem era minha paixão. O credo dos espões salientava o anonimato, não a publicidade. Ted Gup, na obra *The Book of Honor : The Secret Lives and Deaths of CIA Operatives* [O livro de honra: vidas e mortes secretas dos agentes da CIA], escreveu: “É difícil para toda a nossa cultura compreender a natureza do sacrifício. Vivemos numa cultura de celebridade, onde o que não é reconhecido não existe”. E acrescentou: “Espões vêm de uma cultura em que o que é reconhecido deixa de existir”.

Se eu me transferisse para as Relações Exteriores, eu não planejava deixar de existir, embora alguns veteranos durões do Serviço Clandestino pudessem encarar dessa forma.

Na nova função, eu veria a inteligência de uma perspectiva diferente: a de um consumidor de informações. Expandiria meus horizontes e, o mais importante, serviria a meu país de um jeito diferente, talvez mais grandioso. Alguns outros agentes do Serviço Clandestino da CIA tinham feito essa mudança, mas não muitos.

E, é claro, havia o impacto sobre minha família.

Contei a Cindy sobre a possibilidade do novo cargo, da nova vida. Ela respondeu com uma batelada de perguntas.

— O que eu digo à nossa família, àqueles que ainda não sabem que você é espião? Aos nossos amigos? Aos vizinhos? Aos filhos de nossos amigos? E quanto à nossa segurança? — indagou. Não eram perguntas realmente. Em vez disso, eram declarações sobre minha aguçada insensibilidade.

Ela se acostumara com uma vida de disfarce, talvez mais difícil que a minha. Agora, eu lhe pedia para abandonar o discurso que ela mantivera e nutrira durante 24 anos através de quatro continentes. Eu lhe pedia para explicar que o

seu marido nunca fora um funcionário público do baixo escalão. Em vez disso, ele era espião e agente antiterrorista. Agora, atuaria como diplomata. Seria um embaixador, mas não de um país específico, mas sim um embaixador extraordinário, seja lá o que isso significa.

Tudo viria à tona, devido ao necessário e público processo de confirmação no Senado. Não havia tergiversação, se eu aceitasse o cargo — um cargo que ainda não havia sido oferecido.

— Bem, talvez tudo se ajeite, com o tempo... — sugeri, sem impacto perceptível na minha plateia.

Ela administrara o entretenimento de centenas de cidadãos estrangeiros em nossas várias residências, desde jantares intimistas até imensas festas de jardim. Ela fizera contravigilância, me conduzia a reuniões com agentes e ajudara a me lembrar de todos aqueles nomes que de outra forma eu esqueceria. Ela aprendera a cozinhar tacos de javali-africano, bifes de impala e assados de gunga. Fervera e filtrara água para torná-la potável. Combatera mosquitos da malária durante anos. Cuidara de três meninos, e todos tiveram, sem exceção, a disenteria angustiante e explosiva comum na África subsaariana. Certa vez, na rua duma cidade africana, quando um ladrão tentou roubar a sua bolsa, ela reagira com uma das mãos, enquanto na outra segurava um bebê. Chorara aos pés de nosso moribundo labrador, sofrendo as convulsões causadas pelo veneno aplicado por pretensos arrombadores.

Trabalhando, sem salário e reconhecimento, com seu marido espião e criando meninos irrequietos numa série de países estrangeiros, ela compreendeu e abraçou essas missões. Mas essa transição (de esposa e parceira de agente secreto para esposa de autoridade governamental pública) era inesperada, desconhecida e bizarra. Ambos nos esforçávamos para entender o que essa mudança significaria.

Várias semanas depois, a ministra Rice pediu para me ver em sua sala do sétimo andar. Fui acompanhado pelo amplo hall, aparelhado com móveis e tapetes antigos, até sua pequena sala. Lá dentro, os móveis em madeira e couro escuros recendiam a poder.

Ela me saudou com formalidade apropriada, quase rígida. Sentou-se a algumas cadeiras de distância e cruzou os braços. Eu antes dissera a Zelikow que eu aceitaria o cargo, por isso me perguntei por que ela não estava mais descontraindo. Tínhamos muitas vezes entabulado debates no período de 2001/02, quando ela atuava como consultora de segurança nacional, mas sempre em pequenos grupos. Dei-me conta de que nunca tínhamos nos encontrado sozinhos. Nós, na verdade, mal conhecíamos um ao outro. Também compreendia que a visão dela sobre a CIA não era completamente positiva.

Enquanto começávamos nossa conversa, eu refleti que na verdade ela depositava em mim um grande voto de confiança ao me convidar para assumir esse cargo. E tinha todo o direito de ser cautelosa, pois não me conhecia realmente.

Recapitulei alguns dos pontos que expusera a Zelikow. Mas, desta vez, trouxe uma apresentação em power point para ilustrar as zonas de segurança inimigas ao redor do globo e nossa necessidade de capacitar instrumentos diplomáticos numa abordagem regional. Mudei para o assento ao lado de Rice, de modo que ela pudesse assistir à apresentação.

— Precisamos de uma abordagem regional — concordou ela.

— E a senhora quer que eu adote essa abordagem? — indaguei.

— Sim.

— E eu me reporto à senhora, diretamente? — perguntei.

— Sim, reporta-se diretamente a mim — respondeu. Mas acrescentou: — Você também vai ter de trabalhar com outros elementos do ministério.

— Pode apostar. Obrigado pela oportunidade de servir — concluí.

Depois de um aperto de mãos, eu saí do gabinete dela, sabendo que a minha vida de espião estava acabada.

Ainda haveria o processo de escrutínio pela equipe política do presidente Bush, seguido de minha indicação e, depois, a confirmação pelo Senado. Dependendo disso tudo, eu tinha uma nova missão. Eu já informara Kappes e Tenet sobre a possível saída da CIA. Ambos me apoiaram. Rumei para casa e contei para Cindy.

Poucas semanas depois, o Senado me confirmou como o Coordenador do Antiterrorismo. O processo demorou 20 minutos. Não houve perguntas nem comentários contenciosos. Fui empossado naquele mesmo dia: 1^o de agosto de 2005.

Agora eu estava no lado político, um consumidor das informações fornecidas pelo serviço de inteligência. Missões clandestinas, nunca mais.

Após todos esses anos, de certa forma parecia quase imaginário. Entrei na CIA, aprendi a arte da espionagem, administrei redes de agentes, coletei informações valiosas, executei ações encobertas globais, comandeï homens em guerra e ajudei a defender o nosso país. Eu vivera os grandes sonhos de um menino.

Por outro lado, foi real demais. Pranteei muitas mortes. Enfrentei os riscos da espionagem, das ações encobertas e da guerra. Suportei as incertezas e os erros de nossas políticas estrangeiras e de nossos políticos.

Mas eu amava minha missão na CIA, amava as oportunidades que tínhamos aproveitado e as vitórias conquistadas. Acima de tudo, eu me sentia honrado e privilegiado por defender nossa Constituição e servir à nossa grande nação.

Que Deus abençoe os EUA e seus espões. Vamos precisar deles, mais do que nunca.

INFORMAÇÕES SOBRE NOSSAS PUBLICAÇÕES
E ÚLTIMOS LANÇAMENTOS

Cadastre-se no site:

www.novoseculo.com.br

e receba mensalmente nosso boletim eletrônico.



Epílogo

Rich me enviou um torpedo: “Bin Laden morto”. Foi no dia 1^o de maio de 2011, às 22h32 no horário padrão ocidental. Rich e eu tínhamos nos aposentado do serviço público em 2007 e iniciado uma empresa de consultoria estratégica global. No ano seguinte, Donna se uniu a nós.

Fitei a mensagem de texto de Rich e, após um bom tempo, sorri e assenti com a cabeça.

Cindy, em visita à mãe na Flórida, me ligou minutos depois. Eu estava na Geórgia visitando meus pais. Tínhamos ido à igreja naquela manhã dominical. Meu pai e eu tínhamos caminhado na floresta durante a tarde.

— Está com a tevê ligada? — indagou Cindy.

— Sim. Após todos esses anos... até que enfim.

Meus pais entraram na sala e assistimos aos desdobramentos do noticiário. Jornalistas começaram a me ligar insistentemente. Desliguei meu celular.

Muitas horas antes, no outro lado do mundo, SEALs da Marinha dos EUA, a bordo de helicópteros furtivos, romperam a madrugada, penetraram na cidade paquistanesa de Abbottabad, invadiram a casa da AQ que servia de esconderijo para OBL e o executaram a tiros. Ele morava ali há anos. O grupo tático também eliminou o filho adulto de OBL, o principal mensageiro e o irmão do mensageiro. Os SEALs se apoderaram de uma inestimável carga de informações armazenadas em documentos, *pen-drives* e computadores. Ficaram em terra menos de 45 minutos. Nenhuma vítima entre o pessoal dos EUA. O governo paquistanês não tinha a mínima ideia sobre a operação. Tampouco quase todos os líderes e agentes clandestinos dos EUA, à exceção de meia dúzia. O sigilo preservava a surpresa e o sucesso.

A CIA havia descoberto OBL após seguir centenas de pistas, recrutar fontes, gerenciar equipes de vigilância unilateral, lançar mão de aliados estrangeiros, executar investigações com VANTs e analisar incansavelmente os dados brutos.

Até este ponto, os analistas da CIA não tinham certeza se OBL estava no local. O diretor da CIA Leon Panetta, porém, tinha confiança suficiente. Durante vários meses, à medida que mais peças se encaixavam, ele informou ao presidente Obama e ao Conselho de Segurança Nacional. O mosaico de inteligência começou a emergir. O Ministério da Defesa emprestou SEALs à CIA. O presidente Obama, cuja fé na CIA aumentara nos últimos dois anos, aprovou o ataque.

Sob os poderes do Título 50 da CIA, os SEALs tinham servido como a força de ataque da ação encoberta da CIA. Foi uma bela mistura de inteligência e diplomacia letal, uma harmonia entre sensoriamento e atuação numa das ações encobertas mais relevantes e mais justas realizadas pelos EUA.

A eliminação da liderança da AQ é um objetivo estratégico. Esse ataque brilhante e ousado foi o passo mais importante para alcançar esse desiderato. Para as inúmeras vítimas da AQ e familiares das vítimas mundo afora, de todos os credos, esse também foi um momento de justiça.

Negar ao inimigo sua zona de segurança é outro objetivo. Nossos esforços no Afeganistão na campanha 2001-2002 desmantelaram severamente e diminuíram as capacidades da AQ, mas o governo dos EUA e a comunidade internacional fracassaram em capitalizar esse sucesso inicial no interior do Afeganistão. Na condição de Embaixador Extraordinário e Coordenador do Antiterrorismo no período de 2005-2007, testemunhei esse fracasso. Também assisti à expansão e ao florescimento da AQ no Paquistão. Foi nesse país, também, onde o Talibã se reagrupou. Com uma rede de aliados de radicais através do Paquistão, seu cancro ideológico se disseminou. Durante uma visita ao Paquistão em 2006, conversei com o ministro do Interior, Aftab Ahmad Sherpao, que expressou seus receios sobre um Paquistão “talibanizado”. De etnia pashtun, natural de Peshawar, ele compreendia a ameaça. Sobreviveria a múltiplas tentativas de assassinato em seus valentes, porém malsucedidos esforços para reverter essa tendência perigosa. Muitos outros bravos paquistaneses (como a recém-eleita primeira-ministra Benazir Bhutto) morreriam nas mãos da AQ, do Talibã e seus aliados.

Outras autoridades paquistanesas das forças armadas e os serviços de

inteligência protegiam e incentivavam esses grupos militantes como forças representantes contra a Índia, o Afeganistão e os EUA.

A partir de suas bases no Paquistão, o Talibã retornou sub-repticiamente ao Afeganistão e recuperou suas redes de apoio. Por volta de 2006, ele controlava faixas territoriais no leste e no sul do Afeganistão. Os EUA avolumaram as tropas e, em 2011, com um contingente de mais de 100 mil soldados destacados, embotou e reverteu a expansão do Talibã. Será que os EUA poderiam delegar a responsabilidade pela segurança aos afegãos? Quando?

Em 2009, o presidente Obama orientou a CIA para aumentar os ataques com VANTs armados nas áreas tribais paquistanesas. A CIA matou centenas de agentes da AQ e do Talibã. Os membros da AQ se dispersaram em grupos menores, e muitos fugiram do Paquistão para áreas mais seguras, inclusive o Iêmen e a Somália.

O Talibã e outros grupos terroristas no Paquistão permaneceram uma ameaça persistente. Como a AQ, eles desenvolveram um programa além da região operacional Afeganistão/Paquistão. O terrível ataque em Bombaim, na Índia, em 2008, realçou esse detalhe. Alguns talibãs paquistaneses defendiam e urdiam ataques na pátria dos EUA, como o fracassado atentado à bomba em Times Square, em Nova York, no ano de 2010. Grupos afiliados à AQ na Somália, no Iêmen e no Norte da África continuaram a operar nesses locais e além. Em 2010, agentes da Al Shabab da Somália executaram um ataque em Kampala, na Uganda, com 74 vítimas. A AQ do Iêmen, usando o nome Al Qaeda na Península Árabe, tentou em certa ocasião destruir um porta-aviões dos EUA com explosivos escondidos em cartuchos de impressoras a laser.

Em nosso integrado e horizontal campo de batalha global, inimigos sofisticados e determinados, em especial com território sob seu controle, podem representar uma ameaça quase em todos os lugares.

A mitigação das condições que impulsionam a AQ e seus aliados é outro objetivo estratégico. No Afeganistão, os esforços dos EUA e aliados foram mesclados. A saúde e a educação melhoraram drasticamente. Em 2001, menos de 10% dos afegãos tinham acesso a cuidados básicos de saúde; uma década

depois, essa porcentagem aumentou para quase dois terços dos afegãos. Sob o severo jugo talibã, nenhuma menina e poucos meninos frequentavam a escola. Por volta de 2011, mais de sete milhões de crianças, inclusive 2,5 milhões de meninas, assistiam às aulas.

A governança e o desenvolvimento econômico do Afeganistão definharam. Os 15 bilhões de dólares em ajuda não militar ao longo da última década não conseguiram ajudar os afegãos a estabelecerem a prática de um sistema judiciário independente e do livre mercado. O Banco Mundial estimou que 97% do Produto Interno Bruto (PIB) legítimo do Afeganistão provinham de ajudas estrangeiras. Talvez metade do PIB real provenha do comércio ilegal de drogas. A esmagadora maioria de afegãos não queria o Talibã de volta, mas queriam segurança pessoal e jurídica.

O povo afegão não queria a AQ em seu país. Nem alguns dos talibãs afegãos, muitos combatendo os EUA simplesmente porque estávamos lá. Muitos combatentes talibãs afegãos não desejavam e nem mesmo concebiam uma guerra além de suas fronteiras.

Outros grupos radicais mundo afora aprenderam lições difíceis sobre sua afiliação com a AQ. Graus variados de sucesso antiterrorista no sudeste da Ásia e no Iraque, por exemplo, lançaram dúvidas sobre a competência operacional e estratégica da AQ e sua liderança severamente exaurida. A AQ e outras ameaças transnacionais enfatizaram os interesses comuns de nações e pessoas. Nações e várias instituições se conscientizaram mais sobre a ameaça terrorista, e a cooperação continuou a crescer. Esta foi uma de minhas primeiras missões em meu período à frente da Coordenação Antiterrorista dos EUA: o progresso dessa consciência e dessa cooperação.

O maior revés da AQ não veio com um golpe cinético ou uma iniciativa política. Em vez disso, veio das massas muçulmanas lançando os protestos na Primavera Árabe em 2011. Governos repressores foram depostos na Tunísia e no Egito. As pessoas na Líbia, no Iêmen, na Síria e outros países foram às ruas. Isso não teve nada a ver com a AQ e seus aliados. Essa revolução foi populista, desencadeada por uma busca de justiça e dignidade e disseminada globalmente

por meio das telecomunicações e redes sociais. O povo atacava as condições que a AQ buscava explorar. Essas condições seriam mitigadas ao ponto de a odiosa ideologia da AQ perder seu poder de barganha? Esses cidadãos rebeldes e idealistas seriam capazes de construir instituições liberais? Ou outras pessoas, como os membros da Irmandade Muçulmana, sequestrariam as revoluções? Será que a AG ganharia mais espaço de manobra no espaço desgovernado do Iêmen e noutros países? Haveria outro ataque à pátria dos EUA, onde terroristas nativos e autorradicalização se tornavam cada vez mais comuns?

A Primavera Árabe entrou em erupção no contexto global da crise econômica no Ocidente, em especial no sul europeu, e da explosão econômica na China e na Índia. Outras potências emergentes, como Brasil e Indonésia, ofereciam oportunidades excepcionais para o crescimento econômico global e estabilidade política arraigada em redes de instituições liberais. Mais do que nunca, havia mais instituições e democracias liberais mundo afora. Também havia maior número e maior diversidade de riscos. Motivada por tecnologias perturbadoras, a marcha da mudança continuava a acelerar. Novos agentes não estatais, tão bons quanto perversos, desafiavam o status quo. Seja a ação isolada de um camêlo tunisiano humilhado que se autoimolou e acendeu o pavio da Primavera Árabe, seja um grupo anarquista isolado como o WikiLeaks, que solapou as relações diplomáticas dos EUA, eles representavam um novo tipo de poder global e assimétrico.

Após a primeira década do século XXI, o mundo está muito mais desafiador. Os líderes do governo e do setor privado enfrentam complexos e crescentes conjuntos de riscos e oportunidades. Qual grupo será a próxima AQ? Quando a pátria dos EUA será atacada e como vamos responder ao ataque? O Irã desenvolverá armas nucleares e as fornecerá a seus aliados do Hezbollah? O Iraque construirá um governo viável e democrático que satisfaça as necessidades de seus cidadãos? O México continuará a evoluir e a se tornar uma sociedade dinâmica, de livre mercado, ou será solapado por criminosos do narcotráfico desafiando a soberania do Estado? Até quando o ciberespaço será seguro? Como participante global, a China tornar-se-á mais responsável? Será que a Rússia

derrotará a corrupção e se estabelecerá como uma potência econômica duradoura?

Qual será o impacto das “tecnologias BARN” (biotecnologia, inteligência artificial, robótica e nanotecnologia) em nosso mundo comercial, econômico e geopolítico? Quais inventores e empreendedores desenvolverão tecnologias transformativas que nos forneçam energia resiliente, confiável e renovável? De que modo os EUA irão abordar as duas mais importantes preocupações de segurança nacional: a economia e a educação de nossos cidadãos?

A aleatoriedade e a incerteza, geralmente intensas em períodos de mudança rápida, podem suscitar ansiedade e medo. Mas a mudança favorece os pontos fortes dos EUA. Com cidadãos fortes, adaptáveis e resilientes, que exigem líderes dignos de serem chamados assim, os melhores anos estão no porvir. A nossa constituição e as nossas instituições liberais são projetadas para a adaptabilidade.

Para navegar nesse mundo cada vez mais complexo e dinâmico, o conhecimento e os atos de nossos líderes precisam estar bem informados. Nossos líderes precisarão de informações relevantes e oportunas. Após essas informações serem analisadas, com os objetivos específicos dos líderes em mente, então elas podem se transformar em ações. Assim, serão valorizadas e utilizadas. E assim consistirão em mais do que informações. Consistirão em boa inteligência, como uma arte requintada, entendida e apreciada pelo observador.

Apregooou Aristóteles: “O objetivo da arte não é representar a aparência externa das coisas, mas seu significado interno”. E o objetivo da inteligência também.

Siglas citadas no interior do livro

AQ – Al Qaeda

CDC – Centro de Controle de Doenças

CENTCOM – Comando Central

CIA – Agência Central de Inteligência

CITO – Gabinete Clandestino de Tecnologia de Informação COS – Chefe da Base

CSAR – Busca e Resgate de Combate

CSG – Grupo de Segurança Antiterrorista

CTC – Centro de Antiterrorismo

CTC/OC – CTC/Operações Especiais

DDO – Diretor Adjunto de Operações

DIA – Agência de Inteligência de Defesa

DOD – Ministério da Defesa

DS&T – Diretório de Ciência e Tecnologia EIJ – Jihad Islâmico Egípcio

GIS – Sistemas de Informações Geográficas

HUMINT – Inteligência por meio de fontes humanas IC – Comunidade de Inteligência

IMINT – Inteligência a partir de Imagens

ITOS – Seção de Operações Internacionais Antiterrorismo JSOC – Comando de Operações Especiais

Conjuntas LZ – Zona de Aterrissagem

MASINT – Inteligência a partir de Medidas e Assinatura MICE – Moeda, Ideologia, Concessão e Ego

NDS – Diretório de Segurança Nacional

NIMA – Agência Nacional de Imagens e Mapeamento NR – Divisão de Recursos Naturais

NRO – Gabinete de Reconhecimento Nacional

NSA – Agência de Segurança Nacional

NSC – Conselho de Segurança Nacional

OBL – Osama Bin Laden

OSINT – Inteligência por meio de fonte aberta OSS – Gabinete de Serviços Estratégicos

OTS – Gabinete de Serviços Técnicos

PFIAB – Conselho consultivo da Inteligência Estrangeira do Presidente QG – Quartel-general

RC – Retaliação e Coerção

SAC – Agente Especial Encarregado

SAD – Divisão de Atividades Especiais

SANT – Sistema aéreo não tripulado

SF – Forças especiais

SIOC – Centro de Informações e Operações Estratégicas SIGINT – Inteligência a partir de sinais

SIS – Serviço de Inteligência Sênior

SOCOM – Comando de Operações Especiais

SOF – Força de Operações Especiais

SPS – Grupo de Projetos Especiais

VANT – Veículo aéreo não tripulado

- [1](#) *Office of the Director of National Intelligence*, na sigla em inglês. [N.E.]
- [2](#) *National Counterterrorism Center*, na sigla em inglês. [N.E.]
- [3](#) *Department of Homeland Security*, na sigla em inglês. [N.E.]
- [4](#) *Sea, Air, Land Teams*, no acrônimo em inglês que funciona como trocadilho com a palavra “foca”. [N.E.]
- [5](#) *National Resources*, na sigla em inglês. [N.E.]

¹ “*Swamp fox*”, no original em inglês. [N. T.]

² Não há tradução do livro no Brasil, mas o filme inspirado por ele, de 1998, ganhou no Brasil o título de *Além da linha vermelha*. (N.E.)

1 Trocar objetos utilizando locais secretos sem que os espiões se encontrem. [N.T.]

- 1 Termo que designa consequências adversas e involuntárias de uma operação de espionagem. [N.T.]
- 2 *President's Foreign Intelligence Advisory Board*, na sigla em inglês. [N.E.]

[1](#) Invasões clandestinas para obter informações. [N.T.]

[2](#) No original, “*concealment device*”, ou seja, dispositivos de encobrimento e dissimulação que escondem itens para fins de sigilo ou segurança e têm a aparência de objetos normais. [N.T.]

[1](#) Referência à mais alta escala salarial dos servidores públicos dos EUA. [N.T.]

[2](#) Do árabe, um pronunciamento islâmico oficial emitido por um especialista em lei religiosa. [N.E.]

- [1](#) Na sigla em inglês, *Special Activities Division*. [N.E.]
- [2](#) Na sigla em inglês, *Combat Search and Rescue*. [N.E.]
- [3](#) Na sigla em inglês, *Deffence and Intelligence Agency*. [N.E.]
- [4](#) Na sigla em inglês, *National Imagery and Mapping Agency*. [N.E.]
- [5](#) Jargão que se refere à destruição causada por um bombardeio bem-sucedido. [N.T.]

1 Em entrevista, Cofer Black explica que usou uma antiga expressão de guerra angolana: “Quando tudo isso acabar, os vilões terão moscas caminhando em seus globos oculares”.

Vide <http://archive.mensjournal.com/cofer-black>. [N.E.]

2 Acrônimo para President Of The United States. [N.T.]

[1](#) Munição conjunta de ataque direto, do inglês *Joint Direct Attack Munition*. [N.T.]

[2](#) Também conhecida como batalha de Takur Ghar, a batalha de Roberts Ridge ganhou seu nome em homenagem à primeira vítima da batalha, Neil C. Roberts, SEAL da Marinha. [N.T.]